

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Leticia Amédée Péret de Resende

**ENTRE O CUIDADO COMO PROFISSÃO E O CUIDADO COMO OBRIGAÇÃO:
uma análise a partir de relatos de vida de babás que são mães de crianças pequenas em
Belo Horizonte e Região Metropolitana**

Belo Horizonte

2023

Letícia Amédée Péret de Resende

**ENTRE O CUIDADO COMO PROFISSÃO E O CUIDADO COMO OBRIGAÇÃO:
uma análise a partir de relatos de vida de babás que são mães de crianças pequenas em
Belo Horizonte e Região Metropolitana**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: Profa. Yumi Garcia dos Santos

Belo Horizonte

2023

301 Resende, Leticia Amédée Péret de.
R433e Entre o cuidado como profissão e o cuidado como
2023 obrigação [manuscrito] : uma análise a partir de relatos de
vida de babás que são mães de crianças pequenas em Belo
Horizonte e Região Metropolitana / Leticia Amédée Péret de
Resende. - 2023.
210 f.
Orientadora: Yumi Garcia dos Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Sociologia – Teses. 2. Trabalho – Teses..
3. Empregados domésticos – Teses. 4. Maternidade - Teses. I.
Santos, Yumi Garcia dos. II. Universidade Federal de Minas
Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.
Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 12 (doze) dias do mês de julho de 2023 (dois mil e vinte e três), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado da discente **Leticia Amédée Péret de Resende**, intitulada: "**ENTRE O CUIDADO COMO PROFISSÃO E O CUIDADO COMO OBRIGAÇÃO: uma análise a partir de relatos de vida de babás que são mães de crianças pequenas em Belo Horizonte e Região Metropolitana**". A banca foi composta pelos (as) professores (as) doutores (as): **Yumi Garcia dos Santos** (Orientadora - DSO/UFMG), **Leandro de Oliveira** (UFMG) e **Renata Faleiros Camargo Moreno** (Sempreviva Organização Feminista). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação da Defesa (x)

Reprovação da Defesa()

Belo Horizonte, 12 de julho de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Leandro de Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 12/07/2023, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yumi Garcia dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 12/07/2023, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Faleiros Camargo Moreno, Usuário Externo**, em 12/07/2023, às 23:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2464651** e o código CRC **BF189959**.

À Terezinha dos Anjos Vaz Nogueira, que
cuidou de mim enquanto criava seus filhos

Agradecimentos

À Anne, Brenda, Carla, Dânia, Ester e Fátima, pela confiança e pela generosidade ao cederem tempos de suas vidas tão corridas e partilharem comigo suas histórias de vida. À professora Yumi Garcia dos Santos, minha orientadora, pela acolhida, pela inspiração e pelos aprendizados proporcionados. À Renata Moreno, pelas sugestões na qualificação, que me levaram a investigar novas e importantes questões, e pela inspiração feminista, democrática e socialista. Sua tese de doutorado foi uma referência bibliográfica importante para este trabalho. Ao Dimitri Fazito, também pelas sugestões na qualificação.

À Jacqueline Péret e ao José Henrique Resende, meus pais, pelo incentivo constante e pela compreensão em períodos de maior ausência. Ao Luís Flores, pelos cafés da manhã preparados com carinho, que me permitiam debruçar sobre a pesquisa logo cedo ao acordar, pela escuta e pela companhia cotidianas. A ele, agradeço também, imensamente, pela ajuda atenta na revisão do texto.

À Caroline Costa, à Maria Alice Senna, à Brenda Maia, ao Warley Davidson, ao Rafael Reis, ao Paulo Antônio e ao André Torres, colegas de turma no mestrado, por tornarem esse percurso mais leve, pela gentileza na escuta, pelo canal aberto para compartilhamento de angústias e dúvidas, e por me ensinarem, mais do que qualquer coisa, o valor de amigas e amigos que apoiam e se desdobram para que sigamos, todos, acreditando. Aos demais colegas do PPGS, pela parceria. Às companheiras da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), pela inspiração, pela persistência, pelas denúncias, pelas alternativas e pelos aprendizados.

Ao Fernando Anelli e à Giovanna Lunardi, meus chefes diretos na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais em diferentes momentos ao longo desse processo, pela compreensão, pelo apoio e por viabilizarem a conciliação entre as demandas do trabalho, as atividades do mestrado e a pesquisa.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como o cuidado de crianças pequenas atravessa a vida de mulheres que, além de trabalharem como babás, são mães de crianças pequenas. Busco esmiuçar a situação particular em que se encontram e, para isso, recorro à abordagem etnossociológica de pesquisa, tendo como fonte de dados os relatos de vida de seis mulheres ocupadas como babás em Belo Horizonte ou Região Metropolitana, e têm pelo menos um filho com até dez anos de idade. Para fundamentar a análise, resgato debates teóricos a respeito dos elementos que constituem as relações de cuidado e aponto as especificidades das relações de cuidado de crianças pequenas. Adicionalmente, discorro sobre o cuidado como obrigação, como profissão e como ajuda, adentrando as dimensões sociais, históricas e políticas que os constituem. Os relatos coletados reiteram a multiplicidade de experiências femininas diante da maternidade e são perpassados por esforços pela não repetição das violências e carências vividas na infância. A gravidez como ocorrência não planejada marca as experiências dessas mulheres que, para o cuidado dos filhos, contam com redes de apoio notadamente femininas, com a presença de suas mães. A ausência dos pais biológicos é regra e as creches têm um papel importante para que retornem ao mercado de trabalho. Rotinas exaustivas convivem com preocupações com a garantia do sustento dos filhos e com violências que podem sofrer, sendo a condição financeira das informantes e o pouco tempo livre barreiras fundamentais à realização do cuidado que idealizam. É recorrente a percepção de que cuidam melhor dos filhos dos patrões do que de seus próprios, e sentimentos de culpa são comuns, atestando a permanência da força dos ideais de maternidade e de feminilidade hegemônicos. Para a maioria das informantes, o trabalho como babá é visto como a única opção de sustento, e para uma delas é o meio que encontrou para alcançar seu objetivo maior de viver fora do país. É parte da função dessas trabalhadoras atender às várias necessidades das crianças, mas, mais do que atendê-las, importa o modo como o fazem, sendo que divergências entre o que a babá e a família da criança entendem como apropriado são o principal motivo de tensionamentos na relação entre empregada e empregadores. A ambiguidade do trabalho de cuidados é patente nos relatos das informantes: quando exercem com remuneração, como babás, o afeto pelas crianças e, eventualmente, pelos patrões, convive com relações injustas de trabalho, situações de desrespeito, violências, exaustão, e com a insensibilidade de alguns patrões diante das urgências dos filhos das trabalhadoras, com consequências em suas vidas pessoais e maternidades; quando exercem sem remuneração, como mães, ambivalências emergem quando o afeto pelos filhos e o desejo de estudar e conquistar melhores posições profissionais, para dar exemplo às crianças, convivem com a culpa, a exaustão, a mudança nem sempre desejada de planos de vida, o agravamento das necessidades financeiras para sustento de outros seres, eventuais adoecimentos mentais e anulações de vontades pessoais para dar conta do cuidar.

PALAVRAS-CHAVE: cuidado; trabalho de cuidados; trabalho doméstico; maternidade; babás; relatos de vida.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze how the care of young children permeates the lives of women who, in addition to working as nannies, are mothers of young children themselves. I aim to delve into their specific situation, using an ethnosociological research approach and drawing on life stories from six women working as nannies in Belo Horizonte (or its Metropolitan Region), each of whom has at least one child under the age of ten. To support the analysis, I draw on theoretical debates regarding the elements that constitute care relationships and highlight the specificities of caring for young children. Additionally, I discuss care as an obligation, a profession, and assistance, delving into the social, historical, and political dimensions that shape these relationships. The collected narratives reaffirm the multiplicity of female experiences in relation to motherhood and are permeated by efforts to avoid replicating the violence and lack they experienced in their own childhoods. Unplanned pregnancies mark the experiences of these women, who rely on predominantly female support networks, often with the presence of their own mothers, to care for their children. The absence of biological fathers is the norm, and daycare centers play an important role in enabling these women to return to the job market. Exhausting routines coexist with concerns about ensuring their children's livelihoods and with the violences they may face. The financial condition of the narrators and their lack of free time are fundamental barriers to achieving the idealized care they envision. It is a recurring perception that they take better care of their employers' children than their own, and feelings of guilt are common, attesting to the enduring influence of hegemonic ideals of motherhood and femininity. For most of the narrators, working as a nanny is seen as the only option for their livelihood, while for one of them, it is a means to achieve her ultimate goal of living abroad. It is part of these workers' role to meet the various needs of the children, but more important than meeting these needs is the way in which they do so. Disagreements between the nanny and the child's family regarding what is deemed appropriate are the main source of tension in the employee-employer relationship. The ambiguity of care work is evident in the narrators' accounts: when they engage in paid caregiving as nannies, their affection for the children and, at times, for their employers coexist with unfair working conditions, instances of disrespect, violence, exhaustion, and the insensitivity of some employers toward the workers' children's urgent needs, with consequences for their personal lives and motherhood. When they care without remuneration, as mothers, ambivalences arise as affection for their children and the desire to study and achieve better professional positions, as examples for their children, coexist with guilt, exhaustion, unwanted changes in life plans, increased financial needs to support others, potential mental health issues, and the suppression of personal desires to fulfill their caregiving responsibilities.

KEYWORDS: care; care work; domestic work; motherhood; nannies; life stories.

Lista de ilustrações

Quadro 1 – Perfil das informantes

69

Sumário

1. Introdução	10
2. Cuidar de crianças pequenas.....	15
2.1 O cuidado como obrigação: o cuidar como atributo da feminilidade e ato de amor	22
2.1.1 Papéis de gênero e ideais de maternidade	22
2.1.2 Licença-maternidade, licença-paternidade, creches e outras políticas de proteção social.....	29
2.2 O cuidado como profissão: as babás e o trabalho doméstico e de cuidados.....	37
2.2.1 As babás no Brasil.....	38
2.2.2 O reconhecimento como ocupação e a legislação trabalhista	48
2.2.3 A realidade das migrações no serviço de cuidados	53
2.3 O cuidado como ajuda: as redes de reciprocidade e as casas de “tomar conta”	57
3. Escolhas metodológicas e considerações sobre o uso do método.....	60
4. Mulheres, mães e babás	68
4.1 Anne.....	69
4.2 Brenda.....	75
4.3 Carla.....	79
4.4 Dânia.....	90
4.5 Ester	95
4.6 Fátima	104
5. A mãe, a casa, os filhos e os cuidados	113
5.1 A gravidez e a chegada da maternidade.....	113
5.2 Redes de apoio, pais e creches	122
5.3 O cuidar cotidiano.....	132
5.3.1 Rotina	132
5.3.2 Preocupações, dificuldades e estratégias de cuidado	135
6. A babá, o trabalho, os patrões e as crianças	144
6.1 Entrada e permanência no ramo.....	144
6.2 Condições de trabalho e direitos enquanto trabalhadora	146
6.2.1 Formalização, PEC das Domésticas e reconhecimento de direitos.....	146
6.2.2 Remuneração e jornada de trabalho	151
6.2.3 Rotina de trabalho	157
6.2.4 Ester como Au Pair	161
6.3 O trabalho como babá e a maternagem: encontros e desencontros	165
6.3.1 A presença dos filhos nas casas dos patrões	165
6.3.2 Influências, aproximações e diferenças.....	168
6.4 Dificuldades, relações com patrões e crianças, e estratégias de trabalho	176
7. Considerações finais	191
Referências bibliográficas	200
ANEXO I - Roteiro de Entrevista	208

1. Introdução

“Sari, eu amo teus filhos como se fossem meus. No único minuto que eu confiei meu filho a você, deixou meu filho naquela situação. Por quê?”. Mirtes Renata Santana de Souza fez essa pergunta a Sari Gaspar Corte Real, depois da morte de seu filho Miguel, com cinco anos de idade, quando ele estava sob os cuidados de Sari, sua então patroa. O menino caiu do nono andar de um prédio de luxo, quando sua mãe estava passeando com o cachorro da família Corte Real e o deixou com Sari, que não impediu o menino de subir no elevador sozinho, procurando pela mãe. Mirtes trabalhava como empregada doméstica na casa de Sari e do marido, Sérgio Hacker, e, naquele dia, não pôde deixar o menino aos cuidados da avó e precisou levá-lo consigo para o trabalho. O ano era 2020, e a creche que ele frequentava não estava funcionando por conta das medidas de isolamento social necessárias para evitar a disseminação do novo coronavírus. Ainda que o trabalho doméstico não tenha sido considerado um serviço essencial, Mirtes precisou continuar em ritmo de trabalho “normal” e “se virar” para seguir garantindo os cuidados do filho pequeno. Foi em meio à labuta cotidiana, portanto, com a demanda de equilibrar a responsabilidade parental e os encargos da casa dos patrões, que o episódio infausto aconteceu.

Tal situação, é claro, consiste em um caso trágico, de caráter extremo, que envolve a morte de uma criança no ambiente de trabalho da mãe. Se escolho resgatá-lo, não é por uma suposta função de evidência, nem por um impulso de determinação, mas pela ampla disseminação que teve para os brasileiros que acompanharam o noticiário à época, e por ter chamado atenção — ainda que sob as formas de representação das mídias hegemônicas, muitas vezes problemáticas — para as contradições que atravessam o trabalho doméstico e a relação entre empregada e patrões. Quando Mirtes se decepciona com a não reciprocidade do cuidado realizado por Sari e, de certa maneira, compara a atenção despendida por ela e por Sari aos filhos umas das outras, ela adentra um campo de reflexão mais extenso e complexo sobre o trabalho do cuidado e suas desigualdades.

As relações sociais estabelecidas em torno da execução do trabalho doméstico e de cuidados são permeadas por ambiguidades, isto é, marcadas por dualidades simbólicas e concretas. No caso do Brasil, com inúmeros agravantes sociais, políticos e históricos, e carregadas de elementos de violência e dominação. Penso, por exemplo, na ambivalência da relação entre mães e babás, constituída, a um só tempo, pela convivência intensa e pela distância social, como aponta Liane Silveira (2014). No trabalho como babá, e nos vínculos que se

estabelecem a partir dele, o afeto e a intimidade se confundem com o trabalho e o dinheiro, acarretando tensões e reproduzindo práticas de exploração. Com efeito, a contratação de mulheres de classes populares para fazer o trabalho doméstico e cuidar de crianças, sob o mando de famílias com maiores rendimentos, é tributária do escravismo. Desde o período colonial, mulheres negras eram empregadas à força ou — quando livres — em troca de quantias ínfimas, para cuidar dos filhos dos senhores. A imbricação entre os afetos e as injustiças nas relações de trabalho já era observada naquele período, tendo contribuído, inclusive, para naturalizar a servidão, sob uma chave racista (TEIXEIRA, 2021).

A ocupação, por parte das amas, de espaços de afeição na história das famílias ricas esteve ligada à reprodução de comportamentos obedientes, dedicados e submissos. Segundo Koutsoukos (2012), quando quebravam essa expectativa, surgiam, nos senhores, sentimentos de decepção, raiva e vingança, substituindo aquele afeto. Na segunda metade do século XIX, era moda que os mais abastados retratassem crianças com suas amas de leite, com pompa e circunstância, em fotografias ou pinturas. Elas estavam nos álbuns de família, mas, no mais das vezes, sem qualquer identificação, sem nome, sem vida própria — como retrato morto. Em consonância, o destino de seus filhos, por quem e como seriam cuidados na ausência da mãe, não era uma preocupação para a sociedade da época, que convivia com anúncios de negociações ou pedidos de amas de leite nos jornais, com expressões como “com ou sem a pequena cria negra”, “[que tenha] parido recentemente”, ou “[com leite] de primeira cria”.

Na atualidade, *mutatis mutandis*, a situação dos filhos das cuidadoras de crianças pequenas continua praticamente desconsiderada nos debates públicos e nas políticas de cuidado, o que permite que tanto as ambiguidades existentes quanto as desigualdades a elas associadas permaneçam intocadas. Mais ainda, com a persistência da herança escravocrata, subsiste um vínculo complexo entre a figura colonial da ama de leite e a atual da babá, de cujo trabalho o cuidado dos filhos das classes média e alta ainda depende. Enquanto elas se dedicam a tomar conta dos filhos de terceiros, despendendo, para isso, tempo, atenção e afeto, não contam com as condições que gostariam para o cuidado de suas próprias crianças. Em meio a tal contexto, composto por esses e muitos outros elementos, a figura da babá que tem filhos pequenos apresenta uma condensação singularíssima das tensões e contradições que atravessam o trabalho de cuidados. Constitui um ponto nevrálgico para a compreensão do universo do cuidar, na interseção particular de sua profissão e atuação parental, e no modo como é afetada por múltiplos aspectos que caracterizam a estrutura de cuidados no país. Em outras palavras, essas mulheres, que exercem de maneira concomitante o cuidado como trabalho (como babás) e o

cuidado como obrigação (como mães), trazem uma chave de aprendizado única sobre a realidade complexa do trabalho de cuidados no Brasil.

Nas páginas que seguem, analiso a realidade de seis mulheres que vivem em Belo Horizonte ou Região Metropolitana, trabalham como babás e têm pelo menos um filho com até dez anos de idade, com o objetivo central de compreender como o trabalho de cuidados de crianças pequenas atravessa suas vidas. Busco esmiuçar a situação particular em que se encontram, posicionadas como cuidadoras dupla e simultaneamente, com e sem remuneração. Para tanto, me guio pela abordagem etnossociológica de pesquisa, conforme sistematizada por Daniel Bertaux em *Le Récit de Vie* (BERTAUX, 1997). Minha aproximação dessas seis mulheres, desse modo, parte da escuta atenta, por meio de entrevistas, e da construção de relatos de vida, que me permitiram examinar as suas narrativas e levantar um conjunto de hipóteses plausíveis, a fim de compreender melhor suas situações. Nesse sentido, tento entender, também, quais elementos de suas trajetórias, quais dados biográficos ou contingências, estão associados ao trabalho de cuidados — com seus próprios filhos ou com os filhos de terceiros — e à maneira como o exercem hoje.

Para além do valor epistêmico da categoria mencionada, em função de sua condição social e histórica peculiar, há uma motivação adicional para a sua escolha como objeto de pesquisa. Com frequência, as babás em geral, relegadas a um plano subalterno, tiveram suas necessidades e existências suprimidas no tecido social, restando desprovidas de real visibilidade ou força política, seja na estrutura sócio-econômica do país, em função das limitações instituídas, seja no circuito midiático, com representatividade insuficiente em jornais, revistas, filmes, novelas etc. De maneira análoga, há uma inscrição insignificante, no debate acadêmico, das práticas que Suely Gomes Costa (2002) chama de “maternidade transferida” — em referência à execução do cuidado de crianças pelas amas-de-leite e, posteriormente, pelas amas-secas ou babás — e das relações por elas engendradas. Essa lacuna, é certo, contrasta de maneira notória com a abrangência e a profundidade histórica de tais práticas no Brasil, bem como seu impacto inequívoco na formação do povo brasileiro e na constituição de nosso circuito social (SEGATO, 2006). Se a realidade das mulheres que atuam como babás, exercendo um papel fundamental nas vidas das crianças pequenas, é pouquíssimo investigada, há menos atenção ainda para aquelas que precisam, paralelamente, garantir as necessidades por cuidado dos próprios filhos.

Cabe acrescentar que o cuidado, parte da vida cotidiana em qualquer sociedade e imprescindível para a sustentabilidade da vida, pode ser significado e organizado de maneiras

profundamente diferentes. Na mesma medida, as vidas das pessoas que são cuidadas e das que cuidam são fortemente afetadas pelas formas de distribuição dos recursos para seu provimento, e da responsabilidade por sua garantia e sua execução. Nesse sentido, a persistência de visões conservadoras e essencialistas, que situam o cuidado na esfera doméstica e o associam a uma suposta natureza feminina, incide diretamente sobre a distribuição dos encargos de cuidado em nossa sociedade. Em tempo, somando-se à insuficiência de debates públicos sobre as desigualdades perpetradas pela atual distribuição de cuidado, contribui para a continuidade histórica do emprego doméstico por uma via precarizada e racializada.

Se pretendemos repensar a maneira como as responsabilidades pelo cuidado têm sido distribuídas e como incidem sobre a vida de uns e outros, é fundamental que analisemos os vínculos que se estabelecem para sua realização e suas complexidades. Nadya Guimarães (2020a) aporta uma importante contribuição para as análises nesse campo quando recorre à categoria de “circuitos” para pensar essas relações sociais e suas interfaces, e identifica os circuitos do cuidado como profissão, como obrigação e como ajuda. Em cada um desses circuitos os laços sociais têm seus próprios contornos, mas se entrecruzam constantemente na busca pelo atendimento às necessidades de cuidado, e as babás com filhos pequenos exercem papéis fundamentais em ao menos dois desses circuitos. Ao me debruçar sobre o atravessamento de suas vidas pelo cuidado de crianças pequenas, dialogo, portanto, com a necessidade de aprofundamento das pesquisas sobre as dinâmicas sociais produzidas e reproduzidas pela atual distribuição das responsabilidades de cuidado.

De início, no capítulo que sucede a presente introdução, resgato debates teóricos recentes a respeito dos elementos que constituem as relações de cuidado e aporto as especificidades das relações de cuidado de crianças pequenas. Ainda nesse primeiro capítulo, discorro sobre o cuidado como obrigação, o cuidado como profissão e o cuidado como ajuda, adentrando as dimensões sociais, históricas e políticas que os constituem. Em seguida, no segundo capítulo, apresento as escolhas metodológicas realizadas e teço considerações que julgo relevantes para situar o método escolhido, suas limitações e possibilidades. No terceiro capítulo, recorro aos relatos de vida das informantes para apresentá-las de maneira breve, na intenção de situar as leitoras e os leitores sobre as trajetórias de cada uma delas, a serem entrecruzadas em análises temáticas nos capítulos seguintes. No capítulo quatro, investigo a situação das informantes dando maior ênfase a suas vidas pessoais e suas maternidades (ainda que sempre atravessadas pelo trabalho como babás), e discuto mais especificamente: a gravidez e a chegada da maternidade; as redes de apoio, a relação com os pais dos seus filhos e o acesso

a creches; e o cuidar cotidiano em suas casas, suas rotinas, preocupações, dificuldades e estratégias. No capítulo cinco, me volto para a realidade do trabalho que realizam como babás e para as relações que estabelecem no exercício da profissão, em detalhe: a entrada e a permanência das informantes no ramo; as condições de trabalho e os direitos aos quais fazem jus enquanto trabalhadoras; os encontros e desencontros entre trabalho como babá e a maternagem; as tensões, os alívios e as estratégias que empregam no dia a dia do trabalho. Finalizo com as considerações finais.

2. Cuidar de crianças pequenas

O propósito de examinar de que maneira o cuidado de crianças pequenas atravessa a vida de mulheres que maternam e que trabalham como babás situa o cuidado no centro do debate, e demanda uma apresentação de seus elementos mais relevantes para a discussão que virá. Viviana Zelizer (2011), socióloga que se debruçou sobre as interconexões entre relações de intimidade e atividades econômicas, entende as relações de cuidado como relações íntimas que apresentam uma atenção pessoal contínua e/ou intensa, e que melhoram o bem-estar de quem a recebe. A autora afasta do campo das relações de cuidado as provisões impessoais de bem-estar e as relações íntimas de violência e abuso. Todavia, entre as teóricas que debatem o tema, não há consenso sobre o que define o cuidar. Fisher e Tronto (1990, p. 40), por exemplo, propõem uma definição mais abrangente:

No nível mais geral, sugerimos que o cuidado seja visto como uma atividade da espécie que inclui tudo o que fazemos para manter, continuar e reparar nosso “mundo”, para que possamos viver nele o melhor possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, todos os quais buscamos entrelaçar em uma rede complexa que sustenta a vida. (Tradução própria)¹

Essa conceituação é especialmente importante nesse campo de estudos por, além de ultrapassar o nível das relações interpessoais, explicitar dimensões estruturantes dessa atividade: a da reprodução da vida e a da interdependência, na ideia de uma rede de sustentação da vida. O cuidado é imprescindível na vida de todos, ainda que em determinados períodos as necessidades se acentuem por uma maior vulnerabilidade — quando crianças, idosos e acometidos por alguma doença, por exemplo — e ainda que os adultos apresentem condições desiguais de vulnerabilidade entre si. Todas as pessoas começam e terminam suas vidas dependendo de outras para o cuidado e, no curso da vida, não param de estar engajadas nessas relações (TRONTO, 2013; 2017). Entre outras necessidades, precisamos de uma alimentação regular e nutritiva, de proteção contra o frio e doenças, de moradias salubres, de água limpa, de segurança psicológica e de laços humanos. Para garantir tudo isso, são constituídas redes de pessoas em interação constante ou eventual.

¹ “On the most general level, we suggest that caring be viewed as a species activity that includes everything that we do to maintain, continue, and repair our ‘world’ so that we can live in it as well as possible. That world includes our bodies, our selves, and our environment, all of which we seek to interweave in a complex, life-sustaining web.” (FISHER, TRONTO, 1990, p. 40).

Nesse sentido, o cuidado abrange um conjunto de atividades materiais e relacionais que visam responder às necessidades concretas de outras e outros — sejam elas físicas, intelectuais, afetivas ou outras demandas emocionais — e que implicam um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem (MOLINIER, LAUGIER, PAPERMAN, 2009; KERGOAT, 2016). Mas vai além, é também um “estado de espírito”, envolvendo ações, posturas, atenção e, com frequência, um estado mental de preocupação e disponibilidade contínua — um estado de vigília (MORENO, 2019).

Mais do que uma atitude perante outras pessoas, o cuidado deve ser entendido como um trabalho. Essa ideia é elaborada sobretudo por teóricas feministas que vêm debatendo o tema longamente a partir de contestações da economia política clássica e de um reconhecimento da produção do viver como trabalho (HIRATA, ZARIFIAN, 2009), e é compartilhada por Zelizer (2010), que também parte de uma noção de trabalho que extrapola sua vinculação à produção de mercadorias e abarca todo esforço criador de valor de uso.

O trabalho de cuidar de crianças pequenas tem especificidades e significados próprios, que o diferenciam do cuidar de pessoas idosas ou de pessoas com deficiência, por exemplo. O cuidado de pessoas idosas ou mesmo de pessoas adultas com deficiência demanda a compreensão da existência do outro enquanto sujeito com longa trajetória de vida e diferentes realizações, com conhecimentos e vivências particulares advindos de sua cultura, sendo voltado, principalmente, para o apoio na realização de atividades básicas da vida diária, podendo envolver o monitoramento de doenças e agravos crônicos não transmissíveis (DUARTE, BERZINS, GIACOMIN, 2016; CAMARANO, 2021). No caso do cuidado de crianças pequenas, o sujeito cuidado está em uma fase de rápidas mudanças e que conjuga a extrema dependência de uma cuidadora para a satisfação de suas necessidades básicas com o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais em direção à autonomia. Essa dependência, todavia, não significa impotência, já que as crianças são atores afetivos e corporais e provocam reações nos adultos responsáveis por seu cuidado (MORENO, 2019, p. 117).

As necessidades a serem atendidas e satisfeitas pelo cuidar englobam dimensões objetivas e subjetivas e são construídas social e historicamente, podendo haver variações informadas pela cultura, pela classe ou pelas normas que organizam as sociedades, por exemplo. Renata Moreno (2019, p. 118) agrupou as necessidades das crianças pequenas identificadas em pesquisa de campo na cidade de São Paulo em quatro conjuntos, que arrisco extrapolar para a realidade Belo Horizonte, também um grande centro urbano, e capital de um estado do sudeste

brasileiro. Além de relacionadas às ações que compõem o cotidiano do cuidar, por vezes as necessidades aparecem na pesquisa de Moreno (2019) relacionadas às preocupações de quem cuida. São estes os conjuntos identificados: (1) necessidades relacionadas ao corpo; (2) necessidades afetivas; (3) necessidades de desenvolvimento de habilidades e capacidades para a autonomia e a vida em comum; (4) necessidades das famílias das crianças. Para quaisquer desses conjuntos, as condições de vida de quem percebe e atende às necessidades influenciam na maneira como elas são entendidas e satisfeitas.

As necessidades relacionadas ao corpo envolvem a alimentação (que pode ser entendida tanto como garantir que a criança não esteja com fome, quanto uma questão de saúde, ao se atentar para a qualidade nutricional do alimento), a higiene (que abarca tanto a higiene corporal quanto a limpeza dos espaços frequentados pela criança), a saúde, e a integridade física das crianças, considerada como a ausência de machucados ou danos ao corpo. A preocupação com a segurança e a integridade das crianças se conecta com a necessidade de atenção permanente, no sentido de precaução e prevenção de acidentes, e de proteção contra violências urbanas e de gênero (MORENO, 2019).

As necessidades afetivas são entendidas como necessidades de uma atenção zelosa. Se relacionam com a construção de confiança e vínculo entre a criança e as pessoas que dela cuidam. Essa construção é fundamental tanto para o bem-estar da criança, que aos poucos vai se descobrindo enquanto indivíduo e descobrindo o outro, e aprendendo a se relacionar, quanto para uma boa relação entre quem cuida e quem recebe o cuidado. Zelizer (2011) também reforça a dimensão da confiança envolvida nas relações de cuidado ao situar essas relações no universo das relações íntimas, entendidas como aquelas cujas interações dependem de conhecimentos particularizados recebidos e de atenção dispensada por ao menos uma das pessoas da relação (conhecimento e atenção que não estejam amplamente disponíveis a terceiros). Segundo a autora, as relações íntimas se apresentam de diferentes maneiras, variando em tipo e grau de intimidade, mas todas elas se assentam sobre algum grau de confiança. Além de se situarem nesse lugar de construção de relações, as necessidades afetivas envolvem, também, a atenção às carências que as crianças expressam de diferentes maneiras, o que contribui para que as demandas das crianças sejam melhor compreendidas. Satisfazer essas necessidades afetivas, no cotidiano do cuidar, é mais sobre estar presente, disponível e em interação, do que sobre expressar sentimentos abstratos (MORENO, 2019).

As necessidades de desenvolvimento de habilidades e capacidades para a autonomia da criança e para a vida em comum envolvem o desenvolvimento das capacidades cognitivas, da

coordenação motora, da habilidade de lidar com emoções, de se expressar e de criar. Podem ser situadas aqui, também, a aprendizagem de valores e de “boas maneiras”. Novamente, não é possível estabelecer uma regra única sobre essas necessidades, e sobre como atendê-las. Além de serem afetadas pela cultura, a construção do entendimento sobre o desenvolvimento integral das crianças e, portanto, o que é prescrito enquanto prática de cuidar adequada — o que elas devem desenvolver, e como quem cuida deve atuar para garantir esse desenvolvimento — se dá dentro de um conjunto de concepções e interesses econômicos e políticos que orientam visões normativas. Esse conjunto de necessidades traz à tona a indissociabilidade do cuidar e do educar, compreensão que vem sendo consolidada principalmente no campo da Educação Infantil (MORENO, 2019).

O último conjunto se refere às necessidades das famílias e envolve o apoio no cuidado das crianças para o atendimento das necessidades anteriormente mencionadas. Moreno (2019) argumenta que compreender as necessidades das famílias como um conjunto que integra, também, o que é ou deve ser satisfeito no cuidado de crianças pequenas, é um elo importante entre as práticas de cuidado e sua organização social e política, haja vista que as demandas das famílias podem informar o funcionamento de espaços e serviços de cuidado, ou, se não consideradas, impossibilitar o atendimento das outras necessidades, configurando falhas na organização do cuidado. Quando, por exemplo, as mulheres têm vivências marcadas por carências econômicas e longas jornadas de trabalho, usam transporte público, e lidam com a imprevisibilidade da duração dos trajetos de ida e volta, o cuidado de crianças pequenas precisa envolver adaptações em rotinas e horários maleáveis, tanto dos sujeitos envolvidos quanto das instituições.

As diferentes necessidades podem ser manifestas, percebidas ou antecipadas, e essas duas últimas possibilidades são especialmente importantes no caso de crianças que ainda não aprenderam a comunicar suas necessidades com clareza. Conforme assinalado por Moreno (2019, p. 131), cuidar de crianças pequenas exige postura atenta e vigilante, e a antecipação das demandas e a atenção permanente que fazem parte dessa postura compõem a carga mental do cuidar.

Ainda que tenha trazido as várias necessidades organizadas em conjuntos, visando facilitar a identificação, no cotidiano do cuidar uma mesma ação pode satisfazer simultaneamente distintas necessidades. A alimentação, por exemplo, mais do que dar a comida, envolve as atividades de planejamento e compra da comida, o preparo, a limpeza da louça e a manutenção da cozinha limpa, a introdução alimentar e o desenvolvimento de hábitos

relacionados à alimentação, a atenção às preferências da criança e a verificação da qualidade dos alimentos. Ainda, ensinar as crianças a comer sozinhas e a usar os talheres. Outro exemplo é o atendimento às necessidades fisiológicas das crianças, mais especificamente envolvendo as fraldas, presentes no cotidiano da primeira infância. Além de serem necessárias a antecipação e a atenção às emoções expressas pela criança para identificar quando a fralda está suja e é hora de trocar, o processo de desfralde implica o desenvolvimento da autonomia da criança, da compreensão sobre seu corpo e sobre suas vontades (MORENO, 2019).

Ainda sobre as especificidades do cuidar de crianças pequenas, o brincar se destaca como uma prática de cuidado muito presente, e que pode atender a necessidades afetivas e de desenvolvimento da criança. Comumente relacionado ao que define ser criança pequena, o brincar está ligado à construção de relações, seja entre diferentes crianças, entre crianças e adultos, ou entre uma criança e os objetos e espaços com os quais ela interage. Cada experiência de brincar demanda um envolvimento diferente dos adultos e, para eles, esses podem ser momentos privilegiados de estar junto com as crianças. Além da possibilidade de participação durante a brincadeira, mobilizar o brincar como prática de cuidado envolve, por parte de quem cuida, a preparação dos espaços, a disponibilização de brinquedos e a observação atenta das interações (MORENO, 2019, p. 141-143).

Cuidar é um trabalho que produz afetos ambíguos e ambivalentes. Molinier (2014, p. 22), que faz essa afirmação, defende ser importante que levemos a sério os relatos das pessoas que cuidam, sobretudo quando se referem ao amor que sentem pelas pessoas cuidadas. A autora faz essa defesa em uma pesquisa na qual se debruça sobre a realidade do cuidado de pessoas idosas, mas é possível extrapolar para o cuidado de crianças pequenas. A construção do vínculo e do afeto entre a criança e quem cuida acontece nas ações rotineiras do cuidar, especialmente quando a *forma de fazer* implica *presença e postura afetiva* (MORENO, 2019, p. 133).

É fácil recair numa sentimentalização do cuidado de crianças pequenas, uma vez que ele evoca imagens de altruísmo, comunhão e compromisso irrestrito (ZELIZER, 2011). As ideologias dominantes da maternidade — que associam a imagem da mãe a uma entrega total de si, a uma doação supostamente natural e devota para responder às necessidades de sua cria — e as noções de gênero ainda predominantes no Ocidente — que conectam o feminino à domesticidade e ao cuidado da família — reforçam a dimensão sentimental desse trabalho e dificultam a separação do joio e do trigo: ainda que possa envolver prazer para quem o provê e o recebe (e não necessariamente envolve), o cuidado de crianças pequenas é construído socialmente e é trabalho. Enquanto trabalho, é permeado por questões que extrapolem a

“benevolência” de quem o realiza e que têm consequências diretas sobre a vida de quem cuida (como o esforço físico e mental e a disposição de tempo e energia, a título de exemplo). Quando realizado como profissão, a ambiguidade e a ambivalência dos afetos produzidos nesse trabalho, e os custos emocionais e afetivos envolvidos, se tornam ainda mais complexos para a cuidadora, que deve lidar ainda com a relação empregado-empregador.

Os atuais arranjos do cuidado têm permitido uma sobrecarga de responsabilização sobre alguns sujeitos e, na mesma medida, um distanciamento das responsabilidades para outros, a depender de seu gênero, raça ou situação econômica. Entre as pessoas provedoras, estão representadas sobremaneira as mulheres, em especial as pobres e racializadas, e, entre os beneficiários, aqueles que têm poder e meios para serem cuidados sem ter a necessidade de cuidar. Falaremos em trabalhadoras do cuidado, flexionado no feminino, pela intensa feminização do setor — ainda que sob esse termo possamos, também, incluir homens.

Tronto (2013) usa o termo *privilégio da irresponsabilidade* para tratar da liberação de alguns indivíduos, operada pela divisão do trabalho e pelas normas sociais vigentes, do exercício de responsabilidades de cuidado básicas, baseando-se na presunção de que eles teriam outros trabalhos, mais importantes, a serem feitos. A capacidade de evadir responsabilidades está atrelada à posição de determinados sujeitos em relações de poder. Essas pessoas escolhem quais responsabilidades irão assumir e quais irão delegar. Têm o privilégio de serem ignorantes e irresponsáveis sobre coisas no mundo com as quais não querem lidar.

A divisão de responsabilidades está, com frequência, tão entranhada nos hábitos e nas práticas coletivas, nas instituições e na vida política, que suposições sobre as quais ela se baseia — quem recebe o cuidado, quem o presta e em quais condições, como ele é prestado, como isso deve estar presente na vida de cada um etc. — parecem além do alcance da discussão política normal. Segundo Tronto (2013), que vislumbra uma sociedade democrática e na qual o cuidado ocupa o centro das discussões e decisões políticas, essas fronteiras implícitas não apenas determinam responsabilidades, mas permitem que várias formas de responsabilidade — e de irresponsabilidade — floresçam. As configurações atuais para o cuidado se baseiam em suposições pouco examinadas, que excetuam algumas pessoas de certas responsabilidades de cuidado, a partir do gênero, da classe e da raça com os quais são identificados, ou da situação econômica na qual se inserem.

No cuidar, intimidade e trabalho se interseccionam, e esse trabalho íntimo pode acontecer em diferentes formatos e locais: como cuidado não remunerado em ambientes íntimos, como cuidado não remunerado em ambientes organizacionais, como cuidado

remunerado em ambientes íntimos, e como cuidado remunerado em ambientes organizacionais. Essas configurações diferenciam significativamente o caráter e a organização do trabalho íntimo, e envolvem laços sociais com diferentes contornos (ZELIZER, 2010).

Em relações íntimas, as pessoas estabelecem parâmetros para distinguir os relacionamentos de outros com os quais compartilham algumas propriedades — distinguem serviços de cuidado providos por médicos, por enfermeiros, por babás, e o cuidado provido por familiares, por exemplo. Para isso, estabelecem, combinam, ajustam e desfazem limites, transações e meios de reconhecimento para cada relação. Nesse árduo trabalho relacional, diferentes formas e níveis de compensação são considerados pertinentes para os cuidados, e geralmente são banidas certas combinações de relações e transações julgadas impróprias (ZELIZER, 2010).

Enfrentando os debates sobre os limites morais entre os usos próprios e impróprios da intimidade, e reconhecendo a coexistência de relações íntimas e transações econômicas, monetárias ou não, Zelizer (2011) faz uma investigação importante sobre os direitos, as obrigações, os significados e os limites que caracterizam os diferentes laços sociais, e sobre as negociações que estabelecem essas diferenças. Ao me debruçar sobre o cuidado de crianças pequenas realizado em contextos de laços sociais distintos, mãe-filha/o e babá-criança, identifiquei diferentes contornos que distinguem essas relações. Em diálogo com Zelizer, Nadya Guimarães (2020a, p. 94) constata que:

(...) em cada uma das múltiplas configurações que as relações sociais de cuidado podem adquirir, se estabelecem, e diferenciam, as atrizes que neles atuam, o significado do seu trabalho, a natureza das relações sociais de trabalho ali tecidas, e o modo como tal trabalho é retribuído.

Na tentativa de avançar no entendimento dessas especificidades, a autora elabora a noção de “circuitos de cuidado”, para se referir às diferentes configurações assumidas pelas relações sociais de cuidado, e defende que essa noção ajuda a dar conta de nuances existentes na construção das relações sociais de cuidado, sejam elas mercantis ou não. Trata-se de uma categoria teórica de enlace, que permite discutir e comparar as diferenças no trabalho de cuidados. Ao dialogar com o caso brasileiro, ela identifica três diferentes circuitos: o circuito do cuidado como profissão, do cuidado como obrigação e do cuidado como ajuda. Cada um deles conta com suas particularidades.

2.1 O cuidado como obrigação: o cuidar como atributo da feminilidade e ato de amor

O circuito do cuidado como obrigação se refere àquele que envolve atos de cuidar que não são socialmente reconhecidos como trabalho. Não estão codificados institucionalmente e nem atrelados diretamente ao mercado. O trabalho de cuidados, nesse circuito, assentado em relações sociais tecidas no âmbito doméstico, fica oculto, pelo fato de suas atividades serem compreendidas como atos de “amor (por)” e “responsabilidade (para com)” outros membros do domicílio e/ou da família, e por constituírem expectativas sociais associadas a relações de gênero e posições geracionais. São vistas como obrigações de determinados sujeitos, deveres nítidos e notórios, e não são retribuídas via circulação monetária (GUIMARÃES, 2020a, p. 168).

2.1.1 Papéis de gênero e ideais de maternidade

Segundo Lorber (2018), o gênero como instituição social cria *status* diferenciáveis para a atribuição de responsabilidades e direitos e, como processo, cria as diferenças sociais que definem “homem” e “mulher”. Como estrutura, o gênero ainda divide o trabalho em casa e na produção econômica. A explanação de Lorber sobre o gênero propicia uma melhor compreensão da noção de irresponsabilidade privilegiada de Tronto: as desigualdades de gênero privilegiam os homens com uma maior irresponsabilidade pelo trabalho de cuidados, enquanto atribuem às mulheres responsabilidades com as tarefas domésticas e de cuidado, tudo isso a partir de definições diferenciadas sobre ser “homem” e ser “mulher”. O exercício do cuidar é visto como um dever “natural” das mulheres, fazendo parte, inclusive, do rol de afazeres que as tornariam completas e felizes. Isso justificaria sua responsabilização quase exclusiva.

Um exemplo em que se manifesta o “privilégio da irresponsabilidade” é o caso do modelo idealizado de família do “homem provedor - mulher dona de casa”, no qual o homem, por trazer proventos financeiros para o lar, pressupõe ser tarefa da mulher converter esse sustento em uma casa confortável, alimentos preparados, roupas limpas, apoio emocional e sexual. Mais ainda, é dado aos homens o privilégio de se isentarem de responsabilidades, por estarem vinculados a atividades de proteção — trabalhos que, segundo Tronto (2013, p. 68), também podem ser entendidos como cuidar, mas que não são tidos dessa forma socialmente, o que é conveniente por distanciá-los de cuidados de outras naturezas.

Se as pessoas pensam que a forma como cuidam ou são cuidadas é natural, torna-se mais difícil que enxerguem os desequilíbrios de poder que constituem essas relações sociais. O privilégio da irresponsabilidade tem como arma, portanto, as ideologias que naturalizam a realização do trabalho de cuidados por sujeitos específicos. Nesse sentido, a desigual responsabilização pelo trabalho de cuidados é operada, no entendimento social, pela imposição do trabalho reprodutivo como um atributo natural da psique e da personalidade femininas. Constrói-se uma crença de que a domesticidade, o cuidado e a dedicação integral aos demais sujeitos da família seriam da “natureza” das mulheres e, portanto, exercidas com prazer, dando sentido a suas vidas (FEDERICI, 2019, p. 46).

A imposição desse entendimento e a educação para a domesticidade são parte do que configura o “patriarcado do salário”, entendido por Federici (2021) como uma forma de hierarquia patriarcal fundamentada na dependência das mulheres em relação ao salário masculino, desenvolvida em um período de reorganização das estruturas sociais para a transição de uma exploração de mais valia absoluta para mais valia relativa. Por meio dessa dependência do salário masculino, teria sido criada, segundo ela, uma nova organização da desigualdade, na qual o homem passaria a supervisionar o trabalho não pago da mulher, sendo dotado, ainda, do poder de disciplinamento.

A dependência das mulheres em relação ao salário dos homens viria com hierarquias, falta de direitos e com a invisibilização do trabalho reprodutivo por elas realizado, sendo o trabalho de cuidados central. De acordo com Federici (2021), é objetivo do próprio sistema capitalista essa invisibilização, tendo em vista que, assim, dá conta de explorar mais intensamente um trabalho que é essencial para a produção da força de trabalho e que não pode ser completamente mecanizado. Essa construção social de gênero é, deveras, extremamente útil às demandas por exploração da força de trabalho e acumulação de capital do capitalismo — trabalhadores de roupa lavada e passada e bem alimentados chegam logo cedo em seus postos de trabalho, enquanto as crianças chegam às escolas, também com suas necessidades básicas atendidas, para se tornarem, futuramente, mão de obra. Garante, ainda, quem olhe pelos idosos, já descartáveis enquanto mão de obra, e pelas pessoas com deficiência, inconvenientes em sistemas de trabalho massificados e padronizados.

Ao elaborar o que entende por “patriarcado do salário” e explicar a nova organização da família que ele dita, Federici expõe uma estrutura em que os homens, conforme o sistema capitalista de produção e organização social, têm o aval para (e devem) sair de suas casas para produzir mercadorias, enquanto as mulheres são estimuladas a permanecerem nos lares,

realizando um trabalho que é propositadamente ocultado e que serve à reprodução da força de trabalho, sustenta a vida dos moradores do lar e dos demais familiares. Federici explica a organização da família nuclear como produto de uma ideologia que opõe a família à fábrica, o pessoal ao social, o privado ao público, o trabalho produtivo para o mercado daquele tido como improdutivo, da escravização da casa. Ela desenha o que vai ser entendido enquanto *divisão sexual do trabalho* no sistema capitalista. Ainda que ao longo dos últimos séculos a realidade da “dona de casa” não tenha sido verificada para grande parte das mulheres pertencentes às classes populares, e que as recentes mudanças demográficas e culturais tenham significado mudanças na divisão do trabalho, que extrapola o modelo familiar do homem provedor e da mulher dona de casa, a ideologia que sustenta essa divisão tradicional de papéis segundo gênero permanece em ação, sobrecarregando as mulheres — donas de casa ou não, trabalhadoras assalariadas ou não. No Brasil, por exemplo, no modelo de família atual, “a tendência predominante é a maioria dos homens investir seu tempo prioritariamente no mercado de trabalho enquanto a maioria das mulheres se divide entre o trabalho remunerado e os cuidados da família” (SORJ, FONTES, 2012, p. 105).

Em perspectiva global, de acordo com relatório publicado pela Organização Internacional do Trabalho em 2018, cerca de três quartos de todo o trabalho de cuidados não remunerado no mundo era realizado por mulheres, compreendendo 76,2% do tempo total empregado. Nesse sentido, as mulheres dedicavam, em média, 3,2 vezes mais horas do que os homens ao trabalho de cuidado não remunerado: 4 horas e 25 minutos por dia versus 1 hora e 23 minutos para homens, em média. Ao longo de um ano, isso representa uma soma de cerca de 201 dias de trabalho (referência ao dia de trabalho com 8 horas) para mulheres e 63 dias de trabalho para homens (OIT, 2018). O tempo gasto com esse trabalho significa menor tempo disponível para uso em qualificações, trabalhos remunerados, participação política e cidadã, construção de relações sociais e afetos, etc. O menor número de horas trabalhadas, o tempo de experiência e a penalidade materna diferencial por classe e renda condicionam a produtividade e os menores salários que recebem (MUNIZ, VENEROSO, 2019).

O contraste do *script* da feminilidade em relação ao *script* da masculinidade no que se refere ao trabalho de cuidados fica ainda mais nítido quando se tem em mente a ideologia da maternidade predominante nas sociedades ocidentais. Ao reconstruir criticamente os modelos hegemônicos de maternidade que emergiram ao longo da modernidade e que ainda dominam as mentalidades, Oliveira e Marques (2020), recorrendo à Badinter (2011), observam, no núcleo duro, uma espécie de “império do bebê”, no interior de um arranjo familiar específico, que ecoa

e se apoia sobre a noção de instinto materno. Do ponto de vista da existência de um instinto materno, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Qualquer exceção à norma é patologizada, já que o destino social da mulher seria dado pela natureza, e o amor materno seria inato (BADINTER, 1985).

Em meados do século XX, a filósofa Simone de Beauvoir questionou a noção de instinto materno e, embora não tenha sido amplamente compreendida na época, os conceitos de instinto e de natureza humana perderam o prestígio entre os próprios etologistas, de modo que o vocábulo “instinto materno” passou a ser rejeitado. Não obstante, permanecem ideias que associam a maternidade à natureza. Badinter, na década de 1980, questionando a confusão entre determinismo social e imperativo biológico, argumenta pela *multiplicidade de experiências femininas* (embora todas elas submetidas a valores sociais de força considerável), contrapondo-a à ideia de uma “natureza feminina”. Convencida de que o amor materno existe desde o início dos tempos, e contrariando os debates dominantes de sua época, ela reivindica que não necessariamente ele está presente em todas as mulheres, e que não é esse amor o responsável pela sobrevivência da nossa espécie (BADINTER, 1985).

No Brasil, a emergência das noções modernas de maternidade teve início no período de implementação da ordem burguesa, nos séculos XIX e XX, quando os movimentos de modernização e higienização reorganizaram radicalmente os arranjos familiares e redefiniram as concepções de maternidade, paternidade e infância. Com a tese de que o destino sociocultural da nação envolveria o espaço privado do lar, o poder estatal se uniu com o olhar médico para destronar o patriarca colonial e controlar a família, normatizar, disciplinar e ordenar o sexo e os prazeres (OLIVEIRA, MARQUES, 2020, p. 2). A saúde e o equilíbrio do espaço doméstico dependeriam particularmente da mulher enquanto mãe devotada, desde que ali confinada e servil ao que fosse prescrito pelos médicos. O discurso médico-estatal atestava, explorava e classificava diferenças sexuais, atribuindo às mulheres sensibilidade e fragilidade moral e intelectual, e aos homens força e superioridade moral e intelectual. Como saída para esse descompasso entre homens e mulheres, prescrevia uma vida conjugal fértil, fundada nas ideias de amor feminino e masculino, encarnando modelos modernos de maternidade e paternidade em que o cuidado das crianças passa a ser um ato espontâneo de amor, não mais uma obrigação. Oliveira e Marques (2020) destacam dois movimentos que se retroalimentam nesse período: o despontar da estima social pela mulher-mãe, e o alargamento das exigências de cuidado das crias, indicando a redefinição do *status* da criança.

O processo de construção da representação moderna da mulher-mãe pelo poder médico no Brasil contou com publicações em jornais e revistas do final do séc. XIX e início do séc. XX, que promoviam preceitos médicos e repudiavam a medicina popular. Os discursos veiculados tinham caráter pedagógico e normalizador, pressupondo o amor materno como fatalidade e atrelando a boa mãe àquela que amamentava, reforçando as benesses da amamentação em contraposição à culpa e ao castigo que esperavam as que não o faziam. Comprometiam-se, também, com a educação das mulheres no que diz respeito à administração da casa e aos cuidados com as crianças (OLIVEIRA, MARQUES, 2020).

O cenário idílico forjado pelas publicações, todavia, contrapunha-se à realidade e constituía uma tentativa de alterá-la. Deixar os filhos e as filhas sob os cuidados de amas de leite ou amas secas (sobretudo mulheres negras escravizadas ou recém-libertas), e mesmo abandonar a prole, eram práticas comuns no Brasil colonial, e permaneciam no século XIX. Além dos anúncios de aluguéis, vendas, compras e pedidos de amas, facilmente localizáveis nos jornais do século XIX, cabe apontar que a Roda dos Expostos² conheceu enorme sucesso após a Independência, totalizando doze dispositivos em meados do século XIX. As razões para o abandono da prole eram muitas: pobreza, morte dos pais, nascimento de gêmeos, e receio de condenações morais no caso de amores proibidos, dentre outras (OLIVEIRA, MARQUES, 2020; VENÂNCIO, 2022). Quanto à prática da “amamentação mercenária”, Machado (2012) levanta um conjunto de razões que poderiam justificar a difusão da prática entre as mulheres de famílias que possuíam escravas ou podiam alugá-las para a amamentação:

A saúde precária da mãe devido à presença de doenças contagiosas ou debilitantes; partos seguidos e em idade prematura, resultando em puerpérios complicados; a desnutrição; a depressão pós-parto; a ausência de uma cultura de valorização da amamentação; e, talvez acima de tudo, a crença de que as mulheres brancas, por serem do tipo “linfático”, eram muito frágeis para amamentar, produzindo apenas um leite fraco e insuficiente para a nutrição dos bebês (...) (MACHADO, 2012, p. 199)

Para enfrentar a prática de recorrer às amas de leite, que ameaçavam o ideal de mulher-mãe que vinha sendo construído, o discurso higienista combinou a retórica do amor materno com a defesa da amamentação. A tentativa de criar uma “nova mãe” ou uma “mãe higiênica” estava atrelada, ainda, a uma ideia higienista e carregada de racismo dos médicos de que as

² Sistema de auxílio às famílias que rejeitavam suas proles implementado pelas Santas Casas. A Roda consistia em um cilindro que unia a rua ao interior da instituição, com a finalidade de não constranger quem deixava a criança e nem quem a recolhia. No período colonial, apenas Salvador, Recife e Rio de Janeiro contavam com as Rodas. (VENÂNCIO, 2022, p. 191).

amas poderiam transmitir doenças às crianças brancas. Diante das constantes epidemias de febre amarela e cólera que assolavam as cidades, pressionavam cada vez mais para que os bebês brancos passassem a ser amamentados por suas próprias mães, pintando as amas de leite como figuras ameaçadoras (KOUTSOUKOS, 2012).

A culpa e o medo foram fatores importantes na tentativa de criar a “nova mãe”. Os médicos atrelavam o afeto com os filhos e o cumprimento das prescrições médicas “de cabo a rabo” a maiores probabilidades de que eles sobrevivessem à infância (KOUTSOUKOS, 2012). Quaisquer desvios nesse sentido recaíam — e recaem ainda hoje — sobre as mães, como um peso gigantesco, já que sua realização enquanto sujeito se faria na correspondência ao amor materno que dela era esperado.

Vozes como as de Beauvoir, Badinter e de tantas outras feministas que questionaram, no pós-guerra, a visão essencialista sobre a mulher e as noções hegemônicas de maternidade, expressaram o desejo pujante das mulheres da época de libertação dos determinismos que ditavam suas vidas. Todavia, desde o final do século XX — Badinter (2011) destaca o período de 1980 a 2010 — vem se desenrolando uma ofensiva naturalista que tem renovado a retórica do instinto materno, tentando recolocar a maternidade no cerne do destino feminino. Badinter (2011) aponta para uma confluência entre três discursos de diferentes campos que têm se unido para “o bem-estar da humanidade”: a ecologia, as ciências do comportamento que se apoiam na etologia, e um novo feminismo essencialista. Em sua obra *O conflito: a mulher e a mãe*, a pesquisadora descortina os perigos ocultos em discursos e estratégias políticas de movimentos que, preocupados em restabelecer algum equilíbrio entre a humanidade e a natureza, não apenas não refletem criticamente sobre os efeitos da noção de determinismo biológico nas vidas das mulheres, e sobretudo das mulheres de classes populares, como também chegam a corroborar essa ideia (BADINTER, 2011). No Brasil, são ilustrativos os movimentos de humanização do parto, os discursos e os programas nacionais para aleitamento materno e a deflagração de uma hierarquia de saberes na qual o especialista tudo diz e a mãe tudo ouve e aplica, sem que o pai, também, tenha um papel fundamental na equação.

Para Rosamaria Carneiro (2022), o desenho da família nuclear, aliado ao “mito do amor materno” (BADINTER, 1985), ambos costurados ao discurso naturalista das maternidades conscientes e das teorias de criação com apego, têm atribuído às mães um papel social que, na verdade, congrega muitos outros papéis em uma só pessoa, colaborando para a construção de um ideal de maternidade associado à solidão e a uma enorme sobrecarga de trabalho, que provoca adoecimento mental. Esse discurso naturalista estaria legitimando uma concentração e

individualização do cuidado que nos coloca diante da acepção neoliberal de um Estado que extingue o cuidado como equipamento e política social. Carneiro (2022, p. 5) chama de “pacote da maternidade consciente” os itens *must have* e as práticas que compõem o ideário da “maternidade consciente” propagandeado pelo discurso naturalista, envolvendo fraldas de pano, copos anatômicos, jogos sensoriais, dietas específicas, “disciplina positiva” e a valorização de tudo o que é feito à mão. A pesquisadora não entra no mérito da vantagem ou desvantagem de cada um desses itens ou práticas para a saúde e o desenvolvimento da criança, e não pretendo também entrar, mas ela questiona — e é o que resgato aqui — os efeitos dessas novas necessidades sobre a vida das mulheres, principais cuidadoras, entendendo que fugir de determinações sociais sobre o que constitui um “bom cuidado” geralmente atrela culpa às mães, que se responsabilizam por garantir as condições de cuidado (CARNEIRO, 2022).

Os papéis atribuídos aos diferentes sujeitos na sociedade, entretanto, não são diferenciados apenas pelo gênero em referência ao qual foram socializados: o gênero se entrelaça com outros *status* de diferenciação, como raça, religião, ocupação, classe e país de origem (LORBER, 2018). As condições em que esse cuidado é exercido e as possibilidades de compartilhamento desse trabalho com outras fontes de provisão variam com essas diferenças: sobretudo a raça dessas mulheres e a classe em que estão inseridas operam como conformadoras da realidade do cuidado em suas vidas.

Em pesquisa sobre os dispositivos de cuidado no Brasil, Sorj (2013) demonstra que apesar do gênero determinar a divisão sexual do trabalho doméstico no país, a renda produz diferenças importantes na experiência doméstica das mulheres. Para os homens, a posição na distribuição de renda quase não altera o tempo gasto em afazeres domésticos, enquanto que na comparação entre as mulheres, há diferenças notáveis no número de horas, que podem ser explicadas talvez pelo menor tamanho das famílias (menos filhos para cuidar), pelo acesso a tecnologias domésticas mais modernas e pelo serviço de trabalhadoras domésticas. Segundo informe emitido pela CEPAL, em 2018, ao tempo que 13,5% das residências da região latinoamericana e caribenha não tinham fontes de água de qualidade (número que atingia os 25,4% nas zonas rurais), as mulheres que viviam em residências com privação no acesso à água potável dedicavam ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado entre 5 e 12 horas semanais a mais do que aquelas que não enfrentavam essa privação (CEPAL, 2020).

Além disso, um largo conjunto de tarefas pertencentes ao trabalho de cuidados é racializado. As mulheres brancas, ao fazerem distinção entre o “trabalho limpo” e o “trabalho sujo”, associando esse último àquelas tarefas que geralmente geram asco nas pessoas — por

estarem relacionadas a fluidos corporais ou ao tratamento de resíduos gerados no cotidiano — e àquelas tarefas que, em seu ramo, não queremos fazer e delegamos a alguém mais baixo na hierarquia ocupacional, puderam racializar um conjunto de responsabilidades já marcadas pelo gênero, afastando-se de certas funções que seriam a elas atribuídas se não o fizessem (MOLINIER, 2018; GLENN, 1992). Ao longo do séc. XIX, a contratação de trabalhadoras domésticas, racializadas, ajudava as mulheres de classe média e alta a resolver as contradições criadas pelo código doméstico, que esperava delas tanto uma feminilidade recatada e delicada, quanto a domesticidade que, associada à criação de um ambiente limpo, confortável e acolhedor para toda a família, exigiria trabalho físico pesado, a lida com sujeiras e outros fluidos. Frente à dificuldade de enfrentar a divisão sexual do trabalho e ao receio gerado pela ideia desse enfrentamento, mulheres brancas empurram o dilema para outras mulheres, racializadas, e mantêm certo *status* a partir da relação com homens brancos. Esse *status*, e suas vantagens, cega-as diante da opressão que sofrem, e serve como incentivo para a manutenção de relações de opressão com mulheres racializadas (GLENN, 1992). Irei avançar, ao longo deste trabalho, nas desigualdades que conformam a realidade do cuidado como obrigação — e também como profissão e ajuda — na vida das diferentes mulheres.

2.1.2 Licença-maternidade, licença-paternidade, creches e outras políticas de proteção social

O Estado tem um papel fundamental como garantidor de condições dignas para que o cuidado que é entendido socialmente como obrigação possa ser realizado. A política de licenças parentais é uma das respostas mais clássicas às responsabilidades de cuidados que recaem sobre as mulheres trabalhadoras, provavelmente a política mais antiga na esfera do cuidado, e também a mais disseminada globalmente. No Brasil, a licença-maternidade e a licença-paternidade — não a licença parental compartilhada — são garantidas por lei. No entanto, não para toda a população: a política surge vinculada à participação em categorias profissionais formalizadas e, ainda hoje, por mais que tenha expandido suas possibilidades, segue de caráter contributivo e não engloba a totalidade das pessoas em idade reprodutiva no país.

A história da licença-maternidade e paternidade como política pública no Brasil data de cerca de 80 anos atrás. Durante esse período, três marcos políticos e legais nacionais chamam atenção no que concerne à institucionalização e à expansão desse direito: a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943; a Constituição de 1988; e o Programa Empresa Cidadã, instituído em 2008. Além desses, um marco legal externo impactou o início da institucionalização desse

direito no país: a Convenção nº 3 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) — relativa ao Emprego das Mulheres antes e depois do parto (Proteção à Maternidade) — que estabeleceu que as gestantes não poderiam trabalhar durante as 6 semanas seguintes ao parto e deveriam receber benefícios suficientes para a manutenção delas e de suas crianças. A Convenção foi promulgada no país pelo Decreto nº 423, de 12 de novembro de 1935, e sob sua influência e de outras legislações já em vigor no país, a nível local, desde 1917, o direito à licença-maternidade ganhou caráter nacional com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, durante o regime Vargas, que realizou profunda reorganização do estado nacional, sendo fortemente intervencionista (SORJ, FRAGA, 2022).

Na CLT, é nítida a pretensão de salvaguardar a saúde da mulher, especialmente sua função reprodutiva. Proteger a função reprodutiva era parte das políticas de incentivo ao crescimento da natalidade, motivadas pela ideia de povoar o extenso território nacional — a proteção do direito, portanto, não era necessariamente vinculada ao reconhecimento da mulher como portadora de direitos. A licença concedida na CLT, a ser paga pelo empregador, foi de 6 semanas antes e 6 depois do parto, totalizando 84 dias. Em relação ao pai, foi concedido o direito de faltar ao trabalho por 1 dia, para que pudesse fazer o registro civil do filho recém nascido sem prejuízo do salário — não se tratava de responsabilizá-lo pelo cuidado.

A CLT definiu a licença-maternidade e a licença-paternidade como um direito vinculado ao emprego assalariado. Laura Pautassi (2007b) afirma que a consideração da mulher no sistema de seguridade social como portadora de direitos derivados (nesse caso, derivados de sua condição de trabalhadora assalariada), e não de direitos próprios, marca as formas de organização e de desenvolvimento dos sistemas das políticas sociais na América Latina.

O segundo marco da política de licenças maternidade e paternidade no Brasil é a Constituição de 1988, promulgada com a redemocratização do país, após a Ditadura Militar (1964-1985). A constituinte garantiu a estabilidade no emprego para empregadas grávidas, desde a confirmação da gestação até 5 meses após o parto, e ampliou o período da licença-maternidade de 84 dias para 120 dias, com remuneração integral paga pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ampliou também a licença-paternidade de 1 para 5 dias. Diferente da licença-maternidade, essa continuou sendo custeada pelo empregador. Essa defasagem dos tempos das licenças demonstra que tais políticas seguem centradas na noção tradicional de que a mãe seria, por excelência, a responsável pelo cuidado dos filhos. A proteção à maternidade e à paternidade continuou, portanto, balizada pela legislação trabalhista e dependente do estatuto do trabalhador formalizado, ou da contribuição para a previdência social de trabalhadores

autônomos ou desempregados — modelo responsável pelo acesso desigual de trabalhadores aos benefícios da licença (SORJ, FRAGA, 2022).

O terceiro marco dessa política no país é a instituição, em 2008, de lei que cria o programa Empresa Cidadã. O programa prorroga a licença-maternidade de 120 para 180 dias, e a licença-paternidade de 5 para 20 dias, com remuneração integral. Essa ampliação, porém, é restritiva, e beneficia apenas alguns setores de trabalhadoras e trabalhadores: os vinculados ao setor público e a algumas empresas (aquelas tributadas com base no lucro real e que aderem voluntariamente ao programa Empresa Cidadã). O programa acaba criando, também, uma diferenciação entre as trabalhadoras e os trabalhadores do próprio setor privado: de um lado, quem trabalha em empresas que aderem ao programa, e, de outro lado, quem trabalha em empresas que não aderem. Tais trabalhadoras e trabalhadores terão diferentes oportunidades de licenças para cuidar dos filhos nascidos ou adotados. Também com esse programa, permanece a enorme discrepância entre as licenças-maternidade e paternidade, o que sugere que, naquele momento, não havia o objetivo de se combater as desigualdades de gênero (re)produzidas pelas disparidades na responsabilização pelo trabalho de cuidados. Sorj e Fraga (2022) observam que as vozes de psicólogos e pediatras defensores do programa, que argumentavam pela ampliação da licença visando melhoria nas relações entre pais e filhos, tiveram maior proeminência no debate da época, em contraste com as críticas das feministas, que argumentavam sobre as assimetrias de gênero estimuladas por uma larga ampliação da licença-maternidade frente a uma licença-paternidade ainda irrisória.

Assim se desenha a política de licenças vigente no Brasil. O reconhecimento do direito permanece vinculado ao estatuto de trabalhadora ou trabalhador formal, ou ao estatuto de contribuinte à previdência social — para as pessoas que estejam no setor informal ou desempregadas. Ou seja, todas as pessoas que trabalham, mas que, por alguma razão, não contribuem para a previdência social do país, não têm reconhecido o direito à licença-maternidade ou à licença-paternidade. Além disso, pesquisa realizada por Sorj e Fraga (2022) a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual de 2017, examinando a contribuição previdenciária da população brasileira ocupada em idade reprodutiva e, portanto, com maior tendência a usufruir das políticas de licenças maternidade e paternidade, atestou haver uma estratificação social da contribuição à previdência no Brasil em relação ao sexo, à posição na ocupação e à categoria do trabalho principal, à cor/raça, à renda, ao nível de instrução e à idade.

Marcadores sociais atuam como variáveis nessa desigual contribuição e, conseqüentemente, nesse desigual acesso ao benefício da licença. A posição ocupacional ou tipo de vínculo é um deles: algumas posições possibilitam que todos os seus membros usufruam da licença (empregados do setor privado ou setor público com carteira assinada, trabalhadoras domésticas com carteira assinada, militares e servidores públicos estatutários), enquanto trabalhadores com outros vínculos têm acesso menor à licença, com menor percentagem dos que fazem o recolhimento ao seguro social (empregados do setor privado sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria). Trabalhadores de ocupações geralmente mais precarizadas — informais — têm menor acesso, o que se explica de forma mais nítida quando o conjunto das variáveis é observado (SORJ, FRAGA, 2022).

A estratificação por cor ou raça é indicada pelas maiores proporções de contribuição à previdência por pessoas brancas (acima de 70%), enquanto os não brancos (somatório de pretos e pardos) apresentam percentuais inferiores, próximos a 60%. Essa informação é melhor esclarecida quando adicionada a outra, a de que a população negra é maioria dentre os desempregados e inseridos em ocupações precarizadas no país. A estratificação por renda também é fator de influência. A população que ganha até 1 salário mínimo tem comparativamente muito menos acesso à licença do que a população que recebe valores maiores que esses. Os trabalhadores que recebem pouco, e mal têm condições de pagar as contas do mês e sobreviver, têm, também, menos margem no rendimento para realizar contribuições mensais à previdência. O nível de instrução é outra variável que influencia. O recolhimento, em geral, cresce em relação ao nível ocupacional. Além disso, existe estratificação em relação à idade ocupada. A possibilidade de acesso às licenças é menor nas faixas mais jovens. Quando o momento do ciclo reprodutivo é mais acentuado, as trabalhadoras têm uma menor cobertura da licença-maternidade. Ademais, a proporção das mulheres ocupadas que contribuem à previdência é maior que a dos homens, ainda que o rendimento médio mensal delas seja menor e elas estejam mais presentes em ocupações informais, o que sugere maior preocupação delas com o recolhimento previdenciário (SORJ, FRAGA, 2022).

Assim, no Brasil, o acesso à licença-maternidade ou à licença-paternidade remuneradas se distribui na sociedade em relação direta com as desigualdades de gênero, de classe, de idade e de raça. Desigualdades são (re)produzidas com a forma como essa política está desenhada e opera, com marcadores sociais atuando como variáveis nessa desigual contribuição e, conseqüentemente, no desigual acesso à licença. As mulheres com condições de vida mais precárias, inserção laboral de baixa qualidade, pouco nível de instrução e pobres, são as que

menos têm acesso ao benefício, enquanto são as que provavelmente mais enfrentarão dificuldades para dar conta da criação dos filhos diante da insuficiência de serviços públicos e de recursos monetários.

Mesmo para aquelas mães que trabalham em ocupações formais e que gozam do direito à licença-maternidade mais longo, o direito ao cuidado é extremamente limitado, concentrando-se em sua fase reprodutiva e nos primeiros meses de vida dos filhos. Não abarca as necessidades por cuidado que surgem ao longo do desenvolvimento dos sujeitos, de modo que as reconhece como cuidadoras e trabalhadoras somente em um momento específico do ciclo de vida de seus filhos. Não há legislações que versem sobre o direito de trabalhadoras e trabalhadores a prestar cuidados em períodos de adoecimento de parentes, em dias de consultas médicas, que viabilizem a flexibilização da carga horária sem prejuízo da trabalhadora ou do trabalhador, entre outras.

Além das licenças maternidade e paternidade, que figuram como uma política de tempo para cuidar, na classificação proposta por Batthyany (2015) para políticas públicas de cuidado, a política de creches é central enquanto serviço de cuidado. A história da política de creches no Brasil é marcada por mobilizações sociais diversas em torno da responsabilização social pelo cuidado das crianças, encabeçadas principalmente por mulheres. Sorj (2013) lembra de movimentos populares que emergem nos anos 1980 pela criação de creches comunitárias em bairros periféricos das grandes cidades brasileiras, e Filgueiras (1994) destaca o que, segundo ela, teria sido um dos poucos movimentos populares que se fortaleceram e adquiriram visibilidade social na referida década: o Movimento de Luta por Creches, em Belo Horizonte e região metropolitana, que se originou em 1978 da aglutinação de três creches comunitárias e contava, em 1988, com setenta creches filiadas — o contexto era de precariedade na oferta de políticas públicas para crianças pequenas na cidade.

Com a Consolidação das Leis Trabalhistas, as creches foram incorporadas à política do trabalho. A CLT, tendo como foco a inserção de mulheres no mercado de trabalho urbano, as prevê como responsabilidade do empregador, ao definir, em seu Art. 389, § 1º, que “os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação”, e prever as creches como um dos investimentos possíveis a serem feitos pelos sindicatos com a contribuição sindical. Previa o apoio de instituições públicas na criação e manutenção de creches em determinados contextos, o que foi alterado com legislações que sucederam a publicação original (BRASIL,

1943; MARCONDES, CRUZ, 2016). Anos depois, durante o período da Ditadura Militar, as creches foram inscritas na política de assistência social, e o Projeto Casulo, de responsabilidade da Legião Brasileira de Assistência (LBA), figurou como principal política à época. Guiada pelo aproveitamento de espaços ociosos em entidades e comunidades, pela mobilização de recursos das próprias comunidades (como o trabalho voluntário ou sub-remunerado de mulheres que ali viviam), e pelo engajamento empresarial, constituía um modelo que articulava público e privado para oferta de creches a grandes massas de crianças pobres. Para se consumir, precisava da contribuição efetiva de obras beneficentes e das iniciativas populares de grupos de mulheres, e operou em um contexto em que a legislação não demarcava as obrigações do Estado em relação à educação da criança pequena (VIEIRA, 2022).

No período da redemocratização, com discussões em curso em torno da repactuação societária, a reivindicação por creches para todas e todos ganhou força entre movimentos feministas e de mulheres, movimentos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes e de luta pela educação. A luta reverberou na Constituição Federal de 1988, que afirmou a creche como um direito da criança, opção da família e dever do Estado. Com isso, a política de creches deixou de estar vinculada somente à política de assistência social e passou a integrar a política nacional de educação (MARCONDES, CRUZ, 2016; SORJ, FRAGA, 2022). Além de ter previsto em seu Art. 7º, como direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade, em creches e pré-escolas (posteriormente, com a Emenda Constitucional nº 53, de 2006, essa idade limite passou a ser cinco anos de idade), estabeleceu também, em seu Art. 208º, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de, entre outras ações, o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade (faixa etária modificada pela EC 53/2006, que a alterou para de zero a cinco anos de idade).

Posteriormente às determinações constitucionais e a partir de intensa mobilização de atores sociais para que as creches fossem incorporadas ao sistema educacional, foram editadas leis, decretos e diretrizes, formatando o que a CF-1988 previu em relação ao direito à educação infantil, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e do Plano Nacional de Educação 2001-2010 (PNE). Problemas iniciais de financiamento que dificultavam a efetivação do direito foram equalizados nos governos petistas, em um processo que transferiu o financiamento da educação infantil da assistência social para a política educacional. Esse processo se iniciou com a reorganização da política de assistência social e com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e foi selado

com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), por meio da EC 53/2006, cujos recursos passaram a custear a rede de educação infantil existente. Novamente, na conquista desse avanço, destacam-se os movimentos sociais como atores centrais, que, com fortes mobilizações, incidiram na proposta original do Governo para o Fundeb à época — que não contemplava as creches (MARCONDES; 2013; CRUZ, 2017; MARCONDES; MORENO, 2018).

Todavia, apesar da institucionalização e das normativas regendo a política, a ampliação de sua cobertura continua a ser um desafio, e muitas crianças pequenas seguem sem acesso à creche e/ou à pré-escola. Ainda que, ao longo dos anos, a porcentagem de crianças de 0 a 3 anos na educação infantil apresente crescimento, em 2015 ainda era constatado o baixo índice de 25,7% das crianças matriculadas, sendo observadas diferenças marcantes de acesso por nível socioeconômico: entre os 25% mais pobres da população, apenas 15,1% dos menores de três anos frequentavam a educação infantil, enquanto a frequência entre os 25% mais ricos era de 41,1%. Ou seja, a política de creches não tem cumprido efetivamente o papel de contribuir para a articulação entre trabalho e família, sobretudo para as famílias em piores condições socioeconômicas (SORJ, FRAGA, 2022). Ainda há que se considerar que esse percentual de acesso considera aqueles matriculados em tempo parcial e em tempo integral, ocultando a demanda por creche em tempo integral das mães e dos pais que só conseguiram vaga para seus filhos em tempo parcial, e seguem com dificuldades para exercer o trabalho remunerado e, em paralelo, dar conta das demandas de cuidados familiares.

Em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e onde a presente pesquisa foi realizada, o atendimento público às crianças pequenas na Rede Municipal de Educação (RME) foi iniciado em 1957, com a inauguração do Jardim Municipal Renascença (BELO HORIZONTE, 2016). De 1957 a 2003, entretanto, eram atendidas na RME/BH apenas as crianças da faixa etária de 4 a 6 anos de idade, e em horário parcial — até o início dos anos 2000, não chegavam a 5 mil crianças nessa faixa etária matriculadas na rede municipal (SILVA, BRAGA, VIEIRA, 2021). Foi somente em 2004 que crianças de 0 a 3 anos passaram a ser também contempladas pela rede pública municipal da cidade, a partir da aprovação, em 11 de novembro de 2003, da Lei n. 8.679/2003, que criava as Unidades Municipais de Educação Infantil³ (Umeis) com o objetivo de garantir pleno atendimento educacional às crianças de até 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses de idade.

³ Lei municipal aprovada em 2018 transformou as Umeis em Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis), com status de escola e com as autonomias administrativa, financeira e pedagógica decorrentes dessa alteração.

Em junho de 2020, segundo o site da Prefeitura de Belo Horizonte, a rede pública do município contava com 411 instituições de educação infantil, sendo 204 da rede própria e 207 creches conveniadas. Nesse mesmo período, as creches da RME/BH atendiam 42.148 crianças e as pré-escolas 38.518 crianças, totalizando 80.664 crianças atendidas pela rede pública municipal de educação infantil. Em 2/3/2020, 3.345 crianças estavam na lista de espera de vagas na educação infantil⁴.

Mirando os programas e os serviços sociais de assistência social e saúde de maneira mais ampla, Santos (2014) observa que os países da América Latina, nos últimos anos, têm se voltado para as famílias, como método dominante de combate à pobreza e de proteção social. No caso brasileiro, menciono como exemplo o Programa Bolsa Família (PBF), de transferência de renda — substituído pelo Auxílio Brasil durante o Governo Jair Bolsonaro (2019-2022) e retomado no novo Governo Lula (2023-2026) — e a Estratégia Saúde da Família (ESF)⁵. Nesses programas, a abordagem familista opera pressupondo o ocultamento das diferenças e dos conflitos que existem no seio da família, que não é uma unidade homogênea e com interesses alinhados, mas, pelo contrário, comporta interesses divergentes e conflitantes (SANTOS, 2014). Tratando-as como unidade homogênea, essas políticas operam como se os conflitos não existissem.

Essas políticas também têm a característica de romper com as políticas ditas assistencialistas, envolvendo os usuários na administração dos riscos e estimulando as famílias a participar por meio do cumprimento de condicionalidades. Santos (2014) destaca que, frequentemente, é uma figura feminina, normalmente a mãe, que assume o papel de mediadora entre o Estado e a família, responsabilizando-se pela execução das orientações recebidas pelos trabalhadores sociais e pelo cumprimento das condicionalidades para atendimento pelos programas. A mulher é vista, nesses contextos, como um agente funcional, uma representação da família na mediação com o Estado. Baseiam-se, portanto, em uma visão ideal e tradicional sobre a organização familiar e os papéis sociais de gênero, segundo a qual o homem é provedor

⁴ Os dados aqui reunidos foram coletados no site da Prefeitura de Belo Horizonte, disponíveis em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/educacao/atendimento-geral-junho-2020-1.pdf>; <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/educacao/LISTA%20DE%20ESPERA%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INFANTIL%20PARA%20PUBLICA%C3%87%C3%83O%2002.03.2020.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2022.

⁵ O ESF é um serviço oferecido nas Unidades Básicas de Saúde, descentralizado em nível municipal, que se desenvolve a partir de práticas de cuidado integrado dirigidas às populações dos diferentes territórios. Promove a prevenção e a identificação de doenças, assim como a educação sanitária, e é constituído por equipes multiprofissionais, compostas por médico, enfermeiro, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde.

e a mulher se responsabiliza pela gestão domiciliar e pelos cuidados dos membros da família (SANTOS, 2014).

Ainda que não conste entre os objetivos do PBF a promoção da equidade de gênero e o combate às desigualdades envolvidas no trabalho de cuidados, o desenho do programa dá preferência às mulheres na titularidade do cartão, o que gera expressivo interesse de pesquisadoras e ativistas sobre quais seriam os resultados dessa titularidade nas relações de gênero e na vida cotidiana das mulheres beneficiárias (BARTHOLO, PASSOS, FONTOURA, 2017).

De um lado, uma vertente da crítica feminista aponta para o uso instrumental da mulher pelo Estado como forma de ampliar a eficácia da política pública, a partir do entendimento de que elas estariam mais cientes das necessidades por cuidado dentro dos lares, o que reforçaria a naturalização do papel feminino do cuidado. Argumentam, ainda, que a exigência de contrapartidas nas áreas de saúde e educação geraria o aumento da responsabilidade com os filhos e a elevação do tempo gasto pela mulher nas atividades de cuidado, produzindo sobrecarga de tarefas a partir do reforço do *ethos* da maternidade responsável (MOLYNEUX, 2007; BARTHOLO, PASSOS, FONTOURA, 2017).

De outro lado, argumentam que o acesso à renda pela titular pode ampliar seu poder de decisão e gerar mais autonomia, tendo sido constatado que o benefício permitia a flexibilização de jornadas de trabalho muito árduas e a liberação de trabalhos considerados degradantes. Pesquisas atestam a pertinência dessas duas perspectivas. Constatou-se que, com frequência, as trajetórias das mulheres beneficiadas eram marcadas pela sujeição ao padrão tradicional das relações de gênero e pelo *ethos* da maternidade responsável — o benefício era visto como um dinheiro dos filhos e utilizado com grande decoro e julgamento moral. Ao mesmo tempo, esse recurso era visto como uma contribuição delas no orçamento e as fortalecia no âmbito doméstico — provocando um desbalanceamento no papel de provisão tradicionalmente masculino (BARTHOLO, PASSOS, FONTOURA, 2017).

2.2 O cuidado como profissão: as babás e o trabalho doméstico e de cuidados

O cuidado como profissão envolve um conjunto largo de ocupações, correspondentes à amplitude de atividades envolvidas no cuidar e de sujeitos demandantes de cuidado. Por focar no trabalho de cuidados de crianças pequenas realizado no espaço doméstico, este trabalho

aborda a realidade das babás e, por que não, das trabalhadoras domésticas, tendo em vista a fluidez entre essas ocupações, a ser abordada adiante.

2.2.1 As babás no Brasil

Aproximadamente uma em cada seis mulheres ocupadas no Brasil em 2010 exercia o ofício de doméstica, sendo a maioria delas contratada como mensalista, não residente no local de trabalho, sem qualificação profissional, sem carteira de trabalho assinada e sem cobertura previdenciária, caracterizando a inserção profissional como de baixa qualidade (GUERRA, SANTOS, FUSARO, 2021). As pessoas ocupadas no trabalho doméstico, todavia, distribuem-se em subgrupos distintos de ocupações, envolvendo, por exemplo, cozinheiras(os), governantas, faxineiras(os), motoristas, trabalhadoras(es) da jardinagem, cuidadoras(es) de idosos, entre outros. Cada conjunto de ocupados conta com um perfil e condições socioeconômicas próprias, que variam, em diferentes graus, em relação à média do conjunto de trabalhadoras domésticas. As cuidadoras de crianças eram o terceiro grupo em quantidade de ocupadas nessa categoria em 2019, segundo dados da PNAD Contínua: 10% do total de ocupadas na categoria (564.448 trabalhadoras, de um total de 5.659.107). O maior grupo ocupado é o de trabalhadoras(es) dos “serviços domésticos em geral”, que representavam, naquele ano, 76,3% da categoria no Brasil — 4.671.578 trabalhadoras(es). Ainda que com uma nomenclatura genérica, nesse último conjunto, muito provavelmente, há um percentual importante de trabalhadoras que cuidam de crianças pequenas, já que essa categoria tem atribuições variadas, podendo mesclar cuidados da casa com cuidados de pessoas dependentes (FONTOURA, MARCOLINO, 2021).

Guimarães e Hirata (2020) argumentam que, no Brasil, o trabalho de cuidados está assentado na especial fluidez que caracteriza a fronteira entre o trabalho profissional de cuidado domiciliar e o trabalho doméstico remunerado, que encontram correspondência, respectivamente, nos subgrupos acima mencionados: cuidadoras de crianças e trabalhadoras dos serviços domésticos em geral. Comumente, no Brasil, espera-se que a trabalhadora doméstica se encarregue de todas as atividades relacionadas à manutenção da casa e aos cuidados das pessoas, sendo o acúmulo de atividades naturalizado de tal forma que se exige de uma mesma profissional a limpeza da casa, independentemente de seu tamanho; a higiene das roupas de todos os moradores, independentemente de seu número; o preparo de todas as

refeições; e, ainda, os cuidados de crianças pequenas e/ou de idosos com dependências variadas (FONTOURA, MARCOLINO, 2021).

Os chamados “serviços domésticos em geral” preponderam entre as mulheres e os homens ocupados no trabalho doméstico, ainda que os homens estejam em baixíssimo número em comparação com a presença das mulheres nesse grupo — em 2019, eram 4.353.181 mulheres e 318.397 homens. Entre as cuidadoras de crianças, o número de homens era tão baixo que não constituiu amostra representativa. Em termos de composição racial, há preponderância de mulheres negras, representando 68% das babás e 67,2% das trabalhadoras dos serviços domésticos em geral. Entre 2015 e 2019, segundo dados do IBGE, o número de trabalhadoras domésticas no país se manteve estável, mas houve redução na proporção de trabalhadoras em serviços gerais, e aumento na proporção de babás e trabalhadoras de cuidados pessoais a domicílios (categoria que, via de regra, abarca cuidadoras de pessoas adultas dependentes) — enquanto o crescimento do número de trabalhadoras domésticas foi de menos de 1%, o número de babás aumentou em 8,9% e o de trabalhadoras de cuidados pessoais a domicílios em 59% (FONTOURA, MARCOLINO, 2021).

Em termos de características socioeconômicas, as cuidadoras de crianças se destacam por apresentarem as maiores proporções entre as faixas mais jovens: 6,4% tinham entre 16 e 17 anos — apesar do trabalho doméstico ser ilegal nesta faixa de idade — e 20,3% tinham entre 18 e 24. As trabalhadoras de cuidados pessoais a domicílios figuram com as maiores proporções entre as faixas de idade mais altas, sugerindo que o trabalho de babá ocupa mais as jovens, que supostamente teriam mais energia, enquanto o cuidado de pessoas em situação de dependência é assumido por pessoas mais maduras, que são geralmente vistas como tendo mais escuta, paciência e habilidade em colocar-se como acompanhante. Fontoura e Marcolino (2021), nessa mesma pesquisa sobre a heterogeneidade do trabalho doméstico no Brasil, destacam ser possível supor que haja uma visão socialmente difundida de que o cuidado de crianças seja uma tarefa que pode ser desempenhada por qualquer pessoa — ou qualquer mulher — e isso encontraria exemplos quando trabalhadoras mencionam o ingresso no trabalho doméstico infantil ou precoce na condição de cuidadoras de crianças (FONTOURA, MARCOLINO, 2021).

As babás e as trabalhadoras de cuidados pessoais a domicílio se destacam pela maior escolarização em relação às trabalhadoras dos serviços domésticos em geral. No caso das babás, fatores geracionais podem ajudar a explicar essa diferença, visto que a população mais jovem é mais escolarizada. As mulheres são, na categoria, mais escolarizadas que os homens. As

cuidadoras de crianças eram proporcionalmente menos identificadas como chefes de família (51,9% das trabalhadoras dos serviços domésticos em geral x 42,5% das cuidadoras de crianças), e as que mais precisavam pagar aluguel (26,5% x 22% das trabalhadoras dos serviços domésticos em geral) (FONTOURA, MARCOLINO, 2021).

No que diz respeito ao número de horas trabalhadas, as babás saíam na frente em relação às trabalhadoras dos serviços domésticos em geral (36 horas para as babás x 30 horas para as trabalhadoras dos serviços domésticos em geral). O número de horas trabalhadas no mercado das trabalhadoras dos serviços domésticos em geral pode ser compreendido considerando o alto número de diaristas nessa ocupação, que podem não conseguir trabalho todos os dias da semana. O tempo de trabalho remunerado se soma às horas dedicadas ao trabalho doméstico em suas próprias residências, calculado em torno de 21h. Ainda, em termos de tempo de permanência no trabalho, as cuidadoras de crianças se destacam por apresentarem maior rotatividade, estando quase a metade delas há menos de um ano no trabalho. Em relação ao rendimento médio em 2019, as babás eram as que menos recebiam, o que contrasta com a maior escolaridade desse grupo, sendo que as babás negras estavam em pior posição: receberam, em média, R\$705,00 por mês, em um ano em que o salário mínimo no país era de R\$998,00 (FONTOURA, MARCOLINO, 2021).

A fluidez das fronteiras entre o trabalho de cuidado de crianças a domicílio e o trabalho de serviços domésticos em geral, e a proximidade da trabalhadora em domicílio com as crianças da família — seja quando está contratada como babá ou não — se combinam, de modo que a intensidade de contato entre criança e empregada doméstica cria, em muitas situações, vínculos que extrapolam a situação profissional. A partir de exemplos tirados de uma pesquisa etnográfica em Vitória (Espírito Santo), Brites (2007) analisa a ambigüidade afetiva entre os empregadores — sobretudo as mulheres e as crianças — e as trabalhadoras domésticas, e percebe ser comum que as empregadas continuem a acompanhar a vida das crianças de quem tomaram conta, mesmo após suspensão do contrato de trabalho. São frequentes a realização de telefonemas, consultas a colegas de profissão que estejam trabalhando na rede de sociabilidade da ex-patroa, para saber notícias daquela criança, e cálculos de suas idades, lembrando da data de seus aniversários, e a manutenção de fotos das crianças em álbuns de recordação. Nesses contextos, ela argumenta, uma mudança de emprego pode significar importante perda afetiva e, muitas vezes, o motivo para uma empregada permanecer em um serviço mal pago pode ser a dificuldade de se separar das crianças das quais toma conta (BRITES, 2007).

Nesse cenário, a dimensão afetiva adquire tensões acentuadas: babás e empregadas domésticas são comumente chamadas de “quase da família”, “parte da família” ou “como se fossem da família”, numa tentativa de suavizar os marcadores de diferença que permeiam o dia a dia das babás no espaço em que atuam e nas relações que estabelecem. Silveira (2014, p. 182) nos lembra que: “quando falamos “como se fosse...”, já estamos querendo dizer que algo “não é”, mas é “como se fosse...”. A pesquisadora chega a mencionar o uso da roupa branca em ambientes de trabalho, prática comum no universo das babás, como um dos recursos de distinção mobilizados pelas famílias empregadoras, marcando que, ainda que aquela mulher esteja cuidando da criança, não ocupa o lugar da mãe, mas da trabalhadora contratada para cuidar. Em pesquisa que analisa as representações das babás e suas práticas, sobretudo com as mães e as crianças, Silveira (2014, p. 182) conclui haver um cruzamento entre afeto e distância social na relação entre as babás e as famílias para as quais trabalham, sendo o duo mãe e babá permeado de conflitos e ambiguidades (proximidade-distanciamento, igualdade-hierarquia, autoridade-servilismo, fidelidade-traição). Essas relações traduzem, segundo ela, paradoxos marcados pela intimidade e pela distância social. Esse *status* “da família” que acompanha as trabalhadoras em domicílio, concedido por suas empregadoras e seus empregadores, significa que elas devem estar absolutamente inseridas nos detalhes do cotidiano da vida das famílias para a qual trabalham, sendo esperado que reflitam os valores familiares daqueles grupos ao cuidarem das crianças, reagirem e se comportarem, que reflitam seus gostos na compra de alimentos e no preparo das refeições, entre outros aspectos.

Há um hiato, segundo a pesquisadora, entre o que a mãe de uma criança quer para o seu filho e o que a babá considera que é o certo ou não, e através desse hiato são exercitadas negociações e são feitos acertos que podem demandar que a babá administre suas emoções para se encaixar no que dela é esperado (SILVEIRA, 2014). Além dos desentendimentos que surgem das diferentes concepções acerca do cuidar de criança, conflitos advindos do encontro ou da disputa entre os aspectos emocionais e os aspectos profissionais, constituintes da relação entre mães e babás, a heterogeneidade cultural que se apresenta entre a realidade dessas mulheres é uma questão importante para compreender as negociações que elas empreendem. Há descontinuidade entre as empregadas domésticas e seus patrões e patroas, tanto em termos de posição econômica quanto em termos de *status* social, de modo que as babás se defrontam com códigos distintos dos de seu meio de origem quando vão trabalhar em domicílios de famílias de camadas superiores. Silveira (2014, p. 154) confirma essa assertiva quando coleta um conjunto de depoimentos de babás que afirmam que diversos hábitos das famílias para as quais foram

trabalhar lhes eram estranhos: da religião ao comportamento dos patrões. Para que realize suas atribuições, essa profissional deve lidar com as consonâncias e divergências da justaposição entre seu próprio repertório, como bagagem de suas experiências pessoais, e o repertório da família para a qual trabalha, com seus valores e modo de ser (BALTAZAR, 2011).

Essas discontinuidades se destacam, sobretudo, quando reconhecemos a função educativa do trabalho das babás, que exercem, inclusive, um papel importante na formação moral das crianças. A quantidade de tempo de convívio e a qualidade das interações entre crianças e babás fazem com que elas assumam o papel de transmissoras de saberes e valores às crianças, permeáveis ao repertório cultural das babás. Kondratiuk e Nardi (2020) colocam que essa questão, geralmente, passa ao largo das preocupações dos empregadores, que comumente idealizam uma cisão entre cuidar e educar.

Adicionalmente, o trabalho que essas mulheres “da família” exercem pode ser altamente vigiado. De acordo com Tronto (2002), pelo fato do trabalho não ser realizado em espaços públicos, mas no espaço privado de outra pessoa, o nível de controle que os empregadores esperam poder exercer sobre os trabalhadores domésticos é extremamente alto. É fácil encontrar câmeras de monitoramento sendo vendidas no mercado, prometendo maior segurança aos bebês e conforto às mães e aos pais das crianças⁶.

Além dessas dimensões que caracterizam o trabalho das babás, há uma outra que também as torna específicas em relação às demais trabalhadoras domésticas, a da experiência corporal. No caso das demais trabalhadoras domésticas, a experiência corporal costuma estar mais centrada no aspecto objetificante no corpo — o corpo-produtivo/corpo-objeto dá continuidade ao corpo-escravo. No trabalho como babá, o corpo é ainda *locus* de materialidade de afeto e abjeção, “afinal, é o corpo da babá que faz dengo, dá bronca, protege e ensina, bem como é esse mesmo corpo rejeitado em alguns ambientes da casa e evoca nojo aos adultos se o cabelo crespo está solto” (VIEIRA, ALMEIDA, 2019, p. 138). Vieira (2014, p. 135) observa que “ao estarem só — a babá e a criança — é o corpo-afeto que predomina. Enquanto estão as/

⁶ Conferir, por exemplo, o artigo “Você é a favor do uso de câmeras de segurança para vigiar a babá?”, de Bruna Menegueço, publicado em 2011 na Revista Crescer (Disponível em: <http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI248881-15045,00-VOCE+E+A+FAVOR+DO+USO+DE+CAMERAS+DE+SEGURANCA+PARA+VIGIAR+A+BABA.html>. Acessado em: 17 de maio de 2023) ou a notícia “Câmera escondida vigia o comportamento das babás”, publicada em 2015 na Folha de Londrina (Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cadernos-especiais/camera-escondida-vigia-comportamento-das-babas-543304.html>, Acessado em: 17 de maio de 2023). Cabe notar, ainda, que a lógica de uma vigilância sobre o comportamento das babás encontra reflexos, inclusive, na categorização dos produtos em algumas lojas de compras, como constatamos, por exemplo, na loja virtual da Empório Forte, de Porto Alegre (Disponível em: <https://www.emporioforte.com.br/situacao-de-uso/comportamento-de-babas-e-cuidadores-de-idosos>. Acessado em: 17 de maio de 2023).

os patroas/patrões conjuntamente, são as outras dimensões — corpo-objeto e corpo-abjeto — que emergem de modo mais forte”.

Para compreender os diferentes laços sociais estabelecidos para a provisão dos cuidados no contexto doméstico, a noção de trabalho emocional elaborada por Arlie Hochschild (2012) é pertinente. A autora chama de *trabalho emocional* o processo pelo qual as pessoas tomam como referência um padrão de sentimento idealizado para determinado tipo de interação social, e procuram gerenciar suas emoções profundas para adequá-las a essa expectativa, quando não necessariamente estão se sentindo assim internamente. Ela argumenta haver certas ocupações e locais de trabalho que exigem de seus trabalhadores e suas trabalhadoras um gerenciamento de suas emoções, para que transmitam o sentimento entendido como o adequado para cada situação.

O trabalho emocional pode ser difícil de reconhecer e está presente em creches, asilos para idosos, hospitais, salas de aula, escritórios da assistência social, e em vários outros locais e ramos de trabalho, onde, bem ou mal, direta ou indiretamente, empregados são demandados a gerenciar determinadas emoções. Quando as babás, mobilizando afetos, encorajam as crianças que cuidam a comerem; se mostram alegres e fazem brincadeiras para que se divirtam; se comportam com braveza diante de determinada atitude que devem repreender; ou se mantêm acolhedoras e atenciosas quando as crianças gritam, as insultam e batem, estão realizando trabalho emocional.

Cada espaço tem suas próprias regras emocionais e, enquanto as trabalhadoras estatais ou de empresas devem seguir as regras da instituição à qual estão vinculadas e, em família, seguir as regras ligadas ao parentesco, alinhadas no espaço doméstico, as mulheres que trabalham com o cuidado em domicílio precisam gerenciar uma mistura complexa entre regras e culturas familiares e do mundo do trabalho (HOCHSCHILD, 2012). Os laços desenvolvidos quando se trabalha em domicílio podem ser especialmente profundos, ela diz, tornando mais intenso e menos visível o trabalho emocional.

Segundo Hochschild (2012), o trabalho emocional é mais acentuado entre os subalternos do que entre os senhores, entre os dominados do que entre os dominantes, já que precisam garantir que suas emoções estejam de acordo com o que deles é esperado e manter o comportamento emocional que lhes assegura o acesso ou a permanência em determinados empregos. Há, Hochschild sustenta, uma representação profunda, distinta daquela representação teatral ou manipulação consciente das quais trata Goffman (2002). No trabalho

emocional, haveria esforço de efetivamente sentir o que se julga importante, de treinar-se para isso e de mostrar esse sentimento.

A ambiguidade representada pelo trabalho doméstico, ao envolver afeto junto a relações desiguais e injustas de trabalho, teve início no período escravocrata e ajudou a configurar a naturalização racista da servidão (TEIXEIRA, 2021). Como mucama, cabia à mulher negra manter, em todos os níveis, o bom andamento da casa-grande, o que envolvia uma ampla gama de serviços domésticos e de cuidados que deviam ser prestados (lavar, passar, cozinhar, fiar, tecer, costurar, amamentar as crianças filhas dos senhores, acompanhar ou escoltar as senhoras brancas em passeios no espaço público), além de terem de suportar abusos sexuais dos senhores (GONZALEZ, 2020a; GRAHAM, 1992). Segundo Lélia Gonzalez (2020a), em função dessa atuação, a mulher negra deu origem à figura da “mãe preta”. Comum naquele período, essa figura se expande pelo período pós-escravocrata, e marca a recorrência, naquela época, de conselhos sentimentais, pela influência das mulheres negras na linguagem das crianças por elas criadas e pelas mediações culturais estabelecidas a partir da contação de histórias. Tudo isso proveniente da proximidade entre as mulheres escravizadas, que cuidavam das crianças, e as filhas e os filhos das famílias que as escravizavam (TEIXEIRA, 2021). Coube à mulher negra, na figura da mãe preta, criando e educando os filhos dos senhores (ao menos durante a primeira infância, fundamental na formação da estrutura psíquica de qualquer pessoa), e enquanto sujeito suposto saber, a africanização do português falado no Brasil (o “pretuguês”). Sendo a mãe dos filhos da classe dominante (afinal, sujeito que exerce as funções ligadas à maternagem, como dar banho, limpar cocô, colocar para dormir e acordar à noite, entreter e contar histórias), a mãe preta tem um papel importante na construção da cultura brasileira, na construção da linguagem e do imaginário (GONZALEZ, 2020b).

Rita Segato (2021, p. 226) defende a importância de que análises do psiquismo e da sociedade brasileira se debruçam sobre o caráter duplo do vínculo materno — traduzido nas figuras da mãe biológica e jurídica, geralmente fundidas, de um lado, e da mãe de fato, a ama ou a babá, de outro lado — e denuncia o racismo acadêmico brasileiro como impeditivo para essa indagação. Segundo a pesquisadora, a relação de apropriação que a criança tem em relação ao corpo da mãe, bem como as consequências psíquicas dessa relação, são duplicadas na relação com a figura da ama, ou da babá⁷. “Os laços de leite iniciais e a intimidade do colo que lhes deu

⁷ Essa relação de apropriação diz respeito ao sentimento de propriedade territorial sobre o corpo da mãe como parte do próprio, um sentimento edipiano de toda criança com reação ao território inteiro e indiscriminado do corpo materno-infantil, que demora e custa a ser abandonado. Somando a isso o fato de que se é proprietário ou arrendatário do corpo da mãe, por aluguel ou por salário, a relação de apropriação da criança com aquele corpo é duplicada, bem como suas consequências psíquicas (SEGATO, 2021).

continuidade histórica conferem características particulares ao processo de emergência do sujeito criado” (SEGATO, 2021, p. 238). Segato elabora brevemente sobre a infiltração da maternidade pela racialidade e da racialidade pela maternidade, argumentando que o racismo e a misoginia, no Brasil, estão entrelaçados em um gesto psíquico único, e clama pelo aprofundamento dos estudos em torno dessa questão.

Romero (2013) argumenta que o desempenho do cuidado por uma mulher de origem social distinta funciona como meio de socialização das crianças nos chamados sistemas de privilégio, e que elas aprendem a ser consumidoras de cuidado em um cenário que o trabalho braçal de alguém está disponível para atender suas vontades e necessidades. Valeria Corossacz (2014) coletou entrevistas com homens que se autodeclararam brancos no Rio de Janeiro e que narram suas experiências de construção identitária fazendo referência à própria biografia. A pesquisadora observou que alguns deles recorrem à figura da própria babá negra para dar um contorno à própria branquitude. A babá é alguém afetivamente importante para aqueles homens, mas inscrita em um conjunto de lembranças que descrevem um mundo em que os negros ocupam exclusivamente posições subordinadas. “A identificação passa pela diferenciação” (KONDRATIUK, NEIRA, 2020, p. 15).

Koutsoukos (2012) discute sobre o espaço da ama no afeto e na história das famílias, a partir das fotos de crianças com suas amas retratadas em estúdios, em voga na segunda metade do século XIX, e conclui que, quando conquistado, esse espaço se deve à obediência, à dedicação e ao silêncio (humildade) das amas. Enquanto gratas, obedientes e dedicadas, muitas seguiam queridas, protegidas e recompensadas. Mudando de comportamento, comumente faziam surgir sentimentos de decepção, raiva e vingança nos senhores.

Os detalhes dos anúncios em jornais de vendas, aluguéis, compras e pedidos de amas de leite e amas secas no Brasil colonial, mencionados brevemente neste trabalho, em subitem que tratou dos ideais de maternidade no Brasil e suas contradições, chamam atenção. Koutsoukos (2012) relata que em alguns anúncios os proprietários faziam questão de frisar que suas cativas não tinham “vícios ou moléstias”, tinham “bons costumes” (lê-se “obediente”), e eram “carinhosas e fiéis”. Em outros, que tinham “parido recentemente”, ou que o leite era “de primeira cria”, o que para médicos higienistas podia significar leite mais puro. E destaco o que talvez seja o trecho mais relevante nesses anúncios para a discussão feita neste trabalho: a ama alugada podia ser oferecida “com ou sem a pequena cria negra”, afinal, para produzir leite, as amas precisavam dar à luz seus próprios filhos, que também precisavam do aleitamento para sobreviver. Era raro que os senhores deixassem que os filhos das amas fossem criados junto dos

seus bebês, e mais raro ainda que, nos casos em que permitiam, o fizessem por considerar a importância que aquilo poderia ter para a ama ou para a saúde do seu bebê. Quando acontecia, era antes uma tentativa de não “estragar” o leite que seria fornecido a seus próprios filhos, que poderia ser, na concepção da época, de certa forma “contaminado” por sentimentos de “contrariedade”, e de que ela não maltratasse aquela criança branca de quem deveria cuidar e amamentar (KOUTSOUKOS, 2012). Era, e segue sendo muito raro que perguntemos sobre o destino que teriam os filhos dessas amas e quais tensões se escondiam por detrás das cenas idealizadas em livros, revistas e porta-retratos, de amas negras com bebês brancos no colo, sendo amamentados. Machado (2012, p. 203) elabora essa crítica da seguinte forma:

Pergunta tão incômoda quanto quase irresponsável pela escassez de documentos e relatos diretos sobre o destino dos filhos das amas de leite escravas e, em certa medida, também das libertas, premidas pela necessidade de empregar-se, que nos mantemos a distância daquilo que todos sabemos: a cena sentimental da ama com a criança branca nos braços elide todo um caótico e tenso universo de relações sociais que se desenrolavam na intimidade das casas, nas quais as possibilidades de sobrevivência dessas crianças - brancas e negras - eram jogadas. A prole da ama de leite, por sua presença ou por sua ausência, surgia como um constante ponto de tensão e negociação.

A pesquisadora questiona as representações literárias e visuais das crianças brancas e dos bebês negros, que conformam o entendimento social sobre esses sujeitos e, por que não, o entendimento sobre o cuidado ao qual essas crianças faziam jus. O caso do menino Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, ocorrido em 2020, atesta a atualidade desse problema. A criança, filha da empregada doméstica Mirtes Renata Santana de Souza, morreu após cair do 9º andar de um prédio de luxo no Centro do Recife. Sua mãe trabalhava no prédio, e tinha como patroa Sari Mariana Costa Gaspar Côrte Real, esposa do prefeito de Tamandaré Sérgio Hacker. Naquele dia, quando Mirtes precisou sair para levar o cachorro dos patrões para passear, teve que deixar Miguel no apartamento. Chorando por sentir falta da mãe, Miguel entrou no elevador do prédio e, em gravação feita pela câmera do elevador, Sari aparece apertando um botão do elevador que levaria o menino para um andar mais elevado. No nono andar, o menino saiu do elevador e acessou uma área destinada ao sistema de ar condicionado e caiu de uma altura de 35 metros.

As permanências são várias. Ainda que o discurso higienista da segunda metade do século XIX tenha tentado afastar a figura da ama de leite das casas, e mesmo com o ingresso tardio no país de produtos para alimentação artificial de bebês e a manutenção do discurso da

amamentação natural, mais como enunciado do que como prática, assistiu-se, nesse período, “(...) à preservação da cultura da ama de leite, na qual se emaranharam relações de proximidade, dependência e intimidade, perpassadas pela violência da escravidão” (MACHADO, 2012, p. 202). Desde o século XIX, as amas de leite foram sendo lentamente substituídas pelas amas secas e pelas babás. Ainda que hoje a prática do aleitamento por trabalhadoras domésticas não seja comum como antes, tensões e ambiguidades seguem prementes.

A magnitude do contingente de trabalhadoras domésticas distingue o Brasil em relação ao restante do mundo, e uma série de fatores contribuem para explicar o porquê do trabalho doméstico de cuidados ter sobrevivido com tanto vigor no país ao longo das décadas, e ainda funcionar como porta de acesso ao mercado de trabalho para mulheres de baixa renda, negras e pouco escolarizadas, sobretudo em períodos de contração do emprego. São eles, entre outros: a baixa participação dos homens no trabalho doméstico, a escassez de políticas públicas de apoio ao cuidado domiciliar e à articulação dos trabalhos produtivo e reprodutivo, a herança dos tempos de escravidão (significando a naturalização da presença dessa prestadora de serviços nos lares de classe média/alta), e a extrema concentração de renda típica do país (GUERRA, SANTOS, FUSARO, 2021).

Com a contratação de serviços de cuidado, os membros adultos da família contratante podem se dedicar a atividades remuneradas fora do lar e se desvencilhar de boa parte do largo conjunto de atividades necessárias ao cuidado. Brites (2007) descreve bem essa liberação, apontando para as atividades que ficam, usualmente, para cada membro das famílias de classe média contratantes, podendo ser entendidas também para as de classe alta:

A mãe, além de trabalhar fora, toma para si os cuidados com saúde, higiene e decoração do lar, além de amparar e gerenciar os afetos e a rede de sociabilidade mais ampla. Do marido é esperada a parte principal da manutenção econômica da família, que dará respaldo ao investimento nas carreiras estudantis e sociais dos filhos. Poucas tarefas domésticas lhe são destinadas: às vezes, faz compras no supermercado, leva algum filho à escola ou repara algo na casa ou no carro. Não se destinam trabalhos domésticos para crianças e jovens, sobretudo, do sexo masculino. Em geral, esses jovens têm seus dias quase totalmente ocupados pela escola e, sobretudo, por cursos complementares de inglês, matemática, música, dança e esportes. (BRITES, 2007, p. 96)

O acesso ao serviço profissional de cuidado em domicílio, entretanto, é marcado por nítida clivagem de classe — agora e sempre. De todos os domicílios abarcados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares referente aos anos de 2017 e 2018, apenas 17,6% tiveram gastos com

a contratação de serviços domésticos, sendo a disponibilidade de renda a principal diferença entre essas famílias contratantes e as outras 82,4% não contratantes, muito mais do que o volume de trabalho doméstico que elas produzem todos os dias ou a indisponibilidade de tempo de seus componentes (GUIMARÃES, HIRATA, 2020; GUERRA, SANTOS, FUSARO, 2021).

Guimarães e Hirata (2020) distinguem três classes de ocupações dentre as realizadas em domicílio. A primeira reúne as ocupações realizadas em domicílio mais comumente contratadas, como faxineiras(os), lavadeiras(os), passadeiras(os) e cozinheiras(os); a segunda reúne as ocupações que não estão entre as mais comuns, como jardineiros(as), caseiros(as), vigias e motoristas; e a terceira classe reúne as ocupações mais associadas, no entendimento social, ao cuidado, por se dirigirem à atenção direta e ao bem-estar de pessoas dependentes, como as babás, as(os) cuidadoras(es) de idosos e de pessoas com deficiência, enfermeiras/os e técnicas/os de enfermagem. Entre os 17,6% de domicílios que despenderam recursos para contratação de serviços domésticos em 2017-2018, a grande maioria contratou serviços inseridos na primeira classe descrita — 87,5% deles. Os que contrataram os serviços compreendidos pela terceira classe, e que estão mais associados ao objeto de estudo desta pesquisa, foram apenas 7,5% do total de contratantes de serviços domésticos. No total da população consultada, representam apenas 1,3% dos domicílios. Quanto à capacidade de acumular mais de um tipo de contratação de serviço doméstico, da totalidade de domicílios que contratam esse tipo de serviço, 90,5% não recrutam mais do que uma empregada. Apenas 9,2% recrutam duas pessoas para realização de serviços domésticos, e apenas 0,3% recrutam 3 pessoas.

É, portanto, fora do mercado que a imensa maioria das famílias resolve suas necessidades por cuidado, havendo uma multiplicidade de arranjos, nos quais se entrelaçam trabalho, obrigações e ajudas, de forma cambiante no tempo — uma pluralidade de circuitos do cuidado em interação (GUIMARÃES, HIRATA, 2020; GUIMARÃES, VIEIRA, 2020). Nesse sentido, Renata Moreno (2019), que coleta dados empíricos na cidade de São Paulo, em pesquisa sobre o trabalho de cuidados de crianças pequenas, constata ser pouco adequada a tentativa de enquadrar as diferentes modalidades de trabalho como típicas de cada esfera que provê o cuidado (Estado, mercado, família e comunidade), demonstrando serem fluidas e complexas as fronteiras entre essas esferas, que se mesclam na prática cotidiana.

2.2.2 O reconhecimento como ocupação e a legislação trabalhista

O cuidado como profissão tem sido marcado, no Brasil, por lutas pela valorização da atividade profissional dos diferentes subgrupos que integram o conjunto de profissionais considerados “do cuidado”. Ainda que cuidar de forma remunerada seja uma atividade estabelecida socialmente há algum tempo, o tratamento do trabalho de cuidado como um trabalho profissional é uma realidade caracterizada por sua recente implantação formal na vida social brasileira, tendo sido somente em 2002, com a entrada em vigor de uma nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que a atividade das “cuidadoras profissionais” se tornou visível nas pesquisas sociodemográficas brasileiras e teve sua natureza e seu conteúdo definidos. As babás foram classificadas com o código 5162-05, sob o agrupamento: 5162 - Cuidadores de crianças, jovens, adultos e idosos; 516 - Trabalhadores nos serviços de embelezamento e cuidados pessoais; 51 - Trabalhadores dos serviços; 5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados.

A inclusão da CBO, entretanto, não foi suficiente para a regulamentação do trabalho dos cuidadores pelo Estado. Quando a figura da “cuidadora” domiciliar foi reconhecida na CBO, as mulheres já faziam trabalho remunerado de cuidados em casas de famílias diferentes das suas, enquanto empregadas domésticas. As barreiras teóricas entre o trabalho de limpeza doméstica, o de preparo de alimentos e o de cuidado com as crianças são borradas na realidade diária, caracterizada pela assunção de um conjunto largo e variado de tarefas pelas trabalhadoras em domicílio — limpar a casa, cozinhar, lavar e passar roupas, fazer compras de mercado, cuidar das crianças e dos idosos etc. Mais à frente neste trabalho, tratarei da fluidez que caracteriza a fronteira entre o emprego doméstico e o trabalho de cuidados em domicílio no Brasil (GUIMARÃES, 2020a).

Diante da ausência de regulamentação específica que atente para as peculiaridades do trabalho das babás, as trabalhadoras do cuidado que atuam em casas de família precisam recorrer à legislação mais genérica do trabalho doméstico para serem contempladas enquanto trabalhadoras com direitos. Todavia, remetendo a um passado em que as mulheres racializadas eram escravizadas e obrigadas a trabalhar no domicílio dos senhores, cuidando da casa e das crianças, filhas da casa-grande, ainda na atualidade a precarização segue caracterizando o trabalho doméstico, e a legislação trabalhista no Brasil vem avançando a passos lentos para esse grupo.

A primeira principal norma que estabeleceu direitos às trabalhadoras e aos trabalhadores no Brasil foi a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. O estabelecimento de direitos das trabalhadoras domésticas, entretanto,

não remonta à CLT, que, ao ser instituída, deixou expressamente de fora esse conjunto de trabalhadoras. Em seu artigo 7º, determinou que:

Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando for em cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam:

a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas (BRASIL, 1943).

Foi com a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que a categoria adquiriu um mínimo de cidadania jurídica, com a legislação fazendo breve referência ao contrato e à categoria de trabalhadoras domésticas. A lei estabeleceu o primeiro conjunto de direitos a ela associados: a assinatura da carteira profissional para a categoria e férias anuais remuneradas, além de ter propiciado a inserção da categoria no sistema previdenciário oficial. O reconhecimento foi pouquíssimo expressivo do ponto de vista trabalhista, já que os direitos associados a essa categoria seguiam muito restritos em relação àqueles reconhecidos às demais profissões.

A Constituição Federal (CF) promulgada em 1988 daria início, segundo os juristas Mauricio Godinho Delgado e Gabriela Neves Delgado (2016), a um ciclo de institucionalização da cidadania trabalhista para a categoria das trabalhadoras domésticas, com ênfase nos períodos da cidadania deflagrada, da cidadania ampliada e da cidadania consolidada. A cidadania teria sido *deflagrada* com a CF-88, que estendeu à categoria outros direitos. Todavia, mesmo com a CF-88, as trabalhadoras domésticas seguiam às margens do direito trabalhista. Os constituintes, ao estabelecerem o rol de direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores urbanos e rurais no artigo 7º da Constituição Federal de 1988, mantiveram para as trabalhadoras domésticas um conjunto de direitos restrito em relação àqueles reconhecidos aos demais. De um total de 34 direitos, em parágrafo único, garantiu à “categoria dos trabalhadores domésticos” apenas 9 deles: o direito ao salário mínimo; à irredutibilidade do salário; ao décimo terceiro salário; às férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; ao repouso semanal remunerado; à licença-maternidade; à licença-paternidade; ao aviso prévio; à aposentadoria; e à integração à previdência social. Permaneciam fora do rol de direitos reconhecidos a essa categoria: proteção contra a demissão arbitrária; seguro desemprego; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); piso salarial; garantia de salário mínimo em caso de remuneração variável; jornada de trabalho regulada e limitada a oito horas diárias; adicional noturno; remuneração por horas-extras; seguro contra acidentes de trabalho; entre outros (TEIXEIRA, 2021).

Pequenos avanços legislativos ao longo dos anos seguintes foram ampliando, gradativamente, o rol de direitos. A publicação, em 20 de julho de 2006, da Lei nº. 11.324, marca a fase chamada de *cidadania ampliada*. A lei acrescenta quatro novos direitos ao rol daqueles até então existentes: descanso remunerado em feriados; férias anuais remuneradas de 30 dias corridos; garantia de emprego à gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto; e a proibição ao empregador de descontar no salário do empregado despesas com alimentação, vestuário, higiene ou moradia (salvo quando a despesa se referir a um local de moradia diverso da residência em que ocorra a prestação de serviço, e desde que tal possibilidade tenha sido expressamente acordada entre as partes). Também agrega incentivo fiscal em benefício do empregador, visando favorecer a formalização do contrato de trabalho.

Apesar das conquistas graduais, foi apenas na segunda década do século XXI que essas trabalhadoras tiveram seus direitos trabalhistas equiparados àqueles dos demais trabalhadores urbanos e rurais, e sua *cidadania consolidada*, mediante a promulgação da Emenda Constitucional nº 72, de 2013, e a subsequente aprovação da Lei Complementar nº 150, de 2015, que regulamentou os avanços produzidos pela EC nº 72 e ficou conhecida como *Lei das Domésticas*. Dentre os direitos estendidos a essas trabalhadoras, já reconhecidos aos demais, constam, entre outros, a regulamentação da jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais; a remuneração da hora-extra; a regulamentação do trabalho noturno; e a regulamentação do direito ao FGTS e ao seguro-desemprego.

A EC 72/2013 foi fruto da Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2012, conhecida como “PEC das Domésticas”, e suscitou discussões acaloradas, explicitando o racismo e a estrutura hierarquizada de classes e de gênero que constituem a sociedade brasileira. Teixeira (2021) vê relação entre o desconforto causado pela PEC nas classes média e alta e o fato de que admitir que, legalmente, as trabalhadoras domésticas são trabalhadoras como quaisquer outras, significaria, segundo a autora, institucionalizar um reconhecimento mais efetivo do trabalho doméstico e romper com sua naturalização — o que constitui tremendo desafio no contexto de uma sociedade onde o emprego doméstico é realizado majoritariamente por pessoas negras, e na qual as hierarquias raciais para a garantia de privilégios são preservadas e reproduzidas por um pacto narcísico da branquitude, ainda vigente (BENTO, 2022).

Na referida legislação trabalhista, é considerado trabalhador doméstico “aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana”, o que faz com que um conjunto variado de trabalhadores em domicílio seja abarcado pelo mesmo

conjunto de direitos e normativas — empregadas domésticas, babás, cuidadoras de idosos, jardineiros, cozinheiras, faxineiras, caseiros, e outros.

Por isso, quando o trabalho de cuidadoras de crianças pequenas é realizado em domicílio, vem sendo regulado pela Lei Complementar nº 150/2015, com respaldo na EC 72/2013. Ainda que os perfis das empregadas domésticas e das cuidadoras profissionais sejam extremamente próximos — vide dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, sendo as ocupações exercidas predominantemente por mulheres pretas e pardas, com baixo nível de remuneração e proteção social — e a fronteira entre esses trabalhos seja fluida, há dimensões específicas do trabalho das babás que não são contempladas por essa legislação: a prontidão que as trabalhadoras que dormem no serviço acabam por ter na madrugada, ainda que não estejam exatamente exercendo atividade laboral nesse horário, por exemplo. Outras cuidadoras (de idosos, por exemplo) também enfrentam trabalhos com características específicas que não são contempladas pela lei geral.

Persistem estratégias de obscurecimento e desqualificação da atividade das cuidadoras, principalmente das cuidadoras de pessoas idosas, com veículos de imprensa caçoando de projetos de lei para regulamentação apresentados no Congresso Nacional (GUIMARÃES, 2020b). Recebeu especial visibilidade o Projeto de Lei nº 4.702/2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de pessoa idosa. Após intensos debates entre defensores e opositores do projeto (esses últimos capitaneados pelos Conselhos Regionais de Enfermagem), o projeto foi arquivado. Após algum tempo, foi aprovado no congresso o Projeto de Lei nº 11/2016, que “cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências”, e que envolveria, portanto, as babás. O PL, todavia, foi vetado por Jair Bolsonaro, ex-presidente da República.

Além do problema da ausência de uma regulamentação da profissão que abarque as especificidades do cuidado de crianças pequenas, a informalidade persiste. Em 2019, apenas 23,6% das cuidadoras de crianças tinham carteira de trabalho assinada, proporção um pouco menor que a de trabalhadoras dos serviços domésticos em geral com carteira assinada (26,5%). Há trabalhadoras que contribuem diretamente para a Previdência Social, mas, mesmo considerando esses números, as trabalhadoras protegidas socialmente seguem sendo minoria: 29,2% das babás, e 38,8% das ocupadas nos serviços gerais. Isso significa que 7 em cada 10 babás no Brasil, em 2019, não podiam contar com quaisquer direitos trabalhistas em caso de gravidez, adoecimento, perda de emprego ou acidente de trabalho (FONTOURA,

MARCOLINO, 2021). Fontoura e Marcolino (2021) ainda chamam atenção para a queda no acesso à carteira assinada e de contribuições à Previdência entre 2016 e 2019, em contraste com o aumento que teria ocorrido até 2015, ano em que a Lei das Domésticas foi aprovada.

2.2.3 A realidade das migrações no serviço de cuidados

A saída migratória é, para muitas mulheres com possibilidades restritas de acesso a bens de consumo e simbólicos, um caminho para viabilizar seus desejos e suas vontades, de forma a ter uma ocupação com melhores ganhos financeiros e, potencialmente, reverter o ciclo de reprodução da pobreza em suas vidas e na vida de suas famílias (CARPENEDO, NARDI, 2017). Realizado em condições precárias quando remunerado, o trabalho de cuidados é o destino de muitas mulheres de países do Sul quando migram para países do Norte global, em busca de melhores condições de vida. Nas últimas décadas, houve um expressivo crescimento nos fluxos migratórios de mulheres que saem de seus países de origem para trabalhar como cuidadoras de adultos dependentes, trabalhadoras domésticas, babás ou prostitutas em países considerados de “primeiro mundo”, inserindo-se em postos de trabalho pouco desejados por pessoas nativas desses países e que se configuram como alternativas para mulheres no mercado informal.

Esses processos migratórios geralmente são resultantes de uma complexa rede de relações decorrentes dos contextos sócio-econômicos e culturais, tanto dos países de origem como dos países receptores, e põem em confluência distintos lares, que se conectam uns aos outros com a transferência de cuidados (LISBOA, 2003; HOCHSCHILD, 2002; SASSEN, 2002). Hochschild (2002) chama essa transferência de *care drain* ou “dreno de cuidados”, em tradução literal, que acontece quando mulheres que normalmente cuidam dos mais novos, dos idosos e das pessoas doentes em seus países empobrecidos, se mudam para cuidar dos mais novos, dos idosos e das pessoas doentes em países ricos. O termo é construído como um paralelo à noção de *brain drain*, traduzido no Brasil como “fuga de cérebros”, que ocorre quando profissionais qualificados emigram em busca de melhores oportunidades de emprego. Hochschild (2002) documenta os grandes custos emocionais que essa migração e essa transferência de cuidados que as mulheres realizam acarretam em suas vidas. Algum tipo de injustiça é sentido pelas mulheres mães que deixam de cuidar como gostariam de seus filhos, ligando a privação emocional de suas crianças com a saciedade de afeto que seus pares de países do Norte global vivem.

No caso latino-americano, assim como no das migrantes filipinas, por exemplo, mães de crianças pequenas e adolescentes migram, e é comum que as mulheres mais velhas, as avós, cuidem dos filhos de suas filhas nos países de origem. No caso do Leste Europeu, parecem ser as avós que migram para enviar remessas a filhos e netos que permanecem no país de origem (DEBERT, 2016). O suporte e o apoio das famílias estendidas é, com frequência, fundamental para a migração das mulheres mães que, muitas vezes, já contavam com uma rede de apoio em seus contextos sociais antes de migrar (CARPENEDO, NARDI, 2017).

Carpenedo e Nardi (2017) sugerem que a vivência de algumas dessas mulheres terem sido cuidadas por um elenco plural de cuidadoras(es) na infância e experienciado a “circulação” nas tradições de cuidado infantil em suas famílias — realidade comum nas classes populares e que impacta as formas pelas quais as mulheres mães definem cuidado e papel materno — possa ter feito com que se sentissem autorizadas a migrar, desafiando normas correntes de maternidade.

As novas relações familiares construídas nas redes difusas em diferentes localidades e modalidades, criadas pela emergência de dinâmicas internacionais de transferência de cuidados, são definidas como maternidades transnacionais. O papel da mulher como provedora, intensificado pelas migrações, desafia as normas de gênero e o código moral da maternidade. As mães transnacionais não necessariamente abandonam suas responsabilidades de cuidado, pelo contrário, continuam a se sentir emocionalmente responsáveis e apoiam suas famílias não somente financeiramente, mas se fazendo emocionalmente presentes em suas vidas. A distância e a ausência física têm sido compatíveis com a participação das mães nas vidas de suas filhas e seus filhos. Elas cuidam à distância, usando, mais recentemente, tecnologias de comunicação em suas práticas, que inauguram a possibilidade de terem momentos íntimos com suas filhas e seus filhos. As dinâmicas virtuais permitem não somente que interajam com suas famílias, mas que participem de atividades cotidianas, como a escolha das roupas das crianças e a escrita das lições de casa, e que exerçam autoridade, julgando o comportamento das crianças ou aplicando punições. Há que se destacar que as mães acabam dependendo muito da pessoa que está cuidando das suas crianças que, além de estar responsável pelo cuidado e pela educação cotidianos, media a comunicação e as interações virtuais. Muitas mães reclamam de falta de transparência por parte de suas famílias estendidas sobre o que está acontecendo com suas crianças nos seus países de origem (CARPENEDO, NARDI, 2017).

Ao mesmo tempo, a maternidade transnacional é acompanhada por uma série de restrições emocionais, já que as normas sociais que ditam a “boa” maternidade envolvendo a

proximidade física não deixam de incidir sobre essas mulheres. A inadequação, o sofrimento, a vergonha, a culpa e a desesperança são sentimentos comumente observados nas falas e trajetórias das mulheres que experienciam essa realidade. Segundo Carpenedo e Nardi (2017) esses sentimentos de inadequação são usualmente acompanhados por uma posição de abnegação e, numa lógica de autopunição que reafirma um ideal materno sacrificial, é na posição de mães mártir que muitas dessas mulheres conseguem negociar suas identidades maternas no contexto transnacional. A dor e o sentimento de inadequação como mães são ainda amplificados pelas características de suas ocupações laborais quando trabalham com o cuidado de crianças pequenas nos países de destino. Em constante negociação entre sacrifícios e glórias, conseguir garantir o sustento de suas famílias e assegurar melhores condições educacionais e de saúde costuma mitigar os sentimentos de inadequação e sofrimento dessas mulheres causados pela distância (CARPENEDO, NARDI, 2017).

A institucionalização do papel das migrantes na provisão de cuidados pode ser melhor compreendida com a noção de *circuitos de sobrevivência*. Países do Sul global, crescentemente empobrecidos e endividados, constroem circuitos de sobrevivência a partir das mulheres que emigram de seus países de origem e enviam remessas para suas famílias, e essas remessas constituem recursos importantes na economia de vários desses países. Esses circuitos de sobrevivência, segundo Saskia Sassen (2002), socióloga holandesa que cunhou o termo, são complexos, conectam múltiplas localizações, e os conjuntos de atores constituem, nesse circuito, cadeias de *traders* e trabalhadores.

Esses circuitos alternativos para sobrevivência cresceram, em parte, devido aos efeitos da globalização econômica nos países situados na periferia do capitalismo: o crescimento do desemprego, o fechamento de empresas locais com a chegada das enormes estrangeiras, e o crescimento das dívidas governamentais, ao pressionarem as economias e se intensificarem com os ajustes programados pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, configuram condições que pressionam as mulheres, na medida em que homens perdem seus empregos e serviços sociais são cortados. Nesse contexto, adquire importância crescente encontrar maneiras alternativas de fazer a vida, de sobreviver, produzir lucros e gerar receitas governamentais. Esses circuitos, realizados mais e mais frequentemente às custas das mulheres, podem ser considerados uma *feminização da sobrevivência*, ao menos parcial: não apenas domicílios e comunidades inteiras estão cada vez mais dependentes das mulheres para sobrevivência, mas também os governos que contam com suas remessas, e as empresas que funcionam nas margens da economia legal (operando o tráfico de pessoas para trabalhos no exterior) (SASSEN, 2002).

As mulheres que integram esses circuitos como trabalhadoras migrantes, portanto, têm um papel importantíssimo na expansão econômica. Isso porque as dinâmicas atreladas a essa expansão, em curso nas chamadas cidades globais (que concentram algumas das funções e dos recursos centrais para a economia global), produzem uma demanda forte por trabalhadores com baixa remuneração e, ao mesmo tempo, as dinâmicas de precarização da vida nos países de origem, que mobilizam as mulheres até circuitos de sobrevivência, produzem um fornecimento em expansão de migrantes que podem ser empurradas a esses trabalhos (SASSEN, 2002). Na Itália, o cuidado de idosos conta, sobretudo desde a década de 1990, com a figura das *badanti*, que são mulheres imigrantes empregadas como trabalhadoras domésticas, com a função de assistir e cuidar de pessoas idosas. Geralmente, residem no emprego, e boa parte delas vive no país ilegalmente (DA ROIT; FACCHINI, 2010 *apud* DEBERT, 2016).

São duas as dinâmicas que as cidades globais abrigam e que atraem trabalhadoras com baixa remuneração: por um lado, uma tendência à informalização de um conjunto vasto de atividades, com pequenos empregadores tentando escapar dos custos e das limitações do aparato regulatório da economia formal, o que opera a precarização de um conjunto de atividades para as quais há uma crescente demanda local; por outro lado, um crescimento exponencial da demanda por profissionais de alto nível tem levado mais mulheres ao mercado de trabalho corporativo e provocado uma realocação do trabalho doméstico no mercado, tendo em vista a redução do tempo disponível para fazê-lo na rotina das mulheres empregadas. Tanto as firmas, quanto o estilo de vida desses profissionais geram demanda por trabalhadores de serviços com baixa remuneração. Como efeito, Sassen observa um retorno das “serving classes” em todas as cidades globais, classes constituídas majoritariamente por mulheres migrantes (SASSEN, 2002).

Nas duas dinâmicas observadas, que levam a um crescimento da oferta de postos de trabalho precarizados, são as mulheres imigrantes que, no final das contas, suportam muitos dos custos. As cidades globais se tornaram, então, locais onde um grande número de mulheres com baixa remuneração e imigrantes se incorporam — de forma isolada, dispersa e invisível — em setores econômicos estratégicos (SASSEN, 2002).

Da mesma forma, migrações internas também são observadas em muitos países, com a migração de mulheres de regiões empobrecidas em busca de trabalho, que se deslocam para regiões endinheiradas. Uma cadeia global de cuidados — uma série de conexões entre pessoas ao redor do mundo, baseadas em trabalho de cuidados pago e não pago — pode, segundo Hochschild (2002), começar em um país pobre e em um país rico, ou ela pode conectar áreas

rurais e urbanas dentro de um mesmo país pobre. Outras, mais complexas, começam em um país pobre, estendem-se para um, ligeiramente menos pobre, e então se conectam a um país rico. Da mesma forma, é possível estender o entendimento sobre a ocorrência do “dreno de cuidados”, que pode ser observado entre essas diferentes regiões e não apenas entre países ricos e pobres.

Aspectos importantes da globalização e das migrações internacionais são revelados quando a perspectiva do cuidado é mobilizada, sobretudo para os contextos norte-americanos e europeus. No caso do Brasil, a realização do trabalho de cuidados está também muito atrelada às migrações, porém, nesse caso, às migrações internas de mulheres pobres, em particular de áreas da região Nordeste para o Sudeste, ou de regiões rurais para regiões urbanas, como reflexo das desigualdades regionais. No contexto latino-americano e, em particular, brasileiro, a perspectiva do cuidado aponta, principalmente, para outras dinâmicas: por um lado, para a continuidade das relações de raça e de classe, da escravidão à domesticidade e, por outro, para a permanência das relações de dominação patriarcal (GEORGES, 2017).

2.3 O cuidado como ajuda: as redes de reciprocidade e as casas de “tomar conta”

Por fim, há um terceiro circuito do cuidado entendido como circuito do “cuidado como ajuda”. Nele, as atividades exercidas também não são vistas socialmente como trabalho, mas, diferentemente do circuito do cuidado como obrigação, as pessoas exercendo o cuidado não se veem na obrigação de fazê-lo, de modo que as atividades adquirem o sentido de “ajudas”. Em sua execução, as relações extravasam o círculo daquelas pessoas que convivem em um mesmo domicílio, mobilizando redes mais amplas, como a família extensa ou circuitos de amizade, que são reproduzidas a partir de relações sociais assentadas na reciprocidade, e nas quais retribuições monetárias não são fundamentais, ainda que possam surgir como agradecimento pela “ajuda”. Esse circuito aparece como alternativa para provisão do cuidado sobretudo entre grupos que vivem em situação de pobreza e sob escassa proteção da política social, ou seja, grupos para os quais recorrer ao mercado para acessar serviços de cuidado não é uma alternativa viável, e para os quais o Estado não oferta políticas sociais suficientes ou adequadas (GUIMARÃES, 2020a).

Diante da ausência de vagas suficientes nas creches públicas e da necessidade de deixar as crianças com alguém enquanto precisam trabalhar, é comum que famílias das classes

populares recorram às casas de “tomar conta”, lugares em que mulheres moradoras de favela ou periferias oferecem serviços de cuidados às crianças em suas próprias casas. De acordo com a antropóloga Camila Fernandes (2021), o termo “tomar conta” é:

uma categoria nativa que diz respeito a um conjunto de gestos relativos ao universo dos cuidados e se refere tanto a dimensões positivas da ação: olhar, vigiar, dar carinho, alimentar, assim como as negativas, relativas a tarefas desagradáveis, coercitivas ou sujas; limpar, brigar, controlar e educar. (FERNANDES, 2021, p. 3).

No caso das casas de “tomar conta”, a atividade é realizada na residência da mulher que irá fazê-lo, havendo flexibilidade no horário em que as crianças ficam lá. Em alguns casos, as crianças chegam a dormir lá, a depender da necessidade das famílias. Atendem crianças de idades diversas e o pagamento varia — há algumas que cobram preços diferenciados para mulheres com maiores dificuldades financeiras. As negociações sobre horários e pagamentos costumam acontecer caso a caso e, ainda que o pagamento monetário tenha seu lugar, a confiança, os favores e a solidariedade costumam ser construídas e sustentadas, também, como retribuição dos serviços ofertados. As mulheres trabalham no registro da “ajuda” (FERNANDES, 2021).

Em etnografia realizada em um complexo de favelas situado na Zona Norte do Rio de Janeiro, Fernandes (2021) identifica traços comuns nas trajetórias de vida das mulheres que “tomam conta” que ela acompanhou. Começaram essa atividade como uma forma de complementar a renda que, com o tempo, se tornou a principal fonte de sustento do grupo familiar. Além disso, são nascidas e criadas no morro, e acumulam muitos anos cuidando de crianças. Nas casas que acompanhou, outros parentes também participam das atividades de cuidados, com destaque para as filhas adolescentes e, em um dos casos, uma avó.

Segundo Fernandes (2021), que analisa as relações de coexistência entre as práticas informais de cuidado realizadas na periferias e as administrações de Estado, ainda que as casas de “tomar conta” tenham uma lógica de funcionamento distinta da lógica das creches, elas operam a partir de diferenças situacionais complementares. Tal complementaridade aponta para um circuito mais amplo de precariedades e desigualdades: o Estado se revela sendo a própria ausência que cria, sustenta e se aproveita das formas particulares de “viração” e informalidade, já que o trabalho realizado nas casas amortece a inação da creche e mascara a debilidade do provimento estatal. Com frequência, as casas de “tomar conta” são indicadas pelas próprias profissionais das creches, a despeito de sua informalidade e das críticas que tecem a respeito da

estrutura desses locais, da alimentação e da ausência de preocupação pedagógica com a educação das crianças — as profissionais das creches operam com uma dupla moralidade em relação a essas casas (FERNANDES, 2021).

Enquanto um modelo de atenção complementar ao cuidado oferecido pela creche, pela pré-escola e pela família, mobilizado em resposta às longas filas de espera por vagas nas creches ou pela necessidade de cuidado além dos horários de funcionamento regulares das instituições, as casas acabam sendo acionadas mesmo quando é possível recorrer a outros meios. Por funcionarem na informalidade, paira sobre algumas das mulheres que “tomam conta” em suas casas o temor da fiscalização do Estado (FERNANDES, 2021).

As práticas de “tomar conta” compõem uma estrutura social em que o cuidado das crianças das classes populares é produzido em circulação. Cláudia Fonseca, ao tratar da maternidade nas famílias populares, aponta para a necessidade de “tirar a experiência materna do isolamento da família conjugal e situá-la dentro de redes sociais que perpassam a unidade doméstica” (2022, p. 534), e explica que as práticas de circulação de crianças entre uma casa e outra são observadas no presente e no passado, no início do século XX, associadas à necessidade de acionar estratégias coletivas para a sobrevivência das crianças. É bastante importante a observação que Fonseca (2022) faz de que o cuidado de crianças pequenas não passa ao largo da divisão tradicional de trabalho, cabendo à mulher, ainda que nem sempre essa mulher fosse a mãe biológica da criança — avós, mães de criação, irmãs, criadeiras (eram chamadas assim no início do século as mulheres que cuidavam de crianças mediante uma mensalidade paga em dinheiro), vizinhas etc.

A circulação de crianças também está relacionada com a importância da família estendida para esses grupos. Estudos antropológicos têm apontado para a natureza aberta da unidade doméstica nas famílias brasileiras de baixa renda e, nesse contexto, acontece de as crianças atravessarem os limites das casas e entre uma família e outra, e de as decisões que as envolvem não ficarem restritas ao casal, passando também pelos mais velhos. Hoje em dia, a parentela consanguínea parece ter ocupado um lugar prioritário nas redes de ajuda mútua, sendo um exemplo disso a quantidade de avós que ficam com os netos após a partida dos pais da criança. No início do século, a coesão do grupo de ascendentes e descendentes estendia-se aos parentes colaterais e, ao que tudo indica, as unidades nucleares se diluíam nesses grupos onde as fortes lealdades contrastavam com a precariedade do laço conjugal. Ainda hoje, a precariedade da família conjugal é presente nas classes populares no Brasil, de modo que os parentes têm papel fundamental na reprodução das crianças (FONSECA, 2022).

3. Escolhas metodológicas e considerações sobre o uso do método

Este trabalho se orienta pela perspectiva etnossociológica de pesquisa sistematizada pelo sociólogo francês Daniel Bertaux, em sua obra *Le Récit de Vie* (BERTAUX, 1997), e que se volta para a compreensão do funcionamento interno do objeto estudado e para a elaboração de um modelo de seu funcionamento sob a forma de um conjunto de hipóteses plausíveis. Tal concepção, cujo propósito coincide com o desta pesquisa (o que explica mobilizá-la), visa compreender como o objeto social estudado “(...) funciona e como ele se transforma, destacando as configurações de relações sociais, os mecanismos, os processos, as lógicas de ação que o caracterizam.” (BERTAUX, 1997, p. 7, tradução própria).

A abordagem proposta resulta da combinação de uma técnica de observação empírica, a do *relato de vida*, com uma vontade de compreender sociologicamente objetos sociais, ou de estudar um fragmento particular da realidade sócio-histórica (COSTA, SANTOS, 2020; BERTAUX, 1997). Fonte de dados por excelência desse enfoque, o relato de vida acontece quando a produção discursiva assume uma forma narrativa, e o sujeito, por meio da narração, examina o conteúdo de uma parte da sua experiência vivida. Não deve ser confundido com a autobiografia, que tem forma escrita e autorreflexiva, e na qual o sujeito dirige uma mirada retrospectiva a sua vida passada, considerando-a em sua totalidade e como uma totalidade. No relato de vida etnossociológico, que adquire forma oral e mais espontânea, o sujeito é provocado pela e está em interação com a pesquisadora que está a sua frente, com intenções já declaradas, e que seguem nele interiorizadas sob a forma de um filtro implícito, através do qual vai narrar suas experiências e escolher o que relatar. A dimensão dialógica é presente todo o tempo, e a narração da história vivida, nesse contexto, é uma resposta imediata a uma demanda externa, carregando, de certa forma, as expectativas de quem propõe a pesquisa (CRAPANZANO, 1977).

A coleta de relatos de vida não é mobilizada para compreender uma ou outra pessoa em profundidade, mas para compreender determinado objeto social a partir da vivência de pessoas que nele se inserem durante boa parte de suas vidas. Os relatos permitem coletar informações e descrições que, uma vez reunidas e analisadas, podem ajudar a compreender o funcionamento do objeto social e sua dinâmica interna. As pessoas em campo adquirem status de *informantes* (BERTAUX, 2010).

Entendidas a perspectiva metodológica que guia este trabalho e a fonte de dados a ser mobilizada, cabe então conectá-las mais nitidamente com o objetivo desta pesquisa, e justificar

seu uso. Segundo Bertaux (1997), os *mundos sociais* construídos em torno de categorias profissionais específicas, e as *categorias de situação*, conformadas quando um conjunto de pessoas se encontram em determinada situação social comum, seriam objetos sociais favoráveis à mobilização da abordagem etnossociológica. Em ambos os casos, a dimensão diacrônica aportada pelos relatos de vida enriqueceria a investigação, por permitir perceber tanto as lógicas de ação no desenvolvimento biográfico das pessoas inseridas naqueles contextos, quanto as configurações de relações sociais no desenvolvimento histórico do objeto social. Nesse sentido, esta pesquisa, que pretende analisar como o cuidado de crianças pequenas atravessa a vida das mulheres que se vêem na necessidade de conciliar o trabalho como babás com a maternidade, irá tanto explorar a categoria de situação das mulheres que se vêem diante da necessidade de conciliar o trabalho como babás com a maternidade, quanto, em alguma medida, o mundo social das babás. E a justificativa do recurso à perspectiva etnossociológica, tendo os relatos de vida como fonte de dados, começa a se apresentar. Especialmente no caso da investigação da categoria de situação, isto é, mulheres que se vêem na necessidade de conciliar o trabalho como babás com a maternidade:

A utilização dos relatos de vida se mostra (...) particularmente eficaz, pois essa forma de coleta de dados empíricos que se ajusta à formação das trajetórias; ela permite identificar por meio de que mecanismos e processos os sujeitos chegaram a uma dada situação, como se esforçam para administrar essa situação e até mesmo para superá-la. (BERTAUX, 2010, p.27)

Ao se observar o atravessamento do cuidado na vida de determinadas mulheres, a dimensão da trajetória salta aos olhos, sobretudo quando proponho uma aproximação do objeto de estudo por meio de relatos de vida. O roteiro de entrevista, organizado em blocos de perguntas, passa por cada etapa da vida dessas pessoas, desde quando eram, elas próprias, crianças pequenas, até os dias de hoje. No movimento de aproximação das trajetórias das informantes, a noção de *campo dos possíveis*, proposta por Bourdieu (2007), servirá como instrumento analítico. O campo dos possíveis oferecido a cada agente, segundo o sociólogo francês, corresponde ao feixe de trajetórias prováveis ligadas a um determinado volume de capital herdado, sendo que a passagem de uma trajetória para outra dependeria de acontecimentos coletivos ou individuais.

Sobre a importância da estrutura diacrônica dos relatos de vida para esta pesquisa, recorreremos a Norbert Elias. Quando o autor argumenta que “só se pode chegar a uma compreensão clara da relação entre indivíduo e sociedade quando nela se inclui o perpétuo

crescimento dos indivíduos dentro da sociedade(...)" (ELIAS, 1994, p. 30), rompe com a antítese indivíduo x sociedade, e trata a historicidade de cada indivíduo como chave para a compreensão de uma sociedade em constante mudança. A noção de historicidade de cada indivíduo que o autor apresenta permite sustentar, mais uma vez, a pertinência do estudo de relatos de vida para se compreender o funcionamento de mundos ou categorias sociais — é desvendando a historicidade que as lógicas e os mecanismos sociais se revelam.

Ainda sobre o relato de vida, e entendendo-o enquanto esforço para contar uma história realmente vivida, é necessário compreender que o antecede, e sucede à experiência histórico-empírica, uma totalização subjetiva mais ou menos reflexiva que o sujeito faz daquilo viveu até o momento. É a partir dela que o sujeito constrói seu relato, e contribuem conjuntamente para formar essa totalização: a memória, a reflexão e o juízo moral que ele realiza, bem como sua “bagagem” cultural e ideológica, nos termos de Bertaux (1997), ou seu *habitus* (sistema de disposições incorporadas que modula a forma como um sujeito percebe e reage ao mundo ao seu redor), recorrendo a Bourdieu (2007). Ademais, não podem ser desconsideradas, para a totalização realizada pelo sujeito, as percepções e avaliações desses mesmos eventos ou ações por seus familiares. Como afirmou Walter Benjamin, em seu célebre texto sobre a crise (e a importância) da narração, “imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso” (BENJAMIN, 1985, p. 221).

Entre o vivido e o que o sujeito apreende, há uma variedade de mediações. Mas não apenas: há, também, entre o que é totalizado pelo sujeito e o que é relatado à pesquisadora. Todos esses aspectos precisam ser levados em conta no momento da análise dos relatos coletados. Segundo Goffman (2002), em situações de interação, as pessoas usam técnicas extraídas da dramaturgia para criar impressões, e tomam cuidados para manter as impressões que criam. A representação de um indivíduo acentuaria certos aspectos e dissimularia outros (GOFFMAN, 2002). O autor entende as características gerais das representações — entre outras, a realização dramática, a idealização e a manutenção do controle expressivo — como coações da interação, que agem sobre o indivíduo e transformam suas atividades em representações.

Goffman brinda esta proposta de investigação com ferramentas importantes de reflexão sobre os limites e as possibilidades desse método de investigação. Por um lado, abre possíveis caminhos para a análise dos relatos de vida, sugerindo observar as diferenças nas representações dos sujeitos nos diferentes espaços em que circulam e nas diferentes interações que estabelecem. Por outro lado, reforça a necessidade de atenção para o fato do relato se dar em

uma situação interacional. Nossos corpos estão presentes e se encontram. Ela está representando, e eu também.

Segundo o autor, “o papel que o indivíduo desempenha é talhado de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes, e, ainda, esses outros também constituem a plateia” (GOFFMAN, 2002, p. 9). Somos, eu e ela, atriz e plateia. A teorização de Goffman me sugere analisar não apenas o conteúdo das entrevistas que irei coletar, mas me atentar para as interações que irão viabilizar a coleta em si. Somadas a essas observações, vale trazer discussões realizadas por Crapanzano, quando argumenta que o relato carrega, em alguma medida, as expectativas do “Outro” e esse “Outro” “(...) não diz respeito meramente a um indivíduo concreto que está diante de alguém, mas àquilo que ele representa simbolicamente” (CRAPANZANO, 1977, p. 4). A *posicionalidade* da pesquisadora entra em cena, junto ao seu corpo, que se faz presente no momento do encontro, e afeta a informante. Não há como fugir dessa realidade, e é colocado o desafio de tentar localizar e explorar as lacunas produzidas pela impossibilidade da visão do todo.

Goffman ainda argumenta que um ator pode investir-se de seu próprio papel, ficando convencido da verdade e da unicidade da impressão de realidade que cria. Ele “(...) interioriza ou incorpora os padrões que procura manter em presença de outros, de tal modo que sua consciência exige que proceda de maneira socialmente adequada” (GOFFMAN, 2002, p. 13). Para isso, o sujeito terá escondido de si mesmo fatos capazes de desacreditá-lo, e essa manobra de autoiludir-se acontece, segundo Goffman, constantemente. Quando relatos de vida são coletados como fonte de dados, autonarrações são mobilizadas e realizadas diante da pesquisadora, e quando um sujeito narra sua própria história, escolhe aquilo que conta, que omite, que pronuncia com maior ou menor veemência, consciente ou inconscientemente. Essas escolhas e esses silenciamentos, que são de certa forma desconhecidos a quem está na posição de ouvinte e investiga, devem ser consideradas, sabendo da possibilidade de manobras de autoilusão.

Gonçalves (2012) aponta para possíveis modulações nas narrativas pelos informantes, acentuando estereótipos e buscando coerência em atos e pensamentos, flexibilizando a construção que se faz do *self* segundo normas culturais. Por esta pesquisa envolver temáticas marcadas por fortes determinações normativas, ligadas a papéis de gênero enraizados socialmente, essa problematização precisa ser realçada. Os relatos sobre a relação com o trabalho de cuidados se inserem em uma realidade de normas sociais rígidas, internalizadas pela

maior parte da população, e se, ao tratar desse tema, uma pesquisadora desconsiderar a força que isso tem na construção da narração de si das informantes, estará dando um “tiro no pé”.

Como o oleiro imprimindo suas mãos na argila do vaso, fazendo novamente referência à Benjamin (1985), a informante repousa sua marca no que narra. Ao relatar sua própria história de vida, aquela que o faz é quem, em última instância, decide o que é relevante ou não para ser tomado como fundamentação de sua narrativa, sobretudo o modo como organiza os eventos e o modo como se pronuncia ou silencia sobre determinados fatos. Ao me deslocar a campo e me aproximar das entrevistadas, o que chegará aos meus ouvidos será aquilo que elas escolherão relatar, no tom que elas escolherão pronunciar. Ao construir as considerações e as análises do que for observado, devo levar em conta que a forma como a narração terá sido por elas construída não necessariamente combina com a realidade histórico-empírica. Apesar disso, a escolha das informantes sobre o que pronunciar e sobre o que silenciar contém, em si, significados importantes:

Assumir hoje o desafio de trabalhar com relatos de vida pressupõe essa herança: a linguagem não mais como matéria inerte, na qual o pesquisador buscaria aqueles “conteúdos” afins à sua hipótese ou ao seu próprio interesse, para sublinhar, colocar entre aspas, citar, glosar, quantificar, colocar em grades, mas, pelo contrário, como um acontecimento de palavra que convoca uma complexidade dialógica e existencial (ARFUCH, 2010, p. 258)

Trata-se de avançar na compreensão das complexidades que atravessam o dito e o não dito, apreender a fala como linguagem atravessada por uma vivência que se reconstrói o tempo todo, e que é narrada em um contexto de interação com a pesquisadora.

Também o que irei produzir a partir da coleta dessas narrativas envolve, em alguma medida, minha subjetividade, que não estará ausente no momento da elaboração do texto etnográfico e da condução da análise. Perin (2021) levanta um importante debate sobre a posicionalidade e a parcialidade da pesquisadora no fazer científico. Enquanto mulher cisgênero, branca, nascida e criada na capital de Minas Gerais, vinda de uma família de classe média alta, e tendo sido cuidada por uma babá quando criança, minha perspectiva acusa parcialidade e visão específicas — como toda perspectiva necessariamente o faz. Retomo Perin (2021, p. 300):

Produzimos alegorias que estão relacionadas com as alianças que fazemos, seja com determinados sujeitos, com a própria teoria, como determinadas questões políticas, ou com experiências. Trata-se de um trabalho de autoria do início ao fim, já que elencamos o quê conectamos, com o quê e como.

Deixamos uma série de coisas “de fora”. Escolhemos, assim, a escala de uma complexidade para etnografar, e os “ganchos” que selecionamos para criar essas alianças são sempre políticos – estaria aí a principal questão do engajamento do pesquisador. Somos obrigadas/os, portanto, a nos responsabilizar pelas construções que fazemos sobre os outros e sobre nossa presença frente ao outro.

Defendo o método, e me contraponho às críticas que usualmente são dirigidas ao uso de relatos de vida. Considero que eles podem colocar em análise frágeis memórias e fragmentos de subjetividade. Os relatos são capazes de conferir à análise qualitativa um matiz distintivo, “(...) por esse suplemento de significação que envolve toda imersão no universo existencial dos sujeitos e que faz do ‘ator social’ algo mais do que uma silhueta sem nome no fluxo das correntes e trajetórias históricas.” (ARFUCH, 2010, p. 254). Ainda, a ideia da objetividade dos dados é mais relativa do que investigações quantitativas ou qualitativas que envolvem observação direta pretendem. Dados coletados mediante questionário são afetados pela escrita e disposição das perguntas, bem como pela subjetividade do respondente. Uma pesquisa que mobiliza observação direta de comportamento como método

não oferece mais que dados factuais (tal pessoa fez isso, disse aquilo àquela outra em tal situação), mas só se podem perceber os sentidos subjetivos, o sentido intersubjetivo, e se aproximar assim do seu sentido “objetivo” (social) se compreende-se a ou as lógicas que conecta(m) a interação observada. (BERTAUX, 2005, p. 25, tradução própria)

O pensamento feminista dá uma contribuição importante nas discussões epistemológicas e sobre o fazer científico, ao desconstruir a chamada objetividade do “que sabe”, da “testemunha moderna”, cuja arrogância se manifesta na sobreposição de pontos de vista singulares e localizados por um ponto de vista supostamente universal, ocultando que se trata da posição de um homem branco de classe privilegiada, sob o manto de uma suposta neutralidade científica (MOLINIER, 2018).

Para dizer da pertinência e da adequabilidade do método, há que se compreender o que se pretende com cada tipo de investigação. O objetivo da investigação etnossociológica não é oferecer descrições estatísticas sobre fenômenos coletivos ou verificar hipóteses, mas “elaborar, pouco a pouco, um corpo de hipóteses plausíveis, um modelo baseado nas observações, frutífero em descrições de ‘mecanismos sociais’ e em propostas de interpretação (mais que de explicação) dos fenômenos observados” (BERTAUX, 2005, p. 23, tradução própria). Sabendo das várias mediações existentes entre a realidade histórico-empírica, a

realidade do sentido construído pela pessoa que viveu certa experiência, e a realidade narrada, caminha-se do particular para o geral, em uma perspectiva etnossociológica, a partir do

(...) estabelecimento de relações entre casos particulares, do que eles contêm de dados factuais recolocados em ordem diacrônica, de indícios descritivos ou explicativos propostos pelos sujeitos, graças à descoberta de recorrências de um percurso de vida para outro e à construção de conceitos e hipóteses sobre essas recorrências. (BERTAUX, 2010, p. 34)

As noções de gênero, raça e classe também perpassam as análises propostas neste trabalho, sendo fundamentais para a compreensão das relações sociais que se estabelecem para a realização do trabalho de cuidados. Examinando a construção da raça e do gênero que se deu em torno da divisão de trabalho, a partir de mudanças na organização do trabalho reprodutivo, Glenn (1992) aponta para a inadequação de modelos aditivos de análise das relações sociais, que tratam gênero e raça como sistemas separados de hierarquia, e argumenta sobre a necessidade de compreendê-los como aspectos entrelaçados. A divisão racial do trabalho reprodutivo impulsiona o privilégio masculino branco, ao perpetuar o entendimento de trabalho reprodutivo como trabalho de mulher; indiretamente reforça a divisão sexual do trabalho, ao oferecer às mulheres brancas uma posição ligeiramente mais privilegiada, em troca de aceitar a domesticidade; serve para canalizar e reformular as concepções dualistas de mulheres como “boas” e “más”, em construtos de gênero racializados; protege o privilégio masculino branco em configurações institucionais (GLENN, 1992).

De natureza relacional, raça e gênero são construídos em experiências que os colocam permanentemente em conexão, e não apenas: envolvem também a situação de classe dos sujeitos. A compreensão de que essas relações sociais existem de forma imbricada e se constroem mutuamente pode ser discutida pelas noções de interseccionalidade e/ou consubstancialidade, abordagens que remetem à contestação das análises sociais que tratam de eixos únicos de discriminação.

O uso do termo interseccionalidade na literatura acadêmica remete ao texto “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics”, da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989), que o mobiliza para designar a interdependência de raça, sexo e classe nas relações de poder. Para além de Crenshaw, seu uso remonta ao movimento do final dos anos 1970 conhecido como Black Feminism (Cf. COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 2000; DAVIS, 1981; COLLINS, 1990), crítico de um feminismo branco, de

classe média e heteronormativo que ganhava corpo e desconsiderava as experiências das mulheres negras.

O termo consubstancialidade, por sua vez, vem sendo mobilizado pela socióloga francesa Danièle Kergoat desde a década de 1970-1980. Pretendendo articular relações sociais de sexo e de classe, no afã de “compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres diante da divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e de origem (Norte/Sul)” (Kergoat, 2010, p. 93) e em crítica à noção “geométrica” da interseção (que levaria a naturalizar as categoriais analíticas e mascarar as relações sociais), Kergoat (2016) propõe a abordagem da consubstancialidade, dando ênfase para o dinamismo das relações sociais:

convida a pensar o mesmo e o diferente em um só movimento: 1) não obstante sejam distintas, as relações sociais têm propriedades comuns – daí o emprego do conceito marxiano de relação social com seu conteúdo dialético e materialista para pensar, também, o sexo e a raça; 2) as relações sociais, embora distintas, não podem ser entendidas separadamente, sob o risco de serem reificadas (KERGOAT, 2016, p. 20).

[as relações sociais] formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e “raça” se reproduzem e se co-produzem mutuamente (KERGOAT, 2010, p. 94).

Kergoat sugere o uso da abordagem da consubstancialidade como ferramenta para pensar a complexidade do trabalho de cuidado e a interpenetração dinâmica das relações sociais em que ele se insere. A perspectiva que adoto neste trabalho se afasta da noção de categorias estáticas de gênero, raça e classe, e de um tratamento aditivo do que seriam eixos distintos de discriminação, e se aproxima das relações sociais que fabricam essas categorias e que existem, invariavelmente, em relação. Acompanho o entendimento segundo o qual as duas abordagens podem ser utilizadas se referindo a relações sociais de poder imbricadas.

4. Mulheres, mães e babás

Abordagem de pesquisa e método escolhidos, possibilidades e limitações discutidas, me dirigi a campo, buscando informantes que se enquadrassem na categoria social em foco: mulheres que se veem na necessidade de conciliar o trabalho como babás com a maternidade. De início, tentei localizá-las por meio de indicações de pessoas conhecidas. Recebi o contato de cinco mulheres que se enquadravam no perfil buscado, mas, dessas, só consegui conversar com uma delas. Ela aceitou o convite para participar, mas, na data combinada, desmarcou o encontro e não retornou mais minhas tentativas de contato. Para quatro delas não consegui nem mesmo apresentar a proposta do trabalho (em alguns casos a ligação não completava, em outros, ficavam de me retornar em outro horário e não o faziam, e também não atendiam ligações posteriores).

Tentei outro caminho: contatei uma agência que intermedia a contratação de babás (“Lar Feliz Agência de Empregadas Domésticas”) e expliquei a proposta da pesquisa. Por essa via, recebi o contato de duas mulheres com o perfil buscado e consegui conversar com as duas. A primeira delas não topou, justificando a negativa pela ausência de tempo disponível, e a segunda, ainda que, de início, tenha aceitado participar e combinado uma data, não confirmou nosso encontro no dia combinado, não respondeu mensagens e não atendeu ligações.

Sem informantes, recorri às redes sociais e entrei em grupos de Facebook nos quais babás, diaristas e empregadas domésticas procuram vagas de emprego e possíveis empregadores as anunciam. Postei uma breve apresentação da proposta da pesquisa, seguida de um convite às mulheres que se encaixassem no perfil para participar (babás que tenham filhos de até 10 anos), em um grupo de nome “BABÁ,DOMÉSTICA,DIARISTA NA GRANDE BH!!!”, com cerca de 23 mil membros, e 25 mulheres responderam com interesse em participar. Dessas, cinco não tinham filhos na faixa etária buscada. Entrei em contato com 20 delas (via Facebook ou por mensagem de celular, quando deixavam o contato na publicação), e entre o início da conversa e a efetivação do encontro, 13 pararam de responder. Realizei sete entrevistas, e uso seis nesta pesquisa. Optei por não usar uma delas pela ausência de conteúdo substantivo coletado. Talvez pela presença de familiares da informante no ambiente e no momento escolhidos por ela para conversarmos, ela deu respostas muito curtas para a maioria das perguntas, inviabilizando a reconstituição de sua história de vida na pesquisa.

Nota-se importante diferença geracional entre as informantes. Três têm entre 24 e 27 anos (Anne, 29; Brenda, 24; Ester, 27), duas estão na faixa dos trinta anos (Carla, 34; Dânia, 38) e uma delas tem 48 anos (Fátima). Duas autoidentificam-se como negras (Anne e Brenda),

e quatro como pardas (Carla, Dânia, Ester e Fátima), e estão distribuídas geograficamente da seguinte maneira: Anne mora na região sudoeste de Belo Horizonte, Carla na região leste, Dânia e Ester no noroeste da cidade, e Brenda e Fátima em municípios da Região Metropolitana (durante a semana, Fátima dorme na casa onde trabalha, na região norte de Belo Horizonte). Alguns aspectos objetivos do perfil das informantes estão subsumidos no quadro abaixo, que pode ser consultado ao longo da leitura deste trabalho:

Quadro 1 — Perfil das informantes

	Anne	Brenda	Carla	Dânia	Ester	Fátima
Idade	29	24	34	38	27	48
Raça/cor	Negra	Negra	Parda	Parda	Parda	Parda
Número de filhos/as	4	2	4	1	2	4
Idade dos filhos/as	2a, 2a, 8a, 14a	1a8m, 5a	7a, 9a, 12a, 16a)	9a	8a, 10a	8a, 23a, 26a, 29a
Naturalidade	RMBH	BH	BH	Interior de MG	BH	Interior de MG
Escolaridade	Ensino Médio completo	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Fundamental incompleto
Ocupação da mãe	Empregada doméstica	Empregada doméstica	Cozinheira	Trabalhadora rural	Cuidadora de idosos	Cozinheira
Ocupação do pai	Não informado	Não informado	Não informado	Trabalhador rural	Vendedor e trab. na construção civil	Pedreiro
Remuneração	R\$1380,00 + Vale Transporte + Cesta Básica	R\$1500,00	Menos de R\$1800,00	2 salários mínimos	R\$800,00	3 salários mínimos

Fonte: elaboração própria.

Cada informante escolheu o dia, a hora e o local para conversarmos. Dos seis relatos de vida, três foram coletados em suas casas (de Brenda, Carla e Dânia), um em praça pública (Anne), um via chamada de vídeo (Ester), e outro no ambiente de trabalho da informante (Fátima), quando seus empregadores estavam viajando. Os relatos foram coletados no ano de 2022 e todas as informantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Seus nomes, bem como das pessoas que mencionam em seus relatos de vida, são fictícios. O roteiro das entrevistas consta no Anexo I deste trabalho.

4.1 Anne

Nascida em Belo Horizonte no início da década de 1990, Anne é uma mulher negra, hoje com 29 anos, que trabalha como babá na zona norte da cidade, e mora com seus quatro filhos em uma casa alugada no sudoeste de Belo Horizonte. Anne passou a infância na casa da avó materna, de quem guarda as melhores lembranças do mundo. Era uma casa pequenininha, de pau a pique e com cara de sítio, ainda que na capital. O pai de Anne perdeu a casa em que moravam, com tudo dentro, em um jogo de mesa, e a única solução que Selma, sua mãe, encontrou foi a de voltar para a casa de Dona Marcelina, avó materna de Anne. Na época, as irmãs de Selma repetiam que ela era um peso para a mãe, um encargo financeiro.

A avó de Anne era cozinheira, e foi quem cuidou dela em sua primeira infância, nos momentos bons e ruins. Naquela época, sua mãe morava no trabalho. Trabalhava como empregada doméstica em casas de família, e lá cuidava de crianças, arrumava a casa, lavava e passava roupas, cozinhava, e fazia o que mais lhe fosse atribuído. Como a passagem de ônibus de Selma do trabalho para casa era descontada do salário, que já não era lá essas coisas, ela dormia de segunda-feira a sábado no emprego para ter um dinheirinho a mais. Foi a saída que encontraram, já que a aposentadoria da avó não era suficiente para o sustento da família. Por conta disso, Anne não tinha muito contato com a mãe durante a infância. Elas se encontravam apenas nos finais de semana — “eu não chamava a minha mãe de mãe, eu chamava minha mãe de Selma, pelo nome, por causa do contato”.

A partir de 2002, quando Anne estava próxima dos seus 10 anos de idade, o vínculo entre mãe e filha começou a ser fortalecido. Sua avó havia começado a adoecer e os exames e as consultas médicas se tornaram frequentes. Para acompanhá-la, Selma mudou sua dinâmica ocupacional, não mais morando no emprego. “A gente começou a ter uma relação de mãe e filha e eu comecei a ver que ela era minha mãe porque ela já estava ali presente 24 horas”. Atualmente, Selma trabalha como diarista. Sobre seu pai, Anne não tem contato nem informações. Quando ela nasceu, ele só deu as caras para colocar seu nome na certidão e sumiu no mundo. Reapareceu quando ela estava com 13 anos, e só. É a quarta ou quinta filha por parte dele. Por parte da mãe, é filha única.

Na busca por respostas a seus problemas e soluções ao adoecimento, Dona Marcelina passou a frequentar a igreja evangélica, depois de receber a dica de algum conhecido. Levava Anne junto. A menina frequentou por muito tempo a igreja, por causa da avó. Seguiu indo à igreja, mesmo depois da morte da avó — “eu ainda achava que eu tinha obrigação de continuar indo por causa dela, sabe?”.

Anne ainda convive com seu avô materno, Seu Tenor. Cultiva boas lembranças dessa relação, mas com ele era um pouco mais difícil, ele não foi casado com sua avó. Seu Tenor tinha outra família, que não aceitava nem ela nem Selma. Depois de anos, aquela família segue não aceitando as duas. Para passar bons momentos juntos, precisavam se encontrar escondido, e toda vez era uma diversão, com passeios e presentes. Hoje em dia, ela passa por cima de todos e vai vê-lo, toma “bença” do avô e dá carinho a ele. Deita no seu colo e fala: “vô, cê já me carregou muito, agora é minha vez de te carregar”.

O falecimento da avó desestruturou sua família. Sua tia e seu primo começaram a se viciar, a tia em álcool e o primo em outras drogas. “Ali a família tava acabando, com isso, né... E para mim, não tava aguentando viver aquela vida, eu tomei a decisão de engravidar, pra poder sair de casa”. Em tempo, a descoberta da gravidez foi um choque. Anne não queria ser mãe, nunca quis. Com o baque da notícia e o medo que sentiu de não saber cuidar da criança, acionou a então sogra para que ficasse com o neném quando nascesse. Nada feito, a sensação ao pegar o bebê no colo foi tal que não teve outra, seu filho ficaria com ela. Quando Otávio nasceu, Anne estava com 14 anos. Mesmo grávida, e depois do nascimento do filho, continuou estudando. Contou com o apoio dos professores para concluir o Ensino Médio com criança de colo:

Tanto que, eu lembro, ele ia, eu levava ele pra escola, tinha vez que ele tava tão irritado, tão nervoso, que os professores carregavam ele para mim poder fazer uma prova, para mim poder fazer um trabalho. Então eu tive apoio, assim, dos professores, que me ajudaram. Quando eu não podia ir porque eu não tinha com quem deixar, os professores mandavam pra mim a matéria, aí eu ia acompanhando. Às vezes eu ia lá na escola e “não tem como eu ir a semana toda não”, só ia pra fazer prova, aí eu consegui, com dificuldade, concluir o Ensino Médio. Mas já era mãe. (ANNE)

Nunca gostou de ir para a escola, mas foi lá que descobriu o gosto pela leitura, por causa de um livro que leu. “Eu li esse livro pra um trabalho de escola e comecei a pegar gosto pela leitura, eu comecei a ir na escola por causa do português, que eu comecei a gostar, a escrever, comecei a pegar o gosto pela leitura. Mas tirando isso, não gostava da escola não”. Por ter sido mãe nova, não teve adolescência — “eu tive que criar uma responsabilidade rápido demais, né (...), eu não sei o que é isso [adolescência]” — mas no pouco tempo livre que tinha, lia e escrevia cartas. Até hoje, quando tem um tempo, lê, não importa o quê. “Tem vez que não tem nada pra mim ler, eu vou comprar um jornal. Sei que só tem tragédia, mas eu tô lendo alguma coisa”.

Viveu junto com Tomás, pai do Otávio, por quase dez anos. Aos 16 anos teve seu primeiro emprego, como atendente de *fast food* em um shopping center. Trabalhou lá por três anos. Depois, começou a trabalhar em uma empresa terceirizada pela Fiat, onde ficou bastante

tempo. Anne engravidou de novo e, depois de seis anos do nascimento do primeiro filho, ela e Tomás tiveram uma filha. Gabriely veio totalmente diferente do que Anne imaginava, quebrando suas expectativas sobre o que é ser mãe de menina — ela idealizava uma “princesinha delicada”. Anne não percebeu mudanças no seu trabalho depois do nascimento da filha. Ela tirou licença-maternidade, a empresa tinha um convênio com uma creche e cobria 40% do pagamento, e o pai da criança também “ficava” com a menina. Naquela época, Anne trabalhava à noite na terceirizada, e tinha o dia todo para ficar com a filha. Acompanhou seu primeiro passo, sua primeira fala, todas as suas primeiras vezes. Gabriely está hoje com oito anos, e aos cinco sofreu uma tentativa de estupro por parte do avô paterno.

Anna se separou de Tomás e conheceu Felipe, com quem permaneceu por quase seis anos. Em uma ida ao hospital para fazer exames de risco cirúrgico para ligadura de trompas, descobriu outra gravidez. O pai era Felipe. Não se animou, mas, aos poucos, foi aceitando que viria uma nova criança. Com dezoito para dezenove semanas de gravidez, descobriu que esperava gêmeas, e seu mundo desabou. Não se via conseguindo cuidar de mais dois bebês. Anne passou toda a gravidez com depressão e teve diabetes gestacional. No hospital, conversou com uma assistente social sobre os procedimentos para entregar as crianças para adoção. “Eu falei: ‘não, eu não tenho coragem de colocar na lixeira, de deixar no hospital, eu quero ver alguém pegando lá no hospital, sabendo que vai cuidar’”. Ela associa esse movimento ao choque diante da descoberta de estar grávida de gêmeas e ao receio de não conseguir cuidar de mais duas crianças. Após o parto, Anne ficou quatro dias sem chegar perto das crianças, que ficaram no hospital para serem alimentadas com fórmula. Depois desse período, a psicóloga que a acompanhava se aproximou para conversar e confirmar o desejo de adoção. Diante da afirmativa, sugeriu a ela que pegasse as crianças para despedir. Ela não queria nenhum tipo de aproximação, mas a equipe que a acompanhava no hospital dialogou sobre essa dificuldade na primeira ocasião de contato para amamentação. Decidiu manter as crianças para “fazer um teste.” Está com as filhas até hoje, Iná e Cíntia.

Na época em que descobriu a gravidez, estava cursando uma formação de auxiliar veterinária e trabalhando com isso em uma clínica, onde recebia uma remuneração mais alta do que a que recebe hoje, como babá, e trabalhava de terça a sexta-feira, tendo o final de semana e a segunda-feira livres para ficar com os filhos. Gostava muito do curso e do trabalho, mas parou de atuar na clínica por conta da gestação — “a clínica mexia com muito gato, e gestante não pode ter contato com gato, né, porque o gato tem uma doença lá que pra gente ou feto nasce

com má formação ou é abortivo”. Com a chegada da pandemia de COVID-19, não finalizou o curso.

A pandemia foi a “pior época”, passou grávida e com as filhas nascidas prematuras. Só encontrava a mãe e a ex-sogra. Quando as filhas completaram sete meses, passou a encontrar algumas outras pessoas, seguindo os protocolos sanitários. Nesse período, desenvolveu distúrbios do sono, depressão e ataque de pânico, e seus filhos depressão. Ela ainda sente os efeitos desse adoecimento esporadicamente e vez ou outra ainda usa medicamentos para “ver se eu consigo caminhar”. Junto com o cuidado das crianças pequenas, com a escola dos outros dois filhos fechada e os estudos remotos, precisou assumir o papel de professora — “me transformei em mil e uma utilidades”. Depois de 4 meses do nascimento das gêmeas, o relacionamento com Felipe desandou e eles se separaram. Anne não pensa em novos relacionamentos — “não tem espaço, não tem tempo, não dá”.

Foi durante a pandemia que encontrou, via grupo de Facebook, a oferta de vaga de emprego como babá que a levou para o emprego em que está hoje. Já tinha trabalhado como babá ocasionalmente em finais de semana, como folguista, e pediu a Alice, para quem já havia trabalhado e com quem mantêm uma relação de comadres, que passasse referências suas para a possível contratante. Deu certo, e Anne já completou seis meses no novo emprego, onde cuida de Maria Eduarda (três anos de idade).

Recentemente, médicos identificaram que uma das gêmeas, Iná, agora com dois anos de idade, apresenta sinais que indicam Transtorno do Espectro Autista. Tem feito tratamento com um neurologista e uma fonoaudióloga, essa última devido ao atraso no desenvolvimento da fala. Segundo os médicos, ainda não é possível identificar o grau do transtorno e, até lá, não entram com medicação. O pai das gêmeas parou de buscar as filhas depois de Iná ter tido uma crise na casa dele — “um belo dia ela deu essa crise lá [na casa do pai]. Aí, ele disse que ele num vai pegar mais, que ele num quer ninguém fazendo pirraça na casa dele. Então, ele num vai pegar nunca, porque num é uma pirraça”.

Tomás, pai dos mais velhos, não procura Otávio e Gabriely (hoje com 14 e 8 anos, respectivamente). Selma é a única pessoa com quem Anne pode contar como rede de apoio para o cuidado dos filhos, para além das próprias crianças — Otávio, principalmente, é de grande ajuda no cuidado com as pequenas. Por trabalhar como diarista, raramente está em casa, mas “(...) quando eu tenho ela, eu jogo um tiquinho lá nas costas dela. Porque é bom pra ela fazer isso também, sabe? Falar com eles um tiquinho”. Todos os quatro filhos de Anne foram à creche

quando pequenos. As gêmeas ficam na creche em tempo integral, Gabriely hoje está na escola, também em tempo integral, e Otávio fica meio período.

Como mãe, sua principal preocupação é ter condições de pagar o aluguel de onde moram e garantir moradia digna para os filhos, e, além disso, preocupa-se em garantir alimentação adequada, eventuais momentos de lazer, vestuário, e condições para que estudem e corram atrás dos seus sonhos. Tenta dar aos filhos o que não teve, e se frustra por não ter condições financeiras de provê-los com tudo o que gostaria — “muitas das vezes, eu me acho incapaz, inútil, falo até que eu não merecia ter eles como filhos, porque eu não consigo dar pra eles o que eles merecem”. Otávio quer fazer um curso de programação de jogos, e tem vontade de ser biólogo. Gabriely sonha em ser bailarina e dançar no Teatro Municipal de São Paulo. Aulas de natação poderiam auxiliar no desenvolvimento de Iná, e Anne pensa que se todos fizessem aulas de inglês, estariam em melhores condições para não precisar recorrer a empregos desvalorizados no futuro.

Entre os planos que tem para si, Anne deseja, primeiramente, construir um local para morar com seus filhos e sair do aluguel. Sua maior preocupação é ter que sair de onde mora com as crianças por não conseguir pagar o aluguel. Se isso acontecesse, não teria para onde ir com as crianças. Não iria morar com Selma, para não passar pelo que ela passou quando voltou a morar com Dona Marcelina, quando Anne ainda era uma criança pequena; por não querer que seus filhos passem pelo que ela passou; e para não “levar problemas” que são dela e dos filhos para a mãe. Preocupa-se com a situação em que os filhos ficariam caso ela sofresse um acidente e morresse, tem medo de irem para um abrigo, e vê na casa própria um caminho para a estabilidade. Há a possibilidade de Seu Tenor, seu avô materno, ceder o lote que fica atrás da casa dele para que ela construa. Para financiar a construção, está contando com a possibilidade do avô, aposentado, conseguir um empréstimo no banco para ela, já que tem o nome “sujo”, por conta de gastos feitos pelo seu ex-marido, com quem tinha conta conjunta, na época da separação. Quer também comprar um carro e tirar carteira de habilitação, para transportar as crianças com mais facilidade. Planeja terminar o curso de auxiliar veterinário no próximo ano, e está amadurecendo a ideia de fazer faculdade na mesma área, na modalidade de ensino a distância, porque nessa profissão teria flexibilidade de horário e poderia passar mais tempo com os filhos. Sente que está perdendo momentos importantes do desenvolvimento das crianças.

Para os filhos, quer fazer o máximo que puder para ajudá-los e abrir caminhos para que possam cursar o Ensino Superior quando terminarem o Ensino Médio, não tendo que passar pelas necessidades que ela passou — “mesmo depois de velha, depois de com filhos, eu passei

necessidade”. Nesse sentido, está tentando vaga na escola militar para Otávio, porque a escola atual não lhe dá a tranquilidade de uma boa preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Quer que Otávio jogue futebol, “porque também é uma coisa que dá dinheiro”, e que faça o curso de programador de jogos pelo qual tem se interessado. Quer que Gabriely faça inglês e o balé que tanto sonha e que, também com dez anos, vá para a escola militar. Tem tentado fazer poupança para pagar faculdade para os filhos futuramente, mas tem tido dificuldade de seguir investindo — “parei porque não dá, não tá sobrando, sabe? (...) Muita coisa eu quero pra eles. E eu faço na medida do possível, corro atrás”.

4.2 Brenda

Brenda tem 24 anos, é uma mulher negra, e tem dois filhos, Samuel e Bruno, de um ano e oito meses e de cinco anos, respectivamente, que vivem com ela em Lagoa Santa, município da região metropolitana de Belo Horizonte onde ela nasceu. Filha de pai ausente, Brenda foi criada pela mãe e pela avó materna, que contaram também com a ajuda de uma tia avó e de vizinhas. Tem duas irmãs, uma de 15 e uma de 13 anos, e um irmão com síndrome de Down, nascido de um abuso sexual que sua mãe sofreu. Nenhum deles mora com a mãe, sendo que o menino ficou com a família do agressor.

A infância de Brenda teve “partes boas e ruins”. Morou com a avó materna, Lúcia, logo quando pequena, dos dois aos seis anos de idade, por conta do vício em drogas com o qual sua mãe lidava na época. Sua mãe trabalhava como empregada doméstica, assim como a avó, que além de empregada doméstica era caseira em um sítio da região. Todo mundo da família de Brenda trabalha “nesse ramo” do emprego doméstico. Lúcia morava nesse sítio com a neta, fazia bolos para ela e a levava para a escola. Brenda entrou no jardim de infância aos três anos, e durante todo o tempo que frequentou a escola adorava ir ao colégio por saber que lá teria lanche certinho.

Quando Lúcia ia trabalhar, deixava Brenda com a vizinha Fabianne, que morava perto e cuidava também de Jorge, outra criança. Fabianne era filha de outra empregada doméstica e tinha, na época, por volta de 11 anos de idade. Lá, assistiam à televisão, brincavam, “porque ela também brincava, ela era criança”, e Fabianne os levava para a escola. O banho, tomavam sozinhos. Em troca dos cuidados, Lúcia “dava um dinheirinho” para a menina.

Durante um período em sua infância, Brenda viveu na casa da vizinha Betty, que mora até hoje em uma casa próxima à sua. Betty dava banho, levava para a escola, ensinava o que podia e o que não podia. As idas e vindas para a casa da mãe eram permeadas por dor e sofrimento. Brenda chorava e pedia “pelo amor de Deus” para não ir para a casa da mãe quando criança. Não queria ficar lá, sentia medo de a mãe deixá-la sozinha com seus namorados. Como ela relembra:

Não queria ficar com ela, devido aos, né... aos acontecimentos, de ter namorado, deixar eu sozinha com eles. Então, eu era bem reclusa com ela, sabe? Eu tinha bastante medo de ficar com ela, de ela me deixar sozinha, e tudo mais. (...) Complicada a relação com os namorados dela, que eram mais novos. Eu era bem pequena. Ela me deixava sozinha e tudo. É... Difícil.

Dá a entender ter sido vítima de violência sexual.

Com nove anos, Brenda já ia com sua avó para o trabalho. Lúcia era obesa e tinha dificuldades para realizar todo o trabalho, e levava consigo a neta quando ia fazer faxina e cozinhar na casa de Dona Célia. A menina cortava legumes, lavava os banheiros e limpava os vidros, ajudando a avó no que podia. Os olhos de Brenda brilhavam, ansiosa pelo fim do trabalho para receber a recompensa: cinco, dez reais, “foi me incentivando a ir, pra eu ter meu dinheirinho, comprar as minhas coisas (...) aí falava: ‘Meu Deus, não vai acabar logo, pra mim pegar meus dez reais?’. E foi assim”. Com 13 anos, começou a trabalhar como babá de uma criança com deficiência, de quem cuidou até seus 15 anos. Aos 16, estava trabalhando como empregada doméstica e babá em uma casa enorme, em um condomínio de luxo da cidade. Cuidava da casa e de duas crianças.

Em sua adolescência, Brenda saía muito com Jana, sua melhor amiga à época. Nas horas livres, gostava de cozinhar, especialmente doces, e fazia comidas para sua mãe. Ainda tem a cozinha como uma paixão. Aos 16 anos, engravidou, na época em que estava trabalhando na casa do condomínio de luxo. O pai da criança foi seu primeiro namorado — “o amor da minha vida, que eu achei que eu ia morrer por ele”. Ele era 12 ou 13 anos mais velho que ela, e Brenda engravidou na primeira vez que transaram. Assim que engravidou, ele terminou a relação e não quis saber do filho. Brenda se sentiu desamparada e, ao contar para a então patroa, recebeu como retorno uma proposta de abortamento. Brenda viu a oferta como uma tentativa da patroa de evitar que ela acessasse direitos relativos à maternidade e se afastasse do trabalho. Refletiu sobre a possibilidade e recusou, sob o risco de ser demitida do emprego. De fato, não continuou mais lá.

A gravidez foi o motivo que levou Brenda a sair da escola, parando de estudar no oitavo ano. Ela sentia vergonha de ir para a escola grávida. Quando o filho estava pequeno, tentou continuar os estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), à noite, mas por conta das dificuldades que encontrou para articular os estudos noturnos, a maternidade, e o serviço, não conseguiu concluir. Segue de olho em vagas da EJA.

Durante a gravidez de Bruno, seu primeiro filho, Brenda contou com o apoio da mãe, da avó, e de uma vizinha querida, Mandy, que a acompanhou em seus dois partos. Brenda tem hipertireoidismo, e durante a gravidez foi diagnosticada com pré-eclâmpsia e depressão. Não imaginava que fosse desenvolver uma conexão forte com seu filho, não acreditava no “amor de mãe” de que tanto lhe falavam, por nunca tê-lo recebido. Ao ter contato com Bruno, revela que descobriu ser capaz de senti-lo.

Ficou quatro anos convicta de que não queria “saber mais de homem”. “Falava: ‘Gente, um homem vem na rua, eu corria. Não quero, não quero’. Fiquei muito chateada, né? Porque ele não tem convívio com o filho, não me ajuda em nada, e tudo”. Depois de um tempo, conheceu Heitor, seu ex-namorado mais recente e pai do seu segundo filho, Samuel. “É um bom pai, presente. Mas é homem, né? É mais complicado”. Não estão mais juntos — “eu tô aí sozinha, graças a Deus. Não quero ter um relacionamento tão cedo, que eu fui muito magoada, muito machucada, sabe? É... De ter vergonha, eu sentia vergonha da minha profissão, sabe? Então, assim, eu fiquei muito magoada”.

Quando o segundo filho nasceu, Brenda estava com 22 anos. Samuel nasceu prematuro e ficou 31 dias na UTI. Ela não pôde tirar licença-maternidade, não tinha carteira assinada, e já no segundo dia de vida da criança, foi requisitada de volta. Precisava ficar indo e voltando entre o hospital e o trabalho. Na época, já trabalhava na casa em que está empregada atualmente, onde cuida de 3 crianças, com as idades de um ano e oito meses, quatro anos e dois meses e cinco anos. Hoje, sua carteira de trabalho está assinada. Ao longo dos anos, já trabalhou em domicílios em Belo Horizonte, em Esmeraldas, e em vários dos condomínios de Lagoa Santa. Antes do atual emprego, esteve por cerca de dois anos como babá do filho de Adriana, ex-patroa que se mudou para a Europa. A relação que estabeleceu com essa família foi tal que virão para o Brasil para comemorar o aniversário de seis anos do Bruno. Adriana dá suporte financeiro a Brenda com frequência, há cerca de dois anos, com um salário mínimo, e integra sua rede de apoio. Em caso de adoecimento dos filhos e quando precisa de alguma ajuda específica, recorre a Heitor (pai do mais novo), a Adriana, a sua mãe, ou a Mandy.

Brenda conheceu Mandy em uma ocasião inusitada. Tinha 14 anos quando Mandy se mudou para a casa na frente da sua. A casa onde Brenda mora hoje era uma mercearia do seu ex-padrasto, e Mandy chegou apressada, pedindo papel higiênico. Desde essa época, têm uma relação forte. Mandy tem duas filhas, que na época eram “pequenininhas” e hoje “estão enormes”, e cuidava de Brenda também como uma mãe. “*Ela é uma mãe para mim. (...) Ela me cuidava igual filha. Até hoje*”.

Mandy apresentou para Brenda a igreja que frequentava, a Igreja Batista de Belo Horizonte, e ela passou a ir por algum tempo. Já frequentou também igreja católica e já foi em terreiro de umbanda. Mandy via as pessoas no seu entorno envolvidas com alguma religião, e sentia vontade de conhecer para, quem sabe, se identificar com alguma delas. Não se identificou com a igreja evangélica, pelas normas de vestuário que tentaram lhe impor, e não gostou do “falatório” da missa na igreja católica. Acredita que seu lugar seja na umbanda, foi onde se sentiu melhor acolhida. Apesar de sua primeira reação diante do convite de uma vizinha para conhecer a umbanda ter sido de medo, chegando no terreiro se sentiu bem e confortável para “ser do jeito que eu quiser”, sem normas incidindo sobre a maneira como deve se vestir e se comportar. Ainda não sente que está preparada para, de fato, passar a frequentar esse espaço. Enquanto isso, “acredito que tem um Deus, né? Acredito, respeito a religião de todo mundo. Eu acredito em um Deus, não que eu tenha que ir em uma igreja”.

Durante o horário de trabalho de Brenda, Samuel, o mais novo, fica na casa de uma vizinha, que recebe mais crianças em sua casa e cuida mediante remuneração — “é tipo uma escolinha lá”. Bruno, o mais velho, fica na escola meio período. Na outra parte do dia, fica na casa dessa mesma vizinha. Durante a pandemia de COVID-19, a situação financeira de Brenda piorou e ela se viu na necessidade de trabalhar mais. Com o fechamento da escola de Bruno os gastos com alimentação aumentaram e ela passou a pagar um pouco mais para a babá que cuida das crianças — metade do salário que recebia no trabalho ia para a vizinha. Brenda passou a trabalhar também por diária, cuidando de crianças — “às vezes, pra voltar com 60 reais no bolso”. Na época, ficou 60 dias afastada do trabalho por ser grupo de risco, por orientação do governo, e convivia com a constante preocupação de ser contaminada no trabalho, já que seus patrões saíam de casa mais do que ela e seus filhos, que seguiam à risca as orientações de cuidados sanitários. Para o futuro, Brenda almeja, primeiramente, estabilidade financeira.

Eu não ligo pra luxo, pra muito dinheiro, assim. Eu tendo dinheiro pra mim dar eles do bom e do melhor, na medida do possível, assim, uma alimentação bacana, roupa bacana, sapato pra por no pé, alguma coisa assim, pra mim já é... Pra mim já é tudo, já é ouro. É isso. (BRENDA)

Em segundo lugar, um emprego em que se sinta valorizada e respeitada. Deseja ver seus filhos saudáveis mentalmente, lidando bem com a necessidade que a mãe tem de sair de casa para ir trabalhar. Quer poder passar mais tempo com eles e ensiná-los a não ser como seus atuais padrões, “que são pessoas, pra mim, que eu não queria que ninguém fosse”, ela diz, fazendo referência, principalmente, à patroa.

4.3 Carla

Carla não tem o nome do pai na certidão de nascimento. Sua mãe, Verônica, é natural do interior de Minas Gerais e foi morar em Belo Horizonte depois de um período que passou presa. Carla não sabe o porquê da prisão, sua mãe “não falava muito, sabe? Acho que ela tinha meio que vergonha”. Verônica saiu da cadeia e chegou na cidade sem documento, sem nada, e conheceu uma senhora, Solange, que futuramente se tornou madrinha de Carla, que até então não era nascida. Solange a ajudou a emitir documentação e arrumar emprego, e ofereceu abrigo. Verônica era jovem, tinha cerca de 25 anos, e trabalhava como cozinheira em casas de família e em restaurantes. Aprendeu o ofício na cadeia.

Teve dois filhos, uma menina, Carla, e um menino. Verônica contava ter precisado escolher com qual filho seguiria, tendo ficado com Carla, que nasceu com uma doença, e entregado o menino para uma família adotar. Sempre mantiveram contato, mas ele guarda mágoas do abandono até hoje, e culpa a irmã por ter sido preterido pela mãe. Carla descobriu sobre o irmão aos 19 anos e, na época, quis conhecê-lo. Conviveram por um tempo, mas por conta das mágoas que o irmão guarda, ela prefere manter distância — “eu prefiro ele lá, e eu aqui”. Carla tem 34 anos, é parda, divorciada, e tem quatro filhos: Sandro Márcio, com 16 anos, Daniel Carlos, com 12, Augusta, com 9, e Clara, com 7.

A infância de Carla foi marcada por abusos físicos, psicológicos e sexuais, pelo abandono, pela culpa, pela pausa nos estudos e pela ausência do brincar. “A minha infância foi horrível (...) E... Teve alguns momentos bons. Não foi de todoo ruim. Mas teve muito abuso psicológico, físico... Né? Eu fiquei descobrindo de forma errada o que que era, infelizmente, o sexo. Então, a minha infância não foi legal, não”.

Vamos por partes. Quando pequena, sua mãe trabalhava como cozinheira em um domicílio e pagava uma moça para cuidar dela. Carla guarda lembranças traumáticas daquela época. Recebia sobras de comida e era forçada a comer. Como ela conta:

O que marcou muito, foi um dia que ela me deu um tapa na cara, porque ela fazia a comida e eu não podia comer. Quando sobrava o resto do prato, ela me dava, dos filhos dela. E eu tinha um pavor de cenoura e beterraba crua... Até hoje! Eu tenho um trauma com isso... Que ela pôs muito, aí eu vomitei. No que eu vomitei, ela esfregou minha cara e me deu um tapa na cara.

Verônica tinha deixado seu número de telefone com a vizinha da moça, para que entrasse em contato em caso de emergência. Essa vizinha ligou para ela, que foi buscar a filha, e “infelizmente bateu na mulher, me pegou e me levou pra morar com ela na casa que ela trabalhava. Conversou com a dona, que aí não dava pra ela me deixar com essa mulher, e ela não tinha mais confiança de deixar com outra pessoa”. Foi morar com a mãe, na casa em que ela trabalhava. Carla convivia com a agressividade da mãe e sofria com isso:

(...) eu apanhava muito, né? A minha mãe era muito violenta, e quando ela bebia, ela se transformava. Teve um ép... (...), ela bebeu muito, que ela teve um surto, e ela queria me matar, das pessoas me esconderem. Ela atravessou uma porta de vidro. Ela ia... Se eu não tivesse me escondido debaixo da cama, e as pessoas que tavam na casa tivessem segurado ela, talvez hoje eu não estaria aqui. (...) A minha mãe passou minha testa no chão de cimento, uma vez. Uma vez ela quis fritar minhas mãozinhas na frigideira.

Carla enxerga sua mãe como tendo sido “extremamente boa” até seus sete anos de idade, apesar da agressividade. Quando bebia, se transformava. Quando não bebia, a violência “era pra manter o serviço”, para amenizar conflitos com a patroa.

(...) ela era boa, carinhosa, do jeito dela, porque com o passar dos anos, eu fui aprendendo que não tem como a gente dar aquilo que a gente não tem. Eu não dou amor pros meus filhos se eu não tenho. Então, ela não recebeu esse tipo de coisa, né? E, se recebeu, em algum determinado tempo da vida a amargura foi tomando conta dela. Mas, até os sete anos, a minha mãe era extremamente cuidadosa comigo, e muitas vezes, quando ela me batia, no serviço dela, quando não bebia, era pra manter o serviço, porque sempre tava ligado à criança da casa. Então, a dona da casa sempre falava: “A minha filha não pode ser prejudicada por causa da sua filha”. E aí, a menina era meio ruinzinha... Umaz criancinhas meio ruinzinhas... E ela aproveitava.

Carla deveria arcar com as birras ou os desejos da outra criança, filha da patroa. Certa vez, em um Natal, ela e a menina ganharam uma boneca Meu Bebê, da marca Estrela. “Eu era apaixonada com uma boneca daquela”. A menina estragou a boneca que ganhou e passaram

para ela o presente de Carla, que ficou sem boneca. “Eu não podia ter uma boneca, eu não tive uma boneca quando eu era criança”. O fato de outra criança ter prioridade naquele espaço, e suas necessidades ficarem sempre em segundo plano, fazia com que ela entendesse que aquela não era sua casa.

Por volta dos cinco anos, foi para o “jardim de infância”. Durante o turno da manhã, ficava com a mãe, e, durante a tarde, ia para o jardim da tia Ju. Quando Carla estava com sete anos, Verônica conheceu um rapaz mais novo, começou a namorar e, com o acerto do serviço, comprou um barracão em uma região periférica da cidade. Começou a trabalhar como faxineira, mudou-se para a nova casa com a filha e, pouco depois, levou o namorado para morar com elas. Carla foi abusada sexualmente pelo namorado da mãe, e não teve coragem de contar de imediato, por conta de ameaças do abusador — “eu não tive coragem de contar, porque o abusador, ele ameaça a gente, né? Ele usa o psicológico da gente. Ele falava: ‘Se contar, eu vou matar sua mãe’. E eu só tinha a minha mãe. Eu não tinha mais ninguém”. Quando foi passar férias na casa da madrinha, achou que estava em um ambiente seguro e relatou o ocorrido. O abusador tentava se justificar dizendo que ela, com sete anos, havia tirado a roupa para ele. “Eu, com sete anos, eu sei que eu não fiz isso, e, mesmo se eu tivesse feito, o papel dele era comunicar a minha mãe: ‘Ô menina, veste essa roupa, eu vou contar pra sua mãe’”. Verônica permaneceu com o então namorado e deixou a filha. Depois de algum tempo, “infelizmente, ela matou ele, mas não foi por minha causa, não. Foi porque ele bateu nela... Foi até legítima defesa”. Carla ficou morando na casa de Solange, sua madrinha, dos 7 aos 14 anos. “De favor”. Durante esse período não viu sua mãe e acumulou mais vivências traumáticas.

Eu ouvia da minha madrinha que eu queria roubar o marido da minha mãe, que a culpa foi minha, que eu era tão ruim que nem a minha mãe me quis... E ela me batia muito. Eu sinto, hoje, olhando de trás... Assim, né, olhando pra trás, eu sinto que é como se ela tivesse sido obrigada a ficar com uma coisa que ela não queria.

Solange a maltratava, “batia muito”, e seus irmãos abusavam sexualmente de Carla. “Todos os irmãos dela achavam que tinha o direito de me... Tocar em mim”. Desde seus sete anos, Carla era responsável por fazer o trabalho doméstico — “porque eu morava na casa dela de favor, ela me botava pra limpar casa, lavar vasilha, lavar roupa na mão. Eu tinha sete anos, e eu comecei [a trabalhar] com trabalho doméstico”.

Foi para a escola com oito anos. Sofria bullying dos colegas na escola, por seu corpo ter se desenvolvido ainda nova, e por sua mãe não ser presente no cotidiano da escola. Mas não revidava. “Eu sofria, às vezes eu ia chorar até no banheiro. Mas não caçava briga, não. Eu

sempre tive muito medo de brigar, sabe? Acho que é porque eu apanhava muito, eu não queria apanhar mais”. Ainda assim, Carla adorava ir à escola e estudar, e chorava quando, por alguma razão, não podia ir à aula. Para começar o quinto ano, ela precisava ser matriculada em uma escola maior, porque sua escola não tinha turmas depois do quarto ano, e, nesse momento, teve seus estudos interrompidos. Solange não fez sua matrícula, por pensar que Carla poderia engravidar, caso seguisse na escola. “Eu era sempre a culpada de tudo que me acontecia. Então, ela não deixava eu ir pra escola: ‘Cê não vai pra escola pra estudar, cê vai engravidar’”. Carla terminou o quarto ano com 11 anos, e ficou até os 14 sem ir para a escola, porque sua minha madrinha não a deixava estudar.

Foi também aos 11 anos que começou a trabalhar como babá. Na época, uma conhecida da região, inquilina em um dos barracões que sua madrinha alugava, precisava de alguém para ficar com sua filha, e Solange ofereceu que Carla fizesse isso em troca de um dinheirinho para a menina comprar seu absorvente, suas “coisinhas”. A criança estava adoecida, pequena, magrinha, e com a barriga inchada (estava com verme), e a realidade da doença foi marcante para Carla, que era quem a levava no médico e a medicava.

Eu levei ela no posto de saúde, e aí, o posto de saúde passou uns remédios de verme, e aí é que eu te falo que ela me marcou muito, porque a Sílvia punha... Quando ela tomou o remédio, ela punha verme pelo nariz, pela boca. [L: Saindo, assim?]. Saindo. Ela tinha muito, muito. Quase morreu, assim, asfixiada mesmo... Ela punha verme pelo nariz. Assim, uma coisa que eu não vou esquecer nunca, e uma coisa que eu nunca mais vi também na vida, graças a Deus.

Quando completou 14 anos, Carla fugiu da casa da madrinha e voltou a morar com a mãe, que já tinha matado seu abusador. Começou em seu segundo emprego como babá também nessa idade, já morando com a mãe. Nessa época, fez uma viagem com a mãe para Itabira, para conhecer seu pai, e não foram bem recebidas. Apesar do encontro ter sido combinado através de uma irmã do seu pai, a esposa dele — que não tinha filhos — reagiu mal e não aceitou receber Carla e Verônica em sua casa. Foram deixadas sem lugar para dormir, tendo que passar a noite na rodoviária. Carla não quis mais saber do pai.

Na adolescência, voltou a estudar, dessa vez à noite, em uma turma de EJA, a contragosto da mãe. Carla insistiu, reivindicando os estudos como um direito:

Quando eu fui voltar a morar com a minha mãe, ela não queria que eu estudasse à noite, e aí eu comecei a conhecer o direito da criança. Foi onde eu falei com ela: “Se você não deixar eu estudar, aí eu vou chamar a polícia, porque eu quero estudar”. “Ah, mas à noite?”. “À noite, eu vou estudar, eu vou ir pra escola pra estudar. Eu quero estudar”. Aí, ela foi, o diretor falou

com ela: “A gente vai cuidar da sua filha, cê pode ficar tranquila”. E eu fui fazer o EJA.

Começou a namorar no primeiro ano dessa retomada dos estudos. Ela estava com 14 anos, e ele com 18, e terminava com ela toda sexta-feira. Verônica não deixava Carla sair com ele aos finais de semana. Carla tinha medo de homem, e o namoro dos dois “era só beijinho mesmo”. Com três anos de namoro, na primeira vez que transaram, Carla engravidou. Ela tinha 17 anos, e descobriu a gravidez já com três meses de gestação. Na época, trabalhava como babá, cuidando de duas crianças. Recebia 150 reais e “olhava” Cristiano e Breno. Cristiano, “maiorzinho”, era “branco, branco, branco, do olho azul, azul, azul”, e dirigia a Carla falas extremamente racistas, reproduzindo o que ouvia do avô. “Ele [Cristiano]... não gostava de gente preta. E ele era, tipo assim, ‘eu não vou tomar café pra mim não ficar preto’. Mas ele reproduzia o que ele ouvia. O avô falava com ele: ‘não come isso não, senão você vai ficar preto’”. O Breno era bebê, e chamava Carla de mãe. “Quando eu fiquei grávida, ele me chamava assim: ‘mãe, neném na barriga’”. Seu último dia no trabalho coincidiu com o dia em que, à noite, entrou em trabalho de parto. Sandro Márcio nasceu em junho de 2006 e, poucos dias depois, ela completou 18 anos. Carla teve depressão pós-parto e isso afetou seu aleitamento, foi um período difícil. Ela ficou seis meses em casa com o filho e, depois desse tempo, voltou a trabalhar.

Aos 19 anos, já com cinco anos de relacionamento com o pai do Sandro, ele levantou a mão para bater em Carla e ela não aceitou. Ela morava com ele na casa da então sogra, que falou com ela: “Cê tem a sua mãe, minha filha, pra que que cê vai ficar passando por essas coisas?”. No mesmo dia, Carla juntou seus pertences e ligou para a mãe, que a recebeu de braços abertos. Sandro Márcio era o “amor da vida” de Verônica, e ela não o deixaria “passar aperto”. “Não é eu. Eu não precisava nem de voltar, mas o neto da vida dela”. Além de ficar com o neto nos finais de semana, Verônica fazia questão de contribuir financeiramente para o sustento do menino. Na época, Carla trabalhava como faxineira.

Ela [Verônica] pegava ele [Sandro Márcio] todo final de semana, cê não tem noção o amor que ela tinha, porque durante a semana ela trabalhava, e mesmo eu trabalhando, eu trabalhava, na época, de faxineira, que era 35 reais a faxina, e era muito dinheiro. A minha mãe me dava dinheiro todo final de semana. ‘Não, mãe, não precisa’. ‘Não! O seu é pra você, esse daqui é pra Sandro’. (...). E ela dava o dinheiro. E fora isso, ela vinha da cidade, minha filha, das Lojas Rede, e ela comprava os pacotão de fralda dele. Ela não deixava faltar nada pra ele, nada!

Pelo neto, Verônica parou de beber e de fumar. “Ele dormia no cantinho da cama dela. Ele podia tudo. Tudo, tudo, tudo. É o famoso ‘mãe educa, vó estraga’. Então, assim, se existe o amor da vida, o Sandro foi o amor da vida da minha mãe”.

Carla levava o filho consigo para ir à escola, porque o pai do menino não ficava com ele, e, certo dia, saindo da escola com o menino, com a tia dele e uma amiga dela, foram assaltadas. Carla ficou com medo e parou de estudar para ficar com o filho. Posteriormente, tentou voltar para a escola várias vezes, mas não conseguiu, “porque quando cê tem que trabalhar e estudar e olhar menino... aí, cê olha filho de outra pessoa, aí cê tem o seu filho. Aí, cê tem coisas de cá, mais escola. Aí, não dá. Aí, fica tudo pra segundo plano”.

Aos 19 anos, contou com a ajuda da família de um vereador para emitir seu título de eleitor, e conheceu Zilda, cunhada do vereador. Zilda buscava alguém para cuidar de seu filho, e Carla se ofereceu. Naquele momento, estava novamente trabalhando na casa em que cuidava de Cristiano e Breno, mas queria sair por achar que estava sendo muito explorada. Lá, além de cuidar das crianças, precisava lavar, passar roupas e cozinhar, e sua remuneração não era condizente com o conjunto de atividades que executava. Foi trabalhar na casa de Zilda e, durante seu horário de trabalho, deixava Sandro na casa de uma mulher que ficava com ele. Carla não estava gostando dos cuidados que ele recebia lá, observava que ele voltava com assaduras, o que indicava que a fralda, provavelmente, não estava sendo trocada com frequência, e a higienização não estava sendo feita de maneira adequada. Diante disso, conversou com Zilda e passou a levar o menino consigo para o trabalho. Sandro chegou, também, a frequentar a creche, e depois foi para uma escola pública de educação infantil. Carla deixava o menino na creche quando ia para o trabalho, e Verônica o buscava.

A segunda gravidez aconteceu depois de uma noite de sexo com um amigo. Carla tinha entre 20 e 21 anos. No dia que Carla descobriu que estava grávida, o pai da criança sofreu um acidente de moto e ficou entre a vida e a morte. Chegando no hospital, não teve coragem de contar para a família dele que estava esperando um filho. Também não contou para a mãe, para ninguém, e cogitou abortar.

Na época, eu fiz até a besteira de comprar um tal de Cytotec, mas não tive coragem, (...) essa ligação minha com Deus é muito grande. Aí, ficava acusando na minha cabeça. Não é voz nenhuma não, era eu mesmo que ficava assim: “Mas eu vou tirar uma vida?”. Aí, não tive coragem. Gastei o dinheiro à toa e joguei fora o remédio. Também não tive coragem de dar pra mais ninguém. Joguei fora. Cada um que tem que assumir os seus BO.

Depois de desistir do abortamento, cogitou entregar a criança para adoção, considerando que não teria condições de criá-la. Viveu um conflito interno sobre o que fazer com aquela gravidez e aquela criança, e escondeu de todas as pessoas do seu entorno que estava esperando um segundo filho. Saiu do trabalho na casa de Zilda e foi trabalhar em uma padaria. Lá, também, ninguém sabia que ela estava grávida, a barriga não denunciava. Verônica só descobriu a gravidez da filha perto do nascimento.

Carla, já com oito meses de gravidez, fez um exame de ultrassom e levou até a família do pai da criança, quando ele já estava bem de saúde, para contar o que vinha mantendo em segredo. Ao contar, o irmão do pai da criança sugeriu que fizessem teste de DNA quando a criança nascesse, e ela topou. Poucos dias depois, enquanto a família do pai ainda estava programando o chá de bebê, o menino nasceu. Como relata Carla:

Ele faz o favor de nascer branco e do olho verde. E loirinho... Na hora que o médico me mostrou ele, eu falei: “Essa criança não é minha”. Porque ele era branco. Essa criança não é minha! (...) Aí eu falei: “Agora que eles vão falar que esse menino não é do pai dele”, porque o pai dele não é branco, loiro, do olho verde.

Ao chegar na casa da família do pai da criança, com o bebê no colo, Carla descobriu que algumas pessoas naquela família eram brancas, loiras e de olho claro, e eles mesmos acharam desnecessário o teste de DNA.

Carla ficou com o bebê, Daniel Carlos, até seus oito meses. Mas sofria muita pressão, tanto pela mãe quanto pela família do pai da criança. A avó paterna queria ficar com o menino, e a materna, Verônica, não queria. “Não é que ela não queria ele, é, tipo assim, não dá, é como cê... Não tem como explicar. Pra minha mãe, o único neto que existia inté aquele momento era o Sandro”. O pai do menino só vinha dando fraldas e duas caixas de leite de 1 litro cada, e achava, ainda, que o Sandro era quem estava aproveitando aquele leite. Carla não tinha ajuda financeira e, quando Daniel estava com oito meses, estava “no auge” da sua depressão pós-parto, que novamente desenvolveu. Nesse contexto, entregou o menino para o pai ficar. “Falei pro pai dele: ‘olha, toma, porque eu não tô bem agora, pra cuidar dele, quando eu melhorar minha situação, eu pego ele de volta. Mas aí, cê cuida um pouco, né?’”. Ela recorda, ainda:

Esse estágio que eu tive o Daniel, que eu tive que esconder a gravidez, e aí, até o passo de ter que entregar ele pra família do pai dele. Foi muito difícil. E eu já tinha o Sandro... Aí, o pai do Sandro não me ajudava em nada, e ele se tornou usuário de droga. É... E aí, eu tinha muito medo do que que podia acontecer com o meu filho. E o pai do Daniel, por outro lado, era uma pessoa muito tranquila, vamos dizer assim. Mas aí, a gente descobre depois que não

é assim. Mas, naquele momento, ele era, né? E aí, eu deixei o Daniel, fiquei com o Sandro, e fui viver a vida, assim, trabalhar, né?

No mesmo ano que deixou Daniel Carlos com o pai, tentou suicídio. Nessa época, estava trabalhando na casa de Zilda, tinha voltado para lá — “era um eterno vai e volta”. Zilda tomava medicamento controlado, e Carla se dopou com dezenas de comprimidos de Rivotril. “Quando a gente tá com depressão e a gente tenta o suicídio, não é que a gente quer matar a vida, a gente quer matar a dor que a gente tá sentindo. (...) eu tomei esses remédios... Apaguei!”. Carla ficou uma semana apagada, e, de acordo com ela:

O médico que me atendeu no hospital, ele falou assim: “É, moça, cê é nova, bonita, e cê acredita em Deus?”. E eu falei assim “Acredito”. E ele: “Então, foi Deus que não deixou ocê morrer, porque a quantidade de remédio que você tomou, não era pra você tá viva”. E aí, naquele estado de momento, de vida, eu pensei assim: “O caminho não é matar, existe outro”. Né? Mas foi muito difícil.

Pouco depois, conheceu Augusto, seu ex-marido e pai das duas filhas. Ficaram nove anos juntos no total, e chegaram a se casar. Antes de engravidar da Augusta, teve uma terceira gravidez e sofreu um aborto. Usava cocaína na época, e a interrupção involuntária da gestação teria a ver com isso. Depois desse aborto, mesmo desejando mais uma criança, demorou cerca de três anos para engravidar novamente. Antes da gravidez da Augusta, conheceu a igreja evangélica, se batizou e “ficou firme”, passou a frequentar a igreja, parou de beber e de usar drogas, e participou de uma campanha na igreja para engravidar. “Ele [Augusto] queria ser pai, e eu tava com ele... ‘Então tá, então vamo ter mais um filho’”. Quando a campanha acabou, estava grávida de dois meses da Augusta. Era a campanha “Águas Purificadoras”, antes de começar deveriam fazer um pedido, choravam e jejuavam. Carla acredita que a campanha foi essencial para que engravidasse: “Eles falam que a fé move montanhas, e é verdade. O médico não via saída”.

Durante a gravidez de Augusta, sofreu com pressão alta e diabetes gestacional. Quando completou cinco meses de gestação, o colo do útero estava abrindo e ela precisou fazer pré-natal de alto risco. Certo dia, saiu de casa para uma consulta de pré-natal e, ao voltar, não encontrou as coisas de Augusto em casa. Ele tinha ido embora de casa, sem falar nada. Tinham cerca de quatro anos de relacionamento. Na época, moravam de aluguel em uma casa, em que Verônica morava em cima, e Carla, com Augusto, embaixo. O apoio de Verônica foi essencial para o sustento de Carla e de Sandro, sobretudo considerando ter precisado parar de trabalhar

por conta das condições da gravidez. Foi a rede de contatos de Verônica, também, que garantiu todo o enxoval e os produtos de higiene de Augusta.

Em junho de 2014 Augusta nasceu em casa, com a ajuda de Verônica, de uma vizinha e do pastor da igreja. Quando a ambulância chegou para buscá-la, o neném já havia nascido. Ficaram no hospital por uma semana, a menina estava com icterícia, e depois voltaram para casa. Ligando para Augusto, para avisá-lo do nascimento da filha, Verônica descobriu que ele tinha saído de casa para viver com outra mulher. Avisado do nascimento, Augusto passou os quatro dias de licença-paternidade aos quais teve direito no hospital, com Carla e Augusta. A menina só foi para o ensino infantil depois dos cinco anos.

No mesmo ano em que Augusta nasceu, Carla e Augusto retomaram o relacionamento e, quando a filha estava com cinco meses, veio a gravidez de Clara.

Dele também, né? Aí, eu falei com ele: “Agora, meu filho, cê vai pagar meu aluguel e vai me sustentar. Não é certo eu ficar nas costas da minha mãe. Da outra vez é que eu não tinha como. Agora cê não vai fugir não”. Aí, a gente vai descobrir que existe uma justiça que defende a mulher. E aí, foi isso que eu fui descobrindo, assim, as minhas descobertas praticamente baseadas em tudo que eu tive que viver. E aí, a gente voltou a morar junto, né?

Quando Clara estava na barriga, Verônica não queria outra neta. Bastou a menina nascer, que “caiu de amores”. Clara era muito carinhosa com a avó, e Carla conta que, quando sua mãe estava iniciando um tratamento de câncer, Clara via um cachorro no quarto da avó — só a menina via — e que, certo dia, acordou durante a madrugada, febril, ungiu a porta da casa para o cachorro não voltar, ungiu a avó, e a cama em que a avó estava deitada quebrou no mesmo momento. A menina colocou a mão na cabeça de Verônica, e disse, do jeitinho dela, que a avó não sentiria mais dor. Depois disso, Clara ficou uma semana passando mal e indo ao médico, que não diagnosticou a menina com nada. Segundo o pastor, ela teria travado uma luta espiritual. “Depois disso, realmente, as dores que minha mãe sentia diminuíram”. Ao lembrar dessa ocasião, Carla retoma lembranças de criança. Sua mãe era umbandista e incorporava:

(...) minha mãe, ela foi espírita, e ela foi espírita de receber santo, né? (...) é Umbanda, essas coisa assim. Macumba. Pra falar assim, que a pessoa recebe o espírito, né, que tem esses pomba gira, Exu, essas coisa. [L: Ela era da Umbanda]. Minha mãe era. Aí, num determinado momento, ela deixou isso de lado, mas não tava servindo nem Deus e nem eles.

Com o passar dos anos, Verônica se converteu à igreja evangélica. Carla se separou de Augusto pelos idos de 2018. Pouco depois, engravidou na troca de cartela de anticoncepcional,

mas com poucas semanas sofreu um aborto espontâneo. Pelos idos de 2019, quando sua mãe já estava debilitada do câncer e Carla fragilizada, conheceu seu último namorado. Depois que começaram a namorar, foram morar juntos. Ele tem quatro filhos, sendo duas meninas e dois meninos. As meninas viviam com a mãe, e os meninos com o pai. Ele trabalhava como pedreiro na época, e se mudou da casa onde morava com Carla em busca de trabalho em outras regiões. Permaneceram juntos por mais de um ano, mas, em 2021, Carla terminou a relação quando descobriu traições e uso de drogas por parte dele. “Minha vida amorosa é assim, ó, eu me amo em primeiro lugar, em segundo, em terceiro, em quarto e em quinto. (...) Eu acho que eu já tive tanta decepção... fui traída em todos os meus relacionamentos”. Carla tem colocado ela mesma e seus filhos em primeiro lugar, e se atenta quanto à segurança de suas filhas, tomando cuidado quanto a quem coloca dentro de sua casa. “Eu não vou por qualquer homem dentro da minha casa, eu tenho duas moças. Entendeu?”.

Quando a pandemia de COVID-19 começou, Carla estava trabalhando na casa de Beatriz como babá, cuidava de seus dois filhos. Pouco depois do início da pandemia, em maio, foi dispensada. As crianças seguem fazendo questão de manter contato com ela, e a convidaram quando comemoraram aniversário. Carla considera Beatriz uma amiga, e foi indicada por ela para trabalhar na casa de outra pessoa, Luciana, sua atual patroa. Carla está trabalhando como babá do filho dela, Martin, de três anos.

Trabalhando na casa de Luciana, conheceu uma colega que trabalhava como faxineira na casa, que tem hoje como “amiga-irmã”. Quando começou na casa de Luciana, Carla vinha passando por um período difícil com sua mãe internada no hospital. Não conseguia dar assistência para seus filhos, porque se movimentava diariamente entre o trabalho e o hospital, para acompanhar a mãe. Via-se sem saída, não podia deixar a mãe sozinha, mas também não podia deixar seus filhos desassistidos. Quando sua colega ficou sabendo, ofereceu-se para cuidar das crianças por um tempo, um alívio tremendo para Carla.

Numa noite, a pequena caiu da cama e quase quebrou... A bacia, né? Que fala... Aí, me ligou e eu comecei a chorar. Aí eu falei com ela [com a colega] “ó, eu não sei o que que eu faço. Eu sou tão... Tô tão sozinha... Que se eu deixo a minha mãe sozinha no hospital, abandono de incapaz. Se o Conselho Tutelar bater na minha casa, é abandono de incapaz. Eu não sei o que fazer”. Aí ela foi e falou comigo assim “olha, eu não posso fazer muita coisa. Eu tenho uma moça de 16 anos, e tenho um rapaz...”, que acho que tinha 9. “E aí, você pode, se você quiser, eu levo seus três meninos pra casa”, porque eu só tava com os três até então. E assim, sem pensar nem nada, eu falei com ela “cê leva?”, “levo”. “Cê pode levar hoje?”. E aí, ela trouxe os meninos pra cuidar. E eu só peguei eles depois. Só depois que minha mãe faleceu que eu peguei eles. (...) Eu não sabia como que ela morava, onde que ela morava, mas eu senti, assim,

pelo menos é uma ajuda, gente... Pelo amor de Deus, eu tava precisando de socorro.

Nessa época, Daniel ainda estava com o pai, e sua colega recebeu Sandro, Augusta e Clara em sua casa, para que ela pudesse cuidar da mãe sem deixar os filhos sozinhos. Não havia remuneração monetária regular, Carla levava a comida que tinha em casa e, vez ou outra, nos finais de semana, mandava “um dinheirinho” para os filhos “fazerem um lanche diferente (...), pra não pesar, porque ela também é trabalhadora como eu, né?”. Quando sua mãe faleceu, três meses depois, buscou os filhos. Atualmente, enquanto está no trabalho, Augusta e Clara ficam na escola, em período integral. Sandro, que está no Ensino Médio, é quem ajuda a mãe até que ela chegue do trabalho, buscando as meninas na escola e preparando a janta.

Daniel Carlos voltou a morar com Carla esse ano e tem sido sua principal preocupação. O menino se envolveu em confusão e brigou na escola, e Carla achou melhor mantê-lo dentro de casa por um tempo — “só até a gente resolver essa questão da escola dele, porque ele arrumou muita briga, muita confusão e hoje em dia é um perigo em qualquer lugar. (...) Ele não tem controle de viver em sociedade com os amigos da escola”. Daniel foi vítima de violência antes de voltar a morar com a mãe, e, “pelo histórico dele, de ter sido muito agredido, ele tem alguma coisa que a gente precisa começar um tratamento psiquiátrico, psicológico... Eu tô esperando só o relatório da escola para já dar encaminhamento nisso”. Enquanto Daniel permanece em casa, Carla o monitora a partir do trabalho, com ligações e pedidos de notícias. Uma vizinha a ajuda com isso, e, vez ou outra, vai até lá vê-lo.

Mirando o futuro, Carla pretende finalizar seus estudos, fazer um curso ou uma faculdade, para poder estar mais perto dos filhos e acompanhá-los mais de perto em suas realizações.

Por que eu procuro hoje terminar de formar? Pra mim tá mais perto deles, pra mim acompanhar eles mais de perto. O futuro melhor que eu, assim... A gente vai trabalhar, vamos conquistar nossa casa própria, cada um vai trabalhar, vai viver a sua vida, e eu ter... Parar, assim, lá no futuro, daqui uns 20, 30 anos, se Deus me permitir, eu falar assim, olha, eu venci na vida, porque eu criei seres humanos maravilhosos.

Quer conquistar a casa própria e se vê mudando de profissão quando sair da casa onde trabalha atualmente. Não quer ficar “trabalhando pros outros”, e pensa em montar alguma coisa, um salão, uma mercearia, um restaurante, ou fazer uma comida e vender. Deseja ver seus filhos “bem encaminhados na vida”, que sigam estudando, formem suas famílias e conquistem aquilo

que desejarem, realizando-se pessoal e profissionalmente, e que ela esteja “perto e próxima”, até o dia em que Deus lhe chamar.

4.4 Dânia

Natural de Monte da Esperança⁸, município com cerca de 18 mil habitantes no interior de Minas Gerais, Dânia viveu sua primeira infância na roça. Seus pais, Regina e Osvaldo, trabalhadores rurais e católicos, conheceram-se em um município vizinho e viveram juntos na zona rural até se mudarem para a sede de Monte da Esperança. Dânia estava com seis anos de idade quando se mudaram, e foi nessa época que entrou para a escola.

Hoje, Dânia está com 38 anos. É uma mulher parda e tem oito irmãos, seis nascidos do casamento do seu pai com sua mãe, e outras duas irmãs nascidas do segundo casamento de seu pai. Um deles mora na Bahia, outro em São Paulo, e seis permanecem em Monte da Esperança. Apesar de não ter muito contato com os irmãos que moram em outros estados, Dânia tem relação boa com o conjunto dos irmãos e encontra os que seguem em Minas Gerais sempre que vai à cidade onde nasceu. Quando pequena, eram seus irmãos mais velhos, sobretudo sua irmã, que cuidavam dela na ausência da mãe. Eventualmente, alguma tia. Regina trabalhava muito.

Dânia não guarda lembranças dos avós paternos, e teve contato com o avô materno apenas uma vez, na ocasião em que sua mãe foi também conhecê-lo. Ele era fazendeiro, de “classe média mais alta”, e patrão da avó materna de Dânia, então empregada doméstica. Não registrou a filha. Com a avó materna, ela mantém contato, mas muito pouco. A última vez que Dânia esteve com ela foi quando a avó adoeceu e foi morar na casa da filha, há aproximadamente quatro anos. Sua avó reside atualmente em um asilo, e Dânia não foi até lá visitá-la, não a vê “já tem um bom tempo”. Lembra-se de encontrar a avó todo mês de setembro até sua adolescência, quando acontecia uma festa tradicional na região em que moravam, e de encontrá-la durante suas férias.

Quando Dânia estava com dez anos de idade, Regina descobriu que Osvaldo a traía com uma vizinha, e já tinha uma filha de dois anos com essa outra mulher. Separaram-se, e todos os filhos do casal (sete) foram viver com Regina em outra casa, em outro bairro, com apenas um quarto, uma sala e um banheiro. Regina precisou trabalhar dobrado para sustentar os filhos, e passou a ter menos tempo disponível para estar com Dânia e seus irmãos. Ainda que tenha

⁸ Nome fictício.

crescido com pouca presença da mãe, e presença menor ainda do pai, viveu uma infância tranquila. Antes da separação, Osvaldo e Dânia tinham boa relação. Ela era a filha caçula e a mais bajulada.

Separado de Regina, ele se ausentou do cotidiano dos filhos. Ainda que morassem perto, passaram a se encontrar eventualmente, em datas comemorativas. Com a mudança de Dânia para Belo Horizonte, foram gradualmente perdendo o contato, até chegar na situação atual: ela não possui seu número de telefone, e quando vai a Monte da Esperança, a cada três meses, vez ou outra o encontra na rua e trocam “meia dúzia de palavras”. À época, Dânia lidou bem com a separação dos pais. Não se lembra de ter sentido grandes impactos — diferente de uma irmã sua, que repetiu de ano na escola. Com o passar dos anos, percebeu que gostaria que algumas coisas tivessem sido diferentes, especialmente o fato de terem saído da casa em que viviam e se mudado do bairro. Suas amigas também moravam ali, e, com a mudança, distanciaram-se um pouco.

Ainda quando estava com dez anos de idade, a irmã mais velha de Dânia teve seu primeiro filho, e ela passou a ajudá-la com os cuidados do menino. Um tempo depois, veio a segunda criança, de quem Dânia também cuidou. Quando sua irmã ia trabalhar, e quando precisava de tempo para cuidar da casa, era Dânia quem ficava com os sobrinhos e os levava na creche. Considera que teve seu primeiro trabalho aos 12 anos, quando cobriu as férias da irmã como trabalhadora doméstica em uma casa no interior e foi remunerada por isso. Aos 15 anos, ingressou em seu segundo trabalho, em uma lavoura de café. Para trabalhar durante o dia, passou seus estudos para o turno da noite.

Até os 15 anos, Dânia era muito tímida e caseira. A partir dos 15, passou a sair mais de casa e a frequentar festas com suas irmãs e uma vizinha. Quando adolescente, frequentava a igreja toda semana. Atualmente, vai à missa quando sente vontade, e não vê mais necessidade de ir semanalmente, entendendo que também exerce sua religiosidade em orações silenciosas, dentro de casa — “minha conversa com Deus é entre nós dois”.

Dânia completou o Ensino Médio em 2001. Depois disso, buscou se profissionalizar em diferentes áreas, mas não deu prosseguimento a nenhuma das iniciativas. Entrou “naquela maré de começar a fazer as coisas e não terminar”. Fez um curso de informática básico, mas por não ter computador e não usar no dia a dia, não lembra do que aprendeu; fez concurso para Guarda Municipal, não foi aprovada e não tentou novamente; fez um curso para ser comissária de bordo, mas não foi aprovada na fase da prova escrita e desistiu da ideia; começou, recentemente, a fazer um curso de secretariado, mas não ficou satisfeita com a qualidade do curso e da escola,

e abriu mão das aulas depois de alguns meses (o curso tinha a duração de dois anos e meio). Em 2021, fez a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e se inscreveu no Programa Universidade para Todos (PROUNI), queria cursar Psicologia. Apesar de não ter sido aprovada, ficou na lista de espera, e isso a deixou esperançosa para tentar novamente. Acredita que da graduação não desistiria: não é o mesmo caso de “cursinhos meia boca” que se inscreveu “só porque era barato”.

Nunca teve um namorado “sério”, não por falta de querer. Seus relacionamentos duravam justamente porque não eram “sérios”, mas relações casuais, com encontros esporádicos. A única pessoa que gostava dela “de verdade” foi um paquera que teve aos 16 anos, mas, naquela época, era muito jovem e não queria namorar. Depois de um tempo, ele se mudou para São Paulo e ela, adulta, foi visitá-lo para ver se “daria certo”, mas concluiu que não.

Dânia conheceu Fernando, que veio a ser pai do seu filho, no trabalho. Ela trabalhava durante o dia em uma pousada, com a limpeza do espaço e a preparação do café da manhã, e durante a noite em uma pizzaria. Fernando era hóspede na pousada, trabalhava em Belo Horizonte e estava hospedado lá enquanto a empresa para a qual trabalhava não lhe garantia uma moradia fixa. Fernando e Dânia trocaram contatos, começaram a conversar e foram juntos à festa junina da Igreja São José. No dia do aniversário dele, com aproximadamente dois meses que vinham saindo juntos, transaram pela primeira vez. Não usaram preservativo e, no dia seguinte, Dânia tomou pílula do dia seguinte. Nada feito, a menstruação atrasou e ela descobriu a gravidez. Ela não queria estar grávida, mas, uma vez que estava, não desejava abortar. Logo que contou da gravidez para Fernando, ele insistiu para que ela abortasse, e ofereceu ajuda para a realização do procedimento, negando-se a aceitar a paternidade. Diante da recusa de Dânia, ele se eximiu de suas responsabilidades, argumentando que foi ela quem havia decidido parir a criança, não ele, e que, portanto, a responsabilidade seria dela.

Os dois pararam de se relacionar, e a entrevistada o contactava apenas diante de alguma necessidade — quando precisava fazer exames durante a gravidez, por exemplo. Nesses casos, ele contribuía financeiramente. Pouco depois, ele começou a namorar outra pessoa e se mudou temporariamente para os Estados Unidos a trabalho. Com isso, Dânia ficou mais sozinha e percebeu que era hora de contar da gravidez para sua mãe. Ainda que estivesse com 29, quase 30 anos, estar grávida, naquelas condições, era para ela “muito assustador”. “Era como se eu tivesse 19”. O apoio de Regina ajudou Dânia a lidar com a situação.

Ainda grávida, Dânia parou de trabalhar na pizzaria. Afastou-se da pousada por um tempo, usando a licença-maternidade a que tinha direito, e foi para o interior. Quem a levou foi a esposa do dono na pousada. Dânia pariu Mateus em Monte da Esperança, e Fernando apareceu apenas para registrá-lo, retornando para Belo Horizonte logo em seguida. Ao retornar da licença-maternidade, ela passou a levar seu filho consigo para o trabalho na pousada. Apesar de trabalhar muito, não tinha condições financeiras adequadas para adquirir tudo o que entendia ser necessário para seu filho, tendo vivido um período complicado quando a criança era pequena. Não tinha um bebê conforto, e, quando estava trabalhando, fazendo faxina na pousada, colocava Mateus onde era possível, do jeito que era possível.

Aí, às vezes, quando eu ia arrumar o banheiro, eu colocava uma toalha no bidê, deixava ele dentro do bidê. Aí lá fora eu deixava ele no carrinho. De dia, quando as meninas tavam lá, né, e eu tava mais próxima, eu comprei um cercadinho, colocava o cercadinho na recepção, deixava ele lá perto da recepcionista. De manhã eu colocava ele aqui na mesa do café com o pessoal, com os hóspedes, então ele já interagia com todo mundo também.

Dânia levou Mateus consigo para o trabalho até os nove meses, quando finalmente conseguiu vaga em uma creche perto do trabalho. Ainda que seu patrão deixasse ela levar a criança para a pousada, “também não gostava, às vezes, muito de choro, né?”. Um tempo depois, quando saiu da pousada e passou a trabalhar no bairro Padre Eustáquio como trabalhadora doméstica e babá, tirou Mateus da creche em que estava e o matriculou em uma escolinha no novo bairro. Dânia passou a morar em um apartamento da então patroa, perto do emprego, e foi com o filho junto. “Minha patroa tinha um apartamento em frente do dela, que era do ex-marido dela, ela cuidava dele, então só ficava ele nesse apartamento. Aí eu vim com o Mateus pra esse apartamento, pra ficar com ele, e pra já ficar perto do trabalho”. Sentiu que não estava dando certo cuidar do filho naquela condição, morando na casa de outras pessoas. Estava cansada e estressada, e aceitou a oferta da avó paterna do menino, mãe de Fernando, que se ofereceu para cuidar do neto por um tempo.

Fernando só contou para os pais do menino depois que Mateus já estava com alguns meses de vida. Após saberem do único neto, os avós se interessaram e passaram a pedir fotos e notícias de Mateus, e vieram a Belo Horizonte conhecê-lo quando ele estava com um ano e dois meses. Os pais de Fernando, avós paternos de Mateus, moram no sul do Brasil, viviam na roça e, recentemente, se mudaram para uma cidade pequena, no interior do Rio Grande do Sul. A vida toda foram trabalhadores rurais e, com a mudança para a cidade, a avó passou a trabalhar em um restaurante e o avô a cuidar da casa e, quando Mateus está por lá, do neto. Da primeira

vez, Mateus foi para lá com dois anos e dois meses, e ficou com os avós por cerca de seis meses, quando Dânia o trouxe de volta. Quando estava com quase quatro anos, Mateus ficou uma segunda vez com os avós por outros seis meses. Dânia não se lembra do motivo exato de ter mandado Mateus dessa segunda vez, mas imagina que tenha sido por razões financeiras — estava inviável seguir pagando a escola particular que ele frequentava.

Com o filho pequeno junto de si, Dânia trabalhou um tempo como babá folguista, principalmente aos finais de semana. Nessas ocasiões, quando precisava trabalhar, deixava Mateus com a amiga com quem divide apartamento. Essa amiga passou a morar com Dânia quando estava desempregada e precisando de um local para morar, e Dânia, considerando sua necessidade de que alguém ficasse com Mateus quando ela precisasse trabalhar e o menino não tivesse escola, a convidou para morar com ela. “Então ficou, tipo assim, ela ficava com ele e eu pagava o aluguel sozinha”. Quando a amiga não podia ficar com ele, Dânia o deixava sob os cuidados de uma vizinha aposentada. Essa vizinha tinha duas filhas adolescentes, uma de 17 e outra de 15 anos, e a mais nova costumava também ajudar com os cuidados do Mateus, levando-o na escola quando precisava. Dânia retribuía a vizinha com uma ajuda financeira e parte de uma cesta básica que ganhava. Quando Mateus estava com quatro ou cinco anos de idade, Dânia o matriculou em uma escola onde ficava de 7h às 19h.

Alguns meses antes do início da pandemia de COVID-19, quando Mateus estava perto de completar seis anos, foi novamente passar uma temporada com os avós paternos. Dânia supõe que a sua exaustão, na época, foi um motivador para deixá-lo com os avós pela terceira vez. Planejava que o filho ficasse lá por um ano, mas, com o início da pandemia, os planos foram mudando. Na região onde Mateus morava com os avós, os níveis de contaminação por COVID-19 pareciam estar melhor controlados, e Dânia optou por mantê-lo lá por mais tempo. Adicionalmente, por ter passado a trabalhar em uma casa onde dormia de segunda a sexta-feira, não teria onde deixar o filho nesses dias.

As vagas de emprego como babá que encontrou ao longo de sua vida foram todas a partir da indicação de amigas ou de patrões. Começou a trabalhar como folguista cuidando de uma criança de sete meses. Em seguida, passou a trabalhar para uma parente dessa patroa, tanto como babá quanto fazendo trabalho doméstico — “era mais responsável pela casa”, e alguns dias da semana ficava com a criança. Após sair de lá, foi indicada por outra amiga para outra pessoa, e foi trabalhar como babá de duas crianças (um bebê de 21 dias e uma criança de 3 anos) durante os finais de semana. Ficou lá quase um ano, até então sem carteira de trabalho assinada como trabalhadora doméstica ou babá. Pela insegurança financeira em que ficava, por

não ter sua carteira assinada, procurou outro trabalho para preencher os dias úteis da semana e encontrou vaga onde está trabalhando atualmente — ficou sabendo por indicação de uma amiga e, quando mencionou suas referências, a atual empregadora conhecia suas patroas anteriores e entrou em contato para saber mais.

Em dezembro de 2021, saiu do emprego na casa em que dormia de segunda a sexta-feira, trabalhando como babá. Fez isso tanto por estar cansada, estressada com as desobediências e pirraças da criança de quem cuidava, quanto por não querer mais dormir no emprego, realidade que a deixava ainda mais cansada e sem tempo para fazer coisas ligadas a sua vida pessoal. Relata que, quando dormia no emprego durante a semana, não tinha horário de trabalho estabelecido de maneira adequada, sendo “quase 24 horas” trabalhando. Dormir com a criança no quarto intensificava o cansaço: era ela quem tinha o sono interrompido sempre que o menino não tinha uma boa noite de sono.

Ficou alguns meses fora, e, em junho de 2022, Dânia voltou a trabalhar para essa mesma família. Sua então patroa não teve boas experiências com outras babás, e propôs novo combinado de horários para Dânia, que passaria a dormir no emprego duas vezes na semana, e a sair mais cedo na segunda, na quarta e na sexta-feira, recebendo o mesmo salário. Dânia topou e percebe que está melhor agora. Além de ter mais tempo para resolver suas coisas, não está mais dormindo no quarto com a criança, de modo que consegue, também, a partir de certa hora, fazer coisas que lhe dizem respeito “com calma”, ou sem interferências constantes.

Dânia não pretende seguir trabalhando como babá por muito tempo. Olhando para o futuro, quer ter a confeitaria como trabalho principal. Já fez um curso no ramo e tem feito bolos eventualmente, quando contatada. Pretende retornar para a autoescola no futuro, adquirir um carro para transportar o filho e sua casa própria. Na ocasião da entrevista realizada no âmbito desta pesquisa, em meados de 2022, Dânia manifestou desejo de trazer o filho de volta da casa dos avós, para morar com ela, e de poder colocá-lo em uma escolinha de futebol. Em abril de 2023, Dânia estava vendendo ovos de páscoa, e com o filho já em Belo Horizonte, matriculado em uma escolinha de futebol.

4.5 Ester

Nascida em meados da década de 1990, em Belo Horizonte, Ester (mulher parda) passou a maior parte de sua vida na cidade onde nasceu. Na infância, morou por cerca de um ano em

Rondônia, com a mãe, o irmão e os avós maternos, e, atualmente, mora e trabalha como babá na Califórnia, em um município perto de São Francisco. Durante sua primeira infância, Ester morou em um barracão no quintal da casa da avó paterna com seus pais, Jéssica e Flávio. Quando iam trabalhar, deixavam Ester na creche ou com a avó paterna, que era dona de casa. Desde pequena, a menina sentia que era a única neta de quem a avó não gostava, que ficava “jogada para escanteio”. Na época, não entendia o porquê. Hoje, suspeita que a avó descontasse nela sua insatisfação com o próprio filho, pai de Ester, que era “o doido da família”, alcoólatra e violento. “Meu pai (...) é aquele tipo (...) que a gente não quer ter nesse mundo”.

Sua mãe, Jéssica, é natural de um município com menos de dez mil habitantes, no interior de Minas Gerais. Durante a infância de Ester, trabalhou como balconista em uma padaria do bairro. Impedida pelo marido de terminar os estudos, depois que se separou de Flávio conseguiu concluir o Ensino Fundamental, o Médio e fez um curso profissionalizante para cuidadores de idosos. Quando Ester e o irmão já estavam crescidos, fez um curso tecnólogo em outra área. Há cerca de dez anos, Jéssica vem trabalhando como cuidadora de idosos em um convento. Flávio não terminou o Ensino Fundamental e trabalhava como vendedor em uma loja de materiais de construção, além de, eventualmente, fazer serviços de bombeiro hidráulico, eletricitista e pedreiro. Juntos, tiveram também um outro filho, cerca de cinco anos mais novo que Ester.

Jéssica havia se inscrito em um programa de habitação popular e, quando foi selecionada, mudou-se para um apartamento com Flávio e os filhos. Alguns meses depois da mudança, um episódio de violência doméstica mudou a rotina de Ester. Sua mãe quase morreu “na mão dele”, e fugiu da cidade com os filhos. Pegou as crianças e foi para Rondônia, onde seus pais moravam. Os avós maternos de Ester são naturais de Minas Gerais, mas se mudaram para Rondônia buscando melhores condições de trabalho no campo. São trabalhadores rurais. Em Rondônia, colocavam Ester para fazer trabalho doméstico e cozinhar. Ela estranhava e se indignava. Não acontecia o mesmo com seu irmão, e ela não entendia o porquê do tratamento diferenciado pelos avós.

Eu sempre fui a princesinha que cresceu em cidade grande, que não ficava numa vassoura, e lá na roça, todos eram criados, tipo assim... Ir pra boca do fogão com 7 anos de idade, eu achava um absurdo (...). Eu odiava, né? Eles faziam eu fazer isso [cozinhar] porque eu era menina. Meu irmão não guardava nem os brinquedos dele (...) Eu tinha essa... Eles pegavam no meu pé. Eu entendia que eu morava lá (...), mas eu era criança, então eu acho que não cabia a mim fazer essas coisas. Então eu sempre fui muito julgada de ser a preguiçosa, que cresceu na cidade, com o pé limpo, que não colocava o pé

na terra... E, tipo assim, é criação. Se eu cresci dessa forma, claro que eu vou achar estranho, do nada, eu numa roça... Sabe?

“Apesar disso”, são “pessoas boas. (...) É aquele pessoal típico da roça mesmo, sabe? Pessoal que não tem frescura”. Atualmente, Ester não mantém muito contato com os avós maternos, mas está no grupo da família do WhatsApp. Jéssica viveu lá com seus dois filhos, um deles Ester, por um ano, quando recebeu a notícia de que Flávio tinha finalmente saído de seu apartamento. Além de ter seguido vivendo lá por um ano, no apartamento de Jéssica, Flávio, ao sair, levou todos os móveis e eletrodomésticos da casa. A mãe de Ester teve que construir “tudo do zero”.

Ester tem lembranças muito boas da época em que morou no apartamento adquirido via programa de habitação popular, principalmente depois do retorno de Rondônia — lembra mais de sua infância após esse retorno, aos oito anos. Era rodeada de amigos no condomínio, que contava com piscina e pátio, onde brincavam. As memórias de Ester ligadas a seu pai são “a parte ruim da sua infância”. Não tem lembranças de momentos alegres com ele, que era agressivo não só com Jéssica, como também com seus filhos. Ela acredita ter aprendido a ler por pressão de Flávio, que cobrava leituras e agia com violência física contra ela em caso de descontentamento. Ele “tinha pavor de ter filha burra” e não compreendia “como que a criança funciona”, que deveria ensinar pelo diálogo.

Já com sua mãe, a relação na infância e, posteriormente, na adolescência, era boa, nada a reclamar. Jéssica se dedicava à filha e fazia o possível para dar “tudo que podia”. Tanto Jéssica quanto Flávio acreditam em Deus, mas não frequentam a Igreja. Ester é atea. Era ela quem cuidava do irmão, em pequenos períodos, depois que voltaram de Rondônia, quando a mãe precisava trabalhar e saía de casa, deixando a comida pronta. Era “passar o olho”, por 03 ou 04 horas. Ester sempre gostou muito de estudar e ir para a escola. Parou os estudos na época do Ensino Médio, aos 16 anos, por conta de uma gravidez, o que, para ela, foi “péssimo”. Não queria engravidar e gostava de estudar, tinha o desejo de fazer faculdade e estava se dedicando para isso.

A gravidez não era um desejo seu e, com pouquíssimo acesso à educação sexual adequada, engravidou do primeiro “namoradinho”. “Eu não queria engravidar. Foi uma gravidez indesejada. Eu tinha só 16 anos. Era o meu primeiro namoradinho. Eu tirei minha virgindade com ele. Foi tudo uma bomba, assim”. Na época, trabalhava como menor aprendiz pela Associação Profissionalizante do Menor (ASSPROM), mas os efeitos da gravidez sobre seu corpo dificultaram que ela continuasse indo trabalhar regularmente — foi desligada um

tempo depois do nascimento da criança. Acabou ficando mais em casa quando gestante, ainda que recebendo sua remuneração. Com a gravidez, saiu de casa e foi morar com o pai da criança, inicialmente na casa da mãe dele, sua então sogra. Cerca de dois anos depois, alugaram uma casa para viverem juntos.

Quando nasceu Joaquim, o bebê, Ester gozou da licença-maternidade da qual fazia jus por trabalhar pela ASSPROM. Cinco meses depois do nascimento do primeiro filho, descobriu uma nova gravidez. Ester ficava 100% dedicada ao cuidado das crianças, e não teve adolescência,

não existiu (...) De verdade, eu não tive [adolescência]. Minha adolescência foi engravidando, cuidando de criança. (...) Foi péssima... Minha adolescência. Eu ficava em casa, eu não trabalhava, eu não tinha condição nenhuma de trabalhar com 2 bebês. Quem trabalhava era o meu ex-marido, que no caso é o pai das crianças.

Ficava cuidando dos filhos — Joaquim e Christian — e não tinha tempo nem dinheiro para nada. “Eu não me lembro nem, pro cê ter ideia, de ter ido, tipo assim, num cinema, numa coisa assim que gasta mais dinheiro. Cinema nem era tão caro, mas, tipo assim, pra mim era”. Nos finais de semana, ia no Parque Municipal com as crianças, uma programação gratuita. Com dois bebês em casa, não trabalhava fora para se dedicar aos cuidados dos pequenos. Sua renda vinha do auxílio financeiro que recebia do Programa Bolsa Família e do trabalho do pai das crianças. Percebe, hoje, que permanecer em casa cuidando das crianças, enquanto seu então namorado saía para trabalhar, a mantinha em uma situação de dependência em relação a ele.

A relação com o pai das crianças era boa, na época em que se iniciou. Com a notícia da gravidez, começou a piorar. Ele não passava tempo com a família e parecia não aceitar ter filhos, furtando-se a assumir responsabilidades. Essa sua ausência era validada pela mãe, que naturalizava o afastamento do filho.

Pra ele, não precisava de estar ali, não precisava de fazer, só porque ele não queria. E ele foi uma pessoa que sempre foi mimada, assim, pela mãe dele, no sentido de, tipo... Foi apoiado, sabe? “Ah, cê não quer ficar aí, então não fica, vai embora, some”. Igual qualquer outro pai, entende? Igual o pai dele. O pai dele também foi da mesma forma.

Ester chegou a sofrer violência doméstica perpetrada pelo então namorado. Depois de três anos de relacionamento, romperam, e Ester voltou a morar com a mãe, levando os dois filhos consigo. Ela estava com 19 anos à época. Era sua mãe quem ficava com as crianças ocasionalmente, à noite e em finais de semana, para que Ester pudesse sair com as amigas e se

divertir. Se, mesmo vivendo juntos, o pai de Joaquim e de Christian não se fazia tão presente, depois do término da relação sua ausência se concretizou de maneira mais nítida. Não ligava para dar parabéns no dia do aniversário das crianças, não via os filhos e não pagava pensão. Ester está com processo correndo na justiça, por causa de pensão alimentícia, e o pai dos meninos “corre” dela, pensando que todo contato será para pedir algum dinheiro, “sendo que eu nunca precisei dele”.

Para ter condições de ir trabalhar fora e, com isso, poder contribuir financeiramente na casa da mãe e juntar dinheiro para alugar um outro local para morar com seus filhos, Ester matriculou as crianças na creche. No início, sentia-se triste, estava acostumada a ficar em casa com os filhos, e se preocupava com os cuidados de outra pessoa, se os meninos seriam bem tratados. Com o tempo, vendo o gosto dos filhos pela creche e conhecendo as educadoras, a tristeza passou. Foram elas que primeiro identificaram comportamentos atípicos em seu filho Joaquim e a orientaram a procurar ajuda médica para investigar o que veio a ser diagnosticado como autismo. Abordaram Ester de maneira cuidadosa, “foi bem legal”, e a auxiliaram com a realidade do autismo, ela não entendia sobre isso e não sabia como lidar.

Com as crianças na creche, voltou a trabalhar via ASSPROM, dessa vez atuando como operadora de telemarketing, como demonstradora em supermercado e em lojas de tecido. Estava com aproximadamente 20 anos. Com o dinheiro que recebia trabalhando, pôde alugar um apartamento para morar com seus filhos, dividindo com alguns amigos, e sair da casa da mãe.

Encontrou um cursinho pré-vestibular gratuito, voltado para pessoas de baixa renda, e cursou durante um ano. Trabalhava durante o dia e estudava durante a noite, e sua mãe era seu principal apoio no cuidado com as crianças até então. Nesse período, começou um novo namoro com Gabriel, filho de mãe cozinheira e pai pedreiro. Gabriel é natural do Piauí e graduado em Educação Física. Com pouco tempo de relação, alugaram outra casa e foram morar juntos. Ela saía para trabalhar e Gabriel, que estava desempregado na época, levava os dois meninos para a creche.

Ester, Joaquim, Christian e Gabriel já estavam vivendo juntos quando, depois de um ano cursando as aulas do pré-vestibular, ela foi aprovada para cursar Biologia na PUC Minas, com bolsa de estudos de 100% via PROUNI. Quando ela começou o curso, por volta do ano de 2018, com cerca de 23 anos, as crianças estavam no último ano na creche e ela contava com o apoio de Gabriel e de sua mãe para levar e buscar seus filhos. Pouco depois que ela começou a faculdade, Gabriel conseguiu um emprego. Ele já deu aulas de Educação Física e, nos últimos tempos, vinha trabalhando como professor de inglês. No Ensino Fundamental, Ester ou Gabriel

levavam as crianças, e quem buscava era Jéssica, mãe de Ester, que ficava com Joaquim e Christian até que Ester ou Gabriel retornassem do trabalho. Nesse tempo, aproveitava para adiantar trabalhos domésticos, fazia o jantar e colocava roupas na máquina de lavar.

Conciliar as aulas da faculdade, o trabalho no telemarketing e o cuidado com as crianças não vinha sendo tarefa fácil. Depois de um tempo do diagnóstico de autismo de Joaquim, que veio também acompanhado dos diagnósticos de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e do Transtorno Opositivo Desafiador (TOD), Ester conseguiu que seu filho fosse contemplado pelo Benefício de Prestação Continuada⁹ (BPC), passando a receber o equivalente a um salário mínimo do INSS. Com o recebimento do benefício, pôde parar de trabalhar com o telemarketing e focar nos estudos e no cuidado das crianças.

Com a chegada da pandemia do COVID-19 e as restrições de movimentações necessárias para conter a disseminação do vírus, as aulas da faculdade passaram a ser virtuais. Não precisando se deslocar para a universidade e com certa flexibilidade quanto aos horários para assistir às aulas e fazer as atividades, Ester se viu em melhores condições para voltar a trabalhar fora e começou a trabalhar como babá. O trabalho como babá seria, para Ester, uma ponte para que ela pudesse emigrar. Ester sonhava, e ainda sonha, em morar no exterior com seus filhos e com Gabriel, embora não estivessem namorando no momento da entrevista. Suas razões são principalmente econômicas, a incomoda o lazer ser tratado como luxo no Brasil, disponível para poucos, e a baixa remuneração de grande parte das ocupações. Deseja viver com conforto, sem “ter que ficar sobrevivendo”.

Vê como caminho para conquistar seu objetivo o programa canadense Caregiver, pelo qual a imigrante trabalha com cuidado de crianças, idosos ou pessoas com deficiência recebendo visto de trabalho para tanto, e podendo, com o tempo, pleitear a residência permanente no país. O Caregiver teria como pré-requisito fluência no inglês, formação de nível superior e experiência de trabalho comprovada na área. Ainda, seria necessário um investimento financeiro para custear os trâmites de documentação para inscrição no programa. Com a intenção de futuramente se inscrever no Caregiver, Ester conheceu o programa Au Pair, considerado um “ intercâmbio cultural”, em que a intercambista vai para outro país morar com uma família, aprender um idioma e cuidar das crianças da casa. No Au Pair, a intercambista trabalha como babá e recebe, em troca, acomodação, refeição e remuneração semanal. Para Ester, o programa seria uma oportunidade tanto para juntar dinheiro para custear os trâmites do

⁹ O benefício consiste na transferência de renda mensal no valor equivalente a um salário-mínimo a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência de qualquer idade. Para a concessão do BPC, há também um critério de renda, sendo o benefício voltado a famílias em situação de vulnerabilidade.

processo de inscrição no Caregiver, quanto para adquirir fluência no inglês. Melhorar o idioma lhe ajudaria com o processo do Caregiver, mas não só. Poderia, também, lhe abrir novas portas em termos de empregabilidade no Brasil, caso resolvesse ficar por aqui. Além disso, Ester acreditava que trabalhar como Au Pair poderia tornar sua inscrição no Caregiver mais atraente para as famílias contratantes, “porque alguém que fez o Au Pair, eu acho que eles olham de uma forma diferenciada... Tipo, nó, fez o Au Pair, funciona. Então, acho que seria um upgrade pro meu currículo, sabe?”. Os dois programas demandam experiência com crianças. O Au Pair ainda é percebido por Ester como uma oportunidade para pessoas de baixa renda morarem fora do país. Antes de ir, o via como um “intercâmbio no qual ela ainda recebe dinheiro”. Como ela relata:

Eu falei assim “que outro intercâmbio que eu vou conseguir pagar 4 mil reais pra poder ficar 2 anos e ainda receber por isso?”. Sabe? Eu já olhei intercâmbio aqui, não é menos que 15 mil reais, não. É muito caro, sabe, pra eu poder vir. É 30 mil, é 50 mil, intercâmbio é coisa de gente chique, de gente rica, de gente que tem dinheiro. Sabe?

Havia pensado em outra possibilidade de realizar um intercâmbio, mas que se tornou inviável: via programa Ciências Sem Fronteiras (CSF). Durante o período em que cursou Educação Física, Gabriel, seu namorado, foi contemplado pelo CSF e se tornou fluente em inglês a partir dali. Sabendo da experiência do namorado, Ester entendia o programa como uma oportunidade para pessoas de baixa renda universitárias fazerem intercâmbio. O encerramento do programa em 2017 foi, para ela, como o fechamento de uma porta pela qual ela poderia ter passado durante sua graduação, uma oportunidade que se fechou.

Meu namorado fez Ciências Sem Fronteiras, por isso que ele é fluente no inglês. Ele é filho de cozinheira e de pedreiro. Que dia que um menino lá do Piauí vai conseguir fazer um intercâmbio de 2 anos lá nos Estados Unidos, gente, com tudo pago? Então, tipo assim, foi uma outra oportunidade que eu vi, porque eles acabaram com o Ciências Sem Fronteiras também... Era uma coisa que eu poderia ter apostado.

Enxergando o Au Pair como a oportunidade que teria para viver em outro país, como uma maneira de incrementar seu currículo para possibilidades futuras e ainda juntar dinheiro, Ester começou a trabalhar como babá no Brasil, para o cumprimento dos requisitos mínimos para ser aceita no programa. Seu primeiro emprego como babá nesse período veio a partir de uma publicação em um grupo de Facebook, com a oferta de uma vaga de babá para o turno da manhã. Sua então patroa era advogada e, após um mês contando com o trabalho de Ester, mudou

de cidade e indicou Ester para uma amiga, que também estava procurando uma babá para contratar. A segunda patroa, Marcela, também era advogada e era casada. Durante o período em que esteve lá, os patrões se separaram e Ester continuou trabalhando, tendo Marcela como patroa. Nessa casa, trabalhou cerca de um ano cuidando de Heitor, com quatro ou cinco anos de idade à época. Parou de trabalhar nesse local quando sua inscrição no Au Pair foi aceita e os trâmites estavam avançados, com tudo pronto para que viajasse para os Estados Unidos. Deixou combinado com a então patroa que, caso encontrasse problemas e precisasse voltar, seria recontratada.

Eu não queria pedir demissão até dar tudo certo, porque essas coisas não acontecem com a gente, né. A gente que não tem muito dinheiro, a gente que é pobre, assim, tipo, um papo que vai pros Estados Unidos, tá doido? Isso não acontece, não acontece muito com a gente, não. Eu fiquei com medo de pedir demissão, e dar errado, e ficar com a mão na frente, outra atrás, depois. E aí, ainda, mesmo ela dando baixa na minha carteira, eu ainda falei assim com ela “Marcela, pelo amor de Deus, se eu não consigo embarcar, você me recebe de volta. Pelo amor de Deus”.

Estava no segundo ou no terceiro ano do curso de Biologia, quando trancou sua matrícula para sair do país como Au Pair. O programa tem idade máxima para ingresso, e Ester já estava no limite.

Eu fiz acho que 3 anos de Biologia. 3 ou 2 anos e meio, eu não me recordo agora. E aí, eu tranquei pra poder vir pra cá. Eu queria muito ter terminado antes, mas o programa que eu faço tá no limite, uma idade limite. É até 26 anos de idade. Se você passa dessa idade, você não consegue fazer o programa. Então, eu optei por trancar a faculdade, mas não deixar essa oportunidade de vir pra cá.

Sente falta de estudar. Quando viajou, terminou seu relacionamento com Gabriel, por não querer seguir se relacionando à distância e querer se ver desimpedida, podendo se relacionar com outras pessoas nos Estados Unidos sem entraves. Tem paquerado algumas pessoas nos EUA, mas não está interessada em namorar no momento. Gosta de estar solteira e sem cobranças. Considera fortemente a possibilidade de retomar o relacionamento no futuro, ainda ama Gabriel e ele também a ama. Eles se comunicam cotidianamente e ele segue ajudando-a com as crianças.

Gabriel ficou com Joaquim e Christian por aproximadamente nove meses depois da saída de Ester do país, e gostaria de ter continuado com as crianças por mais tempo. Ester achou adequado mandá-las para a casa da sua ex-sogra e avó paterna das crianças, com quem já havia

se comunicado e aventado a possibilidade, por achar injusto que Gabriel tivesse seus dias tomados e se deparasse com restrições no cotidiano, por conta do trabalho de cuidados, já que não é o pai biológico das crianças. Além disso, Gabriel foi promovido no trabalho e sua carga horária aumentou, o que tornaria mais difícil para ele estar com as crianças. Na época que Joaquim e Christian estavam com Gabriel, Ester mandava um dinheiro para auxiliar com os gastos. Agora que seus filhos estão com sua ex-sogra, deixa com ela o cartão do BPC, para que saque o benefício, como uma contribuição nos gastos.

Seu primeiro ano no programa já está chegando ao fim, e Ester pensa em pedir extensão por mais um ano. Apesar da saudade do Brasil e da família, sente não estar preparada para retornar ao país, por não ter cumprido os objetivos que a levaram a emigrar.

Eu ainda não juntei o dinheiro que eu queria juntar. (...) Eu ainda não atingi a meta do meu inglês, que eu queria atingir (...). Então, eu não tô preparada pra voltar hoje ainda. Por mais que, tipo assim... Nossa, a todo momento me dá uma vontade enorme só de voltar pro Brasil pra poder [inaudível], sabe, voltar a ver minha família. A todo momento. Nossa, todo dia eu penso: “Nossa, eu acho que vou embora amanhã. Vou falar pra agência pra comprar a passagem pra mim amanhã”. E, tipo, às vezes, eu respiro, que eu sei que é meu momento de saudade. Eu ainda não cumpri meu objetivo, porque, se eu voltar agora, todo o ano que eu já passei, que eu fiquei aqui, pra mim não valeu de nada. Eu ainda não cumpri meu objetivo. Eu vim pra que, então? Eu vim pra poder juntar dinheiro e fazer inglês, e eu voltei a ser nenhum dos dois? Entende? Então, pra mim, ainda não vale a pena.

Ester tem convivido com um sentimento de indecisão e dúvida em relação a seus próximos passos. Não deseja retornar ao Brasil, tem medo de não conseguir um emprego valorizado e, por consequência, não conseguir sustentar sua família. Como ainda não concluiu a graduação, não conseguiria, no Brasil, um emprego com remuneração suficiente para sustentar seus dois filhos, pagar o aluguel e se manter na faculdade — por conta do trancamento, acredita que não conseguiria reaver a bolsa de estudos a que fazia jus.

Eu tô num momento da minha vida que eu não sei o que eu faço. Eu não sei se eu volto, porque eu ainda não tenho graduação. Eu vi que as coisas aí tá muito caro. Eu não vou conseguir, tipo, um emprego onde eu consiga sustentar as duas crianças, pagar aluguel e ainda conseguir ir pra faculdade. Entende? Eles vão pra escola só meio período. Quem que vai olhar os meus filhos num outro período?

Mas eu não quero voltar pro Brasil, porque eu tenho muito medo de não dar conta. Eu já não tava quase dando conta quando eu tava aí, já, sabe? E antes, o café nem era 20 reais ainda. O litro de leite (...) agora eu tô sabendo que tá é 10. E, tipo, eu tenho criança... Criança bebe leite... Eu não sei se eu dou conta

de pagar aluguel, terminar a faculdade e sustentar os meninos. A melhor opção seria trazer eles, ao invés de voltar. Então, eu não sei o que eu vou fazer.

Morro de medo de voltar na lama, lama, lama. Então, eu quero juntar esse dinheiro, pra poder na hora que o bicho pegar, eu ter uma emergência, sabe?

Não tem conseguido juntar dinheiro, como imaginou que faria, dinheiro esse que serviria para financiar os trâmites da tentativa de imigração para o Canadá. Além de não sobrar dinheiro da remuneração que recebe (considera alto o custo de vida), tem tido que pagar as dívidas que fez no Brasil para viajar para os Estados Unidos. Não sabe se vai para o Canadá, se tenta ingressar em uma universidade nos Estados Unidos e busca seus filhos, ou se tenta migrar para a Austrália, como alguns de seus amigos têm feito. Pretende continuar estudando, e deseja concluir uma graduação, ainda que não vá atuar na área. Tem pesquisado possibilidades de continuar sua graduação em Biologia nos EUA, e de talvez mudar de curso.

Eu não sei se vale a pena recomeçar a estudar desde o início. Não sei se eu mudo a área também, tô querendo fazer engenharia em software aqui. Uma coisa na área de tecnologia, que acho que é uma área que dá muito emprego aqui. Agora, eu tenho as minhas crianças, obviamente. Eu já tô até olhando a questão do visto deles, pra eles tirarem. Então, nesse momento da minha vida, eu ainda não decidi o que eu vou fazer. Mas que eu vou estudar, que eu vou ter uma graduação, é uma coisa pessoal minha. Mesmo que eu não vá atuar na Biologia, por exemplo, eu quero ter uma graduação, sabe?

Está pesquisando possibilidades de residência permanente na Austrália, no Canadá e nos Estados Unidos, com os filhos. Titubeia quanto a viver permanentemente nos EUA, pela ausência de um sistema público de saúde no país, pela xenofobia e pela qualidade da educação pública ofertada, que Ester considera ruim. Como vantagem de morar nos EUA com os filhos, enxerga apenas o poder de compra — considera bons os salários médios das ocupações — e a facilidade de não ter que mudar para um terceiro país com os filhos.

4.6 Fátima

Mãe de quatro e avó de cinco, entre crianças e adolescentes, Fátima tem 48 anos, é parda e amasiada, como ela diz. É uma entre seis irmãos. Nasceu em um município com 25 mil habitantes, no interior do estado de Minas Gerais. Vivia na casa dos avós paternos com seus pais e tios. Sempre teve mais convivência com a família do pai do que com a família da mãe.

Por conta de uma questão de saúde de Fátima, que demandava tratamento especializado, a família se mudou para perto de Belo Horizonte. Seu avô, José, veio na frente para arrumar a casa em Contagem, região metropolitana da capital. Fátima completou um ano de idade já fora do município onde nasceu. Depois de um tempo vivendo ali, seu avô passou a trabalhar tomando conta de alguns lotes próximos à BR-040, para evitar invasões, e a família se mudou para uma casinha em um desses lotes. Como ela conta:

Uma delícia a casa. Dava seis horas, tava começando a escurecer, tudo de bom. Entendeu? Era só mesmo pra cuidar dos lote. O que ele fazia ali dentro era dele. (...) Plantava arroz, plantava feijão, tudo que cê pensar. Tinha planta... Galinha demais, muito porco.

Ali então, ali tinha porco, cê vê o tanto de porco que minha avó tinha, o que minha avó plantava... Só pra casa mesmo, tudo ali. Então, assim, lá não tem água, não tinha água encanada, não tinha luz... Morou ali. A vida toda era ali, era uma dificuldade, ia lá no Água Branca fazer compras.

A casa não tinha água encanada nem luz elétrica, e era a avó paterna de Fátima a responsável pelo cuidado dos porcos e pelos alimentos que plantavam para subsistência. A relação de Fátima com seu avô paterno foi “a melhor que tem”, e, embora seu avô já tenha falecido, lembra dele com muito carinho, tendo colocado o nome “José” em dois de seus filhos como homenagem a esse senhor que foi, para ela, como um pai. Seus avós tiveram juntos dois filhos biológicos, o pai de Fátima, Vicente, e outro, Danilo, que não teve filhos e criou Fátima como se fosse filha. Ele “foi tudo na minha vida”. Tanto que “eu tive três pais”, Vicente (pai biológico), José (avô paterno) e Danilo (irmão do pai). Além deles, seus avós adotaram uma criança, que Fátima chama de “prima”, quando ela ainda estava em tratamento de saúde. Quem quis adotar mesmo foi sua avó, que teria feito esse movimento contra a vontade das demais pessoas da família.

Seus três pais já faleceram, e Fátima sente muito essas ausências. Sua mãe também já faleceu. Quando viva, trabalhava como cozinheira, tendo começado a trabalhar fora de casa depois que se separou de Vicente, com todos os filhos já nascidos. Fátima não era tão ligada a ela. Sentia que sua mãe era frustrada por sua segunda filha ter nascido mulher. Esperava daquela gravidez um filho homem.

Antigamente tinha aquela preferência, porque eu tinha que ter nascido homem. Minha mãe queria filho homem, aí vinha filha mulher. Então, primeiro foi mulher, ela adorou. Segundo, ela queria um homem. Como não veio menino homem... Aí eu sempre fui mais assim, mais pro lado dos avós mesmo. Então, meu pai segurou... Aquilo que ela não quis, meu pai segurou. Aí só tivemos dois irmãos homens.

Quando pequena, era uma criança ativa, arteira e teimosa. Sua mãe não tinha paciência e, em ocasiões de briga, seu pai saía de casa e levava Fátima consigo, para deixá-la com os avós paternos. Suas lembranças positivas e os aprendizados que resgata da memória são com seu pai, de quem sente mais saudades — “adoro dançar forró. Aprendi a beber cerveja, a jogar sinuca, jogar baralho, tudo com meu pai. A gente saía muito. No final de semana, sabe? Sexta, sábado e domingo era pra se divertir”.

Além dos irmãos, sua avó paterna é quem ainda é viva. Apesar da intensa convivência na infância, se distanciaram após a morte do avô. Era Fátima a responsável pelo dinheiro de José na velhice, e quando o homem faleceu, emergiram conflitos familiares associados a dinheiro e a cuidados da avó. Há aproximadamente dois anos, sua avó precisou ser internada. Estava com larvas na cabeça. Fátima, então, foi à casa dela verificar como estava o local, e notou que faltava comida. Sua prima a acusou de roubar a aposentadoria da avó e, na apuração da denúncia, a avó expressou medo ao ouvir o nome de Fátima, que ficou e fica ainda indignada, já que teria sido quem primeiro auxiliou a avó na ocasião do adoecimento, e que pagava de seu bolso quando necessário para comprar remédios e alimentos. Sua prima estaria convencendo a avó para que pensasse dessa maneira. “Ela começa a colocar caraminhola na cabeça da minha avó depois da morte do avô”. Com isso, Fátima optou por se afastar e vê a prima como uma cobra, responsável pela morte do tio, do avô e, futuramente, da avó.

Isso [adotando a criança quando Fátima estava em tratamento de saúde] ela arrumou guerra com o meu avô, com o meu pai, com o meu tio, que ninguém queria, né? Falava que ela tava criando uma cobra. Eu falei, ela criou uma cobra... Do jeito que ela matou o meu tio, ela matou o meu avô, e vai matar ela também. Entendeu?

Sua avó materna não tem com ela muito afeto, o que se deve a duas razões: Fátima ter nascido mulher (queria que viesse um neto homem) e ter sido registrada pelo pai com um nome diferente do que a mãe e a avó queriam (Fátima x Maria de Fátima).

Minha avó [materna] queria que colocasse Maria de Fátima. (...) Aí meu pai... Minha mãe escreveu no papel e ele colocou no bolso. Aí foi pro boteco, bebeu até falar que chega, foi no cartório, e registrou. Aí quando chegou em casa e entregou, minha mãe rasgou a certidão de nascimento. Ficou muito brava, porque não era aquilo.

Voltando no tempo, aos sete anos Fátima entrou na escola. Pouco depois, seus pais se separaram e Fátima precisou trabalhar para ajudar a mãe a cobrir as despesas da casa e as

necessidades básicas dos irmãos. Sempre gostou de estudar, mas queria trabalhar e “ter suas coisas”, porque o que ganhava do pai, a mãe dava pra sua irmã mais velha, que não trabalhava. Por volta dos dez anos de idade, parou de estudar para trabalhar. Apesar disso, não comprou “uma calcinha” com o dinheiro do seu trabalho à época — “o meu dinheiro ficava tudo pra entrar pra dentro da casa da minha mãe”. Foi nesse momento, também, que sua mãe começou a trabalhar fora de casa.

Quando meus pais se separaram, a minha mãe vendeu a casa que a gente tinha (...) a preço de banana. Aí meu pai falou “já que você quer ir embora, você pode ir embora, mas eu não dou uma bala”. Aí quando a gente veio pra cá pra Belo Horizonte, eu precisei trabalhar pra ajudar ela, porque os meus irmãos eram menor. E a minha irmã mais velha não gostava de fazer nada.

Foi aí [após a separação] que ela [mãe de Fátima] começou a trabalhar, de cozinheira. Aí eu fui ajudar ela na cozinha, e minha irmã ficava dentro de casa lá só arrumando cada dia um namorado, até começar a fazer filho, entendeu? Mais velha, mesmo assim, não podia falar nada. Eu chegava do serviço, ia arrumar casa (...).

Quando criança, começou a trabalhar ajudando a mãe como cozinheira e, em seguida, aos dez anos, começou a trabalhar em casa de família como babá. Cuidava de uma menina de quatro anos e de um menino de seis e, ao que parece, fazia outros serviços como trabalhadora doméstica: “Aí eu fui aprender a cozinhar, fui aprender a tomar conta de menino, levar na escola, buscar (...). Aquela faz tudo, né?!”. Fazia também trabalho doméstico na casa onde vivia com sua mãe e seus irmãos. Em seu primeiro trabalho como babá, sua remuneração era muito baixa, e ela pegava mantimentos na mercearia da família para a qual trabalhava, que eram abatidos do valor de sua remuneração.

Ganhava uma mixaria. Hoje em dia nem sei quanto que era, mas dava pra comprar um gás, pra ajudar a minha mãe no gás. Eles tinham uma mercearia, aí precisava de um pão, pegava lá. (...) Nunca peguei um salário. Eu trabalhei anos e anos, e nunca comprei uma calcinha com o dinheiro que eu trabalhava, porque precisava de um arroz, pegava lá. Aí eles contavam no meu trabalho, praticamente, as coisas que precisava, pegava na mercearia.

Sua patroa era costureira, trabalhava com tricô, e as únicas roupas diferentes que teve na época foram as que ganhou dela de presente. Fátima não tem reclamações da sua infância. “Foi uma infância, graças a Deus, tranquila. O que eu quis fazer, eu fiz. O que eu estudei, até onde eu quis, vários cursos, tenho várias profissões, como se diz”. Ao longo da vida, começou cursos de costura, de manicure, de pintura, de desenho, de culinária, mas não chegava ao fim. “Eu perdia a paciência. Duas, três vezes, eu achava que eu já aprendi, eu saía...”.

Sempre teve o sonho de ser mãe, e aos 17 anos realizou esse sonho. Já tinha parado de trabalhar como babá, e vinha trabalhando com uma costureira. Engravidou quando adolescente, não menciona quem é o pai da criança, e sua mãe não aceitou a gravidez, colocando-a para fora de casa e oferecendo que um tio cuidasse daquele bebê, já pactuando essa entrega ainda quando a criança estava na barriga. “Seria uma vergonha ser mãe solteira (...), vergonha para a família”. Recusando-se a entregar o bebê que nasceria, Fátima saiu de casa e foi morar na rua. Preferia viver ali do que ficar sem seu filho.

(...) tive meu filho muito novo, minha mãe não quis, me colocou fora de casa, mas mesmo assim, eu... Deu meu filho pros outros, sem eu dar. Deu pro meu tio, né? Falou pro meu tio pegar no hospital, porque era a vergonha da família, né? (...) Deu o meu filho na minha barriga pro meu tio, pra buscar no hospital. Porque o meu filho... Seria uma vergonha ser mãe solteira (...). Falei, não, eu prefiro ficar na rua. Saí pra rua, fui morar na rua.

Quando o neném nasceu, Fátima já havia conhecido um homem, bem mais velho que ela, com quem vinha se relacionando. Eles estavam morando juntos, e ele assumiu a criança, registrou o menino como seu pai. “Eu tenho muito que agradecer, entendeu? Ele me ajudou até ele fazer um ano”. Cuidou sozinha do filho mais velho, José Carlos, e foi a principal cuidadora também dos outros três filhos. Sente orgulho dos seus esforços enquanto mãe. “Eu sempre corri atrás, trabalhei, nunca peguei um centavo de pensão. Eu falei hoje, dei graças a Deus, trabalha, tem os trezinho aí tudo direitinho, bonitinho”.

Nunca deixei faltar, nunca precisei de um litro de leite de ninguém pra tratar dos meus filhos, nunca precisei de um pacote de fralda... Ganhava muita coisa, muita roupa, muito sapato, mas nunca gostei de ver meus filhos mal arrumados, nunca gostei de ver meus filhos de qualquer jeito... Nunca esquentei a cabeça comigo, mas com eles, tanto que eles são tudo bem enjoados, sabe? Pensa nuns menino enjoado.

Eu não sou aquela, assim, de ficar gastando, esbanjando, não. (...) aí eu nunca tenho dinheiro. Mas um pouquinho pra emergência pros meus filhos eu tenho.

Quando seu filho era ainda pequeno, engravidou pela segunda vez, dessa vez de uma menina, Alice. Fátima trabalhava com a mãe nos finais de semana, como auxiliar de cozinheira e, depois, como cuidadora de idosos, e morava com o pai da criança que gestava, que a ajudava também com os cuidados do filho mais velho. Ele trabalhava como gerente geral de uma zona de prostituição. Logo depois que a menina completou um ano de idade, ele morreu atropelado no centro da cidade.

A diferença de idade entre o filho mais velho, José Carlos, e sua primeira filha mulher, Alice, é de três anos. Depois, Fátima teve outros dois filhos, José Miguel e Bruna. A diferença da segunda criança para a terceira, é também de três anos. Sua quarta criança nasceu mais tarde, com uma diferença de 15 anos em relação à terceira. Hoje, seus filhos têm 29, 26, 23 e 8 anos. O mais velho trabalha como jardineiro por conta própria, e o de 23 é açougueiro. O pai do seu segundo filho homem, terceiro filho gestado, não conheceu nem registrou a criança. “Não sei nem por onde anda. Mas graças a Deus, tá aí, vai fazer 24 mês que vem. Né? Um homão de todo tamanho”. Já o pai de Bruna morava com Fátima, mas ela terminou a relação por ele ter começado com “muitas coisas erradas”.

(...) mandei embora, porque a casa sempre foi minha, mandei embora... Arrumou uma mulher doida aí, pro lado do Pará, casou. O povo dele mora aqui (...). Mas resolveu casar e foi embora, nunca mais eu vi. Como se diz... Tem 7 anos... Ela tem 8... tem 7 anos que não vê ela.

Depois do nascimento de José Miguel, começou a trabalhar como faxineira e a cuidar de crianças em casas de família. Ficava um certo tempo e logo saía, não queria trabalhar de carteira assinada nem ficar muito tempo em um mesmo lugar — “aí fui trocando... Porque eu tinha dois problemas. Eu não queria trabalhar fichada e não queria também ficar quieta num lugar só. Eu achava que ficava presa”. Passou um tempo morando em outro município do interior e, retornando para Belo Horizonte, substituiu a irmã alguns dias na casa em que trabalhava como babá. Em seguida, começou a trabalhar, também como babá, em uma família para a qual trabalhou por dez anos. José Miguel ainda era criança, e Fátima o levava consigo para o trabalho.

Quando José Carlos, Alice e José Miguel eram pequenos, e Fátima precisava ir trabalhar e não tinha com quem deixá-los, quando não podia levar crianças consigo ou precisava de um apoio, as deixava com sua mãe, pagando um valor por filho. Além da mãe, “sempre tive alguém para tomar conta”, mediante alguma remuneração.

Eu pagava minha mãe. (...) Não fizeram nada de graça pra mim, não. Pagava por cabeça, como se diz ela. (...) E ai se não pagasse, minha filha. Ai se não pagasse. Ninguém não faz nada pra ninguém de graça, não. Isso é um problema sério.

Sua mãe só não participou dos cuidados de sua filha mais nova, Bruna, que nasceu depois do seu falecimento. Fátima estava com 39 anos quando a menina nasceu, e trabalhava como babá numa casa com duas crianças. Quando necessário, levava Bruna junto. Ela e José

Miguel foram “criados no serviço”. Até Bruna fazer um ano, Fátima pagava uma amiga para olhar sua filha no turno da manhã, mais especificamente no início do dia, até entregá-la para ela no trabalho. Bruna era cuidada com “exclusividade” e na casa de Fátima, que nunca gostou que misturasse.

Ela ficava com ela pra mim até tantas hora. Ela acordar, o sol esquentar, que eu ficava com dó de trazer de manhã cedo. Aí ela ficava, essas possibilidades, às vezes dar um banhozinho, arrumar, e trazer pra mim pro serviço.

Quando Bruna fez um ano, entrou na escolinha e passou a não estar diariamente com a mãe no trabalho. Seu horário no ensino infantil começava antes e terminava depois do horário de trabalho de Fátima, que fazia questão de levar e buscar a filha. Bruna entrava na escola às sete horas e saía às quatro, então sua mãe começava no serviço às oito e saía às três, porque queria ser a primeira a chegar na porta da escola.

Fátima trabalhou como babá para outras duas famílias, por indicação, e estava trabalhando na época em que comprou uma casa, “tipo um sitiozinho”, em um município da região metropolitana de Belo Horizonte, onde morava com seu atual marido e seus dois filhos mais novos, José Miguel e Bruna. Fátima não é casada — “meu marido falou assim ‘vão casar’... Que vão casar que nada, meu filho! Minha religião não permite. Aí ele ‘que religião é essa?’, e eu ‘não sei’. (...) Eu nunca casei e hoje eu não pretendo fazer isso não”.

Por conta de um problema no joelho, na época em que se mudou, Fátima estava andando de bengala e indo e voltando de sua casa para o trabalho com um amigo, que vinha diariamente para Belo Horizonte estudar na Universidade Federal de Minas Gerais. Com dores, Fátima não estava bem para trabalhar no local em que estava e na dinâmica de trabalho que vinha tendo. Queria que seus patrões a mandassem embora, mas diante da recusa, ela mesma pediu demissão.

Aí eu vinha com ele de carro e voltava, só que quando eu descia eu descia chorando, eu tinha que levantar pra ele me ajudar a levantar... E subia nas escadas. Eles não queriam me mandar embora, queria que eu pedisse conta. Eu falei não. Aí um dia eu não aguentei, eu falei “não, o negócio é o seguinte, vocês não querem me mandar embora? Eu tô pedindo conta, porque eu não tô dando conta”.

Não recebeu os acertos relativos ao tempo que trabalhou naquela casa, mas Fátima nunca judicializou. “Não levei ninguém na justiça porque eu sou contra isso, entendeu? Tem mais Deus pra dar do que o Diabo pra levar... Eu falo assim”.

Na nova casa fora de Belo Horizonte, Fátima ficou um tempo sem trabalhar com remuneração, contando com os proventos do marido, que trabalha de segunda a segunda na construção civil em Belo Horizonte. Já foi betoneiro e agora está como encarregado de obras. É quem abre e fecha a obra em que trabalha, começando a trabalhar, no meio de semana, por volta de 4h e terminando por volta de 18h. Por conta da extensão do horário do trabalho, e de residir em outro município, tem dormido na obra alguns dias da semana, levando colchão e marmitta. Aos finais de semana, trabalha como vigia nessa mesma obra. O salário que o marido recebia era pouco, e antes do início da pandemia do COVID-19 Fátima começou a fazer marmittas, caldos, doces e bolos para vender. Contava com a ajuda de sua ex-nora, que morou com eles por um tempo, e vendiam bem. “Tinha bastante clientela, um dia que saía menos marmitta era 30. Tinha dia que saía quase 200 marmittas”.

Poucos antes ainda do início da pandemia, Fátima contraiu leishmaniose e quase morreu. Conseguiu “chegar tranquila” no primeiro ano de pandemia do COVID-19, mas no segundo ano não conseguiu. Devido aos altos gastos que havia tido com o tratamento da doença, estava desesperada para trabalhar. Houve demora na disponibilização dos medicamentos e dos exames que precisava fazer por parte do Estado e, até ela conseguir o que precisava para o tratamento via poder público, custeou ela mesma.

Foi um ano complicado pra mim, porque eu tava precisando arrumar um serviço, porque eu gastei muito... Eu gastei muito, porque até eu conseguir o governo pra liberar as vacinas pra mim, os outros remédios, exames, o governo não pagou nada pra mim não... Tá? Tanto que eu tô numa briga danada com o prefeito, por causa desses trem ainda. Até a minha locação, que é totalmente fora de mão, saiu do meu bolso, sem eu ter dinheiro... Tinha dia que eu não tinha, meu amigo que me levava e buscava.

Ainda, por conta de erro médico dentro do hospital (recebeu medicação errada), quase faleceu. Teve dois AVCs em casa, após ter se queixado de não estar se sentindo bem já no hospital e ter sido liberada.

Normalmente, não precisa procurar oportunidades de emprego, por já ser conhecida e ter seu trabalho reconhecido por muitas pessoas, já tendo tido padrões de várias profissões. Mas essa época foi uma exceção, e Fátima chegou a recorrer a uma agência para encontrar emprego, sem sucesso. Entrou em contato com uma mulher, ex-patroa, para quem trabalhava eventualmente, para que a ajudasse a encontrar um emprego com carteira assinada. Dessa vez queria “fichar”. Essa ex-patroa a indicou para a família para a qual trabalha atualmente. Fátima está nesse emprego desde o ano de 2021, e fica no trabalho de segunda a sexta-feira direto,

voltando para sua casa apenas nos finais de semana quando, eventualmente, também é acionada para trabalhar. Bruna estava com seis anos à época e foi com ela.

Fátima vê o trabalho atual como o último cuidando de crianças. Quer sossego e tempo para se dedicar a sua casa, a sua família e às pessoas que gosta.

5. A mãe, a casa, os filhos e os cuidados

5.1 A gravidez e a chegada da maternidade

A descoberta da primeira gravidez não foi, para nenhuma das informantes, uma notícia precedida de planejamento. Brenda, Carla e Ester engravidaram do primeiro namorado que tiveram na adolescência. Elas estavam com 16, 17 e 16 anos, respectivamente, e receberam a notícia com preocupação. No caso de Brenda e Carla, a gravidez teria resultado da primeira relação sexual que teriam tido e, ainda que no caso de Ester a “primeira transa” não tenha sido mencionada, ela fala expressamente da falta de acesso à educação sexual e do desconhecimento do próprio corpo à época. Sua observação sobre não ter tido acesso à educação sexual pode ser estendida para a vivência das demais informantes que se depararam com gravidezes indesejadas quando muito jovens.

Cabral e Brandão (2020, p. 2), ao debater gravidez na adolescência e iniciação sexual, contestam a ideia de que haveria qualquer associação linear ou de causalidade direta entre início da vida sexual e ocorrência de gestação imprevista, fazendo importante defesa de políticas adequadas de educação sexual para pessoas de todas as faixas etárias, mas principalmente como política de enfrentamento à gravidez imprevista na adolescência. Segundo as pesquisadoras em saúde pública, fatores socioeconômicos, políticos e culturais têm maior ou menor incidência nas gestações imprevistas, independentemente da idade de iniciação sexual, mas diferentes taxas de gravidez na adolescência entre países podem residir na existência de políticas públicas com incentivo à educação sexual. Contar com políticas de educação sexual implica

(...) falar sobre sexo, ter disponíveis recursos necessários de prevenção, informações qualificadas, profissionais de saúde e educação capacitados na temática e que saibam abordar as dúvidas dos jovens com a abertura ao diálogo sem moralismos (conceituais ou religiosos), ter suporte de pessoas próximas em quem os jovens possam confiar e ter apoio (CABRAL, BRANDÃO, 2020, p. 2).

A prevenção de uma gestação depende do conhecimento e da possibilidade de exercício de formas diversas de sexo seguro, mas não só. Dias e Teixeira (2010) apresentam pesquisas que sustentam que a ausência de um comportamento contraceptivo em jovens se encontra associada à ambiguidade de valores sociais em relação ao corpo, à sexualidade e ao gênero transmitidos aos adolescentes. O despreparo apresentado por adolescentes mulheres em sua primeira relação sexual confirmaria a atitude passiva que se espera delas em termos de

moralidade feminina, já que a vivência da sexualidade na mulher é considerada moralmente correta quando ocorre de forma inocente, sem premeditação. Essa atitude passiva, por parte das adolescentes, pode levar a relações sexuais desprotegidas e, por consequência, a gestações indesejadas (DIAS, TEIXEIRA, 2010).

Muitas das adolescentes que engravidam sabem, na ocasião da relação sexual, que correm risco ao não fazer uso de métodos contraceptivos, mas a informação não se traduz necessariamente em comportamento efetivo. Os conhecimentos sobre métodos de contracepção entre adolescentes são muitas vezes insuficientes para uma efetiva implementação, e mais: utilizá-los implica assumir e expressar sua sexualidade, o que pode ser especialmente difícil para as mulheres, considerando a moralidade sexual que lhes é prescrita (DIAS, TEIXEIRA, 2010). Segundo Brandão e Cabral (2017), exercer a contracepção é um ato cultural, isto é, permeado por valores, crenças, emoções e incertezas.

Ao falar sobre sua gravidez aos 14 anos de idade, Anne relata que se sentia imersa em uma família “desestruturada” depois do falecimento da avó e do vício da tia em álcool, e do primo em outras drogas. Em dado momento da conversa que tivemos, ela menciona sua maternidade como uma decisão atrelada a essa desestruturação familiar: sua família estaria acabando e, “para mim, não tava aguentando viver aquela vida, eu tomei a decisão de engravidar, pra poder sair de casa”, ela diz. A associação que faz entre as dificuldades que vivia no âmbito familiar e a maternidade como caminho para se distanciar daquele meio remete a estudos que apontam que a falta de oportunidades de vida e as carências emocionais podem estar associadas ao desejo de ter um filho e à maternidade na adolescência, que poderia ser compreendida como alternativa viável para lidar com problemas e situações desfavoráveis, presentes no contexto sócio-afetivo (REIS, OLIVEIRA-MONTEIRO, 2007).

Ao mesmo tempo que Anne menciona a gravidez como uma decisão para sair da situação familiar em que se via inserida, diz que descobriu que estava grávida “de repente”, que nunca quis ser mãe e que “foi um baque, um choque”. Talvez sua interpretação da ocorrência da gravidez, associando-a à desestruturação da família e entendendo-a como um caminho para sair de casa, tenha sido elaborada algum tempo depois do ocorrido. Anne relata que, na época, sentiu medo e ficou insegura sobre sua capacidade de cuidar de uma criança e sobre as condições que teria para fazê-lo. Teve dúvidas sobre ficar com o filho.

Fátima é a única que não narra ter recebido a gravidez como “uma bomba”, “um baque”, “um choque”, ou ter exclamado “meu Deus, o que eu faço agora?”. Ela estava com 17 anos, e é a única das informantes que, na ocasião da gravidez, já havia parado de estudar para trabalhar.

Fátima via a maternidade como um sonho, mas, ainda que a notícia possa não ter chegado para ela como um turbilhão, teve efeitos importantes sobre sua relação familiar e sobre sua vivência. Não tendo recebido acolhimento por parte da mãe, que não aceitou a gravidez e tentou combinar com seu tio que ficasse com a criança, Fátima precisou sair de casa para que pudesse ficar com o bebê que iria nascer, e passou a morar na rua. Os efeitos da gravidez sobre sua vida são, portanto, diferentes dos efeitos observados na vida das outras informantes, e chama a atenção a ausência de acolhimento familiar.

Durante a gravidez, Brenda não imaginava que fosse ter uma conexão forte com os filhos. Ela não acreditava, até então, no tal “amor de mãe” do qual lhe falavam, por nunca tê-lo recebido, e a maternidade não ocupava para ela um lugar de desejo e de idealização positiva. Sua preocupação foi acentuada pelo abandono por parte do então namorado, pai do bebê que carregava na barriga, logo que soube da gravidez, e foram as mulheres de sua família, mais especificamente sua mãe e sua avó, que garantiram a ela algum apoio, além de uma vizinha, que a acompanhou no parto.

Carla, ainda que tenha se preocupado e se perguntado sobre como lidaria com a gravidez, compartilhava com Fátima a romantização da maternidade. Mas sugere a desmistificação desse ideal após ter, efetivamente, tido a experiência de ser mãe — “eu sempre achava mágico esse negócio de ser mãe, eu não sabia que era tanta responsabilidade”. Diferente de Fátima, e guardando semelhança com as outras informantes, pôde contar com o apoio materno em sua primeira gravidez, que foi, inclusive, entendida por sua mãe como uma oportunidade para mudar. Verônica queria “ser uma pessoa diferente” quando o neto nascesse. Dânia, com 29 à época de sua gestação, também recebeu o apoio da mãe, e foi isso que a ajudou a lidar melhor com a situação. Ainda que não quisesse estar grávida, daria prosseguimento à gravidez e não estava podendo contar com a participação do outro genitor, que chegou a insistir que ela realizasse um aborto e se mudou para os Estados Unidos durante sua gestação.

O apoio materno se destaca, portanto, como um acolhimento importante para a maioria das informantes, sobretudo nos casos em que há abandono por parte do pai da criança. Esse apoio é percebido não só na primeira gestação. No quinto mês da terceira gestação de Carla, ela foi abandonada grávida pelo pai de sua terceira filha e, nesse contexto, o apoio de sua mãe foi fundamental, sobretudo considerando que precisou parar de trabalhar por conta das condições da gravidez — “se não fosse a minha mãe, eu não sei o que seria de mim, porque eu tinha uma gravidez, eu não tava trabalhando porque eu não podia, e como eu não trabalhava de carteira assinada, eu não tinha auxílio nenhum do INSS”. Sua mãe trabalhou dia e noite, como faxineira

e cozinheira, para pagar todas as contas e manter a filha e o outro neto já nascido — “ela pagava o meu aluguel e o dela (...) Tinha água, luz, era despesa minha, dela, do Sandro, e eu como mulher gestante”. Além disso, arrecadou doações com sua rede de conhecidos, patrões e amigos para a neta que iria nascer, garantindo a composição de todo o enxoval. Há, todavia, casos desviantes, e o de Fátima é um deles. Sua mãe não apenas não ofereceu apoio, como foi o motivo pelo qual ela saiu de casa grávida e foi morar na rua, para manter consigo a criança.

Ressalto que apareceram duas vezes nos relatos das informantes tentativas de convencimento, por parte de outras pessoas, pela realização de abortos. No caso de Dânia, o pai da criança tentou convencê-la a realizar o procedimento, e, no caso de Brenda, na ocasião de sua primeira gravidez, sua então patroa disse apoiá-la caso decidisse abortar. Brenda trabalhava em um condomínio de luxo como babá, e associa a proposta com o desejo da patroa de que ela não se afastasse do trabalho para cuidar do bebê.

Enquanto Fátima, Dânia e Brenda precisaram sustentar a gravidez diante do desejo de outras pessoas de que abortassem ou entregassem a criança, outras informantes chegaram a aventar não criar a criança que gestavam, tomadas pelo medo e pela insegurança quanto às condições para cuidar de um filho, ou de mais um filho, nos casos em que não se tratava da primeira gravidez. Anne, durante sua primeira gestação, aos 14 anos, pensou em entregar a criança para a avó paterna criar quando nascesse, e, em sua terceira gravidez, aos 27, prestes a parir gêmeas, e vivendo uma gravidez de risco, buscou os procedimentos para encaminhar os bebês para adoção. Nas duas ocasiões, desistiu da ideia, e associa essa desistência ao sentimento positivo que experimentou no contato direto com as crianças, após o nascimento.

Carla, na gravidez do seu segundo filho, aos 21, viveu um dilema sobre o que fazer em relação àquela gestação: julgava não ter condições de cuidar da criança, vinha morando com sua mãe e acreditava que uma segunda criança na casa não iria agradá-la, e o pai da criança era um amigo com quem transou uma vez e não sabia do filho, tendo sofrido um acidente que o deixou entre a vida e a morte logo que Carla descobriu a gravidez. Ela chegou a comprar um medicamento abortivo, mas não teve coragem de usá-lo, e associa isso a sua religiosidade. Passou, então, a considerar entregar a criança para adoção, o que também não fez. Quando o menino estava com oito meses de vida, deixou com o pai para ele criar. Ela vinha sofrendo pressão por parte da avó paterna (que queria ficar com o neto), da própria mãe (que não queria), e enfrentava dificuldades financeiras e psicológicas para cuidar da criança. Enfrentava uma depressão pós-parto severa, chegando a tentar suicídio, e não recebia ajuda financeira do pai do menino.

Com exceção de Dânia, que engravidou aos 29 anos, todas tinham menos de 18 anos quando se viram grávidas do primeiro filho — mesmo para Dânia, com 29 anos, estar grávida nas condições em que estava era “muito assustador”, ela diz que “era como se eu tivesse 19”. Dias e Teixeira (2010) mencionam a gravidez na adolescência como uma situação de risco biológico, tanto para as adolescentes quanto para os recém-nascidos, havendo evidências de que gestantes adolescentes estão mais suscetíveis a intercorrências médicas durante a gravidez, e mesmo após esse período, do que gestantes de outras faixas etárias. “(...) tentativas de abortamento, anemia, desnutrição, sobrepeso, hipertensão, pré-eclâmpsia, desproporção céfalo-pélvica e depressão pós-parto estão associadas à experiência de gravidez na adolescência” (DIAS, TEIXEIRA, 2010). Em diálogo com essas evidências, nota-se que o transcorrer da primeira gravidez e o pós-parto de algumas das informantes foi marcado por complicações.

Brenda desenvolveu depressão em sua primeira gravidez, aos 16 anos, e teve pré-eclâmpsia; Ester, sem entrar em detalhes sobre o que viveu, menciona que a gestação do seu primeiro filho, aos 17, afetou seu corpo a ponto de ela não conseguir trabalhar; Carla, ainda que não tenha desenvolvido nenhum problema de saúde durante sua primeira gravidez, também aos 17, e considere que tenha sido ótima, sofreu com uma depressão pós-parto que afetou o aleitamento do seu filho. Sem conseguir amamentar como gostaria, buscava auxílio profissional em postos de saúde e não se sentia acolhida. Ela conta que as trabalhadoras, de certa forma, culpavam-na pela dificuldade e ameaçavam tomar seu filho, “porque acho que elas achavam que eu não queria dar ele de mamar. E elas falavam assim: ‘Se essa criança ficar perdendo peso, a gente vai tomar ela de você’”, ela diz. As dificuldades que já eram parte do quadro vivido por Carla foram potencializadas pela ausência de um acolhimento adequado.

Também em gestações posteriores algumas das informantes enfrentaram complicações. Carla, de novo, conviveu com uma depressão pós-parto após sua segunda gravidez, aos 21 anos. Aos 24, a gravidez do seu terceiro filho (sua única gravidez planejada) foi considerada arriscada, e ela sofreu com hipertensão e diabetes gestacional, além de seu colo do útero ter começado a abrir no quinto mês de gestação. Ela estava trabalhando como babá e teve que parar de trabalhar por conta das condições de risco da gravidez. Brenda sofreu de depressão durante sua segunda gravidez, aos 22 anos, e seu segundo filho nasceu prematuro e com hipertensão, tendo permanecido por 31 dias na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Anne menciona sua terceira gravidez, quando estava com 27 anos, como a mais difícil delas. Transcorreu durante a pandemia do COVID-19 e, conforme mencionado em seu relato de vida, durante esse período

desenvolveu distúrbios do sono, depressão e ataque de pânico. Ela ainda sente os efeitos, mesmo que esporadicamente, e faz uso de medicamentos.

A chegada da gravidez e o nascimento dos filhos também aparecem nos relatos de vida das informantes afetando seus estudos e trajetórias profissionais. Com criança de colo, Anne destaca o apoio dos professores como fundamental para que concluísse o Ensino Médio. Ainda que ela tenha concluído essa etapa, não seguiu para o Ensino Superior, e associa isso ao fato de ter sido “mãe nova”. Ao invés de iniciar uma graduação, ou fazê-lo em paralelo a outras atividades remuneradas, ingressou no mercado de trabalho não qualificado como atendente em uma filial de uma rede de *fast food* famosa, enquanto cuidava do filho. Já Brenda parou os estudos no Ensino Fundamental, por vergonha de ir para a escola grávida. Depois do nascimento do filho, tentou continuar os estudos na EJA, à noite, mas não concluiu. Ela relaciona essa não conclusão com a dificuldade de articular, em paralelo, o trabalho remunerado como babá, a maternidade e os estudos noturnos.

No caso de Carla, a relação com a escola é perpassada pelo fantasma da gravidez mesmo antes de ela se tornar uma realidade. Aos 11 anos, época em que deveria mudar de colégio para iniciar a quinta série, sua madrinha não fez sua matrícula, por associar a ida da menina à escola com uma possível gravidez. Mais tarde, depois de ter saído da casa da madrinha e retornado aos estudos, tentou prosseguir estudando mesmo com criança pequena, e levava o filho consigo para o colégio — “eu podia levar ele pra escola, então eu trabalhava de dia e, de noite, eu ia pra escola e levava ele, porque o pai dele não ficava com ele pra mim não”. Em certo momento parou de estudar para cuidar do menino. Depois de ter o segundo filho e deixá-lo para criar com o pai, tentou novamente retomar os estudos, mas a sobrecarga de trabalho a impediu.

Ester, que sempre gostou muito de estudar e de ir para a escola, parou os estudos na época do Ensino Médio também por conta da gravidez. Para ela, foi “péssimo”, ela não queria engravidar e gostava de estudar. “Esse negócio de ter que sair da escola, (...) foi um baque”, ela diz. Sempre teve o desejo de fazer faculdade e estava se dedicando para isso, mas seu acesso ao Ensino Superior só se tornou realidade anos depois. Por fim, Dânia não menciona efeitos imediatos nesse âmbito, valendo observar que ela vivenciou sua gravidez quando estava perto dos 30 anos de idade, e Fátima, quando engravidou, já tinha parado de frequentar a escola para trabalhar e contribuir financeiramente em casa.

A interrupção dos estudos, por si só, já gera consequências que afetam a trajetória profissional das informantes, mas mudanças mais imediatas em suas vidas laborais também foram percebidas. Grávida, Brenda precisou sair do emprego em que estava como babá, ao

recusar a oferta de realização de abortamento da então patroa, que não queria que ela se afastasse do emprego por qualquer período após o nascimento do filho. Dânia, que tinha dois empregos, abriu mão de um deles durante a gravidez. Carla, durante a gestação do seu terceiro filho, precisou parar de trabalhar como babá por conta das condições de risco da gravidez. Ester, sentindo os efeitos da gravidez sobre seu corpo, não conseguia ir trabalhar e precisou ficar em casa durante a gestação do primeiro filho, tendo sido desligada do serviço após o nascimento da criança.

A gravidez na adolescência pode ser relacionada a múltiplos fatores, e diferentes autores discutem a possibilidade de associá-la à pobreza, à evasão escolar, ao desemprego, ao ingresso precoce em mercados de trabalho não-qualificados, à separação conjugal, a situações de violência e negligência, e a maus tratos infantis. Sem pretender afirmar qualquer determinismo, e sem discorrer sobre a maneira como situações de negligência ou de violência sofridas pelas informantes na infância podem, ou não, estar associadas à gravidez precoce que cinco, de seis delas, viveram, noto que entre as informantes que foram mães na adolescência, Brenda e Carla relatam ter sido vítimas de abusos sexuais na infância, e Ester relata ter presenciado e sido também vítima da violência doméstica perpetrada pelo pai. Fátima relata não ter tido relação afetiva com a mãe na infância, sendo preterida em relação à sua irmã mais velha, e Anne conta que sofreu com a morte da avó e o vício em álcool e drogas de familiares, além de ter sido abandonada pelo pai quando pequena.

Sobre a evasão escolar, há pesquisas que apontam para a evidência de que jovens que evadem a escola possuem mais chances de se tornarem gestantes adolescentes. Ao mesmo tempo, há outras que indicam que a gestação seria uma das causas da evasão escolar. Almeida, Aquino e Barros (2006) indicam que tanto a evasão anterior à gestação quanto a evasão posterior estariam associadas ao fenômeno da gestação na adolescência, sendo mais frequente a evasão posterior — essa, inclusive, observada em vários dos relatos das informantes, os quais resgatei acima. Todavia, a gravidez na adolescência não determina necessariamente a evasão escolar — aliás, seria um grave erro, e uma simplificação incorreta do fenômeno, associar a gravidez na adolescência a um conjunto de fatores de maneira determinista. Em alguns casos, observa-se que a importância da permanência na escola é reforçada, como projeto de “ser alguém na vida”, e o seguimento nos estudos é entendido como uma oportunidade para oferecer uma vida melhor ao filho (PANTOJA, 2003). Ainda que esteja fora da escola, Anne associa seu desejo de retomar os estudos e acessar empregos mais bem remunerados com a garantia de melhores condições de vida para seus filhos, com “ser um exemplo” para os filhos e com o

incentivo para que trilhem outros caminhos profissionais, diferentes do dela. Ela pondera sobre o trabalho de babá: cansativo, longas jornadas, pouco tempo com os próprios filhos, situações de humilhação.

Eu quero que eles formem, façam uma faculdade, pra eles não passarem pelo que eu tô passando porque não é fácil. (...) Não que eu tenho nada contra, dum gari, mas eu não quero ver o filho varrendo rua. Eu quero o melhor. Quem sabe um juiz? A Gabriely, uma delegada? (...) Eu não quero eles trabalhando numa casa. É digno? É. É digno eu trabalhar como babá sim, mas é cansativo. Olha o tempo que eu perco. Eu fico mais na casa dos outros trabalhando do que com eles. Eu não quero isso pra eles. Eu não quero eles... E sem contar a humilhação que a gente passa. Querendo ou não, a gente passa humilhação. Eles acham que só porque estão nos pagando, podem fazer o que quiser. Eu não quero isso pros meus filhos. (ANNE)

Anne se preocupa com suas crianças passarem pelas dificuldades que ela passou e tenta fornecer a elas alguma estabilidade, e abrir caminhos para que possam se inserir profissionalmente no mercado, futuramente, em melhores condições que as dela. Quando narra os motivos pelos quais deseja para seu filho trajetórias profissionais diferentes da sua, já começa a destacar as dificuldades que enfrenta enquanto babá, tema que será mais detidamente abordado no próximo capítulo. Os planos das informantes, para si e para seus filhos, também receberão mais atenção posteriormente.

Algumas delas mencionam mudanças de comportamento com a maternidade. Anne diz ter passado a se importar mais com a maneira como ela afeta as pessoas com quem interage e a se preocupar com o próximo. Ela argumenta que, por conta dos filhos, tem buscado melhorar a cada dia, para ser uma mãe melhor: “Eu tô querendo buscar a perfeição de ser a melhor mãe do mundo, mas isso é meio difícil, meio impossível. Mas todos os dias eu busco mudar ainda mais por causa deles... por eles, sabe?”. Percebo em sua fala uma autorresponsabilização para cumprir algum ideal de maternidade imaginado, e os filhos como motivadores para uma autorreflexão e um desenvolvimento pessoal contínuo.

Brenda diz que, ao ter filhos, mudou sua maneira de ver a vida e, principalmente, suas responsabilidades. Depois que seus filhos nasceram, “tudo mudou” — “agora, eu tenho que ter responsabilidade, eu tenho que me manter em um emprego estável, né? Pra mim poder dar o mínimo, né, pra eles, que é alimentação, cuidado, né?”. Dânia fala em “mudança total” com o nascimento do filho, mas, principalmente, na “mente”: já não podia sair para se divertir como antes e, caso o fizesse, se sentia culpada. Ao mesmo tempo, diz que, mesmo estando grávida ou com filho pequeno, não deixou de ter momentos de lazer quando podia, e explica esse

movimento como uma tentativa de não abrir mão do que gosta de fazer, e de evitar situações que pudessem levá-la a culpar a criança, ainda que inconscientemente, por perdas em sua vida pessoal. Essa ponderação que ela mesma faz sugere uma visão crítica por parte dela, sobre a culpa que sentia ao deixar de lado seus interesses pessoais em nome da maternidade.

O fato de Dânia ter vivido alguns períodos sem a presença física cotidiana do filho em sua vida, por deixá-lo sob os cuidados da avó paterna, pode ter proporcionado a ela mais tempo livre para que usufruísse de atividades de lazer. Isso dialoga com o argumento de Ester que alega estar vivendo sua adolescência agora, estando como Au Pair nos Estados Unidos, por estar saindo para se divertir com amigas. Desde que se tornou mãe, aos 16 anos, Ester não havia tido períodos sem a presença física de filhos em sua rotina, e associa justamente sua maternidade, e, de certa forma, sua dependência financeira do pai das crianças, ao sentimento de não ter tido adolescência. Ficava em casa cuidando dos filhos e não tinha tempo nem dinheiro para lazer. Seu divertimento era ir ao Parque Municipal com seus filhos aos finais de semana, por se tratar de uma atividade gratuita.

Para Ester, uma mudança radical com a maternidade aconteceu somente quando teve seu primeiro filho, saiu do Ensino Médio e parou de trabalhar. Com o segundo, que veio logo em seguida, não teria mudado muita coisa. Ficou mais difícil e pesado o trabalho — “foi mais foda, poxa, mais um bebê, dois bebês. Eu era uma criança, cuidando de duas crianças” —, mas a rotina de cuidados já estava montada e já era seu cotidiano, ela já estava “por conta”.

Diferente das outras informantes, Fátima nega que sua rotina tenha mudado com o nascimento dos filhos, e se contrapõe expressamente às mães que alegam que a maternidade seria um obstáculo para realizações em suas vidas. Associa os filhos não terem sido “obstáculos” em sua vida à amizade que tem com eles — sendo relevante mencionar a questão da idade, sua filha mais nova tem oito anos, mas seus outros três filhos são, atualmente, adultos — e ao compartilhamento do cuidado com os próprios filhos, que cuidavam uns dos outros à medida que cresciam. Fátima se auto-caracteriza como alguém que não se deixa abater, não reclama com terceiros sobre a sua vida e está “sempre sorrindo”, algo que se conjuga à sua visão inteiramente positiva sobre a maternidade. É fundamental guardar esse aspecto ao acompanhar o decorrer das análises em torno de sua vida.

O abandono ou redimensionamento de planos e os efeitos sobre as identidades de jovens mães, inclusive mudanças comportamentais, são discutidos por pesquisadores do tema, dentre eles Fonseca e Araújo (2004). Dias e Teixeira (2010) alegam que a gestação na adolescência pode estar associada à noção de risco também em termos psicológicos, trazendo consequências

para a mulher que vive aquela experiência, “(...) na medida em que implica na vivência simultânea de dois fenômenos importantes do desenvolvimento: o ser adolescente e o ser mãe (LEVANDOWSKI, PICCININI, LOPES, 2008)”. Um redimensionamento da posição da adolescente gestante no contexto familiar, que precisa desenvolver habilidades e assumir responsabilidades relacionadas ao cuidado do bebê, convive com a redefinição da identidade da jovem imposta pela maternidade, já que sua vida passa a estar vinculada às demandas do filho. Com a nova perspectiva temporal trazida pela chegada da gravidez e com o desenvolvimento do bebê após o nascimento, a projeção que faz de si mesma no futuro — elemento importante da construção da identidade na adolescência — é substancialmente afetada (DIAS, TEIXEIRA, 2010). O papel materno se impõe e passa a assumir espaço significativo na vida dessas mulheres.

5.2 Redes de apoio, pais e creches

As condições para cuidado dos filhos variam entre os diferentes relatos, mas aspectos semelhantes são observados, a começar pela relação com a licença-maternidade. Nenhuma delas gozou da licença enquanto trabalhava como babá. Isso só aconteceu quando estavam inseridas em outras ocupações.

Anne passou por três gestações, e foi apenas na segunda que gozou de licença-maternidade, quando estava trabalhando em uma empresa terceirizada pela Fiat. Na época de sua primeira gestação, aos 14 anos, ela ainda não trabalhava, e durante sua terceira gestação precisou parar de trabalhar na clínica veterinária em que estava ocupada. Não parou de trabalhar na clínica por falta de vontade, mas para preservar a saúde do feto — “a clínica mexia com muito gato, e gestante não pode ter contato com gato, né, porque o gato tem uma doença lá que pra gente ou feto nasce com má formação ou é abortivo”. Dânia e Ester também gozaram de licença-maternidade fora do ramo do emprego doméstico, Dânia trabalhava em uma pousada quando seu único filho nasceu, e Ester trabalhava como menor aprendiz na ocasião de sua primeira gestação. Quando seu segundo filho veio, ainda estava em casa, fora do mercado de trabalho, e sem direito à licença.

Brenda não teve acesso a esse direito. Quando engravidou pela primeira vez, foi demitida do emprego em que estava, ao negar um abortamento sugerido pela então patroa. Quando seu segundo filho nasceu, ela não pôde tirar licença-maternidade por não ter carteira

assinada, e dois dias depois do parto precisou retornar ao emprego, mesmo com o bebê na UTI. Nas duas ocasiões, vinha trabalhando como babá. Carla também dá a entender que nunca teve direito à licença, apesar desse aspecto ficar dúbio em seu relato. Segundo ela, o dia em que entrou em trabalho de parto, na ocasião da gestação do seu primeiro filho, coincidiu com seu último dia empregada no local em que estava ocupada, até então, como babá de duas crianças. Na época da gravidez do segundo filho, estava trabalhando em uma padaria, e não menciona licença. Enfrentou uma severa depressão pós-parto e voltou a trabalhar depois de algum tempo, mas como babá. Durante a terceira gestação, precisou sair do emprego por conta do risco gestacional, e com cinco meses do nascimento da menina, engravidou novamente, sugerindo também não ter tido acesso à licença nas duas últimas gestações.

Fátima nunca usou licença-maternidade, porque todas as vezes que teve filho não estava trabalhando com carteira assinada. Explica que voltava ao trabalho assim que podia por ter que garantir o sustento das crianças: “Assim que aguentava andar, já ia trabalhar, uai. Porque tinha que trabalhar, porque eu tinha que colocar comida dentro de casa”. Em sua primeira gestação, trabalhava ajudando uma costureira; na segunda, trabalhava como auxiliar de cozinheira nos finais de semana e, em algum momento, como cuidadora de idosos. Depois que seu terceiro filho nasceu, começou a trabalhar como faxineira e a cuidar de crianças em casas de família e, quando necessário, levava os meninos pequenos consigo: Bruna e José Miguel foram “criados no serviço”.

Nos primeiros anos de vida das crianças, as informantes recorreram a redes de apoio e a instituições de ensino infantil. A extensão e a constituição das redes de apoio narradas variam, bem como o papel exercido pelos diferentes sujeitos que as compõem. Em geral, os pais são figuras quase fantasiosas, por não apresentarem qualquer materialidade além da existência do filho que, junto com a mãe, colocaram no mundo. Por vezes, não chegam a ser mencionados. As avós das crianças, mesmo que paternas, aparecem reiteradamente como importantes pontos de apoio. As vizinhas também têm seus lugares, e os filhos mais velhos compartilham o cuidado com suas mães. Sobre as creches, a percepção das informantes varia, ainda que, nesse aspecto, existam convergências.

A única pessoa com quem Anne pode contar quando precisa de apoio no cuidado dos filhos é sua mãe, Selma, ainda que, vez ou outra, ela trabalhe os sete dias da semana como diarista. No dia que Selma está em casa, Anne manda seus filhos para lá, e é para a avó que as crianças ligam quando precisam de alguma ajuda e a mãe está no trabalho, sem poder atender telefonemas. Seus dois mais velhos, Otávio e Gabriely, de 14 e 8 anos respectivamente,

compartilham com Anne o trabalho doméstico e ajudam no cuidado das irmãs de 2 anos de idade. No dia a dia, ela conta principalmente com Otávio, “na base do empurrão, porque ele tá numa fase... eles falam que é normal. Uma fase dum preguiça, que aí só Jesus. Ele pega no tranco depois de uns dois surtos da mãe”. Tomás, pai de Otávio e Gabriely, ainda que tenha feito parte da família quando os filhos eram bem pequenos, não procura mais saber deles, e o pai das gêmeas parou de buscar as filhas quando precisou lidar com os sinais de Transtorno do Espectro Autista que uma delas, Iná, tem apresentado.

Outras pessoas no entorno de Anne mais a criticam do que a ajudam. Nas ocasiões em que Iná está em crise, escuta julgamentos sobre sua maternidade, como se a menina fizesse birra e a mãe não a estivesse educando adequadamente: “Aí, tá vendo? Por que que arruma muito menino se não consegue educar?”. Ela não percebe, por parte de outras pessoas, a tentativa de conhecer mais e de compreender o quadro de saúde de sua filha. Sente que por ser mãe solo — ela usa o termo “mãe solteira” — as pessoas se distanciam ainda mais: “Gente pra te jogar pedra tem de sobra, agora, pra te ajudar não tem não. Ocê não acha. Ah... Ai, ai... Ainda mais mãe solteira. Parece que mãe solteira tem uma doença contagiosa, porque os povo quer distância”.

Tomás abandonou os filhos, e Anne, culpando a si mesma, sentia vergonha de ser mãe solo. Escondia de outras pessoas que tinha filhos, inclusive em entrevistas de emprego, pela vergonha e pelo receio de ser “apedrejada”, julgada e culpabilizada pelo abandono dos filhos pelo pai — “eu sabia que alguém ia vir e me apontar o dedo e me culpar, ‘ah, que você é mãe solteira, alguma coisa você fez’”. Otávio perguntava a ela sobre a ausência do pai, querendo saber o que ele e a mãe teriam feito para que seu pai os abandonasse, e Anne acreditava que deviam mesmo ter errado em alguma coisa — “eu falava: ‘Não sei, a gente errou em alguma coisa’. Ainda falava com ele ‘a gente errou’. Na minha cabeça, ele tava certo. Se ele saiu, se ele abandonou os filhos, ele tava certo. Porque a gente tinha feito alguma coisa que ele não tinha gostado”. Ver mulheres públicas (atrizes) expondo o fato de serem mães solo a inspirou a não ter vergonha, e hoje tem clareza de que não é culpa dela que Tomás tenha abandonado os filhos — “as atriz que eu estava acompanhando que são mães solteiras, elas não têm vergonha, e eu falei: ‘E eu vou ter? Por quê?’. A diferença delas é que elas têm dinheiro”. Com isso, passou a responder de outra forma às perguntas do filho: “‘porque ele quis, quem perdeu foi ele’”.

Todos os quatro filhos de Anne foram à creche quando pequenos. Hoje as gêmeas ficam na creche em tempo integral, e Gabriely e Otávio estão na escola, ela em tempo integral, e ele meio período. Quando Gabriely era menor, pôde acessar um convênio que a empresa em que

trabalhava tinha com uma creche, que cobria 40% do pagamento, e o pai da menina também “ficava” com ela.

No caso de Brenda, o pai do seu primeiro filho terminou a relação com ela e abandonou a criança logo que soube da gravidez. O pai do segundo é presente, e ela eventualmente conta com sua participação. Além dele, para ficar com as crianças, conta com o apoio de sua mãe, que mora perto, e de sua vizinha Mandy, “são sempre vizinhos [que ajudam]”. Se seus filhos passam mal, ela procura uma das pessoas acima, já que tem seu salário descontado caso falte ao trabalho por motivos de saúde. Por fim, conta com o apoio financeiro de uma ex-patroa que mora fora do Brasil e com quem mantém boa relação. Há dois anos, ela envia para Brenda um salário mínimo regularmente.

Seu filho mais velho, Bruno, de cinco anos, frequenta uma instituição de ensino infantil no turno da manhã. À tarde, Brenda deixa ele com uma vizinha, que toma conta também do mais novo, Samuel, de um ano e oito meses, durante todo o dia. Brenda a chama de “babá”, de “a moça que cuida” e diz que “é tipo uma escolinha lá”. Além dos dois, a vizinha cuida de outras seis crianças, todas de forma remunerada, parecendo organizar uma casa de “tomar conta”, nos termos que discutimos anteriormente neste trabalho.

Atualmente, Carla não conta com apoio dos pais dos seus dois filhos homens, de 16 e 12 anos. Com o nascimento do primeiro filho, Sandro Márcio, Carla foi morar na casa da então sogra e, quando o menino já estava com quase dois anos, terminou o relacionamento com o pai dele e voltou para a casa da mãe, que se desdobrou para que a filha e o neto não passassem por maiores dificuldades. Com o pai do segundo filho, não mantinha relação de caráter romântico ou sexual (é um amigo de escola com quem eventualmente transou). Ela cuidou do bebê por oito meses depois do nascimento, quando, com depressão e passando por dificuldades, pediu que o pai ficasse por um tempo com o filho. A avó paterna vinha insistindo para cuidar do neto, e o menino acabou ficando com a família do pai até cerca dos seus 12 anos de idade, passando a morar com ela no ano em que conversamos. De volta com o filho, Carla descobriu que tê-lo deixado com o pai causou ao menino marcas que não esperava, e dá a entender que o filho sofria violência por parte do pai: “O Daniel ficava com o pai, o que não foi muito bom, mas eu só descobri agora, que a gente nunca imagina que as pessoas que foram feitas pra te amar e te proteger vai te machucar...”. Suas filhas de nove e sete anos, ambas do mesmo pai, são as únicas que recebem pensão alimentícia — ainda que, pelo que parece, nenhum dos pais das crianças se faça presente no cotidiano dos filhos. Carla associa o pagamento de pensão por parte do pai das filhas com o fato de ela, no momento da separação, ter mais conhecimento sobre

seus direitos, os direitos de suas filhas e acesso à justiça. Quando se separaram, sua filha mais nova já estava com cerca de quatro anos.

O apoio da mãe de Carla foi fundamental para que ela retornasse ao trabalho após o nascimento do primeiro filho, para a compra de fraldas e outros itens de necessidade, e para os cuidados nos finais de semana. Quando retornou ao mercado de trabalho, começou deixando Sandro na casa de uma mulher próxima ao seu trabalho, “numa dona”. Após insatisfação com o cuidado que essa “dona” vinha realizando (Sandro voltava com assaduras com frequência, indicando troca de fraldas e higienização insuficientes), conversou com sua então patroa para levá-lo consigo ao trabalho e ela assentiu. Na gestação de sua terceira filha, quando seu então companheiro, que, vale dizer, queria ser pai e insistiu pela gravidez, saiu de casa, o apoio de sua mãe foi, de novo, fundamental.

Hoje, ela compartilha com os filhos as tarefas de organização da casa — “cada um deles tem a sua função aqui, né? Tem uma tarefa para manter a casa organizada”. Conta, principalmente, com o apoio do filho mais velho no cuidado com as filhas e no trabalho doméstico. É ele quem busca as irmãs na escola, faz o jantar enquanto a mãe não chega do trabalho e ajuda com a lavagem das roupas sujas. “O Sandro é meu braço direito, esquerdo, ele faz tudo aqui em casa”, ela diz, e demarca: “eu tento não sobrecarregar ele, porque eu falo com ele assim ‘olha, você tá me ajudando mas a responsabilidade não é sua, é minha (...) [você] é o irmão mais velho, que tá no lugar ali de cuidar, e o que você não conseguir resolver, você tem eu para resolver”.

Desde que sua mãe faleceu, não tem mais o apoio de pessoas da família. Na época da morte da mãe, contou com a ajuda de uma “amiga-irmã”, ex-colega de trabalho, que ficou com seus filhos (três, pois nessa época ainda não estava com Daniel) por três meses na própria casa, para que ela pudesse cuidar da mãe doente sem deixar os filhos desatendidos. Sem oferecer remuneração financeira direta, Carla levava a comida que tinha em casa e, vez ou outra, nos finais de semana, mandava “um dinheirinho [para os filhos] fazerem um lanche diferente (...), pra não pesar, porque ela também é trabalhadora como eu, né?”. Atualmente, quando está no trabalho, uma vizinha vai à sua casa conferir se Daniel está bem (não está indo na escola por ter se envolvido em conflitos). Vez ou outra, conta também com a ajuda de uma amiga e vizinha, mas explica que não gosta de “depende” de outras pessoas, preferindo tomar para si as atribuições e chegar mais tarde no trabalho, se necessário. Seus dois filhos mais velhos frequentaram creches públicas quando pequenos.

Dânia, ainda que não conte com o pai de seu filho no cotidiano, compartilha o cuidado com frequência com os avós paternos. Fernando, o pai, não se faz muito presente na vida do filho. Ocasionalmente troca mensagens (secas) com o menino, que está atualmente com nove anos, e muito esporadicamente o encontra, já tendo passado um ano inteiro sem vê-lo. Quando Mateus estava morando com Dânia, Fernando contribuía financeiramente, inicialmente com 300 reais. Após uma patroa de Dânia chamar a atenção dele, no aniversário de um ano do menino, Fernando passou a pagar 600 reais. Esse valor foi estipulado por ele próprio, já que não acertaram na justiça, e Dânia acredita que deveria receber mais, considerando a profissão e o provável salário de Fernando, que também não contribui com itens de necessidade. O nível de vida que ele leva contrasta com as condições sob as quais Dânia vinha criando Mateus.

Eu ficava nas redes sociais vendo que ele estava sempre bem, só na farrá. E eu aqui desde o início, né? Eu grávida, sozinha, abandonada, e ele já na noite, nas baladas. (...) Ele era engenheiro mecânico, então tinha um bom salário. Então ele tá sempre nas melhores festas, né? E eu lá, tipo, tendo que colocar a criança num bidê porque eu não tinha um bebê conforto. (DÂNIA)

Nos períodos em que o menino fica com a avó paterna, Dânia e Fernando enviam, cada um, 200 reais para ajudar nos gastos. Sobre essa contribuição, ela considera que “não é tão pouco para ela [avó], mora em casa própria, é aposentada”, e explica que é “só para falar que a gente não tá dando nada”. Argumenta que, ainda que a avó não faça questão de receber ajuda monetária, ela prefere contribuir para não ser cobrada posteriormente — “eu falei ‘melhor dar, para ninguém vim jogar isso na minha cara no futuro’. Falar que ela tá criando meu filho, que eu nem ajudo”.

Dânia revela irritação e desgaste diante de negativas do pai da criança em contribuir financeiramente com as despesas do filho, e sua indiferença em relação ao ao menino, enquanto faz viagens caras. Relata ocasião em que Fernando se negou a contribuir com o pagamento da formatura de Mateus na pré-escola, alegando achar muito caro — ele não foi na festa de formatura, mas estava fazendo um cruzeiro no Caribe com a namorada. Nota e critica o contraste entre a contribuição dela (financeira, e de atenção, presença, afeto) e a do pai.

Ele não faz questão de dar nem presente, nem ter a presença física. (...) Eu, assim, como mãe, que tenho uma situação muito inferior do que a do pai dele, eu dou um jeitinho de estar comprando essas coisas que ele gosta. (...) Eu vou, no meu limite, sempre, sabe, eu comprei uma coisinha... Que fosse usada. Mas dentro dos meus limites, tento fazer o que eu posso. Aí o pai dele não faz, não preocupa, não liga (...). (DÂNIA)

No caso de Dânia, que mora longe da família, a ajuda da mãe e das irmãs fica limitada por conta da distância. Em ocasião que precisou viajar a trabalho, deixou o filho com a mãe, que cuidou dele junto com suas irmãs. “Quando tá com minha mãe, minhas irmãs todas ajudam. Cada um fica um pouco”. De fora da família, ela já contou ou conta com amigas e vizinhas. Quando trabalhava como babá folguista, Dânia deixava Mateus com uma amiga que vem acolhendo em seu apartamento. A amiga, com dificuldades financeiras, precisava de um lugar para ficar, e Dânia precisava de apoio com os cuidados do filho, e assim elas se ajudavam — “ela ficava com ele e eu pagava o aluguel sozinha”. Outras amigas, ocasionalmente, também a ajudavam, e, quando a colega de apartamento não podia ficar com Mateus e Dânia precisava sair para trabalhar, deixava-o com uma vizinha já aposentada. Ele ficava na escola apenas meio período, e a filha da vizinha, com cerca de 15 anos à época, também ajudava, levando-o na escola ou ficando com ele quando Dânia precisava fazer algo rápido fora de casa. Ela retribuía as vizinhas com “um valor simbólico”: parte de uma cesta básica que recebia e, às vezes, algum dinheiro.

As principais pessoas com as quais Ester podia contar, quando estava no Brasil, para ajudá-la no cuidado com seus filhos, eram seu então namorado e sua mãe. Era o namorado quem costumava levar as crianças na creche e na escola, e Ester dividia com ele todo o trabalho doméstico. Na época da pandemia do COVID-19, quando saía de casa para trabalhar como babá, deixava os filhos com o namorado, que trabalhava como professor e ministrava aulas virtualmente. Caso ela chegasse mais tarde do que o esperado, ele já servia o jantar para as crianças, dava banho e, se necessário, colocava para dormir. A mãe de Ester, por sua vez, era quem buscava as crianças na creche e na escola, e ficava com elas até que Ester ou o namorado retornassem do trabalho — em determinado momento ele retomou os trabalhos presenciais. Nesse tempo, sua mãe adiantava trabalhos domésticos: já fazia o jantar e colocava roupas sujas para lavar. Além disso, na época em que Ester se separou do pai das crianças, também contou com o acolhimento da mãe, que a recebeu em sua casa e passou a cuidar dos netos ocasionalmente à noite e em finais de semana. Seu irmão também tomava conta quando acionado. Quando migrou para os EUA, as crianças ficaram com seu então namorado por um tempo, e, recentemente, passaram a morar com a avó paterna, que agora recebe de Ester o valor do BPC. O pai das crianças já não era muito presente no cuidado cotidiano mesmo na época em que viviam juntos e, depois do término do relacionamento, passou a ser ausente na vida dos filhos. Atualmente, Ester move contra ele um processo na justiça reivindicando o pagamento da pensão alimentícia.

No caso de Fátima, cada um dos seus quatro filhos tem um pai diferente, e ela não recebe ou recebeu pensão de nenhum deles — o pai biológico do seu primeiro filho não chega nem mesmo a aparecer em seu relato. Não vai atrás das pensões, pois, segundo ela, receberia um valor muito baixo, que não valeria o desgaste da briga. Vê ir atrás da pensão e brigar por ela como uma humilhação. “Não vou tirar de quem não tem, é a pior coisa que tem, não tá me fazendo falta”, “ficar brigando, que eu acho um horror. (...). Pra quê? Pra brigar pra ganhar R\$100, R\$150? Você vai gastar muito mais pra correr pra ganhar essa mixaria... É uma humilhação”. O pai da filha mais velha de Fátima, fruto de sua segunda gestação, a ajudou com os cuidados do mais velho e da menina, quando nasceu, mas morreu quando a filha completou um ano de idade. Além dele, contou, ao longo da vida, com sua mãe que, mediante remuneração, tomou conta de seus três filhos mais velhos; com alguma outra pessoa que também pagava para “tomar conta”; e com os próprios filhos, que cuidavam uns dos outros e ajudavam no trabalho doméstico.

Hoje, três dos seus quatro filhos já são adultos e têm suas famílias. Para os cuidados da sua filha mais nova, Bruna, hoje com oito anos, além de ter pago uma pessoa para “tomar conta” durante parte do dia, quando a menina era bem pequena, contou com sua ex-nora, que morava com Fátima e, em certo período, ajudava com os cuidados de Bruna, levando e buscando na escola e assistindo com o dever de casa; e conta com os atuais patrões que, quando ela precisa sair, ficam com sua filha e a ajudam no dever de casa — lembrando que, de segunda a sexta-feira, Fátima dorme no emprego junto com Bruna. Com um ano de idade, Bruna começou a frequentar uma instituição de ensino infantil. Sobre a “escolinha” em que deixava a menina, é curiosa a maneira como Fátima a diferencia do que chama de creche. Parece entender como creche um espaço de mero recolhimento de crianças e, sendo oferecidas atividades para o desenvolvimento de habilidades, já não seria creche:

Se eu precisasse, eu preferia [pagar alguém para ficar com a filha]. (...) Eu nunca gostei de deixar, assim, em creche, com aquele tanto de menino, não. A Bruna, tem os portfólio dela lá em casa, de um aninho, você vê as coisas que ela fazia na escolinha. Ela estudou no [inaudível] até formar. (FÁTIMA)

Todas as informantes que deixaram seus filhos em instituições de ensino infantil, seja nas creches ou nas “escolinhas”, como algumas preferem chamar, e falam sobre sua decisão, a associam à necessidade de trabalhar para sustentar a casa e os filhos. Anne desejava ter independência financeira dos pais das crianças, e precisava trabalhar para sustentá-las; Ester precisava trabalhar fora de casa e contribuir financeiramente na casa da mãe, onde estava

morando com os filhos depois de ter se separado do pai deles, além de juntar dinheiro para alugar um local para viver com as crianças; Carla precisava trabalhar para garantir o sustento; e Dânia explica sua decisão de matricular o filho na creche como necessidade. Ela queria ter matriculado a criança logo cedo, quando precisou voltar para o trabalho, porém não tinha vaga e colocou o nome na lista de espera, tendo que levar o filho consigo para o trabalho por um tempo, o que “já não era tão fácil”. Estava trabalhando em uma pousada e, ainda que o patrão deixasse ela levar a criança, “ao mesmo tempo, também não gostava às vezes muito de choro, né?”.

Dânia optou pela creche ao invés de deixar seu filho com alguém específico que tomaria conta, por duas razões: ela não teria essa pessoa para deixar, já que estava morando na região há pouco tempo e ainda não conhecia muito bem os vizinhos, e a creche seria gratuita. Ester escolheu a creche pública, e não outras soluções alternativas, também por conta da gratuidade. Ela não tinha condições de pagar nada e, mesmo que tivesse dinheiro disponível, alega que preferiria a creche pela convivência com outras crianças e pela oportunidade de aprendizado. Anne menciona ter receio de deixar as crianças com alguém e seus filhos sofrerem maus tratos e abusos, sentindo-se mais segura em relação à creche — “pelo menos na escola tem um monte de menino. Corre o risco deles ser [maltratados]? Sim, mas eu acho que o risco é menor”.

Otávio, filho mais velho de Anne, foi o primeiro dos seus filhos a fazer o caminho para a creche. Depois do medo inicial de maus-tratos nos três primeiros dias, Anne sentiu alívio ao perceber que o filho adorava. Ainda assim, a decisão de colocar o menino na creche fez com que ela vivesse “um terror” por certo período. Não pela maneira como seu filho vinha sendo recebido naquele espaço, mas pela pressão da mãe e da então sogra, contrárias à ida do neto à creche. As duas ficaram um tempo sem conversar com Anne e questionaram a necessidade de ela trabalhar. Selma ficou quatro meses sem falar com a filha e “todo dia xingando”, colocando sobre ela uma culpa antecipada caso alguma coisa ruim acontecesse ao neto. “Cê não tá precisando trabalhar. Pra que que cê tá com esse fogo todo? Não precisa não. Tá faltando alguma coisa procê comer? Tá faltando alguma coisa pra ele?”. Com Gabriely, que veio depois de Otávio, a adaptação de Anne não foi difícil. A menina, sim, precisou de um período para se acostumar — vez ou outra, ligavam da creche para a mãe buscar. “Eu chorava que ia ter que buscar ela antes do horário. ‘Ou, fica com ela aí’ [risos]”.

Com Iná, que tem apresentado sinais de Transtorno do Espectro Autista, o processo de adaptação tem sido mais complicado e Anne considera muito difícil se tranquilizar com a ida da menina à creche. Iná não quer ir e chora, marcando a segunda-feira como o dia mais difícil

da semana. Uma profissional fica por conta dela na creche, e Anne percebe que a filha está sendo bem cuidada, “tanto que por mais que eu deixe a Iná com o coração despedaçado, eu vou trabalhar, eu sei que ela tá bem cuidada. Eu sei que ela tá em boas mãos. Porque é tudo do jeitinho dela lá”. Mesmo assim, segue preocupada e entra em contato com a monitora com frequência para ter notícias. Iná não desenvolveu a fala ainda (suspeita-se que por conta do Transtorno do Espectro Autista) e não comunica o que se passa ou passou, o que intensifica o medo e a preocupação da mãe quanto a maus-tratos. “Poxa, e se alguém judiar dela, como que eu vou ficar sabendo? Se acontece alguma coisa, como que ela vai me falar?”. Quando a filha chega em casa, ela “vira a menina ao avesso” para ter certeza de que está bem. Com Cíntia, a outra gêmea, tem sido mais tranquilo. A filha demonstra desejo de ir para a creche e isso passa segurança para a mãe. “Ela já vai com a mochilinha, ela carrega, ela entra, me dá tchau, e nem liga. Ó, e nem olha pra mim, achando que é gente [risos]”.

Anne acredita que na creche as crianças são melhor cuidadas do que por ela própria, por regularem os horários para cada atividade e fornecerem cotidianamente alimentos saudáveis, coisas que nem sempre a mãe dá conta de cumprir e, às vezes, “deixa passar batido”. Ver os filhos gostando de ir para a creche aparece como importante tranquilizador para as mães. Fátima relata, sobre a ida da filha com um ano de idade para a creche (que ela chama de escolinha), que foi tranquilo, porque a filha sempre gostou. Ester, no início, se sentiu triste e preocupada, e notícias sobre maus tratos em creches intensificaram seu receio. Esses sentimentos passaram vendo os filhos felizes na creche e conhecendo as educadoras, que a apoiaram e orientaram no processo da descoberta dos sinais de Transtorno do Espectro Autista do filho. Atualmente, acredita que, na creche, as crianças recebem um tratamento até melhor, em certo sentido, do que receberiam se ficassem todo o dia sendo cuidadas em casa. Segundo ela, as profissionais que trabalham na creche são mais “criançáveis”, mais desvoltas para lidar com crianças e alegrá-las. “Eu nunca ia receber meu filho em casa, batendo palma e cantando uma música desse jeito”.

Essa percepção, todavia, não é unânime. Fátima vê o cuidado que sua filha recebia na escolinha como o mesmo que ela receberia em casa, “com carinho”, e associa sua segurança em relação ao tratamento recebido pela menina ao fato de ela, enquanto mãe, estar sempre presente no ambiente escolar e prezar pelo diálogo. Já Carla acredita que, na creche, seus filhos não recebiam tanta atenção quanto poderiam receber em casa, se pudessem ficar com a mãe o tempo todo, por serem muitas crianças para os profissionais disponíveis acompanharem. Complementa que o cuidado de mãe, para ela, é o melhor, justamente devido à atenção: “Pra

mim, o cuidado de mãe, não tem outro cuidado melhor não. A mãe, ela tá atenta”. Dânia considera que seu filho era bem cuidado na creche que frequentava quando morava com ela e confiava no trabalho das cuidadoras, “bem atenciosas” e atentas a qualquer problema.

5.3 O cuidar cotidiano

5.3.1 Rotina

Perguntadas sobre suas rotinas, as informantes narram seus dias úteis, que mais se assemelham, na maioria dos casos, a maratonas sequenciais, dada a ausência de tempo para descanso. A multiplicidade de tarefas que precisam ser executadas no espaço de poucas horas, quando estão em casa e não estão dormindo, é grande, e faz com que muitas sejam feitas de maneira sobreposta e/ou com o apoio dos filhos.

Anne levanta às 4h50 e já arruma o uniforme dos filhos, prepara o café da manhã, acorda cada um individualmente, garante que tomem banho, que se alimentem e que organizem o material escolar. Enquanto seus filhos se arrumam, ela os acompanha desde a cozinha, coloca roupas sujas na máquina de lavar e adianta o preparo das refeições para o jantar. Enquanto ela toma banho, conta com o filho mais velho para vigiar alguma panela que esteja no fogão. À noite, passa na padaria ao voltar do trabalho e, chegando em casa, tenta sentar com os filhos para ajudá-los com o dever de casa. Depois do dever, dá banho nas filhas e, enquanto isso, o mais velho a ajuda com alguma das irmãs e com a comida. Prepara o jantar e assentam todos juntos. Às 21h30 em ponto precisa colocar as pequenas para dormir, “porque a Iná, que é autista, ela é todo dia 21h30, não é 21h31, não é 21h29, é 21h30”. Tenta ler uma história antes de pegarem no sono, mas tem dias que não consegue, por estar muito exausta. Depois de colocar cada um dos filhos na cama, se concentra no trabalho doméstico, “aí eu vou tirar uma roupa da cama, vou estender uma roupa no varal, vou guardar as que já tinham secado, aí que eu vou lavar e arrumar a cozinha, vou catar um brinquedo”. Quando essa maratona termina, já é hora de dormir.

De segunda a sexta-feira, portanto, o cuidado consigo mesma acaba não tendo espaço para existir: “Quando eu vou parar pra respirar, para mim ver o que que eu posso fazer por mim, já deu o horário d’eu dormir, que é 23h, 23h30”. A exaustão marca seu dia, ao ponto de, vez ou outra, acabar dormindo no meio das tarefas noturnas, tendo que se levantar para retomá-las. Ainda assim, em meio à correria diária, Anne se esforça para ter um momento com os filhos

em que possam se olhar e conversar sobre o dia vivido, geralmente durante o jantar ou ao colocá-los para dormir.

Todas as semanas, de segunda a sexta-feira, Brenda acorda às 6h, acorda os filhos e os prepara para o dia. Leva Bruno para a escola, com o menorzinho, Samuel, no colo. Volta para casa, dá café da manhã para Samuel e leva-o para a casa de Fernanda, onde ele passa o dia. De lá, vai para o serviço. Geralmente não consegue tomar café da manhã, “não dá tempo, é uma correria danada”. Às 11h45, sai do serviço para buscar Bruno na escola, andando. Deixa ele na casa de Fernanda e volta para trabalhar. “Esses é meus 40 minutos de horário de almoço. Que aí, eu não almoço, porque tenho que correr”. Chega em casa às 18h e busca os filhos, dá banho, assenta com eles para ajudar na lição de casa, prepara o jantar e comem. Às 20h estão todos dormindo, “que é muito cansativo”. “Às vezes, eu nem tenho tempo de ficar com eles (...). Eu só venho em casa pra descansar, praticamente”.

Carla acorda às 4h30 na segunda-feira, toma banho, se arruma e pega o ônibus para o trabalho. Começa o expediente às 7h. De lá, telefona para casa para saber se já chegou a pessoa que ela paga para arrumar os cabelos das meninas e deixá-las no escolar. O Sandro, mais velho, já vai e volta sozinho da escola. Nos outros dias da semana, ela começa o expediente às 8h30 e consegue acompanhar os filhos na arrumação da manhã. Quando chega do trabalho, por volta de 20h, Sandro já buscou as mais novas na escola e adiantou o preparo do jantar. À noite, jantam, conversam sobre o dia e vão descansar.

Do início ao fim do dia, não há, na rotina da maioria das informantes, tempo para qualquer atividade de lazer e descontração. Apesar disso, se repete o esforço das mães para sentarem com seus filhos, por um curto período de tempo que seja, e dialogar, ajudar com a lição de casa, e tentar ter algum momento de convivência — ainda que essa convivência seja durante a refeição da noite ou a feitura da lição de casa. A única informante que, vivendo com os filhos, narrou momentos de lazer como eventualmente fazendo parte da rotina, foi Ester, em seu relato sobre o período em que estava vivendo no Brasil. Vez ou outra, assistia um filme com os filhos antes de dormir, quando não tinha tarefas da faculdade e trabalhos domésticos a serem feitos. Diferente das demais, que vivem sem uma outra pessoa adulta em casa, Ester contava com o apoio do namorado no compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados, além de trabalhar como babá menos horas (seis horas por dia, quando as outras tendem a trabalhar oito horas diárias ou mais). Agora, vivendo nos Estados Unidos, Ester já começa a trabalhar assim que se levanta, e costuma terminar o expediente por volta das 18h. É durante a

noite ou no intervalo que tem de manhã (entre 09h e 12h30) que entra em contato com seus filhos no Brasil, por aplicativos de mensagem e chamadas de vídeo.

Dentre as informantes, Dânia é a única que menciona algumas tardes e noites livres de trabalhos domésticos e de cuidados, e a única também cujo filho não estava vivendo com ela durante a ocasião do relato. As horas livres acontecem nos dias em que ela não dorme no emprego, e nesses momentos ela se exercita, assiste televisão, lê livros e acessa redes sociais. Ela dá a entender que, na presença do filho, sua rotina é bem diferente, e mobiliza a exaustão como explicação para deixá-lo morando, de tempos em tempos, com a avó paterna.

Fátima fica de segunda a sexta-feira no trabalho, e seu relato da rotina desses dias se confunde com seu relato da rotina de trabalho. Desde a hora que levanta até o momento que vai deitar, fica ocupada com atividades de trabalho na casa dos patrões. Por isso, entendo ser pertinente o uso do relato de sua rotina no item sobre o trabalho das informantes enquanto babás, que virá posteriormente neste trabalho. Sem prejuízo desse movimento, cabe apontar que essa imbricação, por si só, explicita a ausência de tempo para o lazer, o autocuidado e o estabelecimento de outras relações, externas às que mantêm no trabalho, durante os dias em que Fátima trabalha como babá. Nos finais de semana, sim, ela destaca separar um momento para a descontração: cuida das plantas, dos animais (menciona esses afazeres como atividades tranquilas), e sai com o filho para se divertir à noite. Ainda assim, é responsável por preparar as refeições da semana para o companheiro e o filho já adulto (23 anos) e lavar as roupas. No sábado, “quando tá animada”, faz faxina na casa.

De modo geral, os dias das informantes nos finais de semana são marcados pela realização de trabalhos domésticos (preparação para a semana que virá), pela ausência de horários demarcados para cada uma das atividades e por algum “tempo de qualidade” com os filhos, isto é, períodos de convivência e lazer sem mais dispersões. “É o dia que a gente tem pra estar todo mundo junto, mas tem que fazer as coisas da casa também, porque é o único dia” (ANNE). Restrições financeiras aparecem como limitadoras das atividades que podem fazer com os filhos para diversão e lazer. Em Anne, isso gera frustração: “Eles ficam satisfeitos, só que pra mim tá pouco, porque eu queria mais. Eu queria fazer mais, mas eu não consigo”.

Às vezes, eu tenho dinheiro e falo com eles assim, ó: “Olha, eu tenho dinheiro pra comprar uma casquinha pra cada um, no shopping. Cês querem ir?”. “Vão, mãe, a gente vai”. A gente vai, só dá uma volta e toma uma casquinha. Tem vez que eu consigo proporcionar algo melhor, mas tem vez que não. (ANNE)

Eu tento ter tempo de qualidade, igual o final de semana, ontem, eu tento sempre incluir em alguma atividade, e não dá para incluir em todas, porque, por exemplo, eu vou no mercado, o mercado é longe, tem que pagar passagem.

Então cada vez que eu vou eu levo um. Aí, ontem a Clara foi, a gente foi no mercado, aí o Daniel foi cortar cabelo, aí, a Augusta queria ir no mercado, aí eu falei assim " Mês que vem é você que vai". Cada dia é um. (CARLA)

Se é nos finais de semana que as informantes têm tempo para desfrutar de algum divertimento com seus filhos, quando o trabalho como babá acontece nesses dias, esse tempo e o lazer ficam comprometidos. Anne relata que, quando isso acontece, articular trabalho e maternidade é mais difícil do que nos dias de semana. Seus filhos acabam tendo que ficar em casa sozinhos, por ela não contar com pessoas que possam acolhê-los nessas ocasiões, e ela se preocupa. Vai, mas “a cabeça fica em casa”. Nessas ocasiões, sua noite anterior também fica comprometida, quando antecipa o preparo da refeição dos filhos para que se alimentem em sua ausência.

5.3.2 Preocupações, dificuldades e estratégias de cuidado

Além de constituir rotinas exaustivas, o dia a dia do cuidado dos filhos é atravessado por preocupações de várias naturezas. A preocupação dos filhos sofrerem maus tratos emerge em diferentes relatos, mas, principalmente, nos relatos de Anne, que “vira os filhos ao avesso” ao chegarem em casa da creche, e de Ester, que teve sua confiança conquistada pelas cuidadoras dos filhos quando demonstraram saber lidar com os sinais de Transtorno do Espectro Autista de um deles.

Brenda destaca como sua principal preocupação em relação aos filhos a possibilidade de serem vítimas de abusos sexuais, e associa esse temor aos traumas do que viveu em sua infância. Nesse sentido, procura entrar em contato com os filhos de tempos em tempos, sempre que está longe, e destaca sua atenção a sinais de agressão ou abuso, seja em seus filhos ou nas crianças que cuida como babá, e como os ensina a se protegerem — “se eu vejo alguma coisa quando eu vou trocar de fralda, (...) falo. É igual meus meninos, eles chegam da babá, eu faço revista total. Na hora do banho (...) ensino: ‘Não pode’. Até lá no serviço, eu ensino: ‘Não pode pôr a mão aqui’. Ensino a tomar banho sozinho”. Carla também se preocupa que suas filhas sejam abusadas sexualmente, e atrela isso ao fato de ela já ter sido abusada quando criança. Expressa essa preocupação, sobretudo, quanto às mulheres, e não tanto aos filhos homens, em relação aos quais destaca que tem medo de se envolverem com drogas e “más companhias”. Esse seu receio quanto ao que pode acontecer com seus filhos tem relação com o que mais a demanda atualmente: a situação de Daniel, que teria “arrumado” muita briga e confusão,

precisando permanecer por um tempo dentro de casa. Ela associa esse comportamento ao fato do filho já ter sido vítima de agressão.

Buscar o diálogo com os filhos aparece, na vivência de Carla, tanto como estratégia para dirimir preocupações e tentar evitar futuros problemas, quanto como uma tentativa de não repetição da maneira como foi criada por sua mãe e de proteger os filhos das violências que sofreu. Indica diferenças entre a relação que teve com sua mãe quando jovem, e a relação que tem com seus filhos — diferentes maneiras de exercer a maternidade: o diálogo e a amizade que mantêm com seus filhos se contrapõem à ausência de diálogo que experimentou com sua mãe, de quem tinha medo. Carla conversa com os filhos sobre sexualidade e reitera a importância da educação sexual para a prevenção de gravidez indesejada, de doenças sexualmente transmissíveis e de assédio sexual. Ela associa o tabu sobre o assunto em sua casa, quando criança, a ter vivido sua infância em situação de maior vulnerabilidade e sido vítima de violência sexual — “se alguém tivesse me ensinado isso, eu não tinha passado tudo que eu passei”.

Carla sublinha que se esforça também para “não ser uma mãe narcisista”. Procura observar as necessidades dos filhos e não sufocá-los, permitindo que sejam livres para fazerem suas escolhas, desde que arquem com as consequências. Mais uma vez, o diálogo aparece como estratégia, em contraposição à violência presente em sua infância. Apesar de ela fazer, hoje, uma leitura compreensiva sobre a agressividade de sua mãe, os episódios graves de violência que permearam sua infância moldaram a maneira como enxerga a violência perpetrada contra crianças por seus cuidadores. Demonstra visão crítica sobre a violência usada como método para educar: “É o que as pessoas falam hoje: ‘Ah, eu apanhei mas não morri’. Apanhei, mas não morri, mas fiquei cheia de trauma. Fiquei cheia de coisa na memória”. Ela destaca, ainda, preocupações com a maneira como seus filhos se relacionam com mulheres, e com os estudos dos filhos. Acima de todas essas, ela chama atenção para sua principal preocupação como sendo “o tipo de ser humano que os filhos se tornarão”, os valores que irão carregar e os comportamentos que irão reproduzir. Isso suplanta, para Carla, qualquer preocupação com o sucesso acadêmico dos filhos e a profissão que irão exercer, ainda que essas também sejam questões importantes. Por fim, ela menciona se preocupar com “garantir o básico” para os filhos viverem.

Fátima já não tem tantas preocupações com seus filhos e sua filha mais velha, todos adultos e com alguma estabilidade, mas tem com a filha de oito anos e o neto de dois anos. Tem medo de morrer e deixá-los diante de alguma falta. No caso de Anne, a maior preocupação é

não conseguir pagar o aluguel do local onde mora com os quatro filhos, precisar sair de lá e não ter para onde ir. Para enfrentar essa preocupação, ela planeja construir um local para morarem e saírem do aluguel, e tem sondado a possibilidade de seu avô ceder um lote atrás da casa dele para isso. Para a construção, está contando com a possibilidade de esse mesmo avô, aposentado, conseguir um empréstimo no banco para ela, que tem “nome sujo” por conta dos gastos de seu ex-marido. “A gente tinha conta em conjunto, tinha um monte de coisa, né? Aí na separação, ele aproveitou e arregaçou meu nome. Aí, agora, eu tô começando a tentar limpar, porque nem nome mais eu tenho”.

Dialogando com o desejo de ter um local próprio para morar, sem precisar pagar aluguel, preocupa-se com a situação em que seus filhos ficarão caso ela sofra algum acidente e morra. Receia que possam acabar indo para um abrigo. Anne quer garantir condições para que eles tenham estabilidade na vida, e que possam se resguardar diante de alguma situação imprevista. Ainda com relação às condições de vida, menciona preocupações com garantir que os filhos tenham alimentação adequada, vestuário suficiente, condições para estudar e momentos de lazer — “não tenho condições de estar fazendo isso [passeando] sempre, mas tipo, uma vez no mês, vamos no parque, vamos no shopping”. Tenta fornecer o que não teve, e vê a conjuntura nacional como um dificultador: “Por mais que esse presidente maravilhoso não ajuda, né? (...) é meio difícil, né? No país que a gente tá hoje...mas eu tento”. Quando conversamos, Jair Bolsonaro era Presidente da República.

Além disso, Anne menciona como sua principal demanda cotidiana, que pode ser entendida também como preocupação, a situação de saúde de sua filha Iná, que vem apresentando sinais de Transtorno do Espectro Autista. Relata estar passando por um processo de aprendizado tanto sobre a doença, quanto sobre como se portar nas situações em que a filha está em crise, ainda se sente impotente e sofre com isso. Suas preocupações com a segurança da filha são redobradas, como mencionado no item anterior, quando a ida à creche é pautada.

Tem dia que ela tá na crise, chorando muito, não quer nada, não quer ninguém. Quer ficar no cantinho dela. Ela arrumou um cantinho entre a porta e a mesa, desse tamanhinho, onde cabe... E ela fica naquele cantinho, de cara pra parede, e só chora, e bate muito. Então, eu fico agoniada de ver ela se batendo, porque ela tá se batendo porque ela tá sentindo alguma coisa, e ela não sabe pôr pra fora. E eu me sinto inútil, porque eu não sei, eu não consigo. Porque eu já cansei de ouvir “é autismo, autismo, autismo”, só que a gente, assim, a gente nunca procura saber o que é, como é que a gente... a gente só vai querer entender quando acontece com a gente. Então assim, aí, pra mim é dolorido ver ela daquele jeito. Aí, eu vou tentar pegar pra acalmar ela, e aí ela me bate, ela se joga. Eu tenho medo dela machucar, tanto que ela vive com a testa, a cabeça machucada...porque ela se joga. (ANNE)

Com o tempo, desenvolveu estratégias alternativas de cuidado, a partir do dia a dia com Iná. Enquanto os médicos não sabem o grau e indicam medicações, tenta amenizar as situações de crise da filha com chás, banhos e atendendo aos sistemas da filha — “eu tive que mandar pra escola o mesmo prato que tem em casa, porque em prato diferente ela não come”. A realidade do cuidado com Iná afeta também seus outros filhos que, por estarem em casa muitas das vezes em que Anne está no trabalho, acabam tendo que lidar com as necessidades da irmã: “Ela dá crise com Otávio, aí o Otávio me liga: ‘Ô mãe, a Iná tá daquele jeito, não quer nada’. Então aí, eu chego, tá todo mundo ali sofrendo”. Sente-se “a pior mãe do mundo” quando a filha está em crise e ela não está perto, está dentro do ônibus ou no trabalho e chega a repensar sua permanência no trabalho, mas afasta essa ideia considerando suas necessidades financeiras para sustento dos filhos: “Se eu sair do serviço, o que que vai ser deles? Só têm a mim. Se eu trabalhar, eles comem. Se eu não trabalhar, eles num comem”.

Ainda sobre estratégias de cuidado, Ester menciona que, enquanto está fisicamente distante dos filhos, usa aparelhos celulares para conversar com eles via chamada de vídeo, e faz isso para se fazer presente e cuidar cotidianamente. Sua experiência vai ao encontro do argumento de Carpenedo e Nardi (2017) de que as “mães transnacionais” cuidam à distância, usando tecnologias de comunicação, e que dependem da pessoa que está cuidando dos filhos, presente fisicamente, para a manutenção dessa estratégia. Ester menciona tal dependência em relação à avó paterna dos filhos, com quem eles estão morando, e se queixa da avó ter proibido que as crianças usem o celular — comprado por Ester, justamente, para viabilizar essa comunicação — sob o argumento de que estava atrapalhando a realização das atividades diárias. Está dependendo dessa outra pessoa para acessar os filhos, e sente ficar “cega” sobre como tem sido o dia a dia deles na casa da avó. Percebe pouca transparência na comunicação: “Parece que eles me escondem muito as coisas, sabe? Não conversam muito, não falam. Eu ligo, eles vão, desliga” (ESTER).

As principais preocupações e prioridades de Ester e do ex-namorado (ela começa respondendo sobre si, porque a pergunta é direcionada a ela, mas logo corrige para contemplá-lo), para as quais dedicavam especial atenção no dia a dia morando juntos, eram os estudos das crianças, a disciplina no trabalho para garantir o emprego e a renda, e a alimentação adequada, sobretudo do filho com autismo, que tem seletividade alimentar e risco de hipertensão e diabetes. No cotidiano do cuidado, o que mais lhe demandava era deixar a comida sempre pronta em casa, e acompanhar a rotina de estudos dos filhos. Estando fisicamente distante, ela

chama atenção para as preocupações com a alimentação, com os estudos e com os filhos estarem felizes e sendo bem tratados.

No caso de Dânia, a principal preocupação é com a violência que pode atingir seu filho. Quando me relatou sua vida, Mateus e ela não estavam morando juntos, e ressaltou, como agravante dessa preocupação, a culpa que acredita que seria atribuída a ela, por terceiros, se qualquer coisa ruim acontecesse com Mateus quando voltasse a viver com ela. Ela teria “trazido ele de volta” da casa dos avôs, no sul do país, e lá ele estava bem. Tenta afastar esse pensamento elaborando um entendimento de que “o que tiver que acontecer vai acontecer em qualquer lugar”, no sentido de que o filho pode correr certos perigos lá e cá, e ela não necessariamente poderá impedir. Tem preocupação, ainda, de “não saber lidar com ele”, de não ser uma boa mãe e de não estar fazendo “o suficiente para ser uma boa mãe”. Percebe que essa preocupação a extrapola: “Uma coisa de mãe é que eu acho que a gente tá sempre se culpando, a gente acha que a gente nunca é boa o bastante, nada é bom o bastante”. Dânia também se preocupa com as condições que terá para garantir ao filho uma vida digna: “Como é que vai ser o nosso amanhã? Se daqui a uns anos nós vamos estar aqui no mesmo lugar, sentados aqui, ou se vou conseguir mudar de vida. Não sei. Pior é que eu acho que parece que o futuro, parece que não vai mudar muito”.

A culpa por sentir que não faz o suficiente também perpassa a vivência da maternidade de Brenda, e, no caso dela, associada ao seu trabalho como babá. Sente culpa ao avaliar que estaria dando mais atenção e dedicando mais tempo às crianças que cuida como babá do que a seus filhos, mas logo pondera que o tempo despendido no trabalho está associado com a necessidade de rendimentos para, justamente, garantir condições dignas de vida a seus filhos. A culpa vem, também, ao perceber o apego que desenvolve com as crianças no trabalho.

No relato de vida de Anne, a culpa e as críticas externas, que reforçam a culpabilização e a vergonha que sente, emergem em relação ao abandono de dois dos filhos pelo pai, à sua maternidade solo, aos sinais de autismo de Iná e à tentativa de estupro que Gabriely, sua filha, sofreu. “Eu me sinto muito, muito, muito culpada pelo que aconteceu [com Gabriely]. Tanto que eu não consigo falar do fato sem chorar, sem me culpar”. Participando de um grupo de Facebook em que mulheres compartilham situações de estupro já vividas e se apoiam mutuamente, vem gradualmente mudando a maneira como lida com esse trauma. Ainda que se sinta assim, afirma que a culpa em casos de estupro não é da vítima e nem da mãe, mas do autor do estupro, e se revolta com comentários que culpabilizam a vítima. Ela denuncia a banalização dos casos de estupro pela sociedade e a recorrente culpabilização da vítima, e faz referência à

repercussão do caso de Klara Castanho¹⁰ na mídia: “um monte de gente apedrejando ela. ‘Ah, mas porque ela tem 21 anos’. E daí que ela tem 21? Porque ela tem 21, ela tem que ser abusada?”. Além de Anne, também Carla, que foi culpabilizada quando criança pelas violências sexuais das quais foi vítima, demonstra visão crítica sobre a imputação de culpa às mulheres vítimas de violência. Anne deseja encontrar espaços em que possa contar o que aconteceu com Gabriely, como forma de fazer com que outras pessoas se sintam acolhidas, por mais doído que possa ser para ela falar sobre esse assunto. Vem gradualmente superando esse sentimento de culpa, e espelha esse processo a ter superado também a vergonha de falar sobre o autismo de Iná e o orgulho que hoje sente.

Igual a questão do autismo. Eu tinha vergonha de falar que a minha filha era autista. Eu tinha vergonha. Hoje não. Hoje eu tenho orgulho de falar que eu tenho uma autista em casa, porque eu tô aprendendo com ela. É difícil? É, muito difícil. Mas, antes, o tanto que eles olhavam “ai, ela é diferente”. É, ela é diferente. Mas eu tinha vergonha, hoje não. Hoje, eu falo “eu tenho uma autista”. E eu tenho orgulho da minha filha ser do jeito que ela é. (ANNE)

Muitas coisas que aconteceram comigo, que eu tenho vergonha de falar, porque “ah, não, aconteceu porque eu permiti, porque eu fui culpada”. Não. Hoje, eu tô tendo outra visão, que eu não fui culpada. Eu fui vítima. Só que, aí, eles quiseram colocar na minha cabeça que a culpa é minha, que eu sou culpada. (ANNE)

Nota que imputam à mulher culpa sistematicamente — “qualquer coisa que acontece, a culpa é da mulher. A mulher é culpada. O homem pode tudo” — e remonta ao relacionamento que viveu com o pai de seus filhos mais velhos, Tomás. Usando de depreciação, ele controlava as roupas que vestia, onde ia e o que fazia, e ela incorporou aquelas normas. Foi com o incentivo de Felipe, pai das filhas mais novas, que Anne começou a questionar a normatividade que regulava seu comportamento — “ele que falava comigo: ‘Aqui, vão ali comprar um vestido?’”. E eu: ‘Cê é doido...vestido?’. Não uso. Aí (...) que eu comecei a usar um vestido, uma bermuda, uma camiseta, cabelo solto”. Ela vem se esforçando todos os dias para aceitar que pode se vestir e comportar da maneira como se sentir bem, sem culpa e sem se ater a normas que lhe foram impostas, mas percebe que ainda tem dificuldades — “hoje, quando eu coloco um brinco maior, quando eu solto o cabelo, eu penso: ‘tá errado, eu não posso fazer isso’. (...) Mas eu trabalho isso todo dia: ‘Eu posso, eu posso, eu posso’”. Se a culpa e medo foram fatores importantes no

¹⁰ Klara Castanho é uma jovem atriz que engravidou a partir de um estupro vivido e decidiu entregar para adoção a criança concebida na ocasião da violência. A história de Klara foi cruelmente exposta nas redes sociais em 2021, após uma enfermeira que a acompanhou vazar informações sobre seu caso para um jornalista antiético.

processo de constituição da gramática moderna da feminilidade e da maternidade, seguem presentes.

Anne convive com frustrações em relação ao que gostaria de prover para os filhos e não tem condições, e se cobra por isso: “Meus filhos merecem muita coisa, mas eu não tenho condições, eu não posso. Isso me frustra (...) muitas das vezes eu me acho incapaz, inútil, falo até que eu não merecia ter eles como filhos, porque eu não consigo dar pra eles o que eles merecem”. Destaca não conseguir pagar cursos extracurriculares para os filhos, correspondentes aos interesses que eles vêm desenvolvendo. Na tentativa de aplacar a frustração sentida, investe na alimentação, e dá a eles a perspectiva de que um dia terá condições de matriculá-los nos cursos que desejam. Brenda também menciona dificuldades financeiras como principal obstáculo ao cuidado que gostaria de realizar. No mundo ideal, proveria melhor alimentação, educação de qualidade e cursos extras, acordaria às 8h da manhã com as crianças e os levaria para tomar café, passear e almoçar em horários adequados (seus horários são condicionados por sua demanda de trabalho).

Restrições financeiras também são o principal dificultador para provisão do cuidado ideal para Carla, Dânia e Fátima. Dânia, como Brenda, associa o desejo de estabilidade financeira à ampliação das possibilidades futuras do filho, e menciona uma casa própria para reduzir as despesas com aluguel, e um carro para transportar o filho com mais facilidade. Carla menciona que gostaria de morar em um local melhor e poder proporcionar melhor alimentação aos filhos. Idealmente, ela teria uma casa própria, matricularia os filhos em escolas particulares, e teria a opção de não trabalhar, para cuidar e acompanhar o crescimento deles de perto — quando foi casada, ficou um período sem trabalhar fora de casa, e sente falta das possibilidades que tinha naquela época, de levar e buscar os filhos na escola, por exemplo. Se ela pudesse, ficaria 100% do tempo à disposição dos filhos e atenderia prontamente os chamados da escola quando demandada — “eu não posso deixar a outra criança que eu olho pra vir socorrer a minha criança”. Faz referência à pregação de um pastor evangélico, de cunho conservador, que estaria em linha com seu entendimento de que a necessidade de trabalhar da mulher no mundo moderno estaria associada a prejuízos na criação das crianças.

O desejo que narra de não trabalhar para estar mais tempo com os filhos e atender a suas necessidades mais prontamente convive e é entrecruzado pelo desejo que também expressa de terminar os estudos e encontrar um emprego melhor remunerado. Ela pretende terminar o Ensino Médio e fazer um curso ou entrar em uma faculdade justamente para, segundo ela, estar

mais perto dos filhos no futuro e acompanhá-los mais de perto em suas realizações, sugerindo que assim teria melhores condições materiais para tanto.

Quando Carla associa a possibilidade de atender às necessidades dos filhos sem demora com a sua saída do mercado de trabalho, ela está situada em uma realidade de maternidade marcada por restrições financeiras, abandono dos pais das crianças, por uma rede de apoio com pouquíssimas conexões, e que convive com o trabalho como babá, ocupação desvalorizada e ainda precarizada. É plausível imaginar que sua escolha para o mundo ideal talvez não fosse essa, a de sair do mercado de trabalho, caso fosse realidade um cenário em que a responsabilização pelo cuidado estivesse distribuída democraticamente, em que pudesse contar com uma rede ampla e segura de cuidados, envolvendo Estado, família e comunidade, ou, ainda, caso estivesse inserida em uma ocupação pautada por outra configuração trabalhista, que permitisse à mãe atender mais prontamente a chamados que envolvem seus filhos. Talvez, para Carla, a opção de não trabalhar seja mais próxima da sua realidade — é factível caso ela viva com uma outra pessoa que se encarregue das despesas da família — do que uma inserção profissional que reconheça sua maternidade e garanta melhores condições para cuidar dos seus filhos, ou uma rede de cuidados que dê a ela tranquilidade e confiança para, quando necessário, estar longe.

Para Ester, as dificuldades para cuidar da maneira como gostaria têm a ver com a seletividade alimentar do filho com sinais de autismo, que condiciona a alimentação que pode dar a ele (“se eu pudesse eu enfiava nele só salada e legumes e arroz e feijão e carne... Mas não, ele tem a seletividade alimentar, ele tem a necessidade de um doce, de uma sobremesa depois”), e com a distância, já que, por seus filhos estarem com a avó paterna durante o período em que está nos EUA, não tem tido total gerência sobre a maneira de educá-los. A avó tem concepções diferentes das dela em relação ao trabalho doméstico, por exemplo, e serve aos netos, ao invés de ensiná-los a participar no cotidiano do trabalho doméstico e a ser mais independentes.

Durante o período da pandemia do COVID-19, Ester encontrou outras dificuldades para realizar o cuidado que entende como adequado. Com as crianças por muito tempo dentro de casa e entediadas, acabava deixando que assistissem à televisão por mais tempo do que gostaria, e achou mais difícil estabelecer uma rotina para que seguissem, já que não tinham afazeres rígidos ligados à escola. Carla, por sua vez, conta que, nessa época, organizava toda a rotina dos filhos e pregava como um aviso na porta de casa. Quando eles não conseguiam acessar as atividades da escola pela internet, ela buscava os materiais e, se necessário, imprimia. Sentiu que foi o período em que esteve mais próxima dos filhos, mesmo trabalhando, porque as

crianças estudavam em casa. Quando estava no serviço, conversavam por videochamada. Ao mesmo tempo que vê essa maior proximidade de maneira positiva, relata ter tido grande dificuldade, porque os três filhos que moravam com ela estavam em anos escolares diferentes (o mais velho no 8º ano e a mais nova em fase de alfabetização) e ela precisou assumir o papel de lecionar. Nessa época, Carla precisou articular o cuidado dos filhos e da mãe doente. Tanto Carla quanto Brenda falam em aumento de gastos nesse período. No caso de Dânia, a pandemia afetou o momento do retorno de Mateus para Belo Horizonte, e por duas razões: com as escolas fechadas, não teria onde ou com quem deixar o filho para sair para trabalhar, e os índices ligados à contaminação por coronavírus estavam mais controlados na região em que o menino morava com a avó.

6. A babá, o trabalho, os patrões e as crianças

6.1 Entrada e permanência no ramo

A trajetória profissional da maioria das informantes é marcada pelo trabalho doméstico e pelo cuidado de crianças pequenas desde muito cedo na vida. Fátima começou aos 10 anos de idade, cuidando de um bebê. Carla, aos 11 anos, teve seu primeiro emprego remunerado como babá, mas já aos 7 fazia trabalho doméstico na casa em que morava “de favor”. Aos 12, Dânia começou seu caminho no mundo do trabalho pelo emprego doméstico, ainda que antes disso já tivesse cuidado dos filhos da irmã. Brenda trabalhou, dos 13 aos 15 anos de idade, como babá de uma criança com deficiência. O início de trabalho de todas elas está, de alguma maneira, associado à necessidade de ajudar com o sustento da casa ou de receber dinheiro para bancar os gastos consigo, e muitas começaram trabalhando para pessoas da região onde viviam, conhecidas ou vizinhas, em troca de remunerações extremamente baixas. Apenas Ester e Anne entraram no ramo já adultas, Ester com cerca de 25 anos e Anne com 28 ou 29 anos.

Anne associa ter começado a trabalhar como babá depois do nascimento das suas filhas gêmeas, já durante a pandemia do COVID-19, com a falta de outras opções, considerando seu grau de escolaridade, com o baixo salário que recebia no emprego anterior, e com o fato de já cuidar dos próprios filhos em casa — “apareceu essa oportunidade, eu falei: ‘Qual que é a diferença, né? Eu já cuido aqui, só que lá pelo menos eu vou ganhar, né? Porque aqui ninguém me paga’”. Ela é filha de uma trabalhadora doméstica, e explica sua permanência no ramo a partir dos filhos, que precisam que a mãe trabalhe para sustentá-los. Mas seguir trabalhando como babá por longos períodos não faz parte dos planos que narra para seu futuro. Anne deseja terminar o curso de Auxiliar de Veterinário que trancou e, quem sabe, ingressar em uma faculdade na modalidade EAD. Pensa em cursar Veterinária, porque, além de gostar de animais, nessa profissão teria horários mais flexíveis de trabalho e poderia passar mais tempo com os filhos.

Brenda também mobiliza seu grau de escolaridade e suas necessidades financeiras para explicar sua permanência no ramo do trabalho doméstico. Faz referência à sua trajetória familiar — “que todo mundo lá de casa é de doméstica” —, elemento que conformaria seu campo dos possíveis (BOURDIEU, 2007), argumenta que recebe uma melhor remuneração como babá do que como empregada doméstica, e menciona o gosto que tem por trabalhar com crianças. Se pudesse estudar, “se desse tempo”, e mudar de profissão, buscaria alguma outra ocupação que envolvesse a relação com crianças. Talvez fosse uma professora de jardim de infância, ela diz,

uma auxiliar de creche. Para o futuro, espera conseguir algum emprego em que se sinta valorizada e respeitada, sugerindo que não se sente assim onde trabalha atualmente, como babá. Ao dizer de sua permanência no ramo, Carla também traz à tona o gosto por trabalhar com crianças e menciona o afeto que permeia a relação. Por mais que precise do dinheiro e trabalhe pelo sustento, diz que o faz também “por amor”, e converge com as demais informantes ao associar o trabalho como babá a suas necessidades financeiras e ao fato de não ter acessado estudos profissionalizantes — “eu juntei o meu gostar com o meu precisar, e o não ter o estudo, e fiz a babá minha profissão”. Apesar de explicar sua permanência no ramo mobilizando seu gosto por crianças, quando fala nos planos que tem para o futuro, Carla, além de querer retomar os estudos e se profissionalizar, diz que não pretende olhar outra criança depois do menino que cuida hoje e não quer seguir “trabalhando pros outros”. Pensa em “montar alguma coisa”, e dá exemplos de pequenos negócios.

Dânia, ao refletir sobre sua permanência no ramo, avalia que o comodismo (ela não estaria “engatando” em cursos profissionalizantes em outras áreas), suas necessidades financeiras e a falta de outras opções seriam os principais fatores explicativos. Não pretende seguir trabalhando como babá por muito tempo, ao menos como trabalho principal ou em horários rígidos, e quer se posicionar no ramo da confeitaria.

A principal via mencionada pelas informantes para encontrar vagas de emprego como babás é a indicação feita por amigas trabalhadoras domésticas ou por ex-empregadores. Tem sido assim com Brenda, Dânia, Carla e Fátima. Anne e Ester mencionam ter conseguido emprego por meio de grupos de Facebook de busca de vagas, aos quais Dânia também já recorreu. Anne chegou até o emprego em que está atualmente por meio de uma postagem em um grupo de Facebook e, como já tinha atuado como babá folguista aos finais de semana, pediu para uma das famílias para as quais havia trabalhado que passasse referências suas para a possível contratante.

Mesmo encontrando vagas nos grupos, ter referências aparece como um quesito fundamental para a efetivação das contratações. Quando Fátima, passando por necessidades financeiras, buscou vagas de emprego como babá em Belo Horizonte, teve dificuldade para conseguir trabalho mesmo com indicações feitas pela irmã, e associa isso a não ter referências recentes na época. Nos últimos anos, vem trabalhando em diferentes residências, em uma sequência de indicações de patrões em suas redes de amigos.

Ainda sobre os grupos de Facebook para oferta de vagas, Fátima os vê como “ilusão de bobo”. Alega que contam com muitas pessoas procurando emprego e que os possíveis

empregadores, quando anunciam vagas, não respondem às pessoas que manifestam interesse. Dânia notou mudanças nos últimos anos quanto às chances de conseguir emprego como babá via grupos de Facebook. Relata que quando seu filho era pequeno, entre 2014 e 2015, fazia muitas entrevistas a partir de contatos via Facebook e podia “escolher” onde trabalhar. Atualmente, não tem tido tanto sucesso, “não está mais assim”.

Ester encontrou sua primeira vaga de trabalho como babá em grupo do Facebook, o mesmo que usei para encontrar informantes para essa pesquisa. Ficou naquele emprego pelo período de um mês apenas, devido à mudança de cidade da então patroa, e foi indicada por ela para outra pessoa, que a contratou. Permaneceu trabalhando para essa segunda família por um ano, até viajar para os Estados Unidos. O caso de Ester é diferente de todos os outros. Por ter começado a trabalhar como babá no Brasil para cumprir os requisitos mínimos para inscrição no programa Au Pair, que demanda comprovação de horas de trabalho cuidando de crianças, o trabalho de babá seria uma ponte, relacionada a um planejamento de longo prazo para melhoria de suas condições de vida através da migração. Vale notar que o encerramento do programa federal Ciências Sem Fronteiras, em 2017, pelo governo de Michel Temer, tem influência em sua entrada no ramo do cuidado, já que escolheu a migração via programas de trabalho de cuidados diante da ausência de outras opções viáveis para fazer um intercâmbio, aperfeiçoar seu inglês e se desenvolver profissionalmente.

Outra via mencionada para encontrar vagas de emprego como babá no Brasil são as agências. Entre as informantes, Fátima foi a única que relatou alguma experiência com esse canal. No momento de maior necessidade, ela recorreu a uma agência, buscando uma vaga como babá, e ficou extremamente chateada ao saber, pela atendente da agência, que lhe foi negado emprego por três famílias, mesmo ela tendo ótimas referências, por ela ser uma mulher gorda. Explica que os possíveis empregadores pedem foto das trabalhadoras e relata o caso com indignação e pesar. Nenhuma das informantes relata ter sido contratada como babá a partir de agências.

6.2 Condições de trabalho e direitos enquanto trabalhadora

6.2.1 Formalização, PEC das Domésticas e reconhecimento de direitos

Há convergências e divergências entre as condições sob as quais as informantes executam seus trabalhos, e as informantes apresentam diferentes percepções a respeito de suas

relações trabalhistas. Anne, Brenda, Dânia e Fátima têm suas carteiras assinadas, e Ester também tinha quando atuava no Brasil, mas as ocupações registradas não são as mesmas: Brenda e Fátima mencionam estar registradas como empregadas domésticas, Anne e Dânia como babás, e Ester diz que constava em sua carteira “empregada doméstica, entre parênteses, babá”. Entre as informantes, Carla é a única que não tem, e nunca teve, sua carteira assinada. Argumenta que tem um contrato de trabalho firmado com a atual patroa, sob o qual a patroa pagaria todos os seus direitos. Mesmo sem carteira assinada, contribui para o INSS, mas é a primeira vez que faz isso. Suas patroas anteriores não faziam a contribuição.

Carla pensava que se alguma patroa assinasse sua carteira, a “sujaria”, e atualmente vê esse entendimento como imaturidade. Não é a única que já teve críticas à formalização do emprego via carteira de trabalho. Fátima resistiu a vida inteira contra a assinatura de sua carteira, e associa essa recusa a um receio de ter seu salário reduzido e a sua descrença em relação ao INSS — “NPS [sic] é ilusão de bobo. (...) Carteira assinada, eles só comem o seu dinheiro. Eu falo mesmo, se for pra descontar alguma coisa, não precisa assinar minha carteira, não”. Quando seu patrão propôs assinar sem reduzir o valor combinado com ela como remuneração, ela não viu problema e aceitou.

Ao contrário de Fátima, Dânia vê negativamente a não formalização na carteira de trabalho. Trabalhou como babá para várias famílias sem carteira assinada, era como “viver na insegurança”, e relata situações em que não recebeu seu salário adequadamente — “Quando ela viajava, não me pagava. (...) dezembro, ela ia ficar fora quase o mês inteiro. Eu falei ‘gente, não posso ficar um mês sem receber, porque eu tenho aluguel, minhas despesas...’”. Sem a formalização do vínculo na carteira de trabalho, Dânia não via meios para reivindicar seus direitos e era prejudicada por isso. Ela associa a aceitação, por algumas trabalhadoras, de empregos nos quais os patrões não assinam carteira, com a demanda urgente por trabalho, e critica trabalhadoras mais velhas que, segundo ela, se submetem mais do que as jovens a condições inadequadas de trabalho e atrapalham a categoria por não questionarem, não lutarem. Em sua visão, isso poderia ser explicado pelo medo que essas trabalhadoras teriam de perder o emprego e de a categoria perder os direitos conquistados há poucos anos.

A assinatura na carteira, todavia, não garante o cumprimento da legislação e o reconhecimento dos direitos por parte dos empregadores. É também Dânia que relata o seu caso nesse sentido. Apesar da formalização, ela não sente que tem seus direitos reconhecidos. No ano anterior ao da entrevista, primeira vez que esteve trabalhando para a família que a emprega atualmente, eles registraram em sua carteira um valor salarial abaixo do que efetivamente

pagavam para ela, e isso a prejudicava, tendo em vista que vários dos benefícios são relativos ao valor do salário. Afirma que assinar um valor menor que o real na carteira é prejudicial para a trabalhadora também em outros espaços, e dá exemplo da oferta de crédito: “Você chega com sua carteirinha com um salário, eles te olham, assim, com pouco caso, vão te dar um limite mais baixo”. Além disso, Dânia não estava recebendo adicional noturno, ainda que trabalhasse 24h à época, fizesse dormir e passasse a noite no quarto do bebê. Sua patroa, quando questionada por não pagar adicional noturno e não tratá-la como plantonista, não recebeu bem a demanda. Na época em que conversamos, a carteira de trabalho de Dânia estava com seus patrões, que pegaram para assinar e não devolveram. Ela acredita que ainda conste em sua carteira um valor abaixo do real, e segue sem receber adicional noturno. Seus patrões não reconhecem que ela faz plantão, ainda que durma duas vezes por semana na casa em que trabalha — agora, não mais no quarto da criança.

Dânia argumenta que a aprovação da PEC das Domésticas foi muito importante para o acesso a direitos pelas trabalhadoras, e menciona o direito ao FGTS como exemplo, mas expressa descrença em relação à efetivação dos direitos, na prática, pelos empregadores. Tem a compreensão de que, de modo geral, os empregadores não têm consideração com as trabalhadoras domésticas que empregam em suas casas, e exemplifica com o caso de uma vizinha sua que trabalha há mais de 25 anos na mesma residência e que, mesmo com tantos anos construindo uma relação de confiança com a família empregadora e se dedicando no trabalho, quando foi contaminada pelo coronavírus precisou retornar ao trabalho com apenas cinco dias de licença, mesmo ainda passando mal, e que precisou brigar com os empregadores para conseguir alguns dias de afastamento do trabalho quando seu filho adoeceu. Adicionalmente, Dânia pondera que para algumas trabalhadoras a aprovação da PEC trouxe maior rigidez quanto ao horário de trabalho que, antes, por vezes era mais flexível.

Anne e Brenda também ponderam que os patrões seguem agindo com discricionariedade ao efetivar os direitos que estariam assegurados pela lei. Brenda vê com bons olhos a aprovação da PEC e considera que afeta positivamente a vida das trabalhadoras cujos patrões respeitam a legislação. Essa condição é fundamental, e é abordada junto com o relato de que seus patrões descontam o valor do seu INSS e, por vezes, não contribuem efetivamente. Menciona expressamente o direito ao FGTS e ao seguro-desemprego como melhorias, tendo sido diretamente beneficiada pelo seguro-desemprego por 3 meses.

Anne vê muitas mudanças para melhor na relação de trabalho entre empregadores e trabalhadoras domésticas, e associa a relação de trabalho antes da aprovação da PEC com

trabalhos escravos. Resgata memórias sobre o trabalho de sua mãe como trabalhadora doméstica para exemplificar a ausência de direitos — “tinha casas que a minha mãe trabalhou, que a minha mãe não podia comer. Eles choravam [reclamavam] a comida que minha mãe comia. Banho? Minha mãe não podia tomar todo dia porque tava gastando água”. Assim como Dânia e Brenda, Anne não sente que tem seus direitos devidamente reconhecidos ainda, apesar das melhorias com a aprovação da PEC das Domésticas para sua classe. O problema, na sua perspectiva, está nos patrões, que seguem “explorando um tiquinho” por acharem que já estão fazendo muito.

Carla considera que atualmente tem seus direitos reconhecidos, mas também pondera que isso varia de patrão para patrão. Sua atual patroa é “uma pessoa muito justa”, mas, em emprego anterior, já ficou sem receber o acerto quando saiu do trabalho — “eu tinha férias vencidas, eu tinha uma parcela de 13º que essa pessoa não pagou”. Sobre judicializar, pensa que “não compensa o desgaste”. Nesse aspecto, sua visão guarda alguma semelhança com a de Fátima que, não tendo recebido os valores relativos aos acertos de uma demissão, também optou por não judicializar. Fátima, contudo, é mais rígida: “Sou contra isso”.

Carla associa a aprovação da PEC das Domésticas a menos abuso por parte dos empregadores, mas pondera que isso somente acontece quando eles “aprendem alguma coisa”, não sendo um resultado geral, persistindo abusos e humilhações em diversas relações trabalhistas. Entende que o que mudou com a PEC foi para o bem das trabalhadoras, demarcando que “o patrão mesmo, ele só reclama, porque ele tem que pagar mais imposto”. Já vivenciou abusos — “às vezes, a pessoa acha que é dona da empregada (...) Grita, aí quer bater” — e hoje não passa por isso em seu emprego, exige um tratamento respeitoso e digno, e encontra espaço para dialogar com sua patroa.

Quando eu fui tratar do meu serviço, eu falei com ela “você tem total liberdade de me chamar a atenção se eu fizer alguma coisa que te desagradar, mas eu te peço para que fale comigo direito (...) Eu preciso trabalhar, e você precisa de uma pessoa que trabalhe pra você”. Então, o mínimo que a gente precisa é de dignidade. (CARLA)

Ester considera que, quando trabalhava no Brasil como babá, tinha seus direitos reconhecidos, e opta por não emitir percepções sobre a aprovação da PEC por não ter muitas informações. Não trabalhava como babá antes da PEC e não se sente confortável para afirmar sobre as mudanças ocorridas.

Fátima é a única informante com uma percepção totalmente negativa em relação à aprovação da PEC das Domésticas. Ela alega que os encargos que precisam ser pagos pelos

empregadores para a garantia dos direitos acabam recaindo sobre as trabalhadoras como descontos no salário, entendendo-os como prejuízos para trabalhadoras e patrões. Perguntada sobre as diferenças que teria percebido no mercado de trabalho, menciona maior desemprego entre as trabalhadoras e maior dificuldade de contratação por parte dos patrões. A necessidade de assinar carteira, com obrigações para os empregadores, desestimularia as contratações.

Só foi pra roubar a gente. (...) Aquilo ali não ajuda ninguém, não. Tudo bem, que a gente agora tem direito a isso aquilo que o outro. Tranquilo. Mas e o que eles levam da gente? Aqui, pra você ver, cada salário, eles levam 200 e poucos. (...) Se eles [patrões] não descontam, é ruim pra eles. Se descontam, é ruim pra gente. Então muitos preferem não ficar com ninguém fichado... Isso veio pra complicar pra muitas pessoas, muita gente... Porque muitas pessoas perdeu, muitas pessoas que às vezes tinha condições de pagar. De primeira, a gente não era obrigada a trabalhar de carteira assinada. Hoje em dia, é lei. Hoje, se você entrou, com 30 dias tem que assinar sua carteira. Se você for fazer uma faxina, passou de 2 dias, 3 dias, eles têm que assinar sua carteira. Então muita gente não contrata. (FÁTIMA)

Ainda que ela não elabore sua ideia como as demais, no sentido de reiterar a importância da legislação e associar seu descumprimento a condutas inadequadas dos empregadores, que costumam a se reconhecer enquanto tais e a lidar com as empregadas domésticas como trabalhadoras com direitos que são, preocupa-se com efeitos adversos, alguns deles realmente observados. A formalização caiu desde o avanço da legislação, e é possível que os empregadores estejam usando subterfúgios para penalizar as trabalhadoras, reduzindo seus salários, em vez de se encarregarem dos custos da contratação de uma pessoa para trabalhar em suas casas. A questão que fica é como avançar na legislação para mitigar os efeitos adversos, incentivar a formalização e evitar que as trabalhadoras sejam penalizadas pelos empregadores.

Apesar de nunca ter tido carteira assinada antes do atual emprego, e nem acesso à licença-maternidade, Fátima acredita que seus direitos sempre foram devidamente reconhecidos. Responde essa pergunta de maneira enfática, e associa o reconhecimento dos direitos ao caráter dos patrões e das trabalhadoras. Conta que seu patrão já foi trabalhador rural e que sua patroa, antes de casar, trabalhava como empregada doméstica. Ela vê o fato de sua patroa já ter sido empregada doméstica como um elemento importante, que contribuiu para ela ser uma boa patroa, que compreende as necessidades das trabalhadoras. Exemplifica com uma situação em que a nova empregada, recém chegada na casa, precisou ficar com os filhos que passaram mal e sua patroa não reclamou nem descontou no salário. Fátima demonstra extrema gratidão a seus atuais empregadores, relação que abordarei nos tópicos seguintes.

Nenhuma das informantes é sindicalizada, e algumas, como Anne, sequer conhecem a possibilidade. Ester justifica nunca ter buscado o sindicato por não ter precisado, dando a entender que, na sua concepção, o recurso ao sindicato ocorreria em caso de necessidade, não como uma busca coletiva de fortalecimento da categoria.

Quando Fátima menciona aposentadoria, se refere apenas a parar de trabalhar, sem que possa contar com um benefício previdenciário — “INSS aposenta ninguém não”. Carla e Dânia passaram a contribuir para o sistema previdenciário público recentemente, já que seus empregadores anteriores não contribuía. Ester contava com a contribuição para o INSS feita por sua patroa no Brasil, e parou de contribuir depois que emigrou. Brenda não se vê aposentando, acredita que vai morrer antes de isso acontecer. Anne demonstra conhecimento sobre a reforma previdenciária e indignação com a postergação de sua aposentadoria, e também está descrente quanto a se aposentar com o benefício, ainda que já tenha quase 15 anos de carteira registrada (começou aos 15 anos como menor aprendiz). Associa o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, à retirada de direitos, e afirma a importância da troca de gestão para que a reforma seja alterada e ela vislumbre a possibilidade de se aposentar.

6.2.2 Remuneração e jornada de trabalho

Entre as informantes, a com remuneração mais alta, em valores absolutos, sem colocar na conta o número de horas trabalhadas, é Fátima, que recebe três salários mínimos e, depois dela, Dânia, que recebe o equivalente a dois salários mínimos considerando o valor da passagem de ônibus. Anne é remunerada com pouco mais de um salário mínimo, recebe R\$ 1380,00, mais o vale transporte e uma cesta básica. Brenda recebe R\$ 1500,00, mas não recebe um valor a mais para o transporte ou qualquer outro acréscimo. Carla não mencionou seu salário, mas, ao relatar uma situação em que declinou uma oportunidade de emprego com salário maior do que o atual, indicou que hoje é remunerada em menos de R\$ 1800,00. O salário bruto de Ester, no Brasil, era por volta de R\$ 800,00, e por volta de R\$ 600,00 líquido, adicionado de vale-transporte. Ela também recebia o BPC, por conta do filho com Transtorno do Espectro Autista. Olhando hoje para o salário que recebia como babá no Brasil, acha absurdo — “Era só isso. Absurdo, né? Nossa, falando isso em voz alta... Nossa. Eu acho um absurdo. E não tinha vale-refeição, nada disso. Eu comia na casa dela. Ela que cozinhava”.

Diferente das demais informantes, Ester cumpria uma jornada de seis horas diárias de segunda a sexta-feira, geralmente de 13h às 19h, mas esse horário variava segundo as

necessidades da empregadora. Quando começou na casa, trabalhava de 9h às 15h. Depois, com o divórcio dos patrões, seus horários começaram a mudar. Às vezes, trabalhava de 13h às 19h, outras vezes, de 12h às 18h, de 10h às 16h. Sua patroa avisava o horário na noite anterior e, depois de uma conversa em que Ester explicitou como isso vinha afetando sua organização em casa e o cuidado com seus filhos, e pediu aviso com mais antecedência, passou a programar os horários semanalmente. Tinha flexibilidade para ajustar seus horários, caso precisasse, e associa isso ao fato de sua então patroa contar com o apoio da mãe, que morava perto e podia ficar com a criança se Ester tivesse algum imprevisto ou alguma demanda extraordinária. Todavia, relata nunca ter se atrasado ou precisado faltar ao trabalho, por contar com o apoio do então namorado, que estava trabalhando virtualmente, e de sua mãe. Ester trabalhava em um bairro na regional oeste da cidade, e morava na regional noroeste, precisando de cerca de 40 minutos para ir e o mesmo para voltar, sendo um ônibus e uma linha de metrô para cada deslocamento.

Anne trabalha, como babá, um pouco menos de 9h diárias, de segunda a sexta-feira, e é no horário de almoço que tem permissão para mexer no telefone celular e entrar em contato com seu filho mais velho, para saber notícias (se já chegou em casa da escola, se já almoçou). Quando seus patrões estão em casa, acionam ela também durante seu horário de almoço, interrompendo-o repetidas vezes. Seu horário combinado é de 7h30 às 17h, “ou 17h30, porque eu nunca saio cinco horas”. Não tem flexibilidade para alterar seus horários em caso de necessidade, mas “dá um jeito” quando seus filhos têm consulta médica, e quando se atrasa para o trabalho por conta de alguma demanda urgente ligada à saúde dos filhos, seus patrões não reagem bem, como se a babá os tivesse deixando “na mão”. Deu exemplo de duas situações, uma vez que Gabriely caiu na escola e quebrou o nariz, precisando de atendimento médico, e outra vez que Iná acordou na segunda-feira com bronquite agravada e Anne precisou levá-la ao médico. No primeiro caso, um dos patrões reclamou que se atrasou para compromissos do trabalho por conta do horário que Anne chegou, e perguntou se ela não podia esperar o final do dia — “como que eu deixo a criança com o nariz [quebrado], o dia inteiro?”. No segundo caso, queixaram-se de ela não ter levado a criança ao médico no dia anterior — “poxa, porque domingo ela tava bem. Ela acordou mal na segunda-feira, né? Porque eles [filhos] não avisam assim, ó... “mãe, ó, cê já fica avisada...avisa lá [no trabalho] que amanhã eu vou passar mal””.

Manifesta indignação em relação à postura dos patrões, que não se importam com o cuidado que ela precisa realizar em casa e “acham que filho da gente tem que adoecer só final de semana. Não pode adoecer durante a semana”. Ao mesmo tempo, acontece “direto” de Anne ter que ficar além do horário — dois pesos e duas medidas. Quando ela precisa trabalhar além

do horário combinado, seus filhos ficam sozinhos em casa esperando ela chegar. Não é avisada com antecedência pelos patrões para que consiga programar outra logística — “tá dando o meu horário de ir embora e eles me ligam: ‘Ah...eu agarrei, cê vai ter que ficar aí’”. Já aconteceu de ser demandada pelos empregadores logo quando chegou em casa, e ela critica essa postura, que despreza delimitações sobre sua jornada de trabalho:

Esses povo, eles num quer nem saber se ocê tem filho ou não. Ocê tem que estar lá disponível pra eles 24 horas. Cê não pode ter vida fora do serviço, né? Já teve dia que aconteceu, numa sexta-feira, eu chegar em casa e me ligar que precisava de mim. No mesmo dia. Eu falei: “Acabei de chegar em casa”. “Não, pega um Uber aí, que a gente paga, que a gente precisa de você”. Então, eles acham assim: “Tô te pagando, cê tem que estar disponível pra gente 24 horas no dia. Cê não pode ter vida fora daqui. Sua vida tem que ser aqui, cê tem que ser amarrada aqui”. (ANNE)

Anne mora no sudoeste da cidade e trabalha na zona norte. Em dias de trânsito bom, costuma demorar 1h45 para ir e o mesmo para voltar. Prefere uma rota com um ônibus a mais em seu deslocamento, mas que permite que ela saia de casa um pouco mais tarde e, assim, tome café da manhã com os filhos e os acompanhe até o transporte escolar. Para pegar essa rota, conversou com os patrões para que aumentassem o vale-transporte.

O horário de trabalho de Brenda é entre 7h e 18h, de segunda a sexta-feira, sendo que vai e volta caminhando. São 25 minutos para ir e 25 minutos para voltar. Trabalha em um condomínio de luxo em sua cidade, e tem experiência de trabalho em todos os condomínios da região. Já trabalhou como babá também em Belo Horizonte, em um bairro de luxo na zona sul da cidade, e em outro município metropolitano. Quando trabalhava em Belo Horizonte, recebia uma diária de R\$ 110,00, que já deveria incluir seu transporte. Brenda também não tem flexibilidade no trabalho em caso de urgências de saúde, sendo que já precisou sair para trabalhar deixando os filhos doentes em casa — “muitas vezes, meus meninos tão com febre e eu tenho que deixar eles aqui pra trabalhar, porque, se eu faltar lá, eles vão achar ruim, vão descontar do meu salário. (...) é muito difícil”. Em ocasião que chegou atrasada por conta da febre de um dos filhos e avisou os patrões que o levaria ao médico, ouviu que estava sendo irresponsável. Em contraposição, quando os filhos dos patrões estão doentes, seu horário de trabalho não é respeitado e é ela quem deve cuidar.

Quando são eles, não ligam, né? Tem vez que eu saio de lá sete horas, sete e meia. Tem dia que... Eles sabem que eu vou embora seis horas. Eles saem de carro, deixam as crianças comigo. Eu ligo, mando mensagem, aí: “Ah, a gente tá em tal lugar, a gente vai demorar um pouco”. Eu falo: “Mas eu tenho que ir embora”. Meu celular é cheio de mensagem pra eles assim, quase todo dia.

Quando os meninos estão passando mal, eu tenho que sair mais tarde, porque tem que fazer os meninos dormir... Se tá gripado, sou eu que tenho que limpar o nariz, né? Com o soro... Lavar o nariz... Aí tem que esperar o menino dormir, tem que lavar... É isso. (BRENDA)

Quando precisa ficar até mais tarde no trabalho, conta com a ajuda de uma vizinha para o cuidado dos seus filhos e a remunera por isso, incorrendo em gastos — “sempre tem que tirar um pouquinho do dinheiro e dar, né... Pra pessoa, pra ajudar”. Além disso, não tem reconhecido o direito a afastamento remunerado por motivo de saúde, e teve que ir trabalhar quando seus patrões estavam contaminados pelo coronavírus.

Carla trabalha de segunda a sexta-feira, sendo que de terça a sexta-feira de 8h30 às 18h, e segunda-feira de 7h até a hora que a patroa chega do trabalho, podendo ser às 18h30 ou 19h. Mora na zona leste da cidade e trabalha na norte, precisando de dois ônibus para ir de casa para o trabalho e dois para voltar. Diferente de Anne e Brenda, Carla tem alguma liberdade para organizar seus horários no trabalho em caso de urgência. Se chega mais tarde por conta dos filhos, desconta as horas do banco de horas que, em geral, estão sobrando, por ser sua empregadora quem mais demanda mudanças no horário (horas extras) — “atualmente, a minha patroa me deve 33 horas”. Quando pede que Carla fique até mais tarde no trabalho, ela avisa os filhos, e o mais velho prepara o jantar e cuida dos irmãos durante sua ausência.

Dânia e Fátima são as únicas que dormem no emprego rotineiramente. Às segundas, quartas e sextas-feiras, Dânia começa a trabalhar às 8h e retorna para casa às 14h. Às terças e quintas-feiras, trabalha desde cedo e dorme no serviço. Antes da sua saída desse mesmo trabalho (meses antes da conversa que tivemos), para o qual retornou após ajustes nos termos, dormia no emprego de segunda a sexta-feira e se responsabilizava por tudo o que afetava a criança. Era ela quem colocava o menino para dormir (hoje é a mãe quem faz isso) e ficava o tempo todo com ele. Os pais, sobretudo a mãe, ficavam com a criança nos momentos em que Dânia ia tomar banho, se alimentar ou fazer algum outro trabalho doméstico, como lavar a louça. Dormir no local de trabalho não é sua opção caso tenha outra possibilidade sustentável de emprego, e associa não gostar de dormir no emprego à pressão de estar na casa dos outros, não ter privacidade, e a um cansaço maior.

Dânia mora na zona noroeste de Belo Horizonte e trabalha em um bairro localizado na divisa do município de Belo Horizonte com outro da região metropolitana, no extremo sul da cidade. Precisa de cerca de 1h para cada deslocamento entre a casa e o trabalho. Tem flexibilidade em termos de horário e frequência, se precisa de alguma alteração por conta do filho, desde que avise com antecedência. Quando acontece de seus empregadores pedirem para

ela ficar até mais tarde no trabalho e Mateus está morando com ela (e não com os avós paternos, no sul do país), pede à amiga com quem divide apartamento para buscá-lo na escola.

Fátima trabalha de segunda a sexta-feira, da hora que levanta até a hora que vai dormir, e argumenta, com certo orgulho, que não tem “esse negócio de horário” — “eu, a hora que eu levanto, até a hora que eu deito, eu tô mexendo. Ela briga comigo, e eu falo ‘tá, boba, vai descansar’. Eu tenho coisa pra mexer, eu vou mexer”. Aponta como contrapartida a compreensão e a confiança dos patrões caso precise ficar alguns dias fora do trabalho por questões pessoais. Seria uma via de mão dupla, segundo ela: eles, ótimos patrões, ela, 100% disponível, “não tem disso comigo. Precisou de mim, eu tô aqui (...) se eu precisei, também tem que estar pronto pra me servir”. Não exemplifica uma situação em que eles teriam “a servido”, no máximo sugere que não descontam do seu salário em ocasiões de adoecimento.

Vale ressaltar que, antes da sua rotina de trabalho como babá começar, ela se desloca até o escritório dos patrões, em outro endereço, para fazer faxina. Reforça que são serviços diferentes e recebe um valor extra para realizar esse trabalho. Às 7h da manhã já está de volta na casa para começar sua rotina de trabalho como babá. Só nos finais de semana Fátima volta para sua casa, localizada em um município da região metropolitana. Quando vai de ônibus, demora de três a quatro horas por viagem, mas costuma ir de carro de aplicativo. Ela associa dormir no emprego a achar um desaforo chegar em casa do trabalho e precisar fazer trabalho doméstico também onde mora, enquanto o companheiro e o filho descansam — “(...) eu acho desaforo, eu chegar em casa tarde, ir pro fogão, ter que fazer comida, e eles chegar e deitar, e ficar quietinho. Aí eu não vou, fico aqui. Eu fico a semana toda”. A primeira menção que faz a dormir no trabalho é essa, tomando para si, de certa maneira, a responsabilidade pela jornada extensa que faz, como uma escolha.

Fátima também trabalha aos finais de semana, quando acontece de seus patrões precisarem de alguém para ficar com as crianças (se viajam, por exemplo). Nossa conversa aconteceu em um dia de domingo, na casa em que ela trabalha. Seus patrões estavam viajando e ela passava os dias ali com sua filha mais nova e com os filhos dos patrões, um deles uma bebê de colo, que precisei carregar em certo momento, no transcorrer da conversa, para desafogá-la. Mesmo em seus dias de folga, Fátima é interpelada pela família empregadora via ligações e manifestações de falta.

Parece naturalizado, no discurso de Fátima, o fato dela trabalhar praticamente 100% das horas do seus dias, de segunda a sexta-feira, quando não está dormindo. Ao mesmo tempo que ela não tem ponderações negativas a fazer sobre as suas próprias condições de trabalho (que

são as mais extenuantes dentre as experimentadas pelas informantes), expressando, inclusive, uma profunda gratidão em relação à família que a emprega, ela manifesta visão contrária a dispositivos que têm como objetivo resguardar trabalhadoras domésticas de relações empregatícias abusivas, a saber a formalização do vínculo de trabalho e a Lei das Domésticas. Ao narrar sua relação com os patrões e a autoridade que lhe conferem na casa em que trabalha, questões que serão aprofundados em tópicos seguintes, indica se sentir valorizada enquanto trabalhadora e sugere que, para ela, a compreensão mútua em situações de necessidade seria a chave para uma boa relação e justificaria as condições de trabalho, como se os dois lados da relação de trabalho estivessem em um mesmo patamar em termos de poder de barganha.

Anne, eventualmente, também trabalha em dias de sábado, na casa onde presta serviços durante a semana. Quando isso acontece, trabalha de 8h às 12h. Brenda e Dânia, às vezes, trabalham como babás diaristas em feriados, sábados e domingos. Ester não menciona trabalhar aos finais de semana em sua experiência como babá no Brasil, mas acontece nos Estados Unidos, ainda que excepcionalmente. Carla, quando solicitada para trabalhar em dias que seriam sua folga, aceita, porque precisa do dinheiro extra. Nessas ocasiões, dialoga com os filhos para que compreendam sua necessidade, mas não é simples abrir mão do tempo com seus filhos para trabalhar mais. Sua maternidade é afetada e tem tentado evitar essas situações, ainda sem sucesso — “eu tô sempre ao contrário, eu tô sempre tentando encaixar a minha vida no serviço”. As necessidades dos empregadores vão se impondo e o afeto que desenvolveu com a família afeta sua resposta, somando-se às suas necessidades financeiras:

Quando você é a única [babá], e aí, você se envolve com as famílias é muito difícil porque, por exemplo, a patroa, ela separou no começo do ano. E aquilo, a separação dela requis muito de mim, sabe? Ela precisou muito, e o Martin precisou muito de mim. (...) Sábado que vem, ela vai ter uma festa para ir que não vai criança. Aí, o bebê vai ficar comigo porque ele não fica com outra pessoa. Não adianta, ele não dorme com outra pessoa, só com a Carla. Ou é a mamãe ou é com a Carla. Com a Carla ele fica. (CARLA)

O vínculo que estabeleceu com a criança que cuida e sua família afeta não apenas a reação de Carla diante de demandas extraordinárias, mas por vezes influencia suas decisões sobre movimentações profissionais. Recusou uma proposta de trabalho em que seria melhor remunerada do que é atualmente, “porque como vai ficar a cabecinha dele [Martin]? ‘Por que a Carlinha saiu?’ (...) o dinheiro é muito importante, e eu preciso. Hoje, a mãe dele não pode me pagar esse valor, mas quem sabe o ano que vem”.

6.2.3 Rotina de trabalho

A rotina de trabalho das informantes envolve atividades de cuidado de diversas naturezas. Me aproximo de cada uma delas, na tentativa de identificar o que os empregadores esperam quando contratam babás. O entendimento dessas expectativas ficará mais claro quando forem abordadas as tensões envolvidas neste trabalho.

Anne, ao chegar, prepara o café da manhã da criança (Maria Eduarda) e a acorda. Após o café, Maria Eduarda tem um horário livre diante da TV, estipulado por seus pais, em relação ao qual Anne manifesta discordância. Às 9h, ela dá uma fruta, na espera do almoço (dá o almoço entre 11h30 e 12h). Nesse intervalo entre a fruta e o almoço, brincam e fazem atividades para incentivar o cérebro. Após o horário de almoço, Anne dá banho em Maria Eduarda, que em seguida dorme cerca de 30 minutos. Enquanto a menina está dormindo, Anne cuida das suas roupas (tira da máquina de lavar e guarda no armário). Depois que a criança acorda, Anne dá um suco, uma fruta, ou alguma outra coisa que ela queira comer. Antes de ir embora, deve deixar o jantar de Maria Eduarda preparado e a menina de banho tomado. Maria Eduarda não vai para a creche todos os dias, “porque eles têm dinheiro pra pagar a escola pra menina não ir...não sei por que ela não vai todo dia”. Quando vai, é Anne quem leva e busca. Apesar de ser essa a rotina, ela menciona que, com frequência, é demandada pelos patrões para realizar outras atividades que não seriam de sua responsabilidade: “sempre tem um desvio de função. ‘Ah, lava uma roupa, passa uma roupa, passa uma vassoura na casa, põe um feijão no fogo...’. Nunca cê tá ali pra fazer serviço de babá. Cê sempre tem que fazer uns favorzinhos, sabe?”. Isso acontece ainda que, três vezes por semana, outra trabalhadora faxine a casa.

Brenda também chama a atenção para a realização de atividades que extrapolam sua função enquanto babá — “na função de babá, eu ainda faço o almoço. É complicado”. Sobre colegas de trabalho, ela cita um caseiro. Ela cuida de três crianças de diferentes idades (um ano e oito meses, quatro anos e cinco anos) e sua rotina é corrida:

Chego lá, e já tão na porta me esperando com o neném, o menorzinho: “Aqui, ó, toma, tá? Tchau, tô indo pro meu escritório”. É... Eles somem. Vão pro escritório e pronto. Então, eu chego, eu tenho que dar café, eu tenho que dar banho. Porque muitas das vezes eu chego lá e eles não tiraram nem a fralda dele da noite. (...) Os outros tão dormindo ainda. Aí, chego, dou banho, café. Aí, nove horas, passeio com ele. Quando eu volto, os maiores tão acordados. Aí, faço o café deles. (...) Dez horas, tô ensinando dever pros dois maiores, que é o Fabiano e o José. (...). Onze e meia tô dando almoço. Meio-dia tô na entrada do condomínio, botando os dois maiores no escolar. Volto, aí tem roupa do Enzo pra lavar, roupa dos irmãos pra cuidar. É... Brinquedo, porque lá eles são muito rigorosos, sabe? Tem que lavar os brinquedos duas vezes na

semana. É... Eu cuido da roupa, da alimentação, do quarto, de tudo que é relacionado às crianças, sou eu. E duas horas o Enzo dorme. O Enzo dormindo, aí eu corro, faço tudo, né... A jantinha deles, que eu tenho que deixar pronta. Seis horas eu tenho que dar a janta. Então, eu nunca saio de lá seis horas, porque seis horas é a janta deles. Então, assim, eu chego mais tarde em casa. Tem que passear, tem que levar... Tem dia que tem aula, tem natação de manhã. Eu tenho que pedir o Uber do meu celular, pra levar eles. É... Tem dia que tem médico, eu tenho que ir. (BRENDA)

De manhã, também prepara o lanche para as crianças levarem para a escola, de acordo com as dietas específicas que seguem. As orientações sobre a alimentação das crianças não estão relacionadas a restrições alimentares, mas à opção dos pais. Ao falar sobre isso e sobre outras questões que envolvem a maneira de educar, Brenda associa o estilo de vida “muito natural” dos patrões ao aumento de suas atividades como babá: além de aprender novas receitas e cozinhar alimentos segundo dieta específica (as crianças não comem leite e ovo), precisa lavar quatro ou cinco fraldas por dia (usam fralda de pano), dar banhos nas crianças com folhas, lavar os brinquedos duas vezes na semana e organizá-los e reorganizá-los várias vezes ao dia (as crianças tiram e não colocam no lugar, e, por ordens dos patrões, ela não pode corrigir ou pedir que guardem).

As falas de Brenda reiteram o argumento de Carneiro (2022) a respeito de uma sobrecarga das cuidadoras de crianças, como efeito das novas necessidades propagadas pelo discurso naturalista e impostas pelo “pacote da maternidade consciente”. Independente da vantagem ou desvantagem das práticas, no caso de Brenda, é ela quem precisa dar conta da implementação de um estilo de vida escolhido por seus empregadores para seus filhos e lidar com as consequências disso em sua rotina de trabalho. Se fica mais sobrecarregada, sem dúvidas chega em casa também mais cansada e isso afeta suas condições de realização do cuidado que gostaria com seus filhos.

Carla, quando chega no trabalho, toma café com a criança que cuida e passa a manhã desenvolvendo brincadeiras com ela. À tarde, a criança vai para a escola e, nesse período, ela limpa o ambiente que o menino fica, lava e passa roupas e arruma a cozinha. Na segunda-feira, também busca a criança na escola.

Dânia também começa seu dia de trabalho brincando com Artur e, ainda pela manhã, dá ao menino lanche e banho, até chegar a hora do almoço. Depois do almoço, arruma-o para a escola e, enquanto ele não está em casa, organiza seu quarto, lava suas roupas, e o que mais precisar. Na terça e na quinta-feira, dias em que dorme no trabalho, esquenta a comida de Artur por volta de cinco horas da tarde e dá a ele o jantar quando chega da escola. Até às seis e meia

da tarde brincam e, para encerrar o expediente, Dânia dá banho em Artur. Entre sete e sete e meia da noite, ela termina as atividades combinadas e vai para o quarto onde dorme. Sua rotina mudou muito depois que passou um tempo fora desse trabalho e foi recontratada. Antes, dormia com a criança no quarto de segunda a sexta-feira, e “não tinha [horário de trabalho], era quase 24 horas. Dormia com ele, acordava com ele, era o tempo todo. (...) Ele nunca dormiu muito bem, então eu dormia muito mal à noite, acordava já cansada”. Os empregadores de Dânia contratam, além dela, uma cozinheira, que acaba também fazendo faxina; uma passadeira; e uma babá folguista para os finais de semana.

Quando Ester morava no Brasil, sua rotina de trabalho como babá variava a depender do horário que chegava na casa dos patrões. Se chegava no turno da manhã, ajudava Gabriel com o dever de casa e o entretia com brincadeiras até o horário do almoço. Depois do almoço, arrumava a cozinha, lavava louças, estendia roupas no varal, e, só depois disso, voltavam a brincar. Se chegava no início da tarde, começava o expediente com esses trabalhos domésticos para, em seguida, ajudar Gabriel com o dever de casa e desenvolver brincadeiras. No final do dia, arrumava os brinquedos, dava banho em Gabriel e esquentava seu jantar. Depois que ele comia, ela ia para casa. Apesar de ter que arrumar a cama dos patrões, a cozinha, e estender as roupas de todos os moradores da casa (quando começou lá, moravam o pai, a mãe e a criança, e depois passaram a viver na casa apenas a mãe e o filho), considera que não fazia muito além de sua função.

Fátima, quando começou a trabalhar na casa em que trabalha atualmente, estava contratada para fazer trabalho doméstico e “correr o olho” nos dois filhos que os patrões tinham até então, de 16 e 6 anos. Ou seja, desde o início acumulava funções. Poucos meses depois de ter começado, sua patroa descobriu uma nova gravidez e logo veio outra criança. Com isso, Fátima passou a priorizar os cuidados com o bebê e uma segunda trabalhadora foi contratada para “ajudá-la” com o trabalho doméstico — “tava ficando muito apertado, que ele gosta muuuito de um colo”. Sem dúvidas, não é de se esperar que uma única trabalhadora dê conta dos cuidados de um bebê recém-nascido, de uma criança de 6 anos, de “correr o olho” em um adolescente de 16 e de fazer todo o trabalho doméstico necessário em uma casa com sete pessoas (seus patrões com os três filhos, Fátima e a filha), além de cuidar da própria filha.

Fátima segue fazendo algumas atividades que ultrapassam seu trabalho como babá, mencionando, expressamente, as de lavar e estender as roupas. No dia em que estávamos conversando, um domingo, ela estava sozinha na casa dos patrões com as crianças — a outra trabalhadora provavelmente não é convocada para trabalhar nos finais de semana — e preparou

o jantar para todas. Nos relatos de suas experiências de trabalho anteriores, não fica claro se ela estava contratada como babá ou para realizar outros serviços domésticos e, quando ela narra com mais detalhes, é possível perceber acúmulo de funções. Quando sua filha mais nova nasceu, estava trabalhando em uma residência onde era encarregada tanto pelo cuidado das crianças quanto pelo trabalho doméstico geral da casa.

Atualmente, sua rotina de trabalho de segunda a sexta-feira começa com seu deslocamento ao escritório dos patrões, em outro endereço, para fazer faxina. De volta à casa, ainda bem cedo, prepara o café da manhã para todos e arruma a mesa. Depois que seus patrões saem para trabalhar, fica por conta do bebê e, quando ele dorme, ajuda as outras crianças com o dever de casa e se junta à outra trabalhadora na realização do trabalho doméstico, “que eu não guento ficar parada”. Entre sete e oito horas da noite, seus empregadores chegam do trabalho e pegam o bebê, “mas o neném não pode me ver, não pode escutar minha voz que ele me quer, então acaba vindo pra dentro do quarto ficar comigo”.

Além dessas funções, a ideia é que Fátima assuma também a função de motorista das crianças. Seus empregadores querem que ela emita uma Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para passar a dirigir um carro da família, e já custearam algumas das taxas necessárias e um pacote de aulas. O patrão insiste que ela conclua os procedimentos necessários, pois, segundo ele, seria “mais fácil e mais barato”, e Fátima considera a habilitação vantajosa para si também, porque passaria a voltar para a casa, aos finais de semana, dirigindo. Enquanto isso, seus empregadores vêm recorrendo a um motorista contratado pela empresa da qual são donos para o transporte das crianças à escola.

Fátima reconhece que é fundamental para o bom andamento da casa em que trabalha e de sua própria casa e explica, sobre suas responsabilidades, que “lá em casa tudo sou eu que resolvo, aqui [onde trabalha] também”. Esse “tudo” na fala dela, quando se refere ao seu local de trabalho, compreende o que envolve gerir a casa e os cuidados. Fátima fica com um cartão de banco da família, com documentos das crianças e autorizações. Ainda que outra trabalhadora fique responsável por cozinhar e fazer faxina, é ela quem sabe o que está faltando na despensa da casa, o que precisa ser comprado e o que deve ser feito de almoço. Adicionalmente, os membros da família a procuram para desabafar sobre problemas pessoais — “(...) eu sou babá, sou psicólogo. (...) se tá com algum problema, tanto ele quanto ela, chega, chama, senta, conversa comigo. Problema deles, né. Não é meu. (...) De tudo. (...) Os menino é a mesma coisa”. Exerce uma função afetiva e um trabalho quase terapêutico.

Ao relatar a multiplicidade de tarefas que assume (“sou tudo eu que resolvo”), ela não reclama expressamente do acúmulo de serviço, por mais que em determinado momento manifeste certo cansaço (“o negócio aqui anda até bem puxado”). Ainda assim, como mencionei, Fátima parece ter o cotidiano profissional de maior sobrecarga dentre todas as informantes. Quando fala da família que a emprega atualmente, ele demarca sem ressalvas o seu carinho e a sua gratidão, destacando o tratamento “humano” e compreensivo que recebe, mas não salientando, em nenhum momento, as condições intensas de sua rotina de trabalho. Nesse sentido, é crucial ter em mente o caráter ambíguo da situação das babás (Cf. ZELIZER, 2011; SILVEIRA, 2014), que muitas vezes oblitera a própria percepção das injustiças e dos desequilíbrios envolvidos. O que fica patente, no curso dos diferentes relatos, é justamente o amálgama complexo que constitui o trabalho de cuidados, frequentemente colocando os sujeitos que o exercem em um limiar ambivalente, entre o zelo e a exploração, a intimidade e o dinheiro, a violência e a afeição.

6.2.4 Ester como Au Pair

Após esse esforço de sistematizar as condições de trabalho que pautam a realidade das informantes enquanto trabalhadoras no Brasil, apresento as condições sob as quais Ester tem trabalhado nos Estados Unidos enquanto Au Pair. Vendido como um intercâmbio cultural que oferece a jovens com idades entre 18 e 26 anos a oportunidade de viverem nos EUA por 12 a 24 meses, com uma família anfitriã, cuidando da(s) criança(s) dessa família e estudando, o programa dá pouca ênfase ao fato de se tratar de uma experiência de trabalho. Ester o descreve da seguinte maneira:

Eles **trazem alguém de fora pra poder arrumar uma mão de obra mais barata** pra cuidar dos filhos, porque aqui ter babá é uma coisa de luxo, é muito caro, é muito caro, pago por hora. Então eles trazem a gente e eles pagam por semana, independente de quantas horas a gente trabalhar o valor é o mesmo. Então eu moro na casa dos meus chefes. Em troca eles me dão um **quarto e comida**. E uma **ajuda de custo** que, o valor, como eu disse, não é muito alto, porque a intenção do programa é essa, pagar mais barato. (ESTER, grifo nosso)

Em uma fala breve, Ester apresenta uma visão crítica sobre o programa. Ainda que não mobilize conceitos ou aprofunde seus argumentos sobre processos globais, de maneira objetiva,

sua fala expõe a face exploratória do programa e o situa como veículo para a reprodução de desigualdades entre Norte e Sul, dentro da cadeia global de cuidados.

Segundo as regras do programa, as intercambistas, ou melhor, trabalhadoras, moram na casa dos empregadores, chamados de anfitriões, pelo período de um ano, prorrogável por mais um, tendo acesso à comida na casa e recebendo uma remuneração de 200 dólares semanais. Tem acesso também a 500 dólares para estudos — Ester se matriculou em um curso de inglês gratuito e embolsou os 500 dólares. Onde mora e trabalha, Ester tem disponível um carro para levar e buscar as crianças na escola e, em seu tempo livre, pode usá-lo também para interesses pessoais. Ela relata que tinha grande expectativa em relação ao ganho financeiro com o Au Pair, e essa expectativa foi quebrada a partir do momento em que passou a viver nos EUA: não conseguia juntar muito dinheiro dos 800 dólares que recebia mensalmente. Sobre sua construção de expectativa:

Eu tava um dia na Internet, eu vi algum comentário de alguém pedindo dicas de intercâmbio barato e uma pessoa respondendo sobre o Au Pair. Aí eu joguei no Google, fui pesquisar, e pronto. Falei, “nossa! Será que é isso? Isso aqui é tráfico. Não é possível. Só 4 mil reais procê passar 2 anos lá fora e ainda ganhando 200 dólares por semana!”. Aí eu, bobinha, joguei 200 dólares na conversão. E aí tava dando tipo 4 mil reais por mês. Eu falei, “porra, ganhar 4 mil reais. Eu ganho 800 reais na Marcela [então patroa]. Tipo assim, 4 mil reais. Vai ser uma mudança de vida. 4 mil reais é muito dinheiro. Dá pra juntar o dinheiro. Juntando o meu, e o do Gabriel, a gente consegue fazer 50 mil em um ano”. (...) Aí eu vim com essa cabeça de juntar um dinheiro, pra poder voltar pro Brasil com dinheiro. (...) E aí que eu ia ser felizes para sempre. (ESTER)

Em seguida, a quebra da expectativa:

Eu não consegui juntar dinheiro. Aqui, tudo é muito caro. O custo de vida aqui é altíssimo. O salário que eu ganho, ele é muito baixo. 200 dólares não é nada. Você imagina, tipo assim... Você, no Brasil, recebendo 800 reais. Porque, tipo... 800 dólares pra eles é 800 dólares. É como se fossem 800 reais pra gente... O que a gente compra por 800 reais, eles compram com 800 dólares aqui. (...) Aqui eu gasto em dólar também. (...) Eu recebo 200 por semana. Então, pra mim é muito pouco. Eu não consigo fazer nada. Eu não consigo pagar minha terapia. Eu não consigo fazer academia. Se eu quero tomar uma cerveja no bar com as meninas, é muito caro. (ESTER)

Em relação aos seus gastos, Ester menciona que, como Au Pair, por viver onde trabalha, sente necessidade maior de sair de casa e passear, o que aumenta seu custo de vida. Ainda, quaisquer comidas fora do padrão de alimentação da família ficam a cargo dela, já que só fornecem “o grosso”.

Não acha justo o valor que recebe como pagamento, sobretudo considerando que fica refém dos horários dos patrões e que mudanças na sua jornada de trabalho não implicam alteração na remuneração — “pode incluir feriados, finais de semana... Eles têm toda a autonomia de fazer o que quiser com seus horários, com o cronograma”. A jornada de trabalho estipulada pelo programa é de 45 horas semanais, sendo no máximo 10h de trabalho por dia. Ainda que o programa estabeleça algumas regras a respeito do horário de trabalho, Ester relata que, caso aquilo que acontece na prática fugir a essas regras, nada acontece. Quando perguntei a ela sobre o reconhecimento de seus direitos enquanto trabalhadora, ela respondeu de maneira categórica que “não, aqui não tem isso [direitos] não. Aqui se deixar, você trabalha 12 horas no dia”.

A agência pela qual foi registrada no programa deve fazer o papel de prestar suporte às agenciadas/trabalhadoras durante toda a permanência no programa, e tomar providências quando acionadas por alguma inadequação. Entretanto, Ester, não tendo direitos reconhecidos como trabalhadora nos EUA, nem como cidadã do país, percebe a si mesma como “o lado mais fraco” na relação de trabalho, descartável e facilmente substituível pelos empregadores, e receia correr o risco de ter que retornar ao Brasil se expressar insatisfações, e da família anfitriã/empregadora criticá-la enquanto trabalhadora para outras famílias que poderiam recebê-la, sobretudo para famílias consideradas “boas” (que não demandam trabalho aos finais de semana e que disponibilizam carro para uso). Esses receios fazem com que ela, para não ser prejudicada, opte por abrir mão de reivindicar perante à agência quando demandam que trabalhe em horários que extrapolam o previsto pelas regras do programa ou quando é tratada de maneira inadequada. Ester “engole sapo”, por ter muito mais a perder, ainda que não ache certo fazê-lo e aconselhe outras pessoas a reivindicarem seus direitos. Por regra do programa, sua agência a procura ao menos uma vez por mês checando se está tudo em ordem, e o faz via Whatsapp. Ela menciona ter recorrido à agência somente em dois momentos: recentemente, para solicitar a prorrogação de sua permanência no programa; e quando precisou do consentimento da agência, atestado em um documento, para que ela viajasse para fora dos Estados Unidos (estando no programa, precisa dessa autorização).

Mencionou que “o máximo” a que faz jus é a um seguro de saúde, mas que é “mixuruca”. Por receio de, mesmo com o seguro, receber boletos caros para pagar, ela não foi ao hospital quando precisou — “nossa, quantas vezes eu vi que eu precisava de antibiótico, sabe? De dar a placa na garganta, da garganta fechar. Peguei Covid, fiquei muito mal também. (...) eu só vou para o hospital se eu tiver morrendo, se entrar uma bala na minha testa”.

Em relação a suas atribuições como Au Pair, menciona que seu papel é prestar suporte aos pais das crianças para que possam sair de casa para trabalhar, e que realiza, no dia a dia, funções “mais tranquilas” se comparado às executadas por outras trabalhadoras Au Pairs que conhece. Ela observa que algumas famílias anfitriãs/empregadoras demandam que as mulheres imigrantes assumam uma ampla gama de funções de cuidado associadas às crianças mesmo durante o período em que estão presentes em casa, e esse não é seu caso. Seu horário de trabalho costuma ser de segunda a sexta-feira, entre 7h30 e 18h, com folga entre 9h e 12h30. Na casa onde mora e trabalha, cuida de três crianças: de 4, 9 e 14 anos. Em relação à de 14 anos, o trabalho se resume a lavar as roupas.

Às 7h30, Ester acorda e já começa a trabalhar: prepara o almoço das crianças mais novas, monta as lancheiras e arruma as mochilas. Prepara o menino de quatro anos para a escola diariamente: troca de roupa, escova os dentes e o que mais for necessário. A de nove já se arruma sozinha. Entre 8h e 8h20 deixa a criança de nove anos na escola, e às 9h o de quatro anos. Em seu tempo de folga, no meio do dia, sai para caminhar, faz alguma atividade física, estuda ou, estando muito cansada, fica em casa descansando. Às 12h30, busca o de quatro anos na escola e passa tempo com ele, até a hora de buscar na escola a de nove anos, alguns dias às 14h e outros dias às 17h, a depender das atividades extracurriculares da menina. Nos dias em que ela tem atividades depois do horário da escola (de piano ou alemão), Ester busca na escola às 14h para levá-la nas aulas. À tarde, antes de buscar a de nove, entretém a criança menor, leva ao parquinho, a um museu de crianças da cidade, ou desenvolve outras atividades. Em dias que tem muitas tarefas domésticas para executar, ficam em casa. É ela quem lava e passa as roupas e limpa o quarto das crianças. Depois de buscar a menina de nove, volta para casa e dá banho no menor. Por volta de 18h, encerra seu expediente, apesar de permanecer na residência onde trabalha.

Ester omitiu da agência que a acompanha o fato de que é mãe. Fez isso por perceber uma maior dificuldade de ser aceita por alguma família contratante quando essa informação é sabida, e informa, inclusive, haver outras agências que não aceitam que mães se cadastrem no programa. Vê como preconceito a vedação ao cadastro de mulheres mães, e relata casos de mulheres expulsas do programa depois de denunciadas.

6.3 O trabalho como babá e a maternagem: encontros e desencontros

6.3.1 A presença dos filhos nas casas dos patrões

Ester nunca precisou levar seus filhos para o trabalho, mas essa já foi a realidade das outras informantes. Dânia também não precisou fazê-lo atuando como babá, mas levou seu filho para o trabalho por um período, depois de retornar da licença-maternidade, na época em que estava empregada em uma pousada e não tinha conseguido vaga na creche. Anne, Brenda, Carla e Fátima, em algum momento de sua atuação como babás, precisaram levar os filhos para as casas onde prestavam serviço. Brenda fez isso uma vez “para nunca mais”, pois não percebeu acolhimento por parte da família que a empregava. Foi “muito ruim”, e o incômodo dos patrões com a presença do filho dela ficou explícito em uma situação envolvendo comida: “Eu vi que eles tavam desfazendo dele... Eu levei ele, o Bruno e tudo, ele queria um iogurte, e eu pedi ela. Ela deixou, mas com (...) aquele ar de, né... ‘Nossa, vai gastar aqui em casa’”.

Conforme Brenda percebeu, seu filho também ficou chateado com a situação do iogurte, e ela não conseguiu dar a ele a atenção que gostaria. Ele ficava quieto, e eventualmente ajudava a mãe quando ela pedia — “ele ficava no cantinho assim, ó... Mexendo com o colarzinho”. Brenda narra um estranhamento por parte do filho com relação à diferença de realidade socioeconômica da família em que sua mãe trabalhava e a sua, e a questionou posteriormente: “Ah, mas por que é assim diferente, as pessoas? Por que lá eles têm todos os brinquedos que eles querem? Tem isso na geladeira...”. A saída que Brenda encontrou para lidar com os questionamentos do filho em relação às diferenças socioeconômicas que percebeu foi reforçar para o menino a importância dos estudos para “ter uma condição boa”.

Esse choque de realidade também foi percebido e questionado por Mateus, filho de Dânia, quando ela o levou à casa em que trabalhava. Isso ocorreu fora do horário de trabalho, quando ela não estava trabalhando na casa e foi apresentar seu menino para a criança de quem cuidava. Eventualmente, eles se comunicavam por videochamada, e o menino dizia querer conhecer o filho de sua babá. Como ela conta, Mateus “começou a ver o mundo de possibilidades” que o filho dos patrões tinha, e ficou “muito deslumbrado”, e também achando “um absurdo aquela criança ter tanta coisa e nem brincar, e ele não ter”. Sentiu ciúme, uma espécie de raiva. Ela avalia que não foi uma boa ideia levar o filho lá, em função do deslumbramento com esse “mundo de possibilidades” que não fazem parte de sua realidade e que ela não tem condições financeiras para prover.

Essa distância social, que marca a realidade das duas famílias em interação, e que se apresenta para a criança quando vai à casa dos empregadores da mãe, faz com que os filhos mais velhos de Anne, com 14 e 8 anos, também não gostem de acompanhar a mãe no trabalho, quando ela precisa. Ficam quietos e acuados, “só levantam quando eu falar: ‘Ó, vão deitar, vão dormir...’. Se bobear, nem uma água toma (...) porque eles sabem que aquilo ali não é a realidade deles”.

Ela já precisou levar seus filhos consigo para o trabalho em alguns finais de semana que é chamada para dormir no emprego e não tem com quem deixar as crianças. Algumas vezes leva os quatro. Outras, considerando o desconforto dos mais velhos, leva só as duas mais novas e deixa os outros dois em casa, com orientações de segurança e ligando com frequência para ter notícias. Assim como Brenda, ela não conseguia se dedicar aos filhos, somente dando atenção a eles depois que a filha dos patrões ia dormir. Anne não fica tranquila com os filhos no seu local de trabalho, tem receio de sumir alguma coisa da casa e os empregadores culparem suas crianças, por preconceito com moradores de favela. Conta que há câmeras de segurança instaladas na parte interna da casa, na sala, e, para evitar acusações indevidas, opta por dormir ali junto com os filhos, onde tudo está sendo filmado. Ao falar sobre seu receio de acusações infundadas, resgata testes que os patrões fizeram quando ela começou no trabalho, para confirmar sua honestidade — “eu tava achando correntinha de ouro no meio das fralda da Maria Eduarda...aliança de casamento, dinheiro. E tipo assim, aonde eu achava, ficava. Eu não punha nem a mão, nem pra tirar do lugar”.

Esses testes são relatados pela maioria das informantes, configurando uma prática comum entre empregadores. A presença de câmeras internas na residência em que Anne trabalha também não é uma excepcionalidade. A casa em que Carla trabalha atualmente tem câmeras de monitoramento voltadas para os cômodos internos, supostamente por conta de situações anteriores, em que outras babás teriam maltratado a criança. Carla se sentiu vigiada quando começou sua experiência nessa casa, tanto por conta das câmeras, quanto porque seus patrões ficavam em casa durante todo o dia, em teletrabalho. “Eu me senti num Big Brother. (...) Cê fica assim, tipo assim, será que se eu brincar com ele de apontar o dedo, eles vão ver e vão entender que eu tô brincando? É tudo diferente”. Nesse sentido, a presença das câmeras impõe à experiência cotidiana do trabalho uma dinâmica de maior tensão.

Voltando ao caso de Anne, cabe apontar que seus receios, associados a preconceitos por parte dos patrões, não se resumem à possibilidade de acusações caluniosas de roubo. Tem medo de que eles a culpem caso Maria Eduarda se comporte de alguma maneira que os desagrade,

como se a interação com seus filhos pudesse influenciá-la negativamente. Maria Eduarda gosta de encontrar Gabriely (oito anos) porque ela “sabe brincar”, já é “maiorzinha”, mas Anne não deixa sua filha brincar muito perto da dos patrões, por receio desse tipo de reação. Ela relaciona essa possibilidade de acusação à diferença racial e de classe. Gabriely é negra, enquanto Maria Eduarda “chega a ser até transparente de tão branca”. Quanto a esse tipo de tensão, Anne orienta constantemente os filhos, que tiveram que aprender desde muito cedo como se comportar para não serem alvo de preconceitos:

Ela [Gabriely] já sabe. “Ah, mãe, eu sei. Eu vou, não é pra ficar muito com a Maria Eduarda”. (...) eles já têm essa consciência, porque eu falo, explico pra eles todo dia: “Esse povo lá, eles tem dinheiro, então eles acham que eles é o dono do mundo. Dinheiro é a coisa mais importante do mundo”. Então, eles já têm essas noção, eles já têm essa ciência... de que não pode ficar muito agarrado lá na Maria Eduarda, porque acontece alguma coisa: “Ah, mas foi os filhos da Anne que ensinou, foi eles que tavam aí...”. (ANNE)

Seus filhos, portanto, não obstante o estágio de infância em que se encontram, precisam lidar com violências complexas, medindo seus comportamentos e suas modulações subjetivas para não causarem, em pessoas adultas, reações de teor racista e classista. Carla e Fátima, por sua vez, não mencionam receios desse tipo em suas falas, no que diz respeito à presença dos filhos na casa dos patrões.

Quando criança, Carla ia com a mãe para o trabalho, e, conforme relata, sentia-se preterida e culpada em quaisquer situações de conflito. Posteriormente, quando ela, já adulta, trabalhava na casa de Zilda, levava consigo seu filho mais velho, na época ainda bem pequeno. Evitando reproduzir a situação que sofreu em sua infância, devido ao comportamento da mãe, ela monitorava a si mesma para não culpar ou negligenciar o seu filho em contraposição à criança da casa — “às vezes, cê vai priorizando o filho que é o dono da casa, mas, poxa, o meu filho também é uma prioridade, eu tenho que entender isso”. Ela também já precisou levar seus quatro filhos para o trabalho atual, e acredita que tenham se sentido bem recebidos e acolhidos. Quando precisa levá-los, considera que consegue dar a eles atenção, apesar de não ser como na sua casa — “na nossa casa é a nossa liberdade. Na casa dos outros, a gente tem um limite”. Hoje em dia, quando vão com a mãe, acabam auxiliando ela no trabalho.

No caso de Fátima, não foi uma vez ou outra que seus filhos a acompanharam. Dois deles, José Miguel e Bruna, foram “criados no serviço”. Iam com ela, ou viviam com ela onde trabalhava, a depender se dormia ou não no local do emprego. Bruna, hoje com oito anos, mora

de segunda a sexta-feira na casa em que sua mãe trabalha, e, quando era mais nova e ia com ela para o trabalho, tinha um quarto montado ali — situação que não guarda semelhança com a de nenhuma outra informante. Atualmente, Bruna deseja voltar a morar no município em que viviam e têm casa. Fátima não aponta o fato da menina morar na residência dos patrões da mãe como um elemento que, possivelmente, tem a ver com seu desejo de voltar para casa, e não elabora uma crítica a esse respeito. Associa o desejo da filha à diferença no estilo de vida. Viver em um apartamento no meio da cidade seria como “uma prisão” para a menina, que morava em uma casa com terreiro, mato, espaço para gritar, falar alto e se movimentar livremente — “quando ela chega lá, cê vê, ou, é outra menina”.

6.3.2 Influências, aproximações e diferenças

A vivência da maternidade das informantes é afetada pelo trabalho que exercem como babás de diferentes maneiras. Quando narram dificuldades para negociar jornadas de trabalho ou para se ausentar em casos de urgência com os filhos, reações negativas dos empregadores diante de demandas suas e situações de desconforto quando precisam levar seus filhos consigo para o trabalho, vemos com nitidez esse impacto, ainda que elas não o abordem de maneira expressa. Quando perguntadas a esse respeito, as respostas anunciam a exaustão como elemento central nesse encontro do cuidado remunerado e do cuidado não remunerado. No que se refere às influências positivas, falam em aprendizados que ocorrem no cruzamento entre as duas esferas.

Entrando no terreno das dificuldades, Anne relata que gasta energia com outras crianças no trabalho, e chega em casa exausta, sem fôlego o suficiente para uma nova rodada de cuidados. Em casa, precisa fazer novamente tudo aquilo que fez no trabalho — educar, corrigir, colocar limites e regras, brincar — porque suas filhas demandam, e é somente ela que eles têm como cuidadora em casa, por mais cansada que possa estar. Para ela, é exaustivo e estressante ter que seguir fazendo as mesmas tarefas em casa, após o expediente — “eu não sei como é que eu tô conseguindo conciliar isso”, ela diz. Exercer as funções de mãe e de babá concomitantemente é difícil, e para Anne, de certa forma, enlouquecedor — “não sei como que ainda não soltou uns parafuso”. Ela diz que vem aguentando “empurrar” essa dupla posição, mas não sabe até quando vai dar conta. Parece não enxergar como algo sustentável a longo prazo, o que revela uma percepção da sobrecarga e do dano que tal situação acarreta.

A dimensão do cansaço, por fazer a mesma coisa no trabalho e em casa, aparece também no relato de Brenda, seja quando ela diz sobre os impactos do trabalho como babá sobre a sua maternagem, ou vice-versa, sobre os efeitos da sua maternagem no trabalho como babá. Ela percebe que a sua atuação profissional reforça o “cansaço de ser mãe”, e considera que é mãe no trabalho também, ao sugerir que os elementos que definem a maternidade, na sua perspectiva, estariam igualmente presentes no trabalho como babá — “porque eu sou mãe lá também, cuido das crianças lá como se fosse minhas. (...) O serviço, parece que fica mais cansativo, que cê chega em casa, é o mesmo serviço”. Quando Brenda diz isso, de certa forma, está reconhecendo as atividades de cuidado não remuneradas que exerce em casa como um trabalho de fato, logo, distanciando-se de concepções hegemônicas que associam o cuidado feito na própria casa, voltado para os filhos, à natureza da mulher. Ainda sobre esse tópico, Carla também fala em cansaço mental:

Às vezes eu venho com a mente mais cansada, com menos disposição para os meus filhos. (...) Uma pessoa que já sai para trabalhar fora, ela não tá 100% entregue. E quando você tem que lidar com uma criança, e você tem filhos, e quando é da mesma faixa etária (...) é um cansaço que, assim, a mente tem hora que a cabeça dói, não é... Você fala assim “eu tô cansada, mas não é o corpo”. Porque, às vezes, as pessoas falam assim “ah, ser babá é fácil”. Não é não... Não é fácil não. (CARLA)

Como contraponto ao efeito negativo do cansaço, Carla diz que cuidar de outras crianças como babá faz com que ela reflita sobre a maneira como cuida de seus filhos — “se eu não faço isso com o filho de outra pessoa, por que eu tenho que fazer com o meu filho, né? (...) Se eu posso ter esse tempo aqui de ensinar e de brincar com aquela criança que eu olho, por que que eu não posso fazer com o meu filho?”. Desse modo, ela reflete sobre sua postura nas duas situações, colocando em relação o tempo que emprega nas atividades com seus filhos e o tempo que despende com outra criança em seu trabalho. Resgatando a rotina que Carla apresenta — se levanta antes do sol nascer e chega em casa do trabalho por volta das 20 horas — e considerando o cansaço que sente ao final do dia quando chega em casa, não é factível que ela empregue, com os próprios filhos, o mesmo tempo e a mesma energia que tem no trabalho.

Dânia conta que, atuando como babá, aprendeu a ser mais paciente com crianças e, sobretudo, passou a perceber diferenças no cuidado que realizava com seu filho e com as crianças no trabalho: com seu filho era menos paciente e “pegava mais pesado”. Relata que constatar isso fez com que se atentasse mais para a maneira como estava lidando com seu filho, o que melhorou a relação dos dois. Ela pondera, contudo, que essa diferença no seu estado de

espírito tem a ver com a distribuição desigual do tempo que tinha e tem disponível para estar com cada criança e brincar — “tinha o ponto de vista que lá tava ganhando pra isso, e eu tinha tempo”. Essa reflexão, de certa maneira, demonstra uma consciência quanto às possibilidades efetivas de sua realidade, permitindo que ela compreenda com mais clareza a própria situação e não se puna por uma condição que é determinada por um conjunto de fatores que a extrapolam (mãe solo, necessidades financeiras, condições de trabalho como babá, ausência de uma distribuição justa pelas responsabilidades de cuidado na sociedade e etc). No ambiente de trabalho remunerado, de fato, sob condições imperativas dentro da nossa sociedade, ela está 100% do tempo dedicada para aquela dinâmica de cuidado. Em casa, porém, ela precisa equilibrar o tempo de convívio com seu filho e o trabalho doméstico que realiza, tudo isso nos períodos que tem livre da rotina como babá.

O emprego de tempo cuidando dos filhos de outras pessoas provoca em Brenda certo sentimento de culpa — “tem hora que eu me culpo, né, cara? Meus filhos, cadê meus filhos? Tô cuidando de filho dos outros, e os meus?”. Ester, por sua vez, argumenta que se não estivesse trabalhando como babá, estaria empregando aquele mesmo número de horas trabalhando em outra área, com outra ocupação — “eu estaria gastando tempo pra poder trocar em dinheiro, de toda forma (...) eu não estou ocupando o meu tempo de passar com os meus filhos, pra cuidar dos filhos dos outros. Eu tô trabalhando”.

Para as informantes que experimentam esse descompasso entre o tempo disponível para seus próprios filhos e os de outras pessoas, o trabalho como babá talvez torne mais nítida a desigualdade no cuidado recebido por crianças situadas em diferentes contextos sociais, bem como o peso de jornadas de trabalho longas e exaustivas sobre as mães de classes populares. O grande número de horas passadas fora de casa, para garantir o sustento, torna uma questão o cuidado que os filhos recebem nos períodos de ausência. Pais e mães de famílias das classes média e alta, ao saírem para trabalhar, deixam seus filhos sob os cuidados das informantes, que lhes transmitem alguma dose de segurança e conforto. Mas, e elas, de que maneira se organizam para exercerem a profissão e prestarem tal apoio? Como vimos, os arranjos são vários e, em geral, seus filhos ficam fora de suas casas, e sob cuidados que, algumas vezes, carecem de um nível adequado de dedicação. Existe um nítido contraste: se os filhos de seus patrões são cuidados (por elas) com atenção e exclusividade, por que seus filhos não podem receber o mesmo tratamento?

Na perspectiva de Ester, o trabalho como babá afeta positivamente seu trabalho como mãe — “até ajuda”, “só ensina a gente”. Para ela, o exercício da profissão permite que ela

entenda melhor a sua criança, e veja com outros olhos a atenção que dá aos filhos. De certa forma, ela ocupa o lugar de confidente da criança de que cuida no trabalho, que conta pra ela sobre o que lhe acontece e não gosta, sobre seus medos, desabafos e segredos. Com isso, Ester passa a entender o que pode ser importante para uma criança pequena — “é uma forma de você também entrar na cabeça da sua criança. (...) Você acaba tendo aquilo como uma dica, como um aprendizado de como aplicar isso com os seus filhos quando isso acontecer com você também”.

Anne também fala em aprendizados a partir da relação com Maria Eduarda. Além disso, a diferença nos modos de cuidar e educar, ainda que possa dificultar seu trabalho no dia a dia, faz com que ela veja “as coisas por outros ângulos”, descortinando possibilidades que pode incorporar em sua rotina doméstica com seus filhos. Como exemplo dos aprendizados na casa dos patrões, ela aponta a prática de congelar comida para a semana e métodos de disciplina e organização da rotina.

Destoando das demais informantes, Fátima, apesar da necessidade de levar seus filhos para o trabalho com frequência, e ter seus dias tomados pelos trabalhos de cuidado remunerado e não remunerado, expressa uma visão incondicionalmente positiva quanto à articulação entre ambos — “eu sempre tiro isso tudo de letra. (...) Nunca tive nada que me embaraçasse entre filhos e serviço, não”. O tom positivo e seguro dessa afirmação guarda consonância com o que narra sobre outras experiências em sua vida, inclusive seu trabalho atual, quando expressa orgulho e nega dificuldades em cenários aparentemente exaustivos ou em situações de provável vulnerabilidade. Talvez, esse posicionamento possa ser melhor compreendido à luz de declarações em que ela expressa uma recusa em se deixar abater publicamente, de ser vista triste ou com dificuldades. Isso não afasta a existência de sentimentos negativos, em diferentes contextos, mas nessas ocasiões ela se retira do olhar externo:

(...) pode estar com o problema que for, mas você nunca vai me ver com a cara emburrada. Entendeu? Se eu estiver meio emburrada, você vai ver, eu vou entrar pra debaixo do chuveiro, eu vou chorar, vou entrar pro meu quarto, vou dormir sem falar nada com ninguém. Ninguém tem nada a ver com a minha vida. Isso é até dentro da minha casa, não é só fora não, é também dentro da minha casa. Sempre foi assim. Na hora que saio lá, tá rindo. (FÁTIMA)

Tal aspecto pode ser associado às suas falas sempre positivas, sobre quase tudo na vida. No discurso de Fátima, de fato, sua situação de mãe não aparece como algo que afeta o trabalho como babá, por mais que seja razoável supor que a maternidade aumente o conjunto de tarefas a executar. Ela não elabora acerca dessa condição: considerando que Bruna, sua filha, vive com

ela na casa em que trabalha de segunda a sexta-feira, Fátima precisa gerenciar a relação entre a menina e o filho do patrão, que têm idade próxima, oito e seis anos, respectivamente. Durante a nossa conversa, cabe dizer, as crianças estavam brigando entre si, e ela precisou chamar a atenção dos dois, ameaçando restringir o acesso de ambos ao uso do telefone celular.

Dânia, por sua vez, relata que sua situação de mãe afeta o trabalho como babá, mais do que o contrário — “porque se eu não tivesse filho, seria mais fácil pra eu concordar com as regras, com as coisas lá”. Ela associa sua experiência e seus aprendizados sobre como criar e educar seu próprio filho a uma maior dificuldade em aceitar e executar, no trabalho, as dinâmicas requeridas pelos pais da criança sob seus cuidados. Nesse sentido, os cruzamentos entre seu trabalho remunerado e não remunerado de cuidados a tornariam mais suscetível aos eventuais choques entre os diferentes modos de cuidar. É um entendimento similar ao de Ester, que encontra mais dificuldades em seu trabalho como babá quando percebe diferenças entre a maneira que ela considera adequada para se educar uma criança, e que mobiliza na educação de seus próprios filhos, e as orientações que recebe dos patrões. “Às vezes a questão da educação pega um pouco. Você fazer coisas que você não tá acostumada a fazer (...) na sua linha de educação. Mas você agora tem que fazer porque é seu trabalho”.

No caso de Ester, vale lembrar que ela vem omitindo sua maternidade para o Au Pair, porque há uma recusa por parte de muitas agências em cadastrar e admitir mulheres com filhos como intercambistas e trabalhadoras do cuidado, o que indica estar em uma situação de maior insegurança, no contexto do programa, em relação a outras mulheres que não são mães. Como influência positiva da maternidade no seu trabalho como babá, ela acredita que o fato de ter tido filhos confere a ela um discernimento sobre o que é ou não adequado para crianças em determinadas faixas etárias, em termos de conversas e brincadeiras. Isso converge com uma fala de Anne, que menciona levar de casa para o trabalho parâmetros sobre o cuidado de crianças.

Carla faz menção aos anos de experiência cuidando de crianças, para abordar os aprendizados desenvolvidos e os conhecimentos adquiridos, que a tornam mais capacitada para o trabalho como babá, atualmente. Ela destaca a atenção total que dá à criança que cuida no trabalho, e menciona que observa os mínimos detalhes de possíveis alterações de saúde. Desenvolver esse olhar aguçado para as mudanças no corpo dos pequenos também tem a ver com sua maternidade. Segundo ela, ser mãe afetaria seu trabalho como babá, por tê-la dotado de um conhecimento prático que ela replica no trabalho, e por tê-la ensinado a amar outros seres. Ela associa o fato de ter se tornado mãe com “pegar mais amor” com as crianças de quem

cuida, além de a necessidade de trabalhar ter se tornado mais incontornável e, com isso, sua responsabilidade com o emprego aumentar.

Perguntada sobre as semelhanças entre o cuidado dos filhos e de Martin, de quem cuida como babá, Carla diz: “É a mesma coisa. Com a diferença que o meu, eu gerei, e o outro não. É do coração”. Menciona um forte apego emocional, conta que se preocupa e sente a dor da criança, acompanha seu desenvolvimento e sente admiração com seus avanços.

É como se fosse o seu filho, aquele outro serzinho que você tá cuidando. (...) Profissão não adianta você fazer por dinheiro. Eu preciso, sabe, do dinheiro. O dinheiro é a consequência. Eu preciso... Mas eu faço por amor. (...) Eu amo criança. E quando eu me envolvo com aquela, eu amo aquela criança. Eu tô com aquela criança todos os dias, vendo o desenrolar da vida dela, o caminhar da vida dela. Não tem como você não sentir um sentimento. E aí, é como meu filho, é igual meu filho. Eu tô com ele todos os dias.

Quando Carla diz que percebe Martin “como se fosse o seu filho”, e explica isso pela chave de um amor que emerge quase que inevitavelmente pela criança que cuida e acompanha, ela traz à tona um aspecto fundamental que constitui a ideologia hegemônica da maternidade e permeia o seu trabalho como babá. A ideia de que o “amor de mãe” seria um sentimento inato e motivador do cuidado incidiria, de certa forma, sobre a maneira como ela significa a sua relação com o menino.

Perguntada sobre diferenças, ela destaca que, ainda que as atividades que exerce como mãe e como babá sejam muito parecidas, no trabalho precisa considerar o que os pais da criança querem na rotina de cuidados, como querem ser parte, e quais os limites sobre a autonomia da babá que desejam. Ela destaca, ainda, uma diferença referente ao reconhecimento do trabalho de cuidados. Quando cuida como babá, seus empregadores, ocasionalmente, reconhecem e expressam a importância do que ela tem feito. Quando se trata do trabalho de cuidados como mãe, muitas vezes, só ela mesma enxerga e reconhece a importância do que faz.

Fátima não vê diferença nas atividades de cuidado que faz como mãe e como babá: “Eu trato como se fosse os meus”, “pra mim tudo é a mesma coisa. Tu passa a noite acordada, chora junto com eles”. Menciona que é ela a responsável por levar os filhos de seus empregadores ao médico — “Eu acompanho? Vai nos médicos, eu que vou, minha filha” — e expressa sensação de estar “largando um filho pra trás” quando deixa de trabalhar em alguma casa, ainda que tenha sempre mantido contato com as crianças de quem já cuidou.

Ester fala em se tornar a “segunda mãe”, a partir da participação na educação da criança.

(...) vai ter momentos que a criança vai ter curiosidade, vai te fazer uma pergunta, e quem vai responder ali é você. Às vezes cê vai ter uma oportunidade de educar a criança, e ela [a mãe] não vai estar ali na hora. (...) Você ajuda a criar a criança também, sabe? De uma certa forma, você tem um dedinho ali na educação dela. E eu vejo isso muito semelhante a como ser mãe. Tipo, em relação aos meus filhos mesmo. Sabe? O sentimento que você cria pela criança também é igualzinho. Você ama a criança também, incondicionalmente. (ESTER)

Ester, como Carla, fala em um amor intenso pela criança que cuida no trabalho, mas acha muito diferente cuidar de crianças pequenas como babá e como mãe: sua responsabilidade e sua preocupação são maiores no cuidado com seus filhos, por caber a ela decisões importantes que os afetam. Como babá, essas decisões são tomadas pelos pais das crianças, e ela apenas as executa — qual a alimentação da criança, por exemplo, algo que afeta a saúde —, seguindo a rotina e as orientações estabelecidas. “Quando é sua criança, então o cuidado envolve um pouquinho mais de responsabilidade. Quem vai escolher o que eles estão comendo é você”. Além disso, atribui maior importância à dimensão afetiva no cuidado como mãe, quando está presente de maneira verdadeiramente interessada, e não por obrigação — “não envolve só essa questão... Técnica, né? Comeu, vestiu, foi pra escola. (...) quando é seu filho, aí é um pouquinho diferente. (...) Tem uma preocupação maior, sabe?”. Para ela, ainda que dê carinho para as crianças no trabalho, a conexão importante é a que estabelecem com os pais, sendo ela “somente a cuidadora”.

Ainda sobre a responsabilidade, como babá Ester não está 100% imersa no cuidado da criança. Quando termina seu expediente, retorna para casa (nos EUA, vai para seu quarto), e não será ela quem irá acordar de madrugada, se a criança estiver com febre ou chorando. Como mãe, seria diferente, tempo integral: “Não interessa se você tem prova, se você vai trabalhar no outro dia. Você tá acordada 4 horas da manhã, e ele tá dando febre. Não interessa. Você ainda é mãe da criança, entende?”. Ela diz que “no fundo, no fundo mesmo, educação mesmo, quem tá dando é a mãe”, ainda que pondere “ter um dedinho”, e que esse dedinho seja, para ela, um elemento que faz dela uma “segunda mãe”.

Nesse sentido, a inevitabilidade do cuidado e a responsabilidade sobre decisões importantes para a vida da criança parecem ser, para Ester, o que faz da mãe jurídica a “primeira mãe”, enquanto a saída de cena da babá após o expediente, isto é, sua “presença regulada” ou limitada nas tarefas de criação, contribui para colocá-la no lugar de “segunda mãe”. Essa linha de entendimento leva a pensar nas situações de outras babás, que recebem dos patrões a atribuição de cuidar diante do choro noturno, de levar ao médico, e de passar 24 horas no local

de trabalho, afastando-se apenas aos finais de semana — cenário afim ao de Fátima. Nesse caso, de acordo com a lógica sugerida por Ester, a babá seria a “primeira mãe”, na mesma medida que a mãe jurídica? A mãe jurídica ocuparia outro lugar? Ou nada disso? Se o pai escapa do cuidado, das atividades associadas a educar, e não assume responsabilidade alguma, que paternidade ele exerce? Essas e outras indagações podem ser feitas a partir das diferentes concepções das informantes sobre o que é a maternidade e como ela está presente no trabalho da babá. O que fica patente, a meu ver, é que não há uma linha divisória nítida, que estabeleceria de maneira precisa qual é o papel da babá, enquanto trabalhadora, na dinâmica do cuidado.

Além disso, ao longo das conversas, percebemos que o desenvolvimento de habilidades nas crianças é uma atribuição importante do trabalho que as informantes exercem. Anne, por exemplo, afirma que precisa “ensinar o certo” para Maria Eduarda, e, nesse sentido, vem construindo hábitos alimentares, acostumando a criança a uma rotina e desenvolvendo sua autonomia. “Comigo ela não faz [birra], ela come de tudo. (...) Tem horário pra almoçar, tem horário pra tudo”, ela conta, embora com os próprios filhos não consiga estabelecer horários com disciplina. “Ela mama, ela mesmo pega a mamadeira. Ela coloca a mamadeira em cima da pia, que ela alcança. (...) Tô tentando tirar o bico, que tá difícil, que só Jesus na causa”. De maneira geral, ela demonstra preocupação com Maria Eduarda “desenvolver a mente”, e tenta propor brincadeiras fora de aparelhos eletrônicos. Conta a situação em que suas filhas foram ao seu trabalho como uma ocasião que serviu para ensinar Maria Eduarda a compartilhar seus brinquedos. Existe, nesse sentido, uma estreita e confusa ligação entre o ser mãe e o ser babá, entre o trabalho de cuidados remunerado e o não remunerado, entre as necessidades de se educar os próprios filhos e os filhos de terceiros. Carla, por exemplo, fala dos aprendizados recentes de Martin com entusiasmo — “agora eu tô ensinando ele a tirar sua roupa sozinho e tá um sucesso (...) Nossa! Sexta-feira, ele conseguiu tirar a blusa, ele ficou feliz demais, maior festa”.

Ainda sobre as correspondências entre o cuidado como mãe e como babá, Brenda destaca a necessidade de dar proteção, atenção e carinho. Anne menciona a necessidade de manter uma rotina, estabelecer regras e ter atenção incessante, e de estar todos os dias preparada para uma brincadeira nova que prenda a atenção da criança. Para ela, a atuação em ambas as esferas do cuidado — como obrigação e como profissão — é cansativa e tensa. Nos dois, precisa educar, mas como babá seria pior — “porque pelo menos, lá em casa, eu educo e pronto, é do jeito que eu falei, é isso mesmo. (...) Eu, como babá, eu tenho que educar, e aí vem os pais e estragam. Aí, eu tenho que educar de novo”. Outras diferenças que ela menciona são: em sua casa não tem uma babá à disposição dos seus filhos, e não moram em uma casa tão grande

quanto a de seus empregadores. Brenda, por sua vez, fala em diferenças na diversão (mencionando, inclusive, a quantidade de brinquedos que as crianças dos patrões têm) e na alimentação, e na atenção que consegue dar — “Sinto que lá eu sou mais atenciosa. Eu tô fazendo isso, é isso e pronto. (...) Aqui em casa, não. Cuido do Bruno, cuido do Samuel, cuido da televisão, cuido da casa, e tal... Do almoço, da roupa, enfim, é muito difícil”.

Na perspectiva de Dânia, é muito diferente a relação de cuidado com a criança enquanto mãe e enquanto babá. Ela relaciona essa diferença com os desafios de se ocupar as duas posições simultaneamente, ser babá quando se é mãe — “é muito difícil você ser mãe e você ser babá, porque é muito diferente a relação”. Ao distinguir o cuidado em casa e o cuidado no trabalho, ela destaca a desigualdade socioeconômica, algo também presente no relato de Brenda — “mundo diferente do meu mundo” — e associa a vivência nesse “outro mundo” a um choque de realidade que tornaria mais nítido para ela as faltas existentes em sua vida e suas limitações financeiras para suprir certas demandas do filho. “As realidades são muito diferentes (...). Tipo, por eles terem tudo... Não faltar nada, aí você [vê que] falta muito, né? A gente deixa muito a desejar por questões de... Até mesmo questões financeiras e tal”. Ela considera que, no trabalho, faz atividades desnecessárias, que há mais “frescura” do que entende ser razoável, e exemplifica: esterilizar a mamadeira da criança de quatro anos, enquanto a do seu filho ela esterilizou somente no primeiro mês; dar dois banhos de banheira por dia na criança, enquanto seu filho tomava um banho por dia de chuveiro. Menciona e lamenta o desperdício de água e energia nas casas em que trabalhou, onde os banhos das crianças eram demorados, com momentos de brincadeira.

6.4 Dificuldades, relações com patrões e crianças, e estratégias de trabalho

Na maioria dos relatos, fica claro que o encontro entre babás, com seus entendimentos próprios de cuidado, e patroas, com suas exigências e orientações particulares, coloca em relação diferentes concepções para criação e educação das crianças. Muitas vezes, tal situação resulta em contendas e discordâncias, mesmo que tácitas, em relação às práticas do cuidado, gerando dificuldades para as informantes em suas experiências profissionais. Quando elas narram as adversidades que encontram no trabalho, esse aspecto aparece como um ponto de constante tensionamento entre as maneiras como cada uma reage ou lida com as situações cotidianas, ou as condutas que cada uma considera mais adequada.

Perguntada sobre as principais dificuldades que encontra no trabalho como babá, Anne avalia que a postura dos pais em relação à criança atrapalha seu trabalho. O desalinhamento entre as visões dos pais e da babá comprometeria a constância e o sucesso do trabalho que é desenvolvido, cabendo mencionar, dentre os elementos relatados, a leniência geral dos pais com a menina e a aceitação de todas as suas vontades, enquanto Anne se esforça por disciplinar seus comportamentos e seus horários. A informante considera que essa discrepância, em um contexto no qual sua autoridade de babá é constantemente minada pelos padrões e pela atitude permissiva que adotam, gera alterações no comportamento da criança quando eles estão presentes. Com os pais em casa, Maria Eduarda faz birra, e quando está sozinha com a babá “é um amor de menina”. Ao explicar a facilidade dos pais de Maria Eduarda em concederem, para ela, acesso a tablet, celular ou televisão, Anne compara a conduta e as preocupações deles com a sua conduta e as preocupações que tem com seus próprios filhos, em especial no que diz respeito ao uso excessivo de aparelhos eletrônicos e seus efeitos nocivos sobre o desenvolvimento infantil — “olha o monte de criança obesa que não sabe fazer nada, não sabe pular uma corda, não sabe jogar uma bola, por causa de celular”.

Não obstante o desacordo, e a despeito da função assumida por ela no campo da educação e do cuidado, não é autorizada a questioná-los sobre nenhum desses aspectos. Já tentou dialogar sobre o uso excessivo do tablet e sobre os rabiscos nas paredes, e sua colocação não foi bem recebida — “nossa... caíram na minha alma. (...) Eu falei: ‘Tá ok, eu não falo mais, né? É filha suas, fazer o quê? Agora eu vou fazer só minha obrigação’. Ela chega a criticar a maternidade da patroa, e vê descaso no cuidado que ela exerce com a filha. Por exemplo, ao comparar com a preocupação que tem em relação à segurança de seus filhos, conta de um episódio em que a menina queimou a perna com brigadeiro quente porque a mãe estava tomando vinho e esqueceu da menina. No seu caso, é diferente: “Como que você esquece que você tem uma criança de três anos em casa? (...) A gente que é *mãe*... porque tem mãe e mães, né? Então, a gente que é *mãe* de verdade, que exerce o papel, a gente não consegue se desligar, não consegue. Eu tô aqui com você, mas a cabeça tá lá”. Suas críticas, cabe apontar, são direcionadas principalmente para a figura da mãe de Maria Eduarda, no esteio de uma responsabilização que, seguindo a lógica patriarcal na distribuição do trabalho de cuidados, é colocada fundamentalmente sobre a mulher. O pai aparece apenas quando se refere ao casal, aos pais.

Em todo caso, Anne percebe que os padrões têm interferido muito na sua maneira de cuidar, algo que não acontecia no começo. Essa perda de autonomia na condução do próprio trabalho surge como uma dificuldade adicional no vínculo entre empregada e empregadores.

Diz que querem ensiná-la como brincar com Maria Eduarda e quais limites colocar, e isso a provoca incômodos — “poxa, se eles chamaram a babá pra cuidar, pra educar, no meu pensamento, pra educar a criança deles, é porque é de confiança. Então, por que eles ficam ali dando palpite?”. Com isso, Anne deixa claro que entende a educação da criança como parte intrínseca do seu trabalho como babá, mas que não tem plena autonomia para desenvolver essa tarefa com continuidade.

Brenda também traz à tona, como dificuldade, a necessidade de se adaptar ao “estilo de vida” de outras pessoas. Vale lembrar que, no caso dela, algumas das especificidades do cuidado vindas das orientações dos patrões aumentam sua sobrecarga de trabalho. Criar e educar crianças com regras e escolhas determinadas por outras pessoas não é fácil, exigindo um trabalho emocional constante e uma reprogramação de si mesma, de seus hábitos e reações, que a afetam de diferentes maneiras — “isso é o mais difícil, ocê ver que tá errado e não poder falar nada, porque é seu emprego”. O que se observa, mais ainda, é uma dinâmica de alienação da babá enquanto sujeito, em que ela precisa abandonar seus sentimentos e suas crenças para ceder às imposições do contexto:

Meu atual serviço, não pode falar “não”, pras crianças. Não pode falar não, porque eles acham que vai... “Ah, já vai ouvir muito não na vida, então...”. Cospe na gente, joga comida, xinga, e eu tenho que fazer a plena, né? “Tudo bem... Calma... E assim...”. Então, assim, é dificuldade, aceitar o estilo de vida da outra pessoa, ter que se adaptar ali. É difícil. (BRENDA)

Quando Brenda é desrespeitada, portanto, não pode intervir da maneira que julga adequada e necessária, porque, de acordo com as orientações dos patrões, as crianças não podem ser contrariadas. Se ela, assim como Anne, não pode expressar críticas sobre as regras de criação estabelecidas, ela associa isso ao seu *status* de empregada contratada — “cê tá ali pra fazer o que seu chefe quer”. No entanto, escapando às regras colocadas pelos empregadores (em um gesto talvez velado de desobediência e, logo, de revolta), ela dá doces escondidos para as crianças, e relaciona isso com seu entendimento de que “criança tem que comer”, e com a relação de amizade que tem com elas. Ela também menciona, como elemento adicional de dificuldade no trabalho, o apego que desenvolve com os sujeitos de que cuida, o que torna difícil desfazer o laço quando precisa sair do emprego. Junto a isso, lida com uma sensação de culpa, por estar empregando muitas horas cuidando de filhos que não são os seus, horas que não pode empregar no cuidado dos seus próprios. Para amenizar esse sentimento, ela repete para si mesma que é forçoso trabalhar essas longas jornadas, por questões financeiras — “é a

necessidade, não é porque eu tô dando mais atenção, é porque eu preciso levar o dinheiro pra casa pros meus filhos”.

Dânia, também, manifesta desacordo com a maneira como os pais educam a criança, principalmente em relação à não demarcação dos limites que entende necessários e ao fato de fazerem todas as vontades da criança, atualmente com quatro anos de idade — “tipo, ele quer as coisas, tem que ser na hora que ele quer”. Assim como nas falas de Brenda, a questão dos aparelhos eletrônicos surge em seu relato — “ele tem costume só de comer com o telefone e com o iPad na frente. Pra ir no banheiro, pra dormir, pra acordar, o dia inteiro aquele negócio. E isso, parece que vai ficando mais revoltadinho, mais nervoso”. De maneira geral, o menino tem tido falas e condutas desrespeitosas, com a conivência dos patrões — “teve uma fase que ele ficou agressivo, começa, assim, brigar, se eu ia falar, chamar atenção, ele vinha, queria dar tapa. Aí eu contava pra ela [patroa], ela fingia às vezes que nem ouvia, desconversava”. Mais ainda, Dânia tem percebido atitudes dessa natureza, e outras agressivas, vindas de outras crianças cuidadas por babás que trabalham na mesma região que ela — “o menino, no outro dia, falou pra funcionária lá que ia fazer cocô no chão e que ela ia limpar, porque a mãe dele paga ela pra isso”. Associa isso com a forma das famílias educarem seus filhos, e acredita que eles reproduzem discursos absurdos que escutam dos pais em relação às trabalhadoras, passando a tratá-las mal. Ela enxerga, também, uma questão de classe — “geralmente esses filhos desse pessoal (...) mais rico (...) são sem limites. Eles não têm limite, porque os pais dá tudo o que quer, faz o que quer, então eles não têm respeito, não têm limite”. Para ela, a ideia de que o dinheiro compra o domínio sobre o outro, de que o sujeito que paga tem o direito de tratar a pessoa que lhe presta serviços como bem entender, são transmitidas aos filhos dessa gente.

Ela compara a maneira como os patrões educam o menino, e como ele vem se desenvolvendo, à maneira como educa seu filho Mateus. Realiza esse cotejo tanto em relação a estímulos para o desenvolvimento da autonomia — “eles são tratados muito como bebê, ainda toma banho na banheira, dá a comida na boca, essas coisinhas que tipo, meu filho com dois anos já era muito independente” — quanto sobre quais limites demarcar para que a criança não se torne desobediente, mimada e agressiva — “se eu falei não, ele aceita meu não”. O comportamento desobediente do menino de que cuida como babá, reforçado pela criação dos pais, vem tornando seus dias mais difíceis e deixando-a cansada. No dia a dia, tenta “bater um pouco de frente”, para que ele não faça coisas que ela não considera certas. Por exemplo ao mencionar uma ocasião em que a criança quis simular algemas usando um terço, e outra em

que estava forçando uma cachorra a tomar água, ela afirma: “eu não gosto de participar, umas coisas que eu acho que vai além do que eu deveria fazer, eu não faço não. Eu bato às vezes de frente com o patrão”. As tensões são recorrentes e excessivas, trazendo a necessidade dela se contrapor com frequência, no dia a dia, às situações que encontra, e de expressar sua insatisfação com a criança ou os patrões. Às vezes, ela busca expressar sua crítica, quando percebe algum espaço para isso, mas muitas vezes sua perspectiva não é bem recebida, e trabalhar seguindo orientações com as quais não concorda, sem poder interferir, provoca desgaste emocional e psicológico.

Considera que seus patrões interferem “um pouco” no seu trabalho, que deslegitimam a maneira que ela educa a criança, quanto a regras ou impedimentos que ela determina, ou em relação à atitude dela diante de comportamentos inadequados da criança. Face às desautorizações da patroa, Dânia vem mudando sua maneira de lidar com a criança, e quando a mãe está em casa, faz aquilo que entende que a mãe faria, e, na ausência da mãe, aquilo que ela entende ser correto (por exemplo, comer pão pouco tempo antes do almoço, ela não daria, e a mãe sim). Dânia percebe que os patrões de trabalhadoras domésticas (sejam babás ou não) esperam pouco delas, em termos de saberes e ambições, e desprezam o que podem trazer de conhecimento, e eventuais sugestões sobre o cotidiano da casa ou a educação da criança. Ao seu ver, ficam “chocados” quando constatam que aquela mulher contratada como trabalhadora doméstica “sabe conversar”.

A convivência com a nova cozinheira da casa, a seu ver, traz aprendizados em relação a como lidar com as discordâncias com os patrões — “Ela [a colega] fala ‘ah, não tô aqui pra achar’. Eu aprendi essa frase com ela, também. Agora eu já falo ‘não tô aqui pra achar, eu não ganho pra achar’. Então eu não acho mais nada”. Também para Ester, a convivência com uma colega de trabalho traz momentos de alívio no cotidiano. A cada quinze dias, uma mulher natural de El Salvador faz faxina na casa onde trabalha nos Estados Unidos, e eventualmente, quando estão juntas, “fofocam” sobre as dificuldades do trabalho. Compartilham a condição de imigrantes em um país que importa trabalhadoras do cuidado como importa *commodities*, e sentem exaustão, um problema recorrente nos relatos das informantes.

Ester enxerga as diferenças de concepção no cuidado de crianças como um elemento dificultador para o exercício do ofício. Menciona discordâncias sobre a alimentação, sobre como vestir a criança em determinadas ocasiões e temperaturas, sobre comportamentos e modos de tratar o outro, e sobre a relação da criança com frustrações — “ela foi educada que se frustrar é ruim, e que ela não pode se frustrar. Então, ela acaba não se frustrando e dificultando o

trabalho”. Argumenta que, apesar de não ser a responsável por definir tudo o que compete à educação da criança, tais definições acabam por afetá-la enquanto babá: é ela quem lava os lençóis, se a criança for dormir sem tomar banho; ela ouve gritos e é desrespeitada, se a criança não for censurada quando age dessa maneira; e, ademais, se a criança não for ensinada a lidar com frustrações e responsabilidades, “vai achar que não precisa fazer o para casa”, e Ester precisa garantir que ele seja feito. Ao mesmo tempo, ela afirma não ter independência para conduzir as coisas como gostaria e para impor os limites que considera necessários para o seu trabalho: “eu não tenho a autonomia toda pra poder fazer do meu jeito, entende? Então, às vezes eu tento impor limite, quando é em relação a mim, mas às vezes também não tem como. Não tem muito o que fazer”. Quanto às diferenças entre países, percebia interferência dos padrões brasileiros apenas com orientações sobre como proceder em termos de atividades diárias, mas não no sentido de censurá-la na forma de conversar e brincar com a criança — “lá [no Brasil] era é um pouco mais tranquilo de trabalhar (...) do que aqui [nos EUA]. Aqui, eu já acho complicado... Mais complicado”.

Além dos diferentes entendimentos sobre como educar, adiciona, para o caso do seu trabalho como Au Pair nos Estados Unidos, a barreira linguística, o baixo salário frente às muitas horas trabalhadas, a autonomia dos patrões para determinarem seu horário de trabalho, as diferenças culturais (ao falar sobre isso, cita diferenças nas práticas alimentares) e, principalmente, o fato de residir no mesmo espaço em que trabalha. Sobre a barreira linguística, destaca sua dificuldade com gírias, principalmente quando começou o trabalho no novo país. Sobre residir onde trabalha, isso a força a monitorar seu comportamento mesmo fora do horário de trabalho (por receio de julgamentos), a presenciar situações íntimas da família — “eu moro com eles, então eu vejo toda a sujeira por baixo do tapete também” — e a sentir que está o tempo todo trabalhando. A presença da família que a emprega no ambiente privado faz com que ela presencie violências perpetradas pelos patrões em relação aos filhos. A violência figura como método para disciplinamento na casa onde trabalha e, indignada, não sabe como proceder com as coisas que testemunha e fica sabendo ali dentro — “aqui a criança bate na cara da mãe, e o pai dá paulada na criança. (...) Será que eu devo denunciar isso? (...) Nem sei se eu quero denunciar também, tipo, tô morando na casa deles, eles podem foder com a minha vida todinha. Eu estou fora do meu país”. Assim, fica claro que sua condição de imigrante, nos EUA, morando na casa dos patrões, a coloca em situação de insegurança e consequente vulnerabilidade, restringindo, inclusive, sua reação diante de injustiças contra ela ou outras pessoas.

Cabe apontar que Brenda, tendo trabalhado como babá em uma casa onde ocorriam agressões físicas, e provavelmente abusos sexuais também, denunciou seu patrão à polícia, sabendo que isso custaria seu emprego. Havia percebido que ele agredia a esposa, grávida na época, e quando suspeitou que ele abusava sexualmente das filhas, ligou para a polícia, que enviou agentes até a casa. Indagada sobre o motivo da suspeita, ela explicou: “Banho, aqui, é só ele que dá nos meninos. Quando ele vai ensinar dever de casa pras crianças, ele se tranca no quarto das crianças. As meninas não gostam de ficar com ele”. Associa sua conduta e sua atenção redobrada com ocorrências de agressão e abuso sexual às situações que já ocorreram em sua vida e em sua família — “eu tenho medo de tudo, ainda mais de homem, que eu sou muito traumatizada com isso [agressão]”, “(...) porque eu perdi um tio assim, sabe? Por abuso sexual. Porque o pai dele abusava, meu avô... No caso, abusava dele. Ele suicidou”. Sentiu medo, ao denunciar o então patrão agressor à polícia, porque se assustava com a possibilidade de ele se vingar e tentar fazer alguma coisa contra ela. Mas esse medo não foi maior do que sua intenção de proteger as vítimas, que a motivou a intervir e denunciar — “senão eu ia ser cúmplice de um crime, né? Então, graças a Deus, hoje em dia eles tão bem. Não sei o paradeiro dele”. A situação de Brenda no Brasil e de Ester nos Estados Unidos revelam muito sobre o acesso da babá à “sujeira por baixo do tapete”, algo que está associado à sua presença no ambiente mais privado das famílias, as residências, onde muitos ainda acreditam poder agir conforme suas próprias regras, e perpetuam violências diversas.

No relato de Carla, diferentemente das outras informantes, as divergências e interferências dos padrões atuais em seu trabalho não recebem destaque. A principal dificuldade que ela encontra é a responsabilidade envolvida, pois, por se tratar de um ser em formação, indefeso, e filho de outra pessoa, precisa “redobrar o cuidado” e, ao mesmo tempo, ter “um limite” ao chamar a atenção. “Tem que ter muito jogo de cintura”, ela conta. Mesmo estando sempre vigilante e atenta, um acidente pode acontecer e a criança se machucar, e os pais podem atribuir o ocorrido a uma negligência por parte da babá. A esse respeito, ela menciona a diferença entre o tratamento da criança que cuida no trabalho e dos seus filhos, entendendo que em se tratando do filho dos padrões há muito mais atenção implicada, e também maior risco para ela. Por exemplo, ela narra um episódio em que ele, Martin, queimou o dedo na trempe do fogão, quando ela disse a ele “não põe a mão que tá quente”, e ele, colocando a mão, respondeu “deixa eu ver se tá quente”. Desse modo, ela considera uma situação difícil, e indaga até quando, e até que ponto, a patroa vai entender que ela cumpriu sua responsabilidade, e não vai julgá-la culpada. No caso do seu próprio filho, conforme ela expõe, existe um nítido contraste:

O meu filho, que às vezes eu tô chamando a atenção dele, eu dou um grito. Eu não posso fazer isso com o filho de outra pessoa. Eu não devia fazer nem com o meu. Mas o meu filho é meu filho. Às vezes, eu saí do controle e dei um grito, eu esfriei a cabeça, eu venho e peço desculpa. Lá no meu serviço isso pode ser fatal. Um grito lá, eu posso perder o emprego. (CARLA)

Ainda que desacordos entre o entendimento dela e o dos patrões sobre as práticas de criação e educação não se destaquem como elemento dificultador para Carla, ela os compara. Ela conta que já ocorreram interferências em outros locais, mas, no seu atual emprego, tem autonomia para trabalhar da maneira como julga apropriada, devido à relação de confiança bem estabelecida com sua empregadora, que não intervém em suas orientações. Essa não interferência, para ela, está associada à existência de diálogo entre as duas, aos constantes ajustes que ela realiza no seu modo de atuar, com base no convívio cotidiano com a criança e nas necessidades da patroa (o que ela precisa, ao procurar uma babá), e ao fato de suas colocações não serem contraditas diante do garoto. Carla reconhece um canal aberto para expressar as coisas que percebe, e uma certa cumplicidade da mãe em legitimar suas posições e garantir sua autoridade diante da criança.

Fátima, por sua vez, em linha com sua visão sobre o trabalho apresentada nos tópicos anteriores, afirma que não encontra dificuldades no trabalho como babá. “Não é de reclamar”, segundo ela, e associa isso ao fato de “adorar desafios”. Nesse sentido, menciona o nascimento da bebê, filha mais nova de sua patroa (com quatro meses no momento que conversamos), e conta que assim que a menina nasceu foi todos os dias à tarde para o hospital, “paparicar”, e que já foi “médica, mãe, tudo dela”. Estaria mais ansiosa que a própria mãe biológica pelo nascimento. Seus empregadores não interferem na maneira como exerce seu trabalho — “o que eu falar, tá falado”. Ela conta que tem autoridade sobre os filhos da patroa — tanto o mais velho, de dezesseis anos, quanto o mais novo, de seis — e que, da mesma maneira, sua patroa tem liberdade para chamar a atenção de sua filha, Bruna, quando necessário. “Aqui não interferem. É a mesma coisa, do jeito que eu brigo com o dela, ela briga com a minha. Se tiver que ficar brava, ela fica, que ela é brava. Se eu tiver que brigar, se eu colocar ali, ninguém vai passar por cima do que eu decidi”.

A relação de Fátima com os membros da casa onde trabalha é de muita proximidade. Ela os enxerga como uma “segunda família”, e faz referência a Deus para agradecer por essa oportunidade de emprego, e por ter passado a “fazer parte” da família. Relata que, nos momentos em que está de folga, em sua casa, eles vão visitá-la eventualmente, para estar com

ela. “É uma família que eu tenho, outra família que Deus me deu, e eu sou muito grata por isso. Então são pessoas assim, que eu sei que eu posso contar”. Manifesta um sentimento profundo de gratidão e reitera sua sorte de ter “ganhado” essa família. Conta de seu “pedido a Deus” para encontrar um apartamento onde trabalhar, e com uma “pessoa boa, que do jeito que vai me ajudar, eu vou ajudar”. Fátima não expressa nenhum contraponto que aponte para a sua condição de trabalhadora naquele espaço e a interação com aquelas pessoas, baseada em uma relação empregatícia específica e, como vimos, permeada por ambiguidades. Chega a dizer que, quando estão juntos, parecem ser empregadores e empregada — “se eles estiverem aqui, você fala assim ‘mentira, eles não são seus patrões’. (...) Os meus patrões são um dos melhores. Converso, brinco... (...) Minha convivência com eles é super boa”.

A relação de Fátima com a família para a qual trabalha impressiona, dado que ela vive na casa dos patrões com sua filha, de oito anos, de segunda a sexta-feira, e tem uma jornada laboral intensa, desde o momento que levanta até a hora que vai dormir, com pouquíssimo tempo ou privacidade para si mesma. Para ela, a confiança que tem nos patrões, de que pode contar com eles em caso de necessidade, é o que motiva sua disponibilidade total. O caso de necessidade, a que ela se refere, parece consistir, principalmente, em ausências por motivos de saúde, sem que seu salário seja reduzido — algo que, em um cenário justo, deveria ser um direito básico de todo trabalhador, mas que Fátima por vezes viu desrespeitado em sua trajetória profissional. Talvez esse e outros aspectos — como o fato de sua patroa já ter atuado como empregada doméstica, de sua carteira de trabalho ser assinada, sem que o valor combinado da remuneração fosse reduzido, de ela sentir confiança nos patrões e ter autonomia para exercer suas tarefas de cuidado da maneira que considera adequada — contribuam para que ela se sinta valorizada e signifique de maneira muito favorável a sua relação com a família empregadora.

Ela relata uma ocasião em que pediu demissão de um trabalho, diante da inflexibilidade e da desconfiança dos empregadores quando ela não foi trabalhar por conta da saúde do filho e não apresentou atestado — “só teve uma [situação de trabalho] que eu entreguei na minha carteira, porque eu falo antes de eu entrar, precisou de mim, eu tô aqui, mas se eu precisar também, eu espero que esteja”. Fátima faz questão de estar presente em momentos importantes para os filhos e atender suas necessidades, e, para isso, avisa com antecedência no trabalho — “não tem serviço para me tirar”. Já aconteceu, também, de patrões anteriores se recusarem a demiti-la, quando ela assim solicitou, por conta de condições de saúde, o que a forçou a pedir demissão, sem que seu acerto trabalhista tenha sido feito da maneira correta. Na ocasião, estava sentindo dificuldade para trabalhar em função de dores no joelho. Para ela, existe uma

associação entre a disposição dos patrões para acolher suas demandas e as suas boas condições de saúde para trabalhar — “quando cê não tá boa”, é “jogada pra fora”.

Com outros de seus ex-patrões, contudo, Fátima mantém boas relações, e com frequência conta com a ajuda de um casal que a empregou no passado. Quando adoeceu, eles faziam contato e buscavam notícias. De vez em quando, ela vai à casa deles no final de semana, para passear. “Até hoje, a mesma coisa, chega lá, sentar, tomar uma cerveja, começar a falar besteira, rir, brincar, e depois ir embora. Até hoje, minha convivência é a mesma”. Também entende que a relação com os atuais patrões é marcada pela amizade, e, quando ela aborda a eventual saída do emprego, eles insistem para que ela não pare de trabalhar. Sentem-se mais seguros com a presença de Fátima na casa, e demonstram apego em relação a ela e seu trabalho. Cabe lembrar, nesse sentido, que eles colocam sobre ela um largo conjunto de responsabilidades e atribuições, das quais ela chega a se orgulhar — “eu é que sei o que tá faltando, o que vai fazer, o que não vai fazer (...) é tudo eu”. Quando ela não estiver mais lá, precisarão encarar de outra maneira a realidade da demanda dos cuidados e da gestão da casa? Encontrarão outra trabalhadora disposta a essa dinâmica de trabalho?

As crianças também são muito apegadas a Fátima, principalmente o bebê, que passa mais tempo com ela do que com os pais, desde que nasceu. Além dos pais trabalharem fora de casa durante o dia, viajam com frequência. O filho de seis anos liga para Fátima quando ela não está na casa, e sente saudades, chorando em sua ausência, ou demonstrando dependência emocional da presença dela. Assim, na casa dos patrões, Fátima dorme na sua cama junto com sua filha de oito anos, mais o filho do meio dos patrões, de seis anos, que, apesar de ter seu próprio quarto, gosta de dormir com a babá. Sua patroa brinca que, em breve, o bebê também vai querer dormir com ela — “eu não ligo não... Já acostumei”. Ela fica em um quarto “padrão” na casa, não na chamada DCE (Dependência Completa de Empregada) tradicional.

A relação de Anne com Maria Eduarda também é ótima, principalmente quando estão sozinhas. A menina obedece, elas brincam juntas, conversam e se dão bem. Ela conta que retorna à infância e se diverte, quando estão juntas em casa e sem mais ninguém: “Não sei quem que é mais criança, se é eu, se é ela”. Nessas situações, de contato exclusivo com a garota, ela se sente confortável: “Tanto que com ela, eu fico descalça. A gente fica descalça, a gente brinca descalça. Com ela, eu sento no chão, a gente deita”. Maria Eduarda gosta muito dela, insiste para que fique mais em sua casa quando chega o final do dia, e prefere ficar com Anne a ir para a escola. Em suma, há uma ligação harmônica e um elo afetivo forte, de ambas as partes. Quando os pais estão presentes, ou quando chega alguém na casa, é mais difícil, e Anne associa

isso à percepção da criança sobre quem tem autoridade sobre ela em cada contexto, a menina perceberia quando muda a pessoa a quem ela deve responder e obedecer.

Dânia também avalia como boa sua relação com as crianças que cuida, ao trabalhar como babá. O menino de que cuida em seu atual emprego é apegado, e demonstra mais afeto com ela do que com os próprios pais — “tá nós três no elevador, aí se ele vai grudar na perna de alguém, ele vem grudar na minha (...). A maioria das vezes, ele agarra mais a mim. E o dia inteiro me abraça, e te amo pra lá, te amo pra cá”. Apesar das tensões que emergem entre ela e os patrões no cotidiano do cuidado, permeado por discordâncias e interferências, acredita que têm uma boa relação e levanta a hipótese do fato de terem idades próximas ser um facilitador. Relata ser comum que as patroas conversem com ela sobre suas vidas pessoais, mas, para evitar conflitos, ela não expressa opinião, e apenas assente. Fica incomodada se perguntam a ela sobre sua vida pessoal, e não mantém vínculos fortes com as famílias e as crianças das casas em que trabalhou antes. Vez ou outra, se encontram em eventos, quando os novos patrões têm relação com os ex-patrões, ou ela os procura quando está desempregada.

No caso de Brenda, chama atenção o contraste entre a relação que teve com uma empregadora passada, que segue presente lhe dando suporte financeiro, integra sua rede de apoio, e com quem mantém uma relação amigável, e a relação com sua atual empregadora, marcada por violências psicológicas. Brenda a descreve como arrogante e mesquinha, uma patricinha “que preocupa mais com beleza do que com os filhos dela”. As duas têm atritos com frequência, uma vez que a empregadora grita com a babá e a humilha, chamando-a de burra, e ela muitas vezes não aceita e reage — “muitas vezes eu falo: ‘Olha, não gostei do cê falar assim comigo. Se foi, eu vou embora, entendeu?’”. Eu falo. Eu deixo bem claro, as coisas”. O marido dessa senhora, patrão de Brenda, é da área jurídica. Para ela, os alertas que ele faz à esposa estão associados a uma preocupação com possíveis processos trabalhistas. “Depois, ele vai lá, eu vejo ele [dizendo]: ‘Não pode, e tal. Cê sabe que é errado, eu sou advogado. Ela pode processar a gente’. Ele sempre fala isso, sabe? Mas não muda muito não”. Brenda considera ter uma relação tranquila com ele. Diferente da esposa, ele demonstra interesse em saber sobre os filhos dela, e isso a agrada. A babá expressa indignação com os preconceitos da patroa, o racismo e a homofobia escancarados, e se sente mal por ser obrigada a conviver com isso, chegando a questionar sua permanência no emprego. A patroa destila seu racismo sobre Brenda, mulher negra de pele clara, e sobre o caseiro que cuida do jardim de sua casa, homem negro retinto. São declarações como “não gosto de gente da sua cor”, “traz seu copo pro cê beber”, “meu Deus, como que uma pessoa vive assim? [se referindo à cor de pele do caseiro]” e “aquele

cara lá, escuro”, sem falar na proibição dela cumprimentar um casal de “gayzinhos” que mora no condomínio.

A mulher havia sido processada pela última trabalhadora doméstica que contratou. Quando chegou para trabalhar com essa família, Brenda sofreu com falas de cunho racista vindas das próprias crianças, que estranharam o fato de Brenda ser uma mulher negra, e ter tatuagens (discretas) no corpo. “Os meninos não gostavam de pessoas de cor”. Ela conta que eles falavam “nossa, mas cê é de cor?”. O “maiorzinho”, de cinco anos, ficou aterrorizado. Ela atribui esses comportamentos à assimilação e reprodução do racismo, a partir da mimetização de ações e falas preconceituosas dos pais. Na sua visão, sua presença como babá incita as crianças a verem pessoas negras de outra maneira, contribuindo, talvez, para desconstruir o racismo que atravessa a formação delas enquanto sujeitos — “acho que eles viam uma pessoa de cor como negativo. E como eu cheguei, brinquei, cuidei e tal, hoje eles têm consciência que é feio falar isso, que a pessoa não gosta, que tem que tratar todo mundo igual e tal”. Cabe apontar que as famílias empregadoras de Brenda, Dânia, Ester e Fátima são brancas, e, pelo que Anne sugere, a dela também. No caso de Carla, não fica explícita a cor dos seus patrões, mas ela relata que já sofreu racismo em uma casa onde trabalhou. A patroa de Brenda, como se não bastasse, faz questão de demarcar a discrepância socioeconômica entre elas, que fica nítida nas condições materiais: alimentação, vestuário, brinquedos das crianças, e vários eletrônicos nos diversos cômodos. O movimento de sua patroa, longe de amenizar ou contemporizar a distância, é de escancarar a diferença de classe social:

Ela faz questão disso, sabe? Da gente ficar ciente. [L: Dessa diferença]. Dessa diferença... Ela faz questão. “Ah, olha, a diferença, não vou falar pro cê comprar um iogurte desse. Olha aqui a consistência”. Ela fala. Ela um dia comprou contra-filé, cara. Esse dia me marcou. E eu falei: “Ah, não vou comer. Meus filhos não vão comer, vou comer pra quê?”. E tudo... Ela foi e sentou na mesa, os meninos já tava comigo lá na sala de brinquedo e tudo mais, ela foi e falou: “Ó, cê viu? Ela [Brenda] não comeu, porque os meninos dela não vai comer. Olha que dó”. Aí eu falei: “Pô, se fosse consciente, falava, leva o seu, e dá pros seus filhos então”. Não, não faz questão nenhuma, sabe? A gente fica muito chateado com essas coisas. (BRENDA)

Deseja sair da casa em que trabalha e começar um serviço melhor, e, na ocasião da despedida, falar com a patroa tudo o que vem guardando dentro de si em relação à maneira como ela trata os empregados e educa os filhos. Fica nítida, nesse sentido, a tensão que ela precisa suportar, por meio de um trabalho emocional incessante, para exercer o seu trabalho cotidiano sem explodir com as violências sofridas. Em um gesto que demonstra o seu desgaste

— “eu guardo discurso todo dia” — e também uma percepção crítica aguçada da situação, ela anota em um caderno tudo o que a patroa fala e a chateia, para não guardar para si e não “cair na depressão”. Junto à inadmissibilidade do racismo, tem consciência de como é importante o respeito por quem é “pobre, trabalhador, honesto”, e como pessoas assim deviam ser melhor valorizadas. Apesar da humilhação que experimenta, sustenta, na linha da moral cristã: “Não oferecer pro outro aquilo como ele nos trata, como eles trata a gente. Sempre dar o nosso melhor, né? É o principal”. Enquanto isso, mantém vivo o desejo de sair de lá, e segue “guardando” seu discurso de saída no caderninho que seus filhos usavam na escola.

Ainda que tenha sido alvo de estranhamentos e perguntas de teor racista das crianças no trabalho, tem boa relação com elas. O menorzinho, com menos de dois anos de idade, é apaixonado por ela, e vice-versa. Ele e os irmãos são apegados a Brenda: “Ele [o menor] não fica com a mãe dele quando eu tô lá, é só comigo o dia inteiro. É bem bom, a gente brinca, a gente passeia, a gente, né... diverte junto. (...) Tem apresentação da escola, eles querem que eu vou”. Uma de suas declarações — “eu vivo pra eles, (...) então, eu tenho que ser o máximo de bom pra eles e pra mim” — sugere que uma porção descomunal de sua vida é ocupada pelo trabalho de cuidados remunerado. Em suas outras experiências como babá, também teve boa relação com as crianças, e menciona o filho da ex-patroa com quem ainda mantém contato como exemplo principal: “Meu chamego, meu amor da minha vida”.

Carla também relata relação de amizade com as ex-patroas, sendo que uma delas envolve eventuais ajudas materiais — “amiga, eu tenho a Zilda e a Beatriz... São minhas duas ex-patroas, que são minhas amigas”. Ela conta que Beatriz, sua empregadora anterior, chama ela para conversar em sua casa, após o expediente atual, e oferece para pagar o Uber na hora dela ir embora. Também aponta que, conhecendo suas dificuldades, Beatriz preparou uma cesta básica de tamanho grande, que entregou a ela junto a alguns pares de tênis para as crianças. “Ela sempre me ajuda. E ela fala comigo assim ‘ô Carlinha, não se sintá diminuída nem envergonhada, porque quando as pessoas te ajudam...’... E eu não me sinto, eu já senti... ‘É porque Deus sabe da sua necessidade’”. Em troca, Carla conta que oferece aquilo que tem, isto é, sua amizade e sua escuta. Os filhos de Beatriz, de quem Carla cuidou, fazem questão de manter contato, e a convidam quando comemoram aniversário. Também está satisfeita na relação com a atual empregadora, que chega a brincar que é filha de Carla, ainda que seja uma mulher adulta funcional: “No Dia das Mães, ela falou comigo assim, que ‘agora você tem mais dois filhos, eu mais o Martin’”. Relata que apenas uma vez teve problemas com os pais das crianças que cuidava. Era mais jovem, e foi alvo de violência física por parte da patroa,

motivada por ciúmes do marido, em um contexto em que Carla foi vítima de assédio sexual no trabalho e teve seu relato questionado: “Eu já apanhei na cara, (...) porque eu fui contar pra dona da casa, pra mãe da criança, que o marido dela estava passando a mão em mim. E ela não acreditou em mim, e eu apanhei”.

Com esse relato, Carla traz à tona a realidade do assédio sexual no espaço doméstico, perpetrado contra trabalhadoras domésticas por seus empregadores, seguros de poderem dispor dos corpos das trabalhadoras e agir livremente, no espaço reservado e privado que a casa oferece, alheio aos olhos do público. Esse aspecto traz resquícios, também, da relação entre senhores e mulheres escravizadas, que persistiu durante séculos no Brasil e foi pautada por abusos de diversas naturezas. As quatro paredes do lar protegem o empregador, nos dias atuais, e sua violência é ainda respaldada pela persistência, na sociedade, de uma noção que dicotomiza e atribui diferentes possibilidades às esferas pública e privada (Cf. BIROLI, 2018). À parte esse episódio, Carla logrou construir laços satisfatórios com seus empregadores, e a boa relação que mantém com as mulheres que já a empregaram em suas casas e com sua patroa atual convive com a consciência da importância do seu trabalho para essas mulheres, da relação intragênero da profissão:

O Daniel que nunca tinha vivido isso [convivência com outras classes], ele ficou assim, “mas mãe, a sua patroa é uma advogada, e ela te tratou como se você fosse igual a ela”. Aí eu, “meu filho, vem cá, eu sou igual a ela, o que diverge da gente é a nossa classe social. Ela tem uma classe melhor e uma profissão melhor. Mas se... **A minha profissão é tão importante, que se eu não fosse babá, ela não poderia ser advogada**”. (CARLA) (grifo nosso)

Carla afirma a importância de sua profissão para o filho, que se assombra com o tratamento que a mãe recebe da patroa, “como se você fosse igual a ela”, e mobiliza o assunto para dialogar com ele sobre igualdade entre pessoas e sobre classes sociais. Cabe dizer, ainda, que a relação com as crianças que cuida no trabalho costuma ser muito boa, e relata, como única exceção, a situação com Cristiano, que já começou com problemas. Na época, ela tinha 17 anos e estava grávida do filho mais velho. Cristiano era o garoto de quem cuidava que reproduzia falas racistas proferidas pelo avô. Em certa ocasião, o menino cuspiu nela, e ela reagiu cuspiendo de volta, não aceitando a ofensa. Diz que hoje não reagiria da mesma forma — “a profissão vai ensinando a gente”. Conversaria com a mãe dele sobre a situação e a necessidade de alguma providência ser tomada, visando mudanças na conduta. Atualmente, cuida de Martin, de três anos, muito apegado a ela, e que usa tecnologias para vê-la quando está longe. “Quando ele, tipo assim, chegou da escola e eu não tô lá, ele me liga, de chamada de vídeo: ‘Carlinha, por

que você não tá aqui?"". No seu aniversário, fez questão de pedir à mãe que comprasse um presente para ela, que adora aniversários, e que comemorassem com bolo e salgadinhos.

A relação de Ester com as crianças também é boa, seja como babá no Brasil ou nos Estados Unidos. Com os empregadores, era melhor a relação no Brasil, ainda que nos Estados Unidos, segundo ela, também não seja ruim — apesar de ter que “engolir sapos” em algumas ocasiões. Lá, a relação é mais impessoal, não percebe uma relação de amizade, como a que tinha com sua patroa no Brasil, para quem acabava sendo, além de babá do filho, uma pessoa que escutava e aconselhava sobre seus dilemas pessoais — “a gente fofocava do marido dela. A gente falava do marido dela juntas, tipo assim ‘ah, não sei, eu tô pensando em separar’. E eu falei ‘separa mesmo. Um cara que me manda calar a boca, eu não fico com ele de jeito nenhum’. E aí, não é que ela separou mesmo?“. No relato de outras informantes, também encontramos essa posição de escuta, de ouvir desabafos, uma função que é também afetiva e de aconselhamento. Ester caracteriza sua patroa de então como uma pessoa compreensiva, e traz essa característica ao relatar a compreensão da empregadora quanto à sua necessidade de assistir a aulas virtuais da faculdade em horário de trabalho (nesse período, assistia apenas a duas aulas na semana). Seguiram em contato, mesmo depois que Ester se mudou para os EUA.

Sua patroa no Brasil era advogada. Seus patrões nos EUA são médicos, e nunca demonstraram interesse por sua vida pessoal ou perguntaram sobre as crianças com quem conversa com frequência por videochamada — não sabem que ela tem filhos. Ester associa isso ao fato dos patrões se sentirem superiores a ela, mais importantes, e, conseqüentemente, não se importarem. Isso acaba facilitando a omissão da maternidade. Ester se refere ao seu primeiro dia nos EUA como tendo sido péssimo, e associa isso à dificuldade de se comunicar com os membros da família para a qual iria trabalhar (seu inglês não era bom), e à indisposição da família para apresentar a região a ela. “Eu fiquei com cara de paisagem”. Atualmente gostam do trabalho dela, e lhe pediram para renovar sua permanência no programa.

7. Considerações finais

A partir dos relatos de vida de Anne, Brenda, Dânia, Ester e Fátima, nos aproximamos da realidade vivida pelas mulheres com filhos pequenos e que trabalham diariamente como babás nas casas de outras famílias, situação social cujo funcionamento, especificidades, atravessamentos e dinâmicas relacionais tentamos esmiuçar nesta pesquisa, investigando como o cuidado de crianças pequenas atravessa a vida dessas mulheres. Orientar o estudo por uma perspectiva etnossociológica e mobilizar a abordagem dos relatos de vida nos coloca diante das trajetórias dessas mulheres desde a mais tenra idade. De início, são recorrentes as infâncias perpassadas por violências físicas, psicológicas ou sexuais, que marcam a maneira como as informantes percebem seus parentes consanguíneos implicados nesses episódios e estabelecem relações com seus filhos nos dias atuais. Esforços por não repetição perpassam seus relatos, e estão associados a diferentes questões que marcaram suas histórias pessoais, principalmente em relação às condições de vida (que seus filhos não passem pelas dificuldades que passaram) e aos modos de educar dos quais discordam (truculentos e com pouco diálogo).

Nos relatos, a multiplicidade de experiências femininas diante da maternidade é notável, reafirmando a invalidade da ideia de uma “natureza feminina”: várias das relações das informantes com suas próprias mães foram atravessadas por situações de violência, e, no geral, são filhas de trabalhadoras domésticas com pouco tempo disponível para se fazerem presentes e para estarem atentas às necessidades das filhas. Como mães, se esforçam para criar seus filhos com afeto e resguardá-los de violências, ainda que também tenham longas jornadas de trabalho e redes de apoio restritas. Duas das informantes aventaram alternativas à maternidade em ao menos alguma de suas gestações, como colocar a criança para adoção, entregar para algum parente ou abortar.

A gravidez na adolescência está presente na vivência de cinco entre as seis informantes, sendo que para nenhuma delas a primeira gravidez foi precedida de qualquer planejamento. Dias e Teixeira (2010) apontam a gravidez na adolescência como um fenômeno complexo e multideterminado, associado a fatores psicológicos, sociais e históricos. No caso das informantes, eles emergem como fatores associados à gravidez precoce, precedendo-a ou sendo dela consequência: problemas familiares e insegurança no âmbito doméstico, ausência de educação sexual adequada, abandono dos estudos ou adaptação das perspectivas de escolarização, mudanças profissionais, comportamentais e efeitos na saúde.

As redes de apoio das informantes são notadamente femininas. A mãe das informantes aparece como figura central em suas redes de apoio, ajudando-as desde a gravidez até o desenvolvimento das crianças, salvo raras exceções. As avós (maternas e paternas, mesmo quando o pai da criança optou pelo abandono) também são mencionadas e, quase sempre, as vizinhas. Fora de casa, as redes de apoio se constituem basicamente dessas mulheres. Dentro de casa, o apoio vem dos próprios filhos: os mais velhos exercem papel importante na distribuição cotidiana do trabalho doméstico e de cuidados. Eventual e excepcionalmente, novos companheiros participam no cuidado por um período. Todas elas mencionam algum tipo de contribuição (monetária ou com alimentos) para pessoas que integram sua rede de apoio, principalmente quando são as vizinhas ou as avós. A ausência paterna é regra. Para alguns dos filhos, o pai é como o caviar para Zeca Pagodinho, “nunca vi, nem comi, eu só ouço falar”. Para outros, alguém que os deixou depois de poucos anos de convivência, quando rompeu o relacionamento com a mãe das crianças, ou quando se deparou com as dificuldades do cuidado cotidiano. Pensão alimentícia é raridade, quase favor. Essas histórias são de mulheres, equilibrando seus afazeres e suas existências a partir do apoio de outras mulheres, e a figura masculina é ausência sentida nas durezas de um cotidiano sobrecarregado.

Nos relatos, as creches têm o papel de possibilitar a inserção, o retorno ou a permanência dessas mulheres no mercado de trabalho depois do nascimento dos filhos, e o sentimento de tranquilidade e confiança das mães quanto à presença dos filhos nesses espaços, conforme elas sugerem, decorre da percepção de uma boa adaptação e do contentamento das crianças em frequentá-los. Vale destacar, em um dos relatos, o papel que as trabalhadoras da creche tiveram em sinalizar, acolher e orientar a mãe sobre os sinais de Transtorno do Espectro Autista (TEA) que o filho vinha apresentando. Para tratamento contínuo, as informantes cujos filhos foram diagnosticados com autismo recorrem ao sistema público de saúde e têm acesso ao Benefício de Prestação Continuada, complementando a renda.

A maioria das informantes não teve acesso à licença-maternidade, e as que tiveram não estavam trabalhando como babás no período. Os dados costumeiros, que indicam menor acesso à licença por mulheres não brancas, de estratos mais baixos de renda, com menor nível de instrução, e mais jovens, são corroborados aqui, e três fatores que ajudam a compreender tal realidade, a partir da vivência das informantes, são as inserções precárias no mercado de trabalho, a gravidez na adolescência, e a saída do mercado de trabalho para cuidar de seus filhos previamente nascidos.

Em geral, elas narram rotinas exaustivas, vivendo para maternar e trabalhar. Atravessando dias pautados pelo trabalho de cuidados remunerado ou não remunerado, o tempo das informantes para lazer, autocuidado, cultivo de interesses, construção de relações pessoais ou amorosas, e continuidade nos estudos é quase nulo. Nos finais de semana, quando há algum respiro, mesclam o trabalho doméstico em suas casas e o tempo com os filhos. Valorizam a boa relação que vêm construindo com as crianças e, vez ou outra, contrapõem-na com a relação que tiveram, em algum momento, com as próprias mães.

Suas principais preocupações no cuidado cotidiano dos filhos são com a garantia do sustento (“garantir o básico”, alimentação adequada, moradia digna, vestuário) e com as violências que podem sofrer (com destaque para ocorrências de violência sexual), sendo essa última redobrada em relação aos filhos com deficiência. Nos termos dos grupos de necessidades organizados por Renata Moreno (2019), as principais preocupações estão situadas no conjunto de necessidades relacionadas ao corpo. Ainda, se cuidar de crianças pequenas exige a antecipação de demandas e a atenção permanente, isso se intensifica no caso de crianças com autismo.

A condição financeira em que se encontram aparece como um aspecto determinante da maneira como vivem suas maternidades, e uma barreira fundamental à realização do cuidado que entendem como ideal. Suas restrições financeiras influenciam o modo como resolvem as necessidades do corpo (afetando a qualidade da alimentação, por exemplo), as afetivas (por precisarem do dinheiro, acabam se submetendo a condições de trabalho que influenciam na disponibilidade e na disposição para uma presença zelosa junto aos filhos), e as de desenvolvimento de habilidades (gostariam de colocar os filhos em melhores escolas, matriculá-los em cursos complementares de acordo com seus interesses, e chegar em casa menos cansadas para “educar” melhor). O dinheiro influencia, também, as possibilidades de atendimento às necessidades das famílias, quando os serviços públicos não são suficientes. Na posição de mães, não têm recursos monetários para contratar uma pessoa tão disponível quanto elas mesmas, em seus trabalhos como babás, para compartilhar o atendimento às necessidades de seus filhos. Ainda, por não disporem do tempo com eles que gostariam, veem seus filhos recebendo cuidados aquém do que consideram ideal.

Mais do que na prática efetiva das informantes enquanto mães (totalmente diferente do que pregam os manuais), as ideologias hegemônicas da maternidade podem ser percebidas na culpa que elas sentem por não terem condições de cumprir o que as normas ditam e de realizar o cuidado que julgam ideal, bem como no fato de se responsabilizarem individualmente por

questões que lhes ultrapassam. Nos relatos, a recorrência de sentimentos de culpa em relação às mais diversas questões, atestam a permanência da força dos ideais de maternidade e de feminilidade dominantes. Durante um longo período, Anne se culpou pelo pai dos seus filhos tê-los abandonado, e sentia vergonha de ser mãe solo. Sentia culpa pela tentativa de abuso sexual sofrido por uma de suas filhas e pelo Transtorno do Espectro Autista de outra filha, além de ter lidado com críticas de sua mãe e de sua então sogra quando decidiu colocar seus filhos na creche e trabalhar fora de casa. Brenda e outras informantes expressam sentimento de culpa por passarem mais tempo com outra criança que não os filhos e por não terem a mesma energia quando chegam em casa. Carla conta que, em sua infância, era considerada culpada por “tudo que lhe acontecia”, inclusive pelos abusos sexuais dos quais foi vítima. Quando adulta, foi culpada por trabalhadoras da saúde pelos efeitos da depressão pós-parto em seu aleitamento. Dânia, por sua vez, antevê as críticas externas e a culpa a ela atribuídas caso alguma coisa negativa aconteça com seu filho, quando ele voltar a morar com ela, e diz que quem é mãe “tá sempre se culpando, a gente acha que nunca é boa o bastante”. Se a culpa foi um fator importante no processo de constituição da gramática moderna da maternidade, segue presente na reprodução desses ideais.

Várias das informantes começam a cuidar de crianças pequenas de forma remunerada muito cedo, logo no final da infância ou no início da adolescência, diante da necessidade de contribuírem financeiramente em casa. Amiúde, suas mães também garantiam o sustento dos filhos atuando como empregadas no trabalho doméstico, cuidando de crianças pequenas, da alimentação e da casa de famílias de classes mais altas. A maioria das informantes menciona o trabalho como babá como a única opção de sustento que encontraram ou que estão encontrando atualmente, considerando a formação que possuem. Há uma busca, para muitas, por alcançar ocupações melhor remuneradas e valorizadas, mas não necessariamente essa busca é acompanhada de esperança. Para Ester, o trabalho como babá é o meio que encontrou para alcançar seu objetivo de morar fora do país, e é relevante notar que, dentre as informantes, é justamente ela quem mais foi beneficiada por programas sociais, ao longo de sua trajetória, o que sugere um papel importante desses programas para uma mudança em sua perspectiva de vida — “a gente que não tem muito dinheiro, a gente que é pobre, assim, tipo, um papo que vai pros Estados Unidos, tá doido? Isso não acontece, não acontece muito com a gente não” (ESTER). Os programas teriam ampliado seu campo dos possíveis, para referenciar Bourdieu (2007). Ester é a única que ingressou no Ensino Superior (como beneficiária do PROUNI), e o caminho que ela escolhe para tentar sair do país é afetado pelo fim do programa Ciências Sem

Fronteiras, que poderia ter possibilitado que ela fizesse intercâmbio para estudar e, eventualmente, que se capacitasse para emigrar, visando um trabalho qualificado e melhor remunerado. Talvez, se ela não tivesse saído da faculdade, já estaria concluindo sua graduação e buscando um emprego como bióloga.

Atualmente, apenas uma das informantes trabalha como babá sem o registro formal na carteira de trabalho (Ester tinha sua carteira assinada quando trabalhava no Brasil), mas essa já foi uma realidade para a maioria delas. O registro da relação de trabalho na carteira, todavia, não garante o cumprimento da legislação e o reconhecimento dos direitos por parte dos empregadores. Nesse mesmo sentido, ainda que, via de regra, a visão sobre as legislações recentes que buscam regulamentar o trabalho doméstico seja positiva, as informantes mencionam a manutenção da dependência das trabalhadoras em relação à índole dos empregadores que, caso descumpram o previsto em lei, dificilmente são denunciados e punidos. Fátima é a única que vê negativamente a Lei das Domésticas e a Emenda Constitucional 72/2013, entendendo-as como tentativas do governo de tomar para si o salário das trabalhadoras. Sua crítica, entretanto, pode ser melhor compreendida quando consideramos sua descrença em relação à percepção de direitos vinculados à Previdência Social e, principalmente, quando levamos em conta a possibilidade de alguns empregadores estarem recorrendo à penalização das trabalhadoras, reduzindo os salários combinados ao formalizarem o vínculo de trabalho, para se desvencilharem do aumento de gastos advindos da nova legislação. Adicionalmente, a insuficiência da legislação atual para o caso específico das babás é exemplificada pelas críticas de Dânia em relação à recusa de sua patroa a reconhecer como trabalho sua prontidão durante a madrugada, nos dias em que dorme no emprego, e remunerá-la de acordo. Notamos ainda que, mesmo quando a contratação é previamente acordada para o trabalho de cuidado de crianças, como babá, a fronteira desse trabalho com o trabalho doméstico, considerado sob a categoria de “serviços gerais”, é fluida, sendo comum que os patrões demandem “um favorzinho” a mais, fazendo com que o trabalho efetivamente executado extrapole aquele pelo qual, em teoria, são remuneradas.

Todos os quatro grupos de necessidades das crianças pequenas organizados por Renata Moreno (2019) — necessidades relacionadas ao corpo; afetivas; de desenvolvimento de habilidades e capacidades para a autonomia e a vida em comum; e necessidades das famílias das crianças — fazem parte do trabalho como babá. Todavia, mais do que apenas atender a essas necessidades, importa, para as informantes, o modo como o fazem, sendo que divergências entre o que a babá e a família da criança entendem como apropriado são, com frequência,

motivos de desgastes na relação entre empregada e empregadores. Silveira (2014) fala em um hiato entre o que a mãe de uma criança quer para o seu filho e o que a babá considera adequado, em função do qual são exercitadas negociações e são feitos acertos que podem demandar que a babá administre suas emoções para se encaixar no que dela é esperado (trabalho emocional). No relato das informantes, essas diferenças aparecem em colisão, tensionando o cotidiano, e emergem como a principal dificuldade no exercício desse trabalho. As comparações que tecem entre o cuidado que idealizam para seus filhos e o cuidado que suas patroas as orientam a realizar no trabalho sugerem que as dificuldades decorrentes dessas discordâncias sejam ainda mais difíceis de lidar por serem babás que também vivem a maternidade.

Outras tensões aparecem no encontro do trabalho como babá com a maternidade, dentre elas a culpa por passarem tanto tempo com as crianças no trabalho e não tanto com seus próprios filhos (gostariam de poder cuidar em casa com a mesma disposição, o mesmo tempo e o mesmo zelo) e a falta de compreensão ou a desimportância dada pelas famílias empregadoras diante das necessidades de cuidado dos filhos das babás, manifesta na recorrente dificuldade de ajuste dos horários de trabalho em caso de urgência, e nas frequentes solicitações das patroas para que as babás permaneçam em suas casas após o fim do horário combinado (para o meu filho, “dê tudo de si”, para o seu, “se vire e dê um jeito”). Além dessas, também são tensões o desconforto de algumas informantes quando precisam levar seus filhos consigo para o trabalho e o contraste socioeconômico que se evidencia para as crianças; a exaustão pela repetição, por precisarem fazer as mesmas tarefas “lá e cá”; e a culpa pela maneira como o tempo para cuidar é distribuído entre seus filhos e os filhos de seus patrões. Como afetação positiva, algumas das informantes mencionam aprender mais sobre o cuidado de crianças trabalhando como babás e poder empregar esses aprendizados em sua maternagem, e contam sobre reflexões quanto à maneira como lidam com seus filhos a partir da convivência com outra criança no trabalho. Em alguns casos, o afeto e o apego que sentem pelas crianças no trabalho amenizam as dores da profissão e contribuem para que permaneçam por mais tempo trabalhando para suas famílias. Carla recebeu uma oferta de emprego com melhor remuneração, e declinou a proposta para não “confundir a cabeça” do menino de que cuidava, reforçando o argumento de Brites (2007), que indica que a dificuldade de se separar das crianças das quais toma conta, em uma situação de mudança de emprego, pode significar importante perda afetiva para as babás e, muitas vezes, motivar a permanência em serviços mal pagos.

Relacionados às eventuais diferenças entre patroas e babás em relação à maneira de educar e cuidar, emergem como fatores importantes para que as informantes se sintam em

melhores condições de realizar seu trabalho e contribuem para o bem-estar delas enquanto trabalhadoras: serem reconhecidas como autoridade pelas crianças que cuidam, terem autonomia para o exercício de sua função, e notarem canais de diálogo abertos com os pais das crianças para alinhamentos e considerações sobre o cuidado. Alguns empregadores (minoria nos relatos das informantes) negociam como o trabalho deve ser exercido a partir do diálogo com a babá contratada, outros dão orientações se furtando a absorver suas perspectivas, sendo que o controle e a vigilância chegam a ser exercidos inclusive com o uso de câmeras de monitoramento. Como estratégia para driblar a ausência de autonomia e o controle, e aliviar as dificuldades associadas, algumas das informantes agem em desconformidade com o que sabem ser preferência dos pais quando eles não estão por perto e se tornam a autoridade do espaço para a criança.

A modulação e o gerenciamento de emoções no trabalho como babá para transmissão de sentimentos entendidos como adequados para determinada situação (trabalho emocional) ocorrem não apenas diante das negociações que orientam a maneira como devem exercer o cuidado, mas também quando suas demandas relativas às urgências de seus filhos são negadas por patrões que, com frequência, lhes demandam horários de trabalho ou atividades que extrapolam o combinado inicial; diante de episódios de assédio moral e situações de racismo; e, por fim, quando estão lidando com problemas pessoais ou familiares.

A relação das informantes com as famílias varia. Com certos patrões (atuais ou passados), algumas das informantes mantêm relações que consideram de amizade, outras têm repetidamente vivido experiências ruins, permeadas por assédio moral e outras violências que visam diminuí-las enquanto sujeitos e enquanto trabalhadoras. Via de regra, quando vivem situações de exploração e abuso, ou ocasiões nas quais se sentem injustiçadas, e não aceitam em silêncio, mas questionam os empregadores e reivindicam outras condições de trabalho, as relações tendem a “azedar”. Isso remete à discussão feita por Koutsoukos (2012) sobre o espaço da ama no afeto e na história das famílias durante o século XIX, quando conclui que esse espaço, quando conquistado, se deve à obediência, à dedicação e ao silêncio (humildade) das amas, e que mudanças de comportamento, com frequência, faziam surgir sentimentos de decepção, raiva e vingança nos senhores. O preconceito e, principalmente, o racismo, permeiam a experiência de trabalho de várias das informantes. Junto com a desvalorização salarial, não deixam que esqueçamos as origens e a longa história dessa ocupação no Brasil, que remete ao período colonial e à escravização de pessoas negras. Ainda hoje, essa contratação, enquanto

ameniza os conflitos de gênero na relação entre pai e mãe, marido e mulher dentro de casa, reitera relações de opressão racial.

Se a mulher negra, chamada de mãe preta, era a mãe dos filhos da classe dominante nos séculos passados, argumento desenvolvido por Gonzalez (2020b), ela segue exercendo esse papel, atualmente, quando cuida dos filhos das famílias abastadas. As babás de hoje seguem exercendo essa maternagem. Cada informante aponta determinadas semelhanças e diferenças na maneira como realiza o cuidado de crianças pequenas em casa, como mães, e no trabalho, como babás. Aproximam esses trabalhos mencionando: as dimensões do afeto e do apego emocional que desenvolvem pelas crianças; a preocupação que sentem e a dor que compartilham quando a criança não está bem; a participação na educação e no desenvolvimento; a necessidade de proteger, dar carinho e se manter atentas; o cansaço e a tensão; e, por fim, a necessidade do estabelecimento de regras e da manutenção de uma rotina. Diferenciam esses cuidados mencionando: as diferenças socioeconômicas e seus efeitos na maneira como conseguem atender às necessidades das crianças (afetam o acesso a diferentes brinquedos e ao lazer, à alimentação de qualidade, a uma moradia confortável e segura, e a disponibilidade de tempo da mãe para estar com os filhos); a importância de levarem em conta o que os pais da criança querem em relação àquele cuidado, como querem ser parte e quais limites desejam para a autonomia da babá enquanto cuidadora; o papel de principal responsável por decisões que afetam a vida das crianças quando mães e, como babás, cumprirem decisões realizadas pelos pais das crianças (diferentes reações diante de decisões e orientações com as quais discordam); a possibilidade de se desligarem, em algum nível, das preocupações do cuidado como babá quando volta para casa ao final do expediente, saindo de cena (há casos em que essa saída de cena não é exatamente viabilizada pela família empregadora, vide relato de Fátima que conta das ligações que recebe dos seus empregadores aos finais de semana), quando as preocupações com o cuidado dos filhos é intermitente.

A ambivalência do trabalho de cuidados é patente nos relatos das informantes. No caso do trabalho remunerado, o afeto pelas crianças e, eventualmente, pelos patrões, convive com relações injustas de trabalho, situações de desrespeito, humilhação e violências, exaustão, e com a insensibilidade de alguns patrões diante das urgências dos filhos das trabalhadoras, com consequências na vida pessoal e na maternidade das babás. Deslocando o olhar a respeito das ambivalências para o trabalho não remunerado, o afeto pelos filhos e o desejo de buscar estudar e conquistar melhores posições profissionais, visando dar exemplo e melhores perspectivas às crianças, convivem com a culpa, a exaustão, a mudança nem sempre desejada de planos de vida,

com o agravamento da demanda por trabalho considerando a necessidade de sustento de outros seres, eventuais adoecimentos mentais e, muitas vezes, a anulação de si para dar conta do cuidar.

As escolhas metodológicas realizadas neste trabalho me levaram a navegar pelo campo de pesquisa com um olhar ampliado para os vários aspectos que constituem, perpassam ou dizem respeito à situação social em foco. Esse movimento, associado à limitação de tempo de um programa de mestrado, deixam como lacuna deste trabalho a ausência de análises em profundidade dos elementos observados, que seguem como possibilidades para pesquisas futuras. Além da possibilidade de outras investigações mirarem aspectos específicos observados, resta, como possibilidade promissora para o avanço no debate sobre os entrecruzamentos entre o trabalho doméstico remunerado e o trabalho não remunerado de cuidados de crianças pequenas, a realização de uma investigação que amplie o conjunto de informantes, abarcando relatos de vida de pessoas cujas mães já ocuparam essa posição, de pessoas que foram cuidadas por babás com filhos pequenos, e de empregadores que recorreram à contratação de babás nessa situação.

Referências bibliográficas

- ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico nas Ciências Sociais. *In: O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- ARRIAGADA, Irma; TODARO, Rosalba. **Cadenas Globales de Cuidados: el papel de las migrantes peruanas en la provisión de cuidados en Chile**. Santiago do Chile: ONU Mulheres. 2012.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 32, 2020.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BALTAZAR, Talita Rocha. **Vida de babá: reflexões acerca das vivências profissionais à luz da psicologia analítica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão, v. 2331, 2017.
- BATTHYÁNY, Karina. **Las políticas y el cuidado en América Latina: Una mirada a las experiencias regionales**. Serie Asuntos de Género, n. 124, CEPAL. Santiago do Chile, 2015.
- BELO HORIZONTE. **Proposições Curriculares para a Educação infantil - Desafios da Formação**, v. 1. 2016. Disponível em: https://issuu.com/geel/docs/prop_curr_-_vol_1. Acesso em: 26 maio de 2022.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERTAUX, Daniel. **Les récits de vie: perspective ethnosociologique**. Paris: Nathan, 1997.
- _____. **Los relatos de vida: perspectiva etnosociológica**. Barcelona: Bellaterra, 2005.
- _____. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. São Paulo: Paulus; Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2016, p. 213-240.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.

BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 101-121, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo, Edusp; Porto Alegre, Zouk, 2007.

BRANDÃO, Elaine Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. Da gravidez imprevista à contracepção: aportes para um debate. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 33, n. 2, 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Portal da Legislação** – Governo federal. Brasília, DF, 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, n. 29, 2007.

CABRAL, Cristiane da Silva; BRANDÃO, Elaine Reis. Gravidez na adolescência, iniciação sexual e gênero: perspectivas em disputa. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 36, n. 8, 2020.

CAMARANO, Ana Amélia. Cuidados para a população idosa e seus cuidadores: demandas e alternativas. *In*: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira, POSTHUMA, Anne Caroline (Org.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2021.

CARNEIRO, Rosamaria. Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno. **Cadernos Pagu**, n. 63, 2022.

CARPENEDO, Manoela; NARDI, Henrique. Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. **Cadernos Pagu**, n. 49, 2017.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?. *In*: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Org.). **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2003.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). **La pandemia del COVID-19 profundiza la crisis de los cuidados en América Latina y el Caribe**. Informe COVID-19, Santiago, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45335/5/S2000261_es.pdf>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Nova York/Londres: Routledge, 1990.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. The Combahee River Collective statement. *In*: SMITH, Barbara (Org.). **Home girls: a black feminist anthology**. New Jersey, Rutgers University Press, 2000.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Relatos de branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 105, 2014, p. 43-64.

COSTA, Luciano Rodrigues; SANTOS, Yumi Garcia dos. O “relato de vida” como método das ciências sociais: Entrevista com Daniel Bertaux. **Tempo Social**, v. 32, n. 1, 2020, p. 319-346.

COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 2, 2002.

CRAPANZANO, Vincent. The life history in anthropological fieldwork. **Anthropology and Humanism Quarterly**, n. 02-03, 1977, p. 03-07.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, 1989.

DAVIS, Angela. **Women, race and class**. Nova York: Vintage Books, 1981.

DEBERT, Guita Grin. Migrações e o cuidado do idoso. **Cadernos Pagu**, n. 46, 2016, p. 129-149.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **O novo manual do trabalho doméstico**. São Paulo: LTr, 2016.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paidéia**, Ribeirão Preto, vol. 20, n. 45, jan./abr. 2010.

DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira; BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva; GIACOMIN, Karla Cristina. Política nacional do idoso: as lacunas da lei e a questão dos cuidadores. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FAUR, Eleonor. **El cuidado infantil en el siglo XXI: mujeres malabaristas en una sociedad desigual**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

___. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1)**. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Camila. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. **Rev. Antropol**, vol. 64, n. 3, 2021.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. A creche comunitária na nebulosa pobreza. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 88, 1994, p. 18-29.

FISHER, Bernice; TRONTO, Joan. Toward a Feminist Theory of Caring. In: ABEL, Emily K.; NELSON, Margaret K. (ed.). **Circles of Care**. Albany, NY: SUNY Press.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, Unesp, 2022, p. 510-553.

FONSECA, Ana Lucia Barreto da; ARAÚJO, Neuraci Gonçalves de. Maternidade precoce: uma das consequências do abandono escolar e do desemprego. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, vol. 14, n. 2, 2004, p. 16-22.

FONTOURA, Natália; MARCOLINO, Adriana. A heterogeneidade do trabalho doméstico no Brasil. *In*: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2021.

GEORGES, Isabel. O “cuidado” como “quase-conceito” : porquê está pegando ? Notas sobre a resiliência de uma categoria emergente. **Textos didáticos**, n. 66, 2017, p. 125-151.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GONÇALVES, Marco Antônio. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. *In*: GONÇALVES, M. A.; CARDOSO, V.; MARQUES, R. (org.). **Etnobiografia: subjetividade e etnografia**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 12-37

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org.: Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

__. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Org.: Flávia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860 - 1910**. Tradução Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GUERRA, Maria de Fátima Lage; SANTOS, Lúcia Garcia dos; FUSARO, Edgard Rodrigues. Características demográficas e socioeconômicas das famílias contratantes de trabalho doméstico remunerado no Brasil. *In*: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline. **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2021.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. O cuidado e seus circuitos: significados, relações, retribuições. *In*: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. **O gênero do cuidado: desigualdades, significações, identidades**. Cotia: Ateliê Editorial, 2020a.

__. A emergência do cuidado: nomear, reconhecer, obscurecer. *In*: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. **O gênero do cuidado: desigualdades, significações, identidades**. Cotia: Ateliê Editorial, 2020b.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila Pereira Faria. O cuidado e as “ajudas”. *In*: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. **O gênero do cuidado: desigualdades, significações, identidades**. Cotia: Ateliê Editorial, 2020.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. O cuidado e o emprego doméstico: interseccionando desigualdades e fronteiras. *In:* ___. **O gênero do cuidado: desigualdades, significações, identidades**. Cotia: Ateliê Editorial, 2020.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (o conceito de). *In:* HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SELETIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 251-256.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. Love and gold. *In:* EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell (Org.). **Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy**. New York: Henry Holt and Company, 2002.

___. **The managed heart: commercialization of human feeling**. 3ª edição. Berkeley: University of California Press, 2012.

LORBER, Judith. The Social Construction of Gender. *In:* GRUSKY, David; SZELÉNYI, Szonja. **The Inequality Reader: contemporary and foundational readings in race, class and gender**. New York: Routledge, 2018.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e as imbricações das relações sociais. *In:* ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KONDRATIUK, Carolina; NEIRA, Marcus Garcia. O corpo a corpo na relação educativa entre babá e criança: uma revisão da literatura. **Pro-Posições**, Campinas, v. 31, 2020.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. À vovó Vitorina, com afeto. Rio de Janeiro, cerca de 1870. *In:* XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

MACHADO, Maria Helena P. T.. Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. *In:* XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (Orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

MARCONDES, Mariana Mazzini; CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo. Política de creches no Brasil: até onde caminhou o compromisso com a igualdade de gênero?. *In:* ITABORAÍ, Nathalie Reis; RICOLDI, Arlene Martinez (Org.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil?: implicações demográficas e questões sociais**. Belo Horizonte: ABEP, 2016.

MARCONDES, Mariana Mazzini; MORENO, Renata. Cuidado infantil e trabalho na perspectiva feminista. *In:* CARDOSO JR., José Celso (Org.). **A constituição golpeada : 1988-2018**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

MOLINIER, Pascale. Cuidado, interseccionalidade e feminismo. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014.

MOLINIER, Pascale. El “trabajo sucio” y la ética del cuidado: historia de un malentendido. *In:* GAVIRIA, Luz Gabriela Arango; URQUIJO, Adira Amaya; PÉREZ-BUSTOS, Tania; DUQUE, Javier Pineda (Org.). **Gênero y cuidado: teorías, escenarios y políticas**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Universidad de los Andes, Pontificia Universidad Javeriana, 2018.

MOLINIER, Pascale; LAUGIER, Sandra; PAPERMAN, Patricia. **Qu'est-ce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité.** Paris: Payot, 2009.

MOLYNEUX, Maxine. Change and continuity in social protection in Latin America mothers at the service of the state? **United Nations Research Institute for Social Development**, 2007.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. **Entre a família, o Estado e o mercado: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado.** Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MOTTA, Filipe; CAMPOS, Bárbara Lopes. Estado de bem-estar social e políticas públicas para mulheres nos países nórdicos e na América Latina: Da sociedade civil à institucionalização. **Sex., Salud Soc.**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 158-179, 2019.

MUNIZ, Jeronimo Oliveira; VENEROSO, Carmelita Zilah. Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 62, p. 1-38, 2019.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Care Work and Care Jobs for the Future of Decent Work.** 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_633135.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de; MARQUES, Stanley Souza. Contribuições para uma reconstrução crítica da gramática moderna da maternidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n.1, 2020.

PAUTASSI, Laura. El cuidado como cuestión social desde un enfoque de derechos. **CEPAL - Serie Mujer y Desarrollo**, n. 87, 2007a.

___. ¿Igualdad en la desigualdad? Alcances y límites de las acciones afirmativas. **Sur – Revista Internacional de Derechos Humanos**, n. 6, 2007b.

PERIN, Vanessa Parreira. Sobre histórias, fragmentos e silêncios em narrativas engajadas. **Anuário Antropológico**, v. 46, n.1, 2021.

RAZAVI, Shahra. **The political and social economy of care in a development context: conceptual issues, research questions and policy options.** Genebra: United Nations Research Institute for Social Development - Programme on Gender and Development, 2007.

REIS, Alberto Olavo Advincula; OLIVEIRA-MONTEIRO, Nancy Ramacciotti de. Sexualidade e procriação na ótica de jovens de periferias sociais e urbanas. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, vol.17, n.2, 2007, p. 54-63.

ROMERO, Mary. Nanny Diaries and Other Stories: Immigrant Women's Labor in the Social Reproduction of American Families. **Revista de Estudios Sociales**, n. 45, 2013, p. 186-197.

SAFFIOTI, Heleieth. **Emprego doméstico e capitalismo.** Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

SANTOS, Yumi Garcia dos. As mulheres como pilar da construção dos programas sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 72, 2014.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2011.

SASSEN, Saskia. Global cities and survival circuits. *In*: EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell (Org.). **Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy**. New York: Henry Holt and Company, 2002.

SEGATO, Rita. O Édipo brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. **Série Antropologia**, Brasília, n. 400, 2006.

__. O Édipo negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça. *In*: SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 211-246.

SILVA, Franceline Rodrigues; BRAGA, Daniel Santos; VIEIRA, Livia Maria Fraga. Infraestrutura das creches e pré-escolas em Belo Horizonte: condições de oferta e distribuição territorial. **Educação**, Santa Maria, v. 46, p. 1-28, 2021.

SILVEIRA, Liane Maria Braga da. **Como se fosse da família: a relação (in)tensa entre mães e babás**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa** [online], v. 43, n. 149, p. 478-491, maio/ago, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/N4CfkgXHT8Gtgsr4RvDNhtP/?lang=pt>>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

SORJ, Bila; FRAGA, Alexandre Barbosa. Licenças maternidade e paternidade no Brasil: direitos e desigualdades sociais. **Revista Brasileira de Estudos de População** [online], v. 39, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/TPpGsJtpdKy59Hbrg4mjSVM/>>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

TEIXEIRA, Juliana. **Trabalho doméstico**. São Paulo: Jandaíra, 2021

TRONTO, Joan C. The “Nanny” Question in Feminism. **Hypatia**, v. 17, n. 2, 2002.

__. **Caring Democracy: Markets, Equality and Justice**. Nova York: New York University Press, 2013.

__. There is an Alternative: Homines Curans and the Limits of Neoliberalism. **International Journal of Care and Caring**, v. 1, n. 1, p. 27-43, 2017.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, Unesp, 2022, p. 189-222.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. Uma história da política de creches no Brasil: o Projeto Casulo da LBA (1977-1985). **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 24, n. 45, jan./jun., 2022, p. 34-66.

VIEIRA, Nanah Sanches. **O trabalho da babá: trajetórias corporais entre o afeto, o objeto e o abjeto**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2014.

VIEIRA, Nanah Sanches; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. O trabalho doméstico e as babás: lutas históricas e ameaças atuais. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 1, 2019.

WAERNESS, Kari. Informal and formal care in old age: what is wrong with the new ideology in Scandinavia today? *In*: UNGERSON, Claire (Org.). **Gender and caring: work and welfare in Britain and Scandinavia**. Londres: Harvester, Wheatsheaf, 1990.

ZELIZER, Viviana. **Economic lives: how culture shapes the economy**. Princeton, Oxford: Princeton University Press, 2010.

__. **A negociação da intimidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ANEXO I - Roteiro de Entrevista

1. Perfil

Idade:

Cor/raça autodeclarada:

Quantos filhos e idade dos filhos:

Pessoas que moram no domicílio (quem mora com você?):

Estado civil:

Cidade natal:

Bairro onde mora:

2. Trajetória familiar

- Seus pais vêm de onde?
- Qual era/é a profissão do seu pai e da sua mãe?
- Onde seus pais se conheceram?
- Quando vieram para Belo Horizonte? [Caso tenham vindo]
- Eles têm alguma religião? E você?
- Você é filha única ou tem irmãos? Qual sua relação com seus irmãos?
- Você conheceu seus avós? Quais lembranças tem deles?
- Com o que seus avós trabalhavam?

3. Infância

- Como e onde foi sua infância?
- Quando você era criança pequena, dos 0 aos 6 anos de idade, quem cuidava de você?
- Quem ficava com você e seus irmãos quando seus pais trabalhavam?
- Quando criança, como era sua relação com sua mãe e seu pai?
- Você tinha responsabilidades com outras crianças?

4. Vida escolar

- Foi para a escola? Com quantos anos?

- Como era sua relação com a escola?
- [Caso tenha parado de estudar] O que te levou a parar de estudar? Retomou os estudos em algum momento da vida?
- Pretende continuar estudando?

5. Adolescência e vida amorosa

- Como foi sua adolescência?
- O que fazia em suas horas livres? De quais atividades de lazer gostava?
- Frequentava a Igreja?
- Como foi e como tem sido sua vida amorosa?
- Casou? Como foi?

6. Se tornando mãe

- Como foi quando você teve seu(s) filho(s)?
- Você estava com quantos anos e com o que trabalhava? [No caso de mais de um filho, perguntar um de cada vez]

7. Vida familiar, rotina e divisão do trabalho doméstico

- Como é um dia na sua rotina? Quais os horários e atividades que realiza desde que você se levanta até a hora que vai dormir durante os dias de semana? E durante os finais de semana?
- [Caso viva com um(a) companheiro/a] Sua rotina é diferente da do seu marido/esposa?
- [Caso viva com um(a) companheiro/a] Como vocês organizam o cuidado cotidiano e o trabalho doméstico? Quais as tarefas de cada um/a? Tem algum conflito?
- Alguém mais, além de vocês dois, faz esse trabalho?
- O que te demanda mais atenção no cuidado cotidiano?
- O que mudou na sua rotina depois que seu(s) filho(s) nasceu?
- Usou licença-maternidade?

8. Cuidado com os filhos

- O que é cuidado para você? E o que é cuidar de crianças pequenas?

- Quais suas principais preocupações no cuidado cotidiano com seu(s) filho(s)?
- Encontra dificuldades em cuidar como gostaria? Caso sim, como gostaria de realizar o cuidado, no mundo ideal?
- Quando saem de casa para ir trabalhar, onde e com quem fica(m) a(s) criança(s)?
- [Caso frequentem ou tenham frequentado creche]:
- Como foi a decisão sobre matricular na creche? Quantos anos ele tinha?
- Por que optou pela creche ao invés dos cuidados de uma babá ou alguém da família?
- Como foi quando ele começou a ir na creche? O que você sentiu?
- Percebe alguma diferença no cuidado que ele(s) recebe(m) na creche e que receberia(m) em casa?
- Você conta com o apoio de alguém da família no cuidado da(s) criança(s)? Frequente ou esporádico? E vizinhas e vizinhos, amigas e amigos, pessoas da comunidade? [Caso sim] Esse apoio é remunerado? Essas pessoas cuidam também de outras crianças, ou somente do(s) seu(s) filho(s)?

9. Trajetória profissional

- Com quantos anos começou a trabalhar? Com o que trabalhava?
- Como o cuidado de crianças pequenas surgiu como possibilidade de trabalho remunerado em sua vida?
- Como costuma encontrar vagas de emprego como babá?
- Já encontrou emprego em grupos de Facebook de oferta e procura de emprego como babá?
- Já conheceu e se aproximou de outras babás por meio desses grupos de Facebook?
- Quais dificuldades encontra nesse tipo de trabalho?
- O que te faz continuar nesse trabalho, te motiva a seguir nesse ramo?

10. Trabalhando como babá (foco na experiência atual de trabalho)

- Como é sua jornada de trabalho? Você trabalha quantas vezes por semana e qual seu horário de trabalho?
- Quantos salários mínimos você recebe?
- Quanto tempo demora para ir e voltar do trabalho? Usa qual meio de transporte?
- Em quais regiões da cidade já trabalhou como babá?

- Como é um dia na sua rotina de trabalho como babá? Quais as atividades que realiza desde o momento em que você chega no serviço até a hora de ir embora?
- Como é sua relação com as crianças que cuida no trabalho? Sempre foi assim?
- Como é sua relação com os pais das crianças? Sempre foi assim?
- Qual a cor/raça das pessoas da família para qual você trabalha? E a profissão?
- A mãe e o pai da criança interferem na maneira como você cuida da criança com críticas, sugestões, ordens?
- Quem cuida da criança quando você não está? Ela frequenta alguma creche ou escolinha?
- Tem colegas de trabalho na casa? Qual sua relação com elas?
- Tem alguma experiência particular que você queira contar, de outras casas onde já trabalhou?
- Como é quando você deixa de trabalhar em uma casa? Mantêm vínculos com as crianças e suas famílias?

11. A maternagem e o trabalho

- O que mudou no seu trabalho depois que seu(s) filho(s) nasceu? Você tem alguma flexibilidade no trabalho em caso de urgências com seu(s) filho(s)?
- Já aconteceu de você chegar mais tarde no trabalho por conta de alguma demanda do(s) seu(s) filho(s)? Como seus patrões reagem?
- Acontece de você ter que ficar até mais tarde no trabalho, além do horário normal? Quando isso acontece, onde ou com quem seus filhos ficam?
- Você já precisou levar seu(s) filho(s) junto para o trabalho? [Caso sim] Como se sentiam na casa em que trabalhava? Você conseguia dar atenção para ele(s)? Como era a relação dele(s) com a(s) criança(s) da casa em que trabalhava? E com seus patrões?
- No trabalho, cuidando do filho dos patrões, realiza atividades de cuidado diferentes das que você realiza em casa, cuidando dos seu(s) filho(s)?
- Como seus filhos lidam com o fato de você cuidar de outras crianças no trabalho?
- Vê semelhanças no cuidado que realiza como babá e no cuidado que realiza como mãe? Quais? E vê diferenças?
- Como seu trabalho como babá afeta seu trabalho como mãe? E como ser mãe afeta seu trabalho como babá?

12. Enquanto trabalhadora

- Sua carteira de trabalho é assinada? Qual ocupação está registrada? Sempre foi?
- Contribui para o INSS? Quando pretende se aposentar?
- Como vê a aprovação da PEC das Domésticas?
- Sente que mudou alguma coisa na relação de trabalho com a aprovação da PEC das Domésticas?
- Sente que tem seus direitos devidamente reconhecidos? É sindicalizada?

13. Pandemia

- Como foi seu trabalho como babá durante a pandemia?
- Como foi o cuidado dos seus filhos e da casa durante a pandemia?

14. Perspectivas futuras

- Quais seus planos para o futuro? Tem planos para você e para a família?